



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

## **GUIADOS POR MARES E PEIXES**

Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades costeiras no Rio Grande do Norte

**RUBENS ELIAS DA SILVA**

João Pessoa – PB  
2012

RUBENS ELIAS DA SILVA

GUIADOS POR MARES E PEIXES: Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS / UFPB como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Simone Carneiro Maldonado

João Pessoa, PB  
2012

RUBENS ELIAS DA SILVA

GUIADOS POR MARES E PEIXES: Memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte

Aprovada em \_\_/\_\_/2012.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Simone Carneiro Maldonado (Orientadora/ PPGS – UFPB)

Professor Doutor Marcos Ayala (Membro/ PPGS – UFPB)

Professor Doutor Nilson Almino de Freitas (Membro – Universidade Estadual do Vale do Acaraú - CE )

Professor Doutor Adriano Azevedo Gomes de León (Membro/ PPGS – UFPB)

Professora Doutora Francisca de Souza Miller (Membro – PPGCS – UFRN)

JOÃO PESSOA – PB

2012

A Luíza, minha mãe.  
(homenagem póstuma).  
Ao meu pai.  
A Ana Cleide e Miriam.

## AGRADECIMENTOS

“Um deve logo esquecer-se do que deu;  
o outro nunca deve esquecer-se do que recebeu”.

(Sêneca)

Gratidão: eis o termo mais adequado para a questão nesse momento de minha vida acadêmica e pessoal. Agradeço imensamente aos pescadores que me permitiram entrar no universo social deles e dali extrair as experiências capazes para elaborar esse trabalho. Não citarei nomes para não ser injusto com alguma exclusão por força da falha da memória. Gratidão pelas “bicadas de café”, convites para adentrar em suas casas, viagens nos botes e a generosidade de me indicar seus parceiros de faina para a constituição desse trabalho. Sem dúvida, esse trabalho não é meu. Se há propriedade aqui, é de vocês. Esse trabalho foi escrito com o contributo de muitas mãos e corações dispostos a honrar.

Aos meus pais, Vicente e Luíza. Até hoje amargo a dor e o sofrimento pela perda dela durante o doutorado. Sua fé na minha capacidade, nas centenas de vezes que me ajudou financeiramente para não desistir do curso de graduação tendo somente como fonte de renda o trabalho (digno apenas em sua dimensão subjetiva) de auxiliar de serviço num hospital em Bayeux. Da força do meu pai, pedreiro, que a cada tijolo posto numa parede para alimentar a família, jamais imaginaria que o filho mais novo pudesse ousar por em prova a rígida apartação social e educacional existente em nosso país. Que isso não seja visto como vestígio sequer de benevolência do Estado, pelo contrário, a sua incapacidade de promover cidadania a milhões de brasileiros que desconhecem a habilidade de ler um livro e interpretar a vida. A Ana Cleide, minha irmã, por sempre acreditar em mim e ter muitas vezes me conduzida à escola, ainda pequeno e ingênuo diante do absurdo mundo. A Miriam, minha outra irmã, pela generosidade e por ter me ingressado na carreira docente. Se aprendi a lecionar, devo a ela. A Válber, pela disponibilidade de me levar para a pesquisa de campo. Aos meus valiosos sobrinhos Anderson, Lucicleide, Arthur, Thamara, Henrique. Um abraço para Cauê e Teresa.

A Simone Carneiro Maldonado por ter me aceito como orientando. Sua generosidade em me auxiliar na sistematização da tese e na fé de que meu esforço resultaria num trabalho digno. O resultado aqui está. A Rolando Lazarte, primeiro sociólogo que mantive contato e com quem aprendi a manter uma relação de amizade e respeito. A Andrea Ciacchi, por ter sempre acreditado em mim. A Marcos Ayala, pela bondade e inteiriça postura acadêmica que aceitou participar da minha banca e pelas valiosas contribuições teóricas para a feitura de Guiados por Mares e Peixes. A Wellington Pereira, meu prezado professor, uma das pessoas mais criativas intelectualmente que eu já conheci. A Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, pela contribuição teórica no momento de qualificação da tese. A Adriano de León que me ensinou a ser persistente numa sociologia que se faz no cotidiano e nos interstícios do discurso. Aos professores Francisca Muller e Nilson Almino de Freitas, por terem prontamente aceito a participação da banca.

A Josane Cristina Batista Santos pela amizade que durará pela vida inteira. Sou grato pela generosidade com que ouve minhas atribulações, paciência para dar conselhos, pela revisão do texto e por tantos pontos confluentes entre nós que o termo cumplicidade far-se-ia asséptico.

A Maria Isabel Pimentel de Castro sou grato pelos diálogos perspicazes e cheios de criativas interpretações sobre o cotidiano. Essa tese também é sua. A Dira Vieira saúdo com alegria e estímulo para que tudo dê certo.

A Fabio Gomes de Franca, meu grande amigo de infância e a Roni, pelo carinho que transformar-se-á numa vicejante amizade. Tantas coisas, tantos sonhos, tantas fantasias vividas juntos e a alegria de poder hoje contar com você no mundo da sociologia; nossa amizade é tão grande que sucumbiu na sua vinda para a essa área tão necessária para o entendimento do espírito humano. Agradeço-te pela dádiva de ter conhecido.

A Rivaldo Pereira dos Santos, meu amigo de vivências profundas e pelas longas noites nos barzinhos da vida discutindo nossos trabalhos entre risadas, estupefações e incertezas diante do iminente futuro. Muito obrigado por todas as vezes que ligou preocupado com meu grave quadro depressivo e ter perguntado: E a tese?

A Carlos Alberto Eduardo Gomes pelas palavras de carinho e a presença – apesar da longa distância – nos meus momentos de reflexão a respeito da vida e de suas repercussões no sentido que atribuímos a ela. Acreditar sempre no meu potencial foi um estímulo a continuar na caminhada. Abraço.

A Claudinete Carneiro Raczkowsky por ter sempre sido minha amiga e professora. Pelas conversas, argumentos e partilhas de sonhos. Um homem sem a dimensão subjetiva de sonhar está entregue ao absurdo do vazio e do nada. A Mayrinne Trigueiro pelas risadas alegres e inteligência pungente.

A Miguel Pereira da Silva pela generosidade de ajudar-me na construção teórica desse trabalho e me presentear com sua amizade.

A Fabio Araujo da Silva Bulhões, pelo amor, suas entregas, negações e silêncios.

Nancy Azevedo é aquela pessoa que não tenho palavras para defini-la. Uma amiga presente em todos os momentos – desculpe o período longo de ausência física – e que jamais deixou de encorajar-me na caminhada para o cumprimento dessa tese.

A madrinha Zezé, madrinha Ciene, tio Mané Pequeno, a minha Vó (nunca vou esquecer o cheiro dela e o carinho de colocar-me no colo na tenra infância), a Olga (a negra alegre que andava todas as tardes com seu cachorrinho e que misteriosa e fatalmente morreu solitária e só), as minhas professoras da infância e adolescência pela fundamental contribuição, a Dona Beta, seu Elias, a Edson Araujo, a Seu Henrique, a Dona Elza e tantos outros que já não estão entre nós e que com suas histórias ricas em experiências deixaram sua marca por esse vasto mundo. Meu agradecimento.

Minha imensa gratidão aos alunos da Faculdade Maurício de Nassau, em João Pessoa e os alunos de jornalismo das Faculdades Integradas de Patos, pela amizade e conhecimento construídos em comum. Nominalmente cito Mariana Tavares de Melo, pelo constante e força empreendidas nos momentos de dificuldade e quando a falta de crença em mim mesmo se avizinhava.

## RESUMO

Este trabalho objetiva compreender o impacto das novas tecnologias inseridas no âmbito da produção pesqueira em Barra do Cunhaú e Baía Formosa, no Rio Grande do Norte, a partir dos relatos de pescadores e comunitários a respeito das transformações sociais ocorridas mediante tal impacto no atual contexto de modernidade. Neste estudo, busco analisar o modo de vida através do método qualitativo amparado pela etnografia, tendo como referência a memória social dos pescadores e comunitários e as práticas sociais cotidianas no presente face às transformações sociais ocorridas no espaço da produção da pesca, e como estas engendram tensões e conflitos, tanto nas relações de produção quanto nas práticas cotidianas. Essas tensões podem ser atribuídas à reestruturação urbana decorrente do crescimento turístico na região e na inserção das novas tecnologias no cotidiano dessas comunidades costeiras. A partir disso, a transformação do modo de vida peculiar àquelas num processo de estilização do cotidiano, afetou a legitimidade do construto social da honra ligada à pesca. Acentua-se, como consequência dessas transformações, a fragmentação do trabalho artesanal da pesca e, em virtude disso, o desenvolvimento do estágio atual de vulnerabilidade social causado pelas precárias condições de trabalho que se contrapõem a um desenvolvimento da técnica de trabalho cujo interesse é a busca do lucro – racionalidade econômica característica das sociedades modernas urbanas industriais.

Palavras-chave: pequena pesca comercial simples; inovação tecnológica; memória social; cotidiano; vulnerabilidade social.

## ABSTRACT

This work aims to understand the impact of new technologies incorporated in fishery production in Barra do Cunhaú and Baía Formosa in the northeastern Brazilian state of Rio Grande do Norte, from the standpoint of fishermen and members of their communities regarding the impact of social changes in the current context of modernization. In this study, I attempt to analyze "the way of life" through the qualitative method supported by ethnography, with reference to the social memory of the fishermen and their communities as well as their daily social practices in light of the social changes which have occurred within the area of fishery production, and how these engender tensions and conflicts in relation to production and daily practices. These tensions can be attributed to urban restructuring due to the growth of tourism in the region and the incorporation of new technologies in the daily life of these coastal communities. From this standpoint, the transformation of the way of life peculiar to those in a process of modernization, affected the legitimacy of the social construct of honor connected with fishing. What stands out is the fragmentation of the fishing craft as a job, and as a result, the development of the current situation of social vulnerability caused by precarious working conditions which are in opposition to the development of the work technique whose interest is the pursuit of profit - economic rationality, a characteristic of modern urban industrial societies.

Keywords: small commercial fishing, technological innovation, social memory, everyday life, social vulnerability.

## RESUMÉ

Ce travail a lu but de comprendre l'impact des nouvelles technologies inserées au sein de la production pêchère aux communautés de Barra do Cunhaú et Baia Formosa à l'état du Rio Grande do Norte. Nos données proviennent de récits de pêcheurs et de communautaires sur les transformations sociales et leur grand impact eau contexte actuel de la modernité. Dans cet étude,j'analyse le mode de vie à travers une méthodologie qualitative appuyée sur l'ethnographie, ayant comme reference leurs mémoires quotidiennes , leur tensions et leurs conflits face aux transformations sociales autant au sein des relations de production que aux pratiques quotidiennes. Ces états de tension peuvent être attribués à la reestructuration urbaine due au developpement du tourisme à la region et à l'insertion de nouvelles technologies au jour le jour de ces comunautés côtières. En conséquence, la transformation du mode de vie quotidien a fini par affecter la légitimité du travail artisanal aussi bien que a notion d'honneur liée à pêche artisanale. Em conséquence de ces transformations lon retrouvera aussi du developpement du stage actuel de vulnérabilité sociale comme cause de conditions précaires de travail dont le but est le profit – rationalité économique que caracterise les societés modernes urbano-industrielles.

MOTS-CLÉS: petite pêche commercial; innovation technologique;mémoire social; vulnérabilité sociale.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                |     |
|----------------|-----|
| Figura 1 ..... | 39  |
| Figura 2.....  | 40  |
| Figura 3.....  | 41  |
| Figura 4.....  | 44  |
| Figura 5.....  | 44  |
| Figura 6.....  | 48  |
| Figura 7.....  | 49  |
| Figura 8.....  | 52  |
| Figura 9 ..... | 54  |
| Figura 10..... | 55  |
| Figura 11..... | 56  |
| Figura 12..... | 59  |
| Figura 13..... | 60  |
| Figura 14..... | 69  |
| Figura 15..... | 69  |
| Figura 16..... | 71  |
| Figura 17..... | 76  |
| Figura 18..... | 78  |
| Figura19.....  | 123 |
| Figura 20..... | 126 |
| Figura 21..... | 127 |
| Figura 22..... | 130 |
| Figura23.....  | 133 |
| Figura 24..... | 137 |
| Figura 25..... | 157 |

**LISTA DE TABELAS**

|                      |           |
|----------------------|-----------|
| <b>Tabela 1.....</b> | <b>45</b> |
|----------------------|-----------|

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

BEPA - Boletim Estatístico de Pesca e Aquicultura.

ESTATPESCA – Estatística da Pesca.

PROZEE – Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos vivos na Zona Econômica.

GPS - Sistema de posicionamento global (Global Positioning System).

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

CAMANOR – Camarões do Nordeste.

IBAMA/CEPENE – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Centros de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste.

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

PPGS/UFPB – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

PRODEMA/UFPB – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Ambiental da Universidade Federal da Paraíba.

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

PESCART – Fundo Constitucional do Norte (Agência de Financiamentos para pesca).

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                                                                                                                        | <b>17</b> |
| <b>2. Por mares e peixes seguimos: pequena pesca comercial simples e mudança social em duas comunidades tradicionais pesqueiras no litoral sul potiguar.....</b> | <b>28</b> |
| 2.1 A pequena pesca de produção mercantil simples no contexto nordestino: traços socioeconômicos.....                                                            | 28        |
| 2.2 A pesca artesanal e as Ciências Sociais: breve panorama das investigações socioantropológicas ocorridas no contexto Nordeste Brasileiro.....                 | 33        |
| 2.3 Barra do Cunhaú.....                                                                                                                                         | 38        |
| 2.4 Barra do Cunhaú e o tempo de “dantes”: a pesca e o mercado.....                                                                                              | 47        |
| 2.5 Modo de vida e sociedade costeira: o caso de Cunhaú.....                                                                                                     | 51        |
| 2.6 Moradia: taipa e candeeiro.....                                                                                                                              | 57        |
| 2.7 Baía Formosa: município do trabalho nas águas.....                                                                                                           | 59        |
| 2.8 Pequena pesca comercial simples e cultivo da cana de açúcar: economia local.....                                                                             | 61        |
| 2.9 O mercado e o pescado em Baía Formosa.....                                                                                                                   | 64        |
| 2.10 Moradia em Baía Formosa: o espaço em transformação.....                                                                                                     | 68        |
| 2.11 Educação.....                                                                                                                                               | 70        |
| 2.12 Pescaria e honra ao trabalho: os tempos de ontem em Barra do Cunhaú e Baía Formosa.....                                                                     | 72        |
| <b>3 As faces do trabalho.....</b>                                                                                                                               | <b>81</b> |
| 3.1 Pesca enquanto atividade transformadora da natureza e do ser social.....                                                                                     | 81        |
| 3.2 Atividade pesqueira e processo produtivo.....                                                                                                                | 85        |
| 3.3 O trabalho... ah, o trabalho! – o trabalho sob à lógica da pequena produção mercantil da pesca .....                                                         | 91        |
| 3.4 <i>Ethos</i> pesqueiro e a racionalidade econômica das comunidades costeiras.....                                                                            | 101       |
| 3.5 Trabalhar com precisão e hora marcada – o trabalho na lógica da sociedade urbano-industrial de acumulação capitalista.....                                   | 109       |

|                                                                                                    |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.6 Os (des)caminhos do trabalho fragmentado na esfera da pequena produção mercantil da pesca..... | 116        |
| <b>4. Os encontros à beira mar ou por uma etnografia costeira.....</b>                             | <b>122</b> |
| 4.1 Como a pesca tornou-se objeto de interesse na minha carreira acadêmica.....                    | 122        |
| 4.2 As metodologias envolvidas: ferramentas para traduzir o “outro”?.....                          | 128        |
| 4.3 A busca dos interlocutores .....                                                               | 134        |
| 4.4 O tempo dos outros ou o difícil ofício do pesquisador de campo .....                           | 151        |
| 4.5 Experiências na pesquisa de campo: espaços, negociações e possíveis entendimentos .....        | 149        |
| 4.6 O estranhamento investigativo: apenas uma questão de “método” .....                            | 151        |
| 4.7 Aspectos técnicos da pesquisa de campo .....                                                   | 156        |
| <b>5 Histórias de vida, memória social, trabalho e mudança social .....</b>                        | <b>161</b> |
| 5.1 Breve introdução: histórias de pescaria .....                                                  | 161        |
| 5.1.1 Seu Tinho, construtor de bote, aposentado, 80 anos – Baía Formosa                            |            |
| 5.1.2 Bambaú, mestre, 71 anos – Baía Formosa                                                       |            |
| 5.1.3 Calafate, pescador, 41 anos – Baía Formosa                                                   |            |
| 5.1.4 Isa, pescadora de estuário, 55 anos – Baía Formosa                                           |            |
| 5.1.5 Navegantes, 82 anos, pescadora de arrasto e jereré – Baía Formosa                            |            |
| 5.1.6 Badoque, mestre, 48 anos – Baía Formosa                                                      |            |
| 5.1.7 Seu Geraldo, pescador de arrasto, 57 anos – Barra do Cunhaú                                  |            |
| 5.1.8 Dorinha, pescadora de linha, 59 anos – Barra do Cunhaú                                       |            |
| 5.1.9 Seu Bezerril, 45 anos, pescador de linha e tarrafa – Barra do Cunhaú                         |            |
| 5.1.10 Eronildes, 52 anos, pescador de tarrafa e linha – Baía Formosa                              |            |
| 5.1.11 Branco, 23 anos, pescador - Baía Formosa                                                    |            |
| 5.1.12 Antonio Madeiro, 41 anos, pombeiro – Baía Formosa                                           |            |
| 5.1.13 Seu Lelê, pescador de tarrafa, 50 anos, Barra do Cunhaú                                     |            |
| 5.1.14 Adelino, 25 anos, pescador - Baía Formosa.                                                  |            |
| 5.1.15 Sérgio Canoa, pescador de arrasto (ocasional) e professor, Barra do Cunhaú                  |            |
| 5.2 Memória social e o tempo de lembrar.....                                                       | 187        |
| 5.3 Pesca e cotidiano.....                                                                         | 193        |
| 5.4 Modos de vida e os vieses da “tradição”: tempo presente e os “estilos de vida” ....            | 202        |
| 5.5 O espaço enobrecido.....                                                                       | 213        |
| 5.6 A consolidação das tecnologias no âmbito da pequena pesca mercantil simples...                 | 219        |

|                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.8 Declínio da honra ligada à pesca e o processo de fragmentação do trabalho<br>pesqueiro.....                                                                        | 226 |
| 5.9 Pescadores e as Colônias de Pescadores: dificuldade de politização e ambiguidade<br>social.....                                                                    | 234 |
| 5.10 A experiência dos mais velhos e o tempo presente: elementos para a compreensão<br>da vulnerabilidade social dos pescadores de Barra do Cunhaú e Baía Formosa..... | 240 |
| 6 Considerações finais.....                                                                                                                                            | 244 |
| Referências Bibliográficas.....                                                                                                                                        | 248 |
| Anexos.....                                                                                                                                                            | 263 |

## INTRODUÇÃO

“Assim contam na beira do cais”.  
Jorge Amado, *Mar Morto* (1968).

*Guiados por mares e peixes* compreende uma pesquisa sociológica empreendida por mim como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Contou com a orientação da professora Doutora Simone Carneiro Maldonado, e sua contribuição foi fundamental na constituição teórica desta pesquisa, na construção do problema de tese e as sugestões dela foram de grande valia para interpretar os dados obtidos na pesquisa em campo.

Este presente trabalho, intitulado *Guiados por mares e peixes: memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte* objetiva compreender o impacto das novas tecnologias inseridas no âmbito da produção pesqueira em Barra do Cunhaú e Baía Formosa a partir dos relatos de pescadores, marisqueiras e comunitários a respeito das transformações sociais ocorridas mediante tal impacto no atual contexto de modernidade.

Neste estudo, busco analisar o modo de vida vivenciado em duas comunidades litorâneas do sul potiguar brasileiro, as práticas sociais cotidianas dos pescadores em face das transformações sociais no espaço da produção da pesca, e como estas engendram tensões e conflitos, tanto nas relações de produção quanto nas práticas sociais. Acentua-se, como consequência dessas transformações, a fragmentação do trabalho pesqueiro e, em virtude disso, o desenvolvimento do estágio atual de vulnerabilidade social causado pelas precárias condições de trabalho que se contrapõem, ou justapõem, a um desenvolvimento da técnica de trabalho cujo interesse é a busca do lucro – racionalidade econômica característica das sociedades modernas urbanas industriais.

O contexto social da pesquisa de campo compreende dois importantes *loci* de produção pesqueira do sul potiguar brasileiro: Barra do Cunhaú e Baía Formosa. Barra do Cunhaú tem como principal fonte econômica, hoje, o turismo e a hotelaria, que

se sobrepuseram à produção pesqueira, antiga e atualmente fragmentada atividade produtiva e criadora de sentido às práticas sociais cotidianas dos comunitários. Baía Formosa, por sua vez, é um município que tem como principal fonte econômica a pequena pesca comercial simples. Abdicou-se ao uso de termo “pesca artesanal” uma vez que o desenvolvimento histórico da produção da pesca no presente momento este termo não consegue traduzir as condições técnicas e sociais no espaço de produção da pesca. O uso do GPS, da ecossonda e do celular conectado com a rede mundial de computadores somente confirma a minha asserção.

A análise das histórias de vida dos agentes envolvidos foi estabelecida entre o vínculo do passado com o presente e as possíveis repercussões no futuro enquanto possibilidade. O passado e o presente são reelaborados e interpretados à luz da memória social (HALBWACHS, 2006), cujo vínculo grupal tem como elemento de coesão e pertencimento sociais a estreita relação que estes estabelecem com o meio natural. Diante disso, este estudo tem como foco de análise a articulação da memória social dos agentes envolvidos no processo de mudança social, que ocorre a partir das transformações do modo de vida tradicional destas comunidades pesqueiras face à inserção no cotidiano de valores, modo de viver e pensar oriundos de uma racionalidade hegemônica e externa a eles, compreendida como aquela vivenciada nas sociedades capitalistas modernas. A escolha de Baía Formosa e Barra do Cunhaú para comporem os espaços da pesquisa de campo decorre do fato de vivenciarem, em medidas distintas e ricas para análise, aspectos singulares do desenvolvimento do espaço produtivo da pequena pesca comercial simples enquanto atividade produtiva que vêm sofrendo transformações sociais que modificaram radicalmente o trabalho dos pescadores, submetendo-os, cada vez mais, à lógica da exploração do capital. Somando-se a isso, pode-se considerar que o fato de os dois espaços apresentarem condições históricas distintas de desenvolvimento econômico, tornando-se, assim, oportuna a análise comparativa das relações de produção como vetor de mudança social nestes espaços de produção da pesca.

De acordo com a literatura socioantropológica desenvolvida, a partir das peculiaridades das relações sociais desenvolvidas em sociedades de pesca, há o estabelecimento da tese de que, diferentemente das sociedades cujas relações sociais são desencadeadas no mundo da terra, as relações sociais entre pescadores artesanais dá-se através de uma cultura distinta, a cultura marítima, ou maritimidade (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2004; POSTEL-COSTER, 1979; BRETON, 1981). A cultura

marítima seria, segundo esses autores, diversa àquelas cujos dispositivos sociais são tecidos em terra e segue uma lógica de trabalho própria, fruto de intensa e específica forma de relações de produção que se apropriam de um espaço aberto, móvel e indivisível para a obtenção dos meios de existência. Estes meios de existência asseguram, em certa medida, a reprodução social dos grupos sociais envolvidos. Paralelamente a estas questões referentes à maritimidade, é oportuno frisar que a temporalidade das relações de produção da pesca é, *a fortiori*, imbricada num tempo social embebido pelo ritmo da natureza que dita como e quando deve-se trabalhar no meio aquático (mar, estuário, rio, lago). A partir dessas considerações adstritas à peculiaridade das relações sociais, travadas no âmbito da pesca, foi construído o problema que norteia essa pesquisa. Sendo a cultura marítima organizadora de uma ética igualitária na esfera da produção no mar, como esta se articula no espaço das relações sociais em terra, cujo ordenamento teleológico está inserido na lógica de relações sociais orientadas segundo critérios de gestão capitalista (eficácia, controle técnico do meio e a busca do lucro)?

Maldonado (1993) explica que o igualitarismo, *ethos* orientador das relações sociais das sociedades de pesca, perpassa as relações de trabalho no mar e as práticas sociais cotidianas em terra. Conforme foi frisado acima, o problema desta pesquisa reside justamente na *adequação* ou *inadequação* deste modo de vida nas comunidades costeiras de Barra do Cunhaú e Baía Formosa onde as relações de produção estão se transformando socialmente devido aos ditames da lógica capitalista. No espaço de produção da pequena pesca é “da ordem prática [...] que os pescadores precisam “igualar-se” para aprender a pesca bem, a desempenhar cada um a sua tarefa” (Ibidem, p. 49). A ética igualitarista decorre das peculiaridades da produção no meio, tendo como uma das variáveis o distanciamento perigoso da terra, como condição de trabalho no mar e como expressão ideológica da percepção espacial dos pescadores (Idem, 1993). Essa igualdade, enquanto estrutura ideológica se processa e se inspira pela imensidão e mobilidade do mar, exige-se irmandade e cooperação de todos os tripulantes para garantir a sobrevivência e viabilidade de trabalho no espaço marítimo.

Convém pontuar neste momento que nos dois espaços da pesquisa de campo os atos teleológicos daqueles que estão envolvidos no espaço de produção da pesca estão imersos numa pluralidade de intencionalidades (GODELIER, 1981), que deve ser entendida enquanto relações sociais locais se intercambiam, com tensões e conflitos, entre duas lógicas teleológicas que se contrapõem: a ordenamento social de

baixa hierarquização e as relações de trabalho constituídas numa lógica de parentesco e vizinhança (as comunidades tradicionais da pesca em questão) e a lógica social hegemônica que se constitui a partir da busca do lucro.

O estudo sociológico sobre as comunidades pesqueiras do Nordeste brasileiro é de fundamental importância para a compreensão do modo de vida e cultura característica da gente do mar. Embora os estudos regionais sobre comunidades de pesca tenha iniciado em meados dos anos 60, com o trabalho de Aguiar (1965), ao estudar os fatores de mudança social em um grupo de jangadeiros na comunidade de Pontas de Pedra, em Pernambuco, somente na década seguinte há a consolidação do campo de estudo da sociologia da pesca, que vai paulatinamente dissociar o modo de vida dos pescadores artesanais dos camponeses. Contrapondo-se à ideia de que o pescador artesanal seja um camponês, Diegues (1983) e Maldonado (1993) apresentam singularidades da cultura tradicional pesqueira que não só as distinguem dos camponeses – que se apropriam de um espaço mensurável e a relação com a natureza se estabelece através de capacidades cognitivas próprias – como defendem o conceito de *maritimidade* ou cultura marítima, enquanto norteadora de práticas sociais distintas das sociedades rurais. Uma outra questão a frisar é o fato de que houve a consolidação de um campo de estudo das sociedades de pesca, em meados dos anos 80, denominado Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca (Diegues, 2004). Esta se preocupa em contribuir analiticamente com o estabelecimento de um conhecimento antropológico capaz de conhecer as múltiplas particularidades da vida econômica e social das sociedades de pescadores, cuja reprodução social depende da exploração das zonas marinhas ou fluviais de pesca (BRETON, 1981). O trabalho *Guiados por Mares e Peixes* tem como objetivo focalizar as relações existentes entre mundo do trabalho e as singularidades culturais como forma de apropriação do meio e seus reflexos nas práticas cotidianas entremeadas com lógicas produtivas diversas. Acredito que a ideia de maritimidade, intimamente ligada ao conceito de ética igualitária, não pode ser compreendida sem relacioná-la às práticas em terra, uma vez que os modos de ser, agir e sentir não estão separados daqueles que os originam. De que modo os pescadores e comunitários lidam com as estratégias de competição oriundas da crescente motorização das embarcações e uso de instrumentos de orientação marítima? Ao fazerem uso da memória social para analisar o presente sob a perspectiva do passado, de que modo a penetração do capital – e de toda a lógica econômica que o comporta – reorganizou a vida social dos costeiros de ambas as comunidades? São questões que considero

essenciais para serem discutidas no campo das Ciências Sociais ligadas ao mar e que este trabalho pretende lançar interpretações para o fenômeno social.

No segundo capítulo deste trabalho apresentarei a relação entre a pequena pesca comercial simples, as transformações sociais decorrentes da reorganização das relações de produção da pesca, a partir de novas tecnologias enquanto meios produtivos em dois contextos sociais: Baía Formosa e Barra do Cunhaú. Ainda neste capítulo, foi necessária a análise histórica das atividades produtivas nos dois *locii* investigados para tornar inteligível como a pequena pesca comercial simples, ao longo da história da obtenção dos meios de vida dessas comunidades, foi substituída ou complementada por outras atividades produtivas, uma vez que aquela atividade mostrou-se insuficiente para atender às necessidades sociais locais. Forçou, assim, os pescadores a trabalharem interinamente em esferas produtivas várias, em condições de trabalho precárias e que fragmentaram – ao longo de décadas – a identificação e sentimento de pertença destes em relação à atividade pesqueira. Portanto, a análise da ocupação do espaço produtivo passou pela produção da cana de açúcar e suas radicais transformações no âmbito dos meios produtivos locais, a produção do sal nas águas do Rio Cunhaú e a posterior introdução da carcinicultura como atividade produtiva. E, mais recentemente, a entrada do turismo e da hotelaria como aspectos de ordem econômica que modificaram qualitativamente o modo de vida das comunidades costeiras. Ainda no primeiro capítulo, relaciono a prática da pequena pesca comercial simples ao contexto econômico e social do Nordeste brasileiro e os aspectos singulares que possibilitam encaminhamentos sociais específicos às relações de produção da pequena pesca comercial simples regional. Em seguida, relaciono a prática artesanal pesqueira como objeto de estudo acadêmico cujo *locus* de investigação foram as comunidades tradicionais de pesca do Nordeste brasileiro. Sem dúvida, ressaltando-se as linhas teóricas empreendidas para o entendimento do fenômeno social da pesca, a multiplicidade de estudos sobre as relações de trabalho e a cultura peculiar dos povos do mar possibilitou, ano após ano, a compreensão da dinâmica social própria das comunidades costeiras.

No terceiro capítulo foram estabelecidas as intercambiações entre a pesca, o mundo do trabalho e o processo de mudança social nas comunidades investigadas. Acrescenta-se a isso, o debate construído a respeito da pesca artesanal, enquanto atividade transformadora da natureza e dos homens, envolvidos nessas relações de produção. O mundo do trabalho é investigado numa análise sociológica

dúplice: de um lado, o trabalho enquanto esfera produtiva organizada sob a lógica da pequena produção mercantil da pesca; do outro, como a atividade de trabalho é orientada segundo a lógica da racionalidade capitalista para, enfim, compreender os aspectos de semelhanças e diferenças – entendidos como elemento constitutivo próprio da lógica das relações produtivas da pesca – entre duas racionalidades econômicas que se superpõem objetivando tensões, conflitos e a expropriação econômica dos pescadores artesanais daquilo que eles têm de mais valioso e que os tornam atores sociais de relações produtivas específicas: *o trabalho*.

A produção da pesca em Baía Formosa e Barra do Cunhaú pode ser entendida pela forma de organização social de pequena produção econômica. No caso específico de Baía Formosa e Barra do Cunhaú, a unidade de produção da pesca é constituída, na maioria dos casos, pelo grupo doméstico. Entende-se por isso o vínculo social que extrapola os limites físicos da “casa”: nessa unidade de trabalho, os parentes próximos e vizinhos fazem parte da tripulação embarcada. O trabalho pesqueiro articula-se dentro de um processo de aprendizado partilhado pelos comunitários, cuja interpretação do ritmo da natureza torna-se essencial. Além disso, nas comunidades costeiras a apropriação social dos recursos, nos seus mais diferentes níveis ecológicos, não se orientam apenas à estratégias de subsistência. Pelo contrário, esta apropriação é organizada dentro de um sistema de crenças culturais e valores morais que se entrelaçam construindo identidades sociais que se articulam com um sentido de lugar. Deve-se apontar que o particularismo da gente do mar desdobra-se a partir de múltiplos caracteres sociais. O primeiro decorre do fato que o espaço da produção é de apropriação comum dos recursos pesqueiros disponíveis. Segundo, esta peculiaridade do espaço produtivo reverbera na percepção que as comunidades costeiras elaboram a respeito do mar e repercute nas relações sociais estabelecidas na terra e no mar, com encaminhamentos distintos e próprios, o que permitiu a sistematização de uma categoria analítica no âmbito da pesca que é a honra, estratégia encontrada pelos pescadores para lidarem com as condições extremas de trabalho.

Portanto, trata-se de um modo de vida que se contrapõe às expectativas da lógica do capital e é sentido pela transformação e declínio da honra pesqueira. E *este* está atento às mudanças que ocorrem nas duas comunidades pesqueiras investigadas aqui: a produção pesqueira em ambas as localidades expressam e externam as tensões sociais, econômicas e tecnológicas de um mundo social cada vez mais organizado sob o apanágio do progresso da técnica no espaço de trabalho, cuja finalidade é a busca de

geração de lucro. Sendo assim, o avanço tecnológico com a introdução de embarcações motorizadas, das resistentes redes de *náilon* (que duram de seis meses a um ano, segundo pescadores locais), a utilização do gelo para a conservação do pescado nas embarcações, o uso de refrigerador no cais do porto, além do transporte para a produção redimensionam o universo produtivo da pesca artesanal. Pois, o capitalismo é um sistema econômico que tenta repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico cujo objetivo é o lucro; e, continuamente, este lucro é reinvestido, sendo esta a principal marca deste sistema de produção.

Além da pesca local gerar uma riqueza estranha aos envolvidos no espaço da produção, outra peculiaridade aprofunda as difíceis condições de existência dos pescadores: a sazonalidade da demanda de determinadas espécies, que têm valor de mercado, e o risco de não capturá-las em quantidade suficiente para possibilitar o saldo de dívidas contraídas em momentos de crise. É um ciclo de dependência do capital que se objetiva em condições severas e precárias à reprodução social das comunidades tradicionais de pesca.

O quarto capítulo é o que se refere às questões metodológicas e de campo que nortearam a pesquisa sociológica. A metodologia deste trabalho foi construída tendo como preocupação a adequação dos instrumentos analíticos às singularidades do objeto de estudo. No primeiro momento, explico as razões pessoais e acadêmicas que me levaram a escolher a pesca artesanal como tema de estudo.

O método empregado para discutir as transformações sociais na esfera pesqueira foi a abordagem qualitativa, compreendida como o instrumental metodológico que visa levantar, através do entendimento e da observação de elementos da cultura de uma determinada sociedade, ressaltando suas singularidades no curso histórico. Assim, os métodos se complementaram ao criarem novas significações e elaborarem quadros analíticos mais amplos, difíceis de ser obtidos munindo-se de apenas uma dessas abordagens. O método aplicado na pesquisa de campo foi a abordagem etnográfica. Entende-se por etnografia o método de pesquisa que se articula através da descrição da cultura do outro, uma espécie de tradução transposta a uma análise textual acadêmica. A etnografia desempenha papel metodológico fundamental no campo das ciências humanas, uma vez que possibilita a observação e análise de sociedades consideradas em sua particularidade. Este método de observação torna possível a proximidade cultural entre os agentes envolvidos, permitindo o que se denomina de encontro entre subjetividades reciprocamente referidas. Pode-se afirmar que a abordagem etnográfica é

modelada pelo fluxo de informações propiciadas pelo *interconhecimento* (GEERTZ, 1973) construído pelas partes envolvidas na pesquisa.

O método da pesquisa foi desenvolvido a partir de critérios objetivos e subjetivos. Os sujeitos da pesquisa – os interlocutores - foram selecionados através de contatos interpessoais. O que orientou a seleção dos interlocutores foi a condição de que estivessem diretamente envolvidos na atividade pesqueira, tomando como referência o tempo de trabalho na pesca, faixa etária e, principalmente, através do conhecimento empírico adquirido ao longo da vida (que fosse referendado por outros sujeitos envolvidos, que me indicavam solicitamente). Para que este trabalho não perdesse de vista uma abordagem sociológica histórica, decidiu-se compreender o espaço das relações de produção da pesca artesanal a partir de vários sujeitos envolvidos que não poderiam estar dissociados da análise: mulheres e jovens, diretamente ligados ao mundo da pesca e os pescadores. Assim, pode-se elaborar um esboço macro de uma identidade singular do grupo investigado, organizada sob o princípio de “*maritimidade*”.

Para o detalhamento das experiências individuais dos sujeitos escolhidos, determinou-se que estas experiências seriam coletadas dentro de uma proposta metodológica denominada história de vida. As histórias de vida, reconstruídas através do relato da lembrança do trabalho pesqueiro de ontem com as determinações presentes, são importante recurso para a reconstrução das condições objetivas da vida coletiva orientada pelo trabalho artesanal pesqueiro. É nessa perspectiva dialética entre biografia e sociedade, construídas através do processo de memória social, que a pesca artesanal será compreendida como meio de vida e espaço de pertencimento e significação para os atores sociais envolvidos.

Em outro momento, problematizo a dificuldade de estabelecer redes e de ser reconhecido socialmente no grupo que pesquisei. Nesse contexto, fiz uma interessante análise de que, em pesquisas ligadas aos povos do mar, a temporalidade da pesquisa está estreitamente ligada à disponibilidade de tempo dos atores envolvidos, incluindo aí todas as circunstâncias que circunscrevem a pesquisa. O pesquisador de campo de forma alguma é um ator social neutro e capaz de construir narrativas isentas de valor. Contrariamente a isso, o envolvimento do pesquisador etnógrafo no processo de captação de dados na pesquisa *em campo* é uma condição *sine qua non* para pesquisa “acontecer”. Esse envolvimento pressupõe que o pesquisador olhe, ouça e, posteriormente, escreva sobre a cultura do grupo pesquisado de forma distanciada, ao mesmo tempo em que é exigido dele habilidades como alteridade, empatia, curiosidade

criativa, improviso. Na outra extremidade do processo, os grupos pesquisados desenvolvem mecanismos de autopreservação, controle e desvelamento de dados em níveis variados, dependendo de circunstâncias culturais específicas. O terceiro capítulo é concluído com os aspectos técnicos da pesquisa de campo, que facilitaram a capacidade do pesquisador de olhar, ouvir e escrever. Os relatos dos interlocutores foram conseguidos, no primeiro momento da pesquisa de campo, através da transcrição direta das falas para o caderno de campo. Somente na segunda etapa da pesquisa de campo foi utilizado o gravador, para a coleta de dados. É necessário pontuar que em todos os momentos da pesquisa de campo o diálogo estabelecido com os interlocutores procurou respeitar as falas, as visões de mundo do outro e a preservação da cultural oral dos grupos investigados. Vale frisar, por último, que as culturas marítimas, ou aquelas ligadas à água, têm forte laço de coesão social estabelecido através da herança cultural transmitida pela oralidade. Os nomes dos interlocutores foram mudados com o intuito de preservar a privacidade dos mesmos. Essa foi uma das condições exigidas pelos mesmos ao serem consultados sobre a possibilidade de fornecer dados para a construção do objeto da pesquisa.

Sem dúvida, a pesquisa de campo possibilitou o aprofundamento e a reelaboração dos pressupostos que orientavam o projeto de pesquisa. O contato com os grupos pesquisados, o levantamento dos dados e a observação e descrição da cultura das comunidades tradicionais pesqueiras, somente enriqueceram o objeto conceitual de estudo construído após anos de contato com a literatura e os povos das águas. Acrescenta-se a isso, a adequação do problema da pesquisa mediante o árduo exercício de verificação de hipóteses e a construção de outras, a partir das constatações de campo.

O quinto capítulo deste trabalho acadêmico compreenderá justamente a principal parte da coleta de dados do campo: as histórias de vida de pescadores, mulheres e adolescentes que estão envolvidos com a pesca local e percepção deles em relação às mudanças sociais ocorridas no âmbito desta atividade produtiva e os reflexos em suas vidas cotidianas. A pesca, enquanto atividade transformadora da vida social e da natureza é reconstruída a partir dos relatos dos interlocutores escolhidos na pesquisa de campo. Desta forma, procurou-se estabelecer entre os relatos daqueles que vivenciam as transformações das condições objetivas da vida social. O espaço da produção da pesca foi alterado através da reestruturação deste, ocasionando no enobrecimento das áreas investidas pelo capital especulativo, o que obrigou os pescadores e familiares a se deslocarem para espaços distanciados de suas práticas de trabalho. Além disso, a

introdução de novos objetos técnicos e abstratos em suas configurações (SANTOS, 2008), ver-se-á que a estruturação espaço-temporal redimensiona a hierarquia da organização social da produção, objetivando na coadjuvância do mestre na produção pesqueira.

O debate acerca da pequena pesca comercial simples e suas relações de produção inseridas num contexto macrossocial amplo torna-se fundamental para compreender os imperativos tecnológicos e de organização do trabalho em contextos atuais nas duas comunidades. Esses imperativos sociais mais amplos certamente desrespeitam outras formas de racionalidade econômica que se articulam dentro de particularidades culturais locais. No bojo dessas relações de interveniência da lógica do capital nas relações produtivas da pesca resulta, conforme dados coletados ao longo da pesquisa de campo, num quadro social da fragmentação do trabalho do mundo da pesca artesanal. Ressalta-se, ainda, que a organização social de determinadas culturas ligadas à *maritimidade* encontram-se seriamente ameaçadas devido à racionalidade do capital quando adentra na lógica da pequena produção pesqueira, tendo como provável resultado um quadro de vulnerabilidade social que afeta a todos os envolvidos nesse processo de mudança social.

Aprende a pescar sozinho. Seu profissional  
posso ensinar a qq um.

O GPS ajuda, mas se perde no mar. O mar  
é infinito. O barco tem q ter bússola. No mar  
aberto é o mar inteiro tem 3 milhas para terra-  
3 milhas vc avista a terra. Tem diante,  
mas se vê mais terra a não ser ilhas.

O pescado é um série de sobrevivências.

## Por mares e peixes seguimos

### **2. *Por mares e peixes seguimos*: pequena pesca comercial simples e mudança social em duas comunidades tradicionais pesqueiras no litoral sul potiguar**

#### **2.1 A pequena pesca de produção mercantil simples<sup>1</sup> no contexto nordestino: traços socioeconômicos**

---

<sup>1</sup> Utilizaremos este termo para designar a modalidade de pesca realizada no litoral sul potiguar efetuada a partir de pequenas e médias embarcações, motorizadas ou não, com mais de três indivíduos embarcados e

A extensão do litoral continental do Nordeste do Brasil corresponde a 3.671 quilômetros (2.281,05 milhas), o que equivale a 40,78% da linha da costa brasileira (Paiva, 2010). A plataforma continental nordestina é relativamente estreita, ocupando espaço de 58.808 milhas quadradas com largura máxima de 120 milhas na região de Abrolhos, sul da Bahia (Paiva, 2010). Nesse contexto geográfico, a plataforma continental potiguar tem extensão de 3.819 milhas quadradas, que abriga importantes recursos pesqueiros, fundamentais para a produção pesqueira de mais de noventa comunidades tradicionais<sup>2</sup> localizadas ao longo do litoral. Segundo o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, dentre as espécies de pescado capturadas nessa região, destacam-se em volume e valor da produção a lagosta, a guaiúba, a cavala, o serra, o pargo, o sirigado e o caranguejo (BEPa, 2008/2009)<sup>3</sup>. Inserido no contexto regional, o litoral potiguar tem uma extensão de 399 quilômetros de costa, que corresponde a 10,87% da extensão total do litoral nordestino e 4,7% do brasileiro, respectivamente (PROJETO ESTATPESCA, 2006). Segundo Relatório do PROZEE (2004), cerca de 1.271.180 indivíduos vivem na zona costeira potiguar, representando 42,3% da população do Estado (IDEMA, 2005). Nessa zona costeira estão distribuídos 25 municípios, com 92 pontos de desembarque, 28 Colônias de Pescadores e várias Associações de Pescadores<sup>4</sup>. Segundo estimativa Federação das Colônias dos Pescadores, o número de indivíduos que vivem da atividade pesqueira no Estado

---

que capturam pescado para a comercialização e, inclusive, para o consumo doméstico. Tomou-se, assim, a definição de Diegues (1983) para “pequena produção da pesca artesanal com fins mercantis”. Essa definição foi reelaborada em detrimento da necessidade metodológica de definir o conceito de pesca artesanal simples no contexto empírico da pesquisa e procura atender as múltiplas transformações sociais ocorridas tanto no âmbito da produção pesqueira quanto nas comunidades costeiras envolvidas nesse processo.

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho será discutido em que medida as sociedades costeiras em questão aqui, apesar das transformações sociais ocorridas, ainda podem ser classificadas como tradicionais.

<sup>3</sup> Boletim Estatístico de Pesca e Aquicultura. Ministério da pesca e Aquicultura. 2008 / 2009. Acesso feito em 12 de julho de 2011. Disponível no site: [http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario\\_da\\_pesca\\_completo.pdf](http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf)

<sup>4</sup> Atualmente, cerca de 60 mil pessoas estão diretamente envolvidas nesta atividade, levando-se em consideração a frota estimada pelo Projeto ESTATPESCA e o número de pescadores embarcados nesta frota. Entretanto, se considerada a estimativa da Federação das Colônias dos Pescadores, o número de pessoas que sobrevivem da atividade pesqueira no estado alcança 150 mil, dada a existência de 30.000 pescadores no litoral e uma média de 5 pessoas por família (PROZEE, 2004). Dados mais recentes indicam que o número de indivíduos envolvidos na pesca no Rio Grande do Norte é de 32.512 formalmente registrados no Estado em 2009, sendo que deste contingente, cerca de 21.268 são do gênero masculino e 11.224, feminino (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA E AQUICULTURA, 2008 / 2009).

alcança 150 mil, desde o trabalho de captura até a comercialização e beneficiamento do produto. A Bahia é o maior produtor de pescado do nordeste brasileiro com uma produção anual superior a 80 mil toneladas. O Estado do Maranhão é o segundo da região, com uma produção que excede 80.000 toneladas (BEPA, 2008 / 2009). Em quarto, com produção de 25.000 toneladas está o Rio Grande do Norte, que juntamente com o Ceará, apresentaram aumento da produção, em 2007 e 2009, superior a 30% em relação a dados estatísticos anteriores<sup>5</sup>. Dentro do contexto da produção brasileira, entre 2008 e 2009, o Rio Grande do Norte ocupou a décima posição entre todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal.

Segundo o Relatório do PROZEE (2004), a região Nordeste apresentou uma produção extrativa marinha de 145.654,5 t, representando um crescimento de 3,8%, em relação ao ano de 2003. Nesse contexto, o Estado do Rio Grande do Norte apresentou um decréscimo na produção de pescado de 0,5%, devido à queda de 93,3% na produção de albacora-branca, de agulhão-branco com 61,9% e da biquara com 30,7%. Nos crustáceos a produção da lagosta registrou um significativo aumento de 49,9%, o camarão aumentou a produção em 21,2% e o caranguejo-uçá 16,7%. Outro importante recurso pesqueiro explorado no Nordeste do Brasil é o *pargo*. Além da exploração das espécies já citadas, no Nordeste vem crescendo o parque industrial voltado à captura de atuns e afins, exercida por embarcações arrendadas e nacionais, o que tem contribuído para o desenvolvimento do setor pesqueiro dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba (OLIVEIRA, 2005).

Ainda segundo este relatório, os principais recursos pesqueiros da pesca artesanal são as lagostas, capturadas com rede de espera, tipo caçoeira, mergulho, auxiliado com compressor, e mergulho livre. A sardinha, capturada por rede de emalhar; o peixe-voador, capturado com jereré; e a tainha, capturada por tainheira, representando juntas, mais de 30% do total produzido no Estado. A produção oriunda dessas modalidades de pesca, em 2004, foi de 16.500,1 toneladas, com uma receita, em nível de primeira comercialização, de 83,8 milhões de reais, sendo que a frota industrial produziu 3.904,8 toneladas. Enquanto a artesanal (abaixo de 20 Toneladas de Arqueação Bruta – TAB) contribuiu com 12.595,3 toneladas, representando 76,3% do total. A partir dos dados acima referidos, nota-se a importância que a produção

---

<sup>5</sup> Segundo Relatório do PROZEE (2004), no Nordeste do Brasil, o Estado do Ceará destaca-se dos demais, contribuindo com 35,7% da produção de lagostas desembarcada no País, seguido do Rio Grande do Norte, com 15,9% e da Bahia, que participou com 9,8% do total produzido na região, no ano de 2004.

pesqueira artesanal desempenha na produção estadual. Em 2009, o Estado do Rio Grande do Norte possuía uma frota estimada de 3.753 embarcações, destacando-se os paquetes e as canoas, com 1.247 e 1.169, respectivamente, representando 64,3% do total, e dos botes a motor, com 24,9% das embarcações. Os barcos industriais, representados por atuneiros nacionais e arrendados, correspondem a apenas 1,4% da frota e estão baseados na sua totalidade no Porto de Natal. Segundo ainda pesquisa do PROZEE (2004), estima-se que 70% de toda a frota potiguar mede menos de 6 metros de comprimento. Sendo assim, pode-se afirmar que é uma frota de pequena escala, organizada para a pequena produção pesqueira comercial. Na pequena produção pesqueira artesanal, há a predominância de embarcações a vela (botes e paquetes), em que o processo de captura é efetuado através de linha, rede de espera e caçoeira, que representam juntas mais de 80% dos aparelhos de pesca empregados. A captura da lagosta na região Nordeste do Brasil dá-se a partir da linha da costa até profundidades que chegam a atingir 100m a 120m. Tendo em vista a queda registrada na produtividade das pescarias, especialmente das embarcações de grande porte, a exploração lagosteira vem sendo exercida mais intensamente por embarcações movidas a vela e a remo, normalmente em áreas de crescimento da espécie, que vem contribuindo para a depleção dos estoques desse crustáceo e a inviabilidade econômica da exploração desse importante recurso pesqueiro, em especial no Nordeste (Idem, 2004).

Segundo o BEPA (2009), até 31 de dezembro de 2009, estavam registrados no Brasil 833.205 pescadores profissionais, sendo que a Região Nordeste concentra o maior número de pescadores legalmente cadastrados, com 386.081, o que representa o percentual de 46,3% do total nacional. Além de fatores ecológicos, como a demanda de um vasto litoral a ser explorado, esse dado estatístico demonstra que, se por um lado há um grande número de indivíduos “teoricamente” engajados na labuta pesqueira, de outro, a pesca regional desenvolveu-se de modo assimétrico ao longo da costa do ponto de vista tecnológico. Enquanto que o Maranhão tem quase a totalidade do pescado proveniente da pequena produção mercantil simples – com 98,4% do total capturado – o Rio Grande do Norte tem a menor percentagem de tonelagem oriunda da pesca comercial simples (32,2%), segundo dados do BEPA (2008 / 2009). Quando informo que esses dados estatísticos sobre o número de pescadores profissionais registrados devem ser interpretados e aceitos com reserva e cuidado é o fato de que existe o registro indevido de indivíduos que não trabalham como pescadores e registram-se na Colônia de Pescadores com o intuito de receber o Seguro Defeso

garantido pelo Governo Federal no período de reprodução das espécies. Para ilustrar essa realidade, segundo Piola, presidente da Colônia dos Pescadores de Canguaretama, onde os pescadores de Barra do Cunhaú estão cadastrados, em 2003 havia 249 pescadores sendo beneficiados com o Seguro Defeso. Com a crescente exigência do Estado no recadastramento dos pescadores, no período que antecede o defeso, o número de pescadores beneficiados em 2007 caiu para menos de 100 indivíduos.

O Rio Grande do Norte tem o terceiro maior contingente de pescadores profissionais registrados pela BEPA no Nordeste brasileiro (2008 – 2009). Cerca de 66% desse contingente é composto por pessoas do gênero masculino. As mulheres pescadoras, geralmente, dedicam-se à pesca de estuário (manguezais) e à coleta de algas (maricultura), modalidade produtiva em crescente expansão no Estado. Em relação a outro aspecto social da produção da pesca, a transformação social das comunidades costeiras seguindo os estilos de vida das metrópoles faz-se constatar nos dados do BEPA (2008 – 2009). O número de pescadores profissionais registrados no Rio Grande do Norte, por exemplo, segundo a faixa etária de 20 a 29 anos, é de 6.814 cadastramentos. Até os 20 anos, ou seja, período que concerne ao ingresso na idade economicamente ativa, o registro é de apenas 312 indivíduos. Pode-se explicar o *boom* de pescadores registrados a partir dos 21 anos no trabalho pesqueiro devido a oferta de empregos formais ser mínima. Conclui-se, assim, que o engajamento à pesca deve-se mais à falta de outros meios para reproduzir-se socialmente, conforme diz o pescador Xaréu, de Barra do Cunhaú:

Aqui os jovens não querem mais trabalhar com pesca mais não. Vão pra canavial, outros trabalha como garçom, nas pousada, no comércio... quando tem... quem não estuda também vai terminar trabalhando na pesca... (sic).

A maricultura nordestina contou com uma produção de 88.967,0 toneladas, representando 8,8% da produção de pescado total do Brasil e apresentou um crescimento negativo de 11,9% em 2004. Em 2004, o segmento carcinicultura torna-se a atividade mais expressiva da maricultura brasileira, mesmo com uma queda de 15,8% na produção de camarão. A produtividade média caiu de 6,084 t/ha/ano para 4,573

t/ha/ano<sup>6</sup> no ano de 2004. O número de fazendas camaroneiras nos 14 estados produtores aumentou de 905 para 997. A área inundada das fazendas aumentou de 14.842 hectares para 16.598 ha. Os laboratórios de larvicultura e as indústrias de processamento mantiveram seus níveis de atividade. Os camarões marinhos têm sua maior produção concentrada na região Nordeste, embora ocorra nas regiões Sudeste e Sul. O Rio Grande do Norte é um importante produtor de camarão nacional. Possuía em 2004 cerca de 381 fazendas de criação de camarão, numa área alagada de 6,281 hectares, com uma produção estimada de 30,807 toneladas, segundo dados da Associação Brasileira de Criadores de Camarões (PROZEE, 2004).

O processo de conservação do pescado, principalmente aqueles capturados em alto mar, sempre foi enxergado pelos pescadores artesanais como um problema logístico, que decisivamente refletia em prejuízos, com a alta perecibilidade do produto. O desenvolvimento de novos métodos de conservação, através de câmaras de gelo nas embarcações, ocasionou mudanças pontuais na qualidade do pescado. Diante dessa nova realidade, constata-se que o gelo é empregado em 73,9% das embarcações, enquanto que o sistema de congelamento é utilizado por apenas 0,3% das embarcações (Idem, 2004). Pode-se apontar, ainda, que toda a frota de barcos motorizados e botes a vela utilizam gelo para a conservação do pescado, por realizarem viagens superiores a um dia de mar. Associado a essa técnica, acrescenta-se, ainda, a incorporação do uso do GPS na técnica de marcação de pesqueiros, que representou um divisor de águas não só no mundo da técnica e nas relações hierárquicas entre os pescadores embarcados<sup>7</sup>.

O BEPA (2008 / 2009) disponibiliza um estudo sobre a dinâmica das frotas pesqueiras rastreadas por satélite em todo o litoral brasileiro. O Programa Nacional de Rastreamento (PREPS), criado em 2006, é uma iniciativa do MPA, Ministério do Meio Ambiente e Comando da Marinha. O objetivo deste projeto é rastrear as embarcações com dimensões acima de quinze metros de comprimento para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira e a preservação dos pontos de pesca (pesqueiros) em épocas de defeso. Aponta-se, ainda, que o projeto pretende abranger as embarcações de pequeno porte como as frotas que capturam pargo e lagosta no norte e nordeste brasileiro. Assim, a atividade pesqueira, ao sofrer intensa intervenção do

---

<sup>6</sup> Toneladas por hectare ao ano.

<sup>7</sup> Vale frisar que a introdução do GPS deu-se, a princípio, na esfera da pesca industrial. Somente em meados da década de 90 os pescadores artesanais passaram a utilizar esse instrumento para rastreamento de cardumes. Ao longo da tese será discutida mais profundamente as transformações ocorridas com a introdução desta técnica de captura, principalmente ao afetar o papel do mestre na embarcação.

Estado, está cotidianamente solicitada a reorganizar as formas de apropriação do espaço de produção da pesca, tomando como referência as constantes transformações sociais vividas na atualidade.

## **2.2 A pequena pesca comercial simples e as Ciências Sociais: breve panorama das investigações socioantropológicas ocorridas no contexto Nordeste Brasileiro**

A contribuição teórica-analítica das Ciências Sociais<sup>8</sup> desenvolvidas ao longo de décadas de pesquisa sobre as comunidades tradicionais pesqueiras é inegável. O estudo sistemático dessas comunidades possibilitou a compreensão da articulação entre espaço e tempo sociais, a construção da identidade social dos pescadores e, mais especificamente, na singularidade do processo de trabalho da pesca inserido no contexto de uma sociedade urbano-industrial organizada numa racionalidade pragmático-capitalista. A tentativa de estabelecer critérios interpretativos da cultura tradicional pesqueira possibilitou estudos teóricos os mais diversos, o que explicita a multiplicidade das abordagens engendradas e a riqueza do objeto de estudo. Requer, deste modo, dos pesquisadores uma adequação das escolhas teóricas à particularidade da cultura investigada. Os estudos sobre as relações sociais nas comunidades tradicionais pesqueiras, especificamente no contexto do Nordeste brasileiro, desenvolveram-se em grupos sociais ligados à atividade em estuários (SILVA, 2011; RAMALHO, 2006), mares (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1993; FORMAN, 1970; KOTTAK, 1983; ROBBEN, 1989), e lagoas (MARQUES, 2001).

Uma das primeiras contribuições para o estudo das comunidades tradicionais de pesca deve-se à antropóloga Gioconda Mussolini, ao estudar os aspectos da cultura e da vida social das comunidades pesqueiras do litoral brasileiro (MUSSOLINI, 1953). Em seus trabalhos seguintes, Mussolini contribuiu para a compreensão da organização social dos pescadores da tainha do litoral norte paulista (CIACCHI, 2007) e, com isso, abriu uma vereda para estudos sobre pesca artesanal e modo de vida. O historiador pernambucano Luiz Geraldo Silva defende em 1996 a tese

---

<sup>8</sup> Refiro-me às Ciências Sociais para acentuar o caráter abrangente das pesquisas efetuadas no âmbito das sociedades costeiras. Portanto, quando referir-me a questões epistemológicas como a defendida por Diegues (2001) e Breton (1981) de um campo socioantropológico da pesquisa sobre sociedades haliêuticas, torna-se inócuo desejar a separação entre sociologia e antropologia.

de doutoramento *A faina, a festa e o rito: gentes do mar e escravidão no Brasil Colonial (dos séculos XVII ao XIX)*, numa acurada análise histórica do processo de formação de uma cultura marítima atrelada ao desmantelamento da sociedade escravista e surgimento das classes populares. Outro texto de Luiz Geraldo Silva (2004) que deve ser enunciado é *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920 – 1980)*, que consiste num estudo histórico comparativo de duas tipologias pesqueiras localizadas no litoral brasileiro e seu processo de formação cultural, mobilização política através das Colônias de Pescadores e as transformações ocorridas no setor a partir da motorização e especialização no mundo da pesca.

Câmara Cascudo (1976) empreende um estudo descritivo da cultura popular nordestina, e dentre os temas abordados, há o cotidiano, os pescadores artesanais e suas aventuras, modo de vida e tradição no mundo da pesca. No texto *Jangada, uma pesquisa etnográfica*, Cascudo descreve a vida dos pescadores e a lógica interna do trabalho da pesca, tomando como referência as comunidades potiguaras. A contribuição de Cascudo para o entendimento da cultura das comunidades tradicionais pesqueira é inegável. Nos estudos empreendidos nos anos 60, houve a elaboração de uma abordagem teórica que aproxima a categoria de trabalho do pescador artesanal articulada numa ordem econômica inspirada na produção camponesa (RAMALHO, 2006). Estudos como os de Firth (1964), sobre os pescadores malaio e Shepard Forman (1970), ao pesquisar pescadores de jangada nas Alagoas, ilustram bem essa postura epistemológica. O mérito do trabalho de Forman (1970) foi estabelecer elementos conceituais pela pesquisa etnográfica, demarcando a “natureza” do trabalho pesqueiro artesanal (raft fishing) imbricado num processo social cujas mudanças os atores sociais não têm total controle nem desejo de evitá-lo. A questão que se coloca, para o autor, é que os atores sociais envolvidos ativamente no processo (os jangadeiros, familiares e compadrio) nem sempre se beneficiaram com as mudanças econômicas ocorridas.

A interpretação no campo da antropologia da pesca pode ser compreendida a partir da premissa que “a pesca precedeu a agricultura em múltiplos (...), muitos agricultores costeiros continuam explorando simultaneamente recursos terrestres e marinhos para a reprodução social” (BRETON, 1981). Para Breton (1981), as sociedades de pescadores têm que ser interpretadas através de características inerentes à dinâmicas próprias de quem retira os recursos do mar, elaborando de forma singular uma *cultura marítima* (MALDONADO, Idem; DIEGUES, Idem; SILVA, 2004). Interpretar a cultura imbricada no âmbito da produção econômica tomando como

referência as sociedades camponesas incorre-se ao erro da homogeneização cultural. O processo de trabalho dos pescadores artesanais articula-se dentro de uma lógica cotidiana, baseada numa jornada de trabalho calcada na incerteza. Por conta de uma tradicionalidade atrelada a uma necessidade física, o trabalho é majoritariamente masculino, principalmente o efetuado em mar alto. A divisão do trabalho é organizada dentro de um sistema de distribuição complexo; o pescado exige transformação imediata, por conta do risco da perecibilidade. Por fim, as sociedades costeiras, no nordeste brasileiro especificamente, historicamente estabeleceram outra atividade produtiva paralela à pesca – a agricultura – para participarem de um modelo de economia primária de troca, peculiaridade apontada em outros estudos sociológicos (FIRTH, 1970; ROBBEN, 1989). A necessidade de organização de uma economia de troca apenas reforça a inferência de que as sociedades tradicionais pesqueiras pouco conseguem de excedente para participar de uma sociedade de mercado. Como nos diz

Como qualquer atividade cujo comportamento se baseia na exploração de um recurso natural que é ao mesmo tempo objeto e meio de trabalho, a produtividade na pesca não depende apenas de fatores biológicos. Segue-se que, em contraste com a produção industrial, o setor haliêutico não pode se desenvolver em uma taxa proporcional à elevação do capital constante. (BRETON, 1981, p. 12)

A antropóloga potiguar Simone Carneiro Maldonado defende a dissertação de mestrado em Antropologia “Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta de Mato”, pela Universidade de Brasília. A obra *Mestres e Mares: espaço e divisão na pesca marítima*, da mesma pesquisadora acima, investiga “as bases da territorialidade produtiva em que (os pescadores artesanais) organizam a pesca” (MALDONADO, 1993, p.21). Trata-se de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em três comunidades pesqueiras no município de Cabedelo, na Paraíba, cujo foco analítico é a relação entre a construção da figura do mestre na organização do espaço da pesca e a estrutura hierárquica no mundo do trabalho pesqueiro.

Antonio Carlos Sant’Anna Diegues (1983) publica o importante trabalho *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, cujo foco de análise é a desestruturação da pequena produção pesqueira no litoral paulista. Com uma abordagem materialista histórica, Diegues traça o declínio da pequena produção pesqueira em

detrimento da entrada da pesca industrial no espaço pesqueiro do litoral de São Paulo. Evidencia-se neste trabalho uma análise macrosociológica que compreende a pesca como espaço de produção inserido, gradativamente, na lógica de acumulação capitalista.

No trabalho “*Ah, esse povo do mar*”, Cristiano N. Ramalho (2006) investiga as relações entre trabalho pesqueiro artesanal e pertencimento nas comunidades de Itapissuma e Suape, no litoral pernambucano. No Programa de Pós Graduação de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, Erich de Freitas Mariano (2007) defende a dissertação *Pesca artesanal na Costa da Paraíba*, cujo estudo analisa os procedimentos e capturas de pesca embarcada e os reflexos na vida social entre pescadores paraibanos. Este último representa uma aproximação teórica metodológica das ciências biológicas das formas de apreensão cognitiva dos pescadores artesanais sobre o meio natural, num novo campo de estudo denominado etnoecologia. A antropóloga Francisca de Souza Miller, em seu trabalho de mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, intitulado “A organização social de uma comunidade de pescadores agricultores do litoral sul do Rio Grande do Norte”, estuda o conhecimento tradicional de coletoras e pescadores artesanais de estuário sobre o ecossistema e suas características ambientais, ecológicas, morfológicas e sociais. Como professora adjunta do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Francisca Miller mantém intensa pesquisa na área de antropologia da pesca, meio ambiente, turismo e conhecimento tradicional.

Nos últimos vinte anos, surgiram diversos trabalhos que problematizaram o trabalho pesqueiro e as relações de gênero nesse espaço social. Elle K. Woortman (1991) realiza uma pesquisa etnográfica entre comunidades pesqueiras do Rio Grande do Norte, enfatizando o espaço ocupado pelas mulheres, a construção das identidades via relações de gênero. Nesse mesmo campo de investigação – as relações de gênero e o mundo da pesca artesanal - a dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, intitulada *Mulheres nas águas*, defendida por Diego Rocha Medeiros Cavalcanti estuda o papel das mulheres pescadoras das comunidades que utilizam o espaço da Reserva Extrativista Acaú- Goianas, ao analisar as esfera do trabalho e suas interfaces com a política. Nos dois trabalhos acima, pode-se afirmar que, além do que se pensa, o trabalho feminino não é apenas um complemento do orçamento masculino, mas revela uma mudança na postura da mulher dentro do contexto social em que estão inseridas. Em ambas as investigações, pode-se sugerir que o papel da mulher

nas relações de trabalho é reorganizado no meio social devido a uma intensa desagregação do trabalho da pesca artesanal. Com isso, as mulheres redefinem papéis e competências, cujo objetivo teleológico é fornecer o mínimo possível para a sobrevivência da família.

O espaço socializado pelos pescadores e população próximos a ecossistemas como rios, lagoas, estuários e mares é apreendido não apenas no aspecto objetivo. Estes espaços são apreendidos dentro de uma perspectiva simbólica pelas comunidades que deles retiram seus meios de existência. Sobre uma das manifestações simbólicas de apreensão do espaço, pode-se citar o trabalho realizado por Rubens Elias da Silva, intitulado *Sob o olhar do Pai do Manguê*, realizado numa comunidade estuarina localizada no município de Bayeux, na Paraíba. Este trabalho foi fruto de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Neste texto, SILVA (2003), estuda as relações entre pescadores artesanais de uma comunidade pesqueira de manguê em Bayeux e o mundo natural através da mediação das interdições e dádivas da figura mítica denominada Pai do Manguê. Robben (1989) estuda uma aldeia de pescadores no extremo sul da Bahia e o estabelecimento de uma ordem econômica que se efetua na prática diária, através de atos e decisões que se cumprem ou rejeitam e as emoções que a move e o modo como a vida é guiada, fugindo – para benefício do avanço dos estudos costeiros – do reducionismo do campo econômico à práticas estritamente mecânicas e sem valoração racional imediata.

As transformações econômicas ocorridas nas comunidades pesqueiras nordestinas foram tema de investigação em muitos trabalhos acadêmicos. Essa preocupação investigativa faz sentido uma vez que a “descoberta” das praias do Nordeste brasileiro como algo “exótico” e “idílico” reorganizaram a vida das comunidades afetadas. Apenas para citar duas conseqüências desse fenômeno, a valorização dos terrenos situados à beira mar obrigou os moradores locais a se afastarem da praia, logo o espaço do trabalho pesqueiro perdeu significação cultural. Segundo, o apelo turístico veio a cabo das transformações acima, modificando a paisagem social das comunidades afetadas, resultando numa expropriação do território socialmente legítimo e adquirido por gerações. Kottak (1983) empreende um fundamental estudo sobre uma comunidade de pescadores no litoral norte da Bahia – Arembepe – através de uma perspectiva diacrônica-estrutural. O autor discute como a comunidade em questão é afetada pelo desenvolvimento econômico advindo pela

abertura das estradas, chegada de uma indústria que trouxe consigo a poluição ambiental e a mudança radical das sociabilidades a partir da introjeção de novas crenças e valores (aldeia hippie). Na dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba “Vendo coisas que nunca viu, vendo gente que nunca viu: Pipa turistificada”, Paiva (1997)<sup>9</sup> estuda as mudanças provocadas pela atividade turística em pequenas comunidades costeiras e as imposições de novas formas de produção material, sobretudo por conta das alterações na cultura dos moradores originais. A dissertação “Turismo e o cotidiano dos moradores de Jericoacoara – Ceará”, investigação levantada por José Osmar Fonteles (1998), orientado pela antropóloga Simone Carneiro Maldonado, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, discute o turismo e sua articulação com a ideologia do ambientalismo e as relações de dependência com a globalização. Temas como turismo e diversidade cultural, globalização e ambientalismo passam a fazer parte da discussão acadêmica a respeito das comunidades costeiras e pesqueiras, o que evidencia a complexidade estrutural dos problemas sociais enfrentadas por sociedades de pesca em contextos atuais.

### 2.3 Barra do Cunhaú

A Rodovia RN 269 dá acesso à Barra do Cunhaú(Figura 1). É asfaltada, na saída de Canguaretama em direção à Barra existem ainda terrenos enormes destinados à criação de gado e uma vila de pescadores margeia a estrada, que não tem acostamento. À tardinha, quando se passa de automóvel, dá para testemunhar uma dezena de mulheres sentadas em cadeiras de balanço, conversando animadamente ao longo do trecho que liga Barra do Cunhaú à Canguaretama. A cada quilômetro há uma lombada para forçar a redução da velocidade dos veículos. No trecho dos quinze quilômetros que separam as duas localidades, é possível observar muito daquilo que fez parte do passado e o presente que se desenrola: casas abandonadas com telhados em ruína, à margem da estrada, árvores seculares que se debruçam sobre a rodovia, plantações de coqueiros a perder de vista, homens vendendo camarão e muitas fazendas de criação desse crustáceo ocuparam o manguezal na linha do horizonte. Na altura da

---

<sup>9</sup> Dissertação orientada pela antropóloga Simone Carneiro Maldonado,

última curva que dá acesso à Barra do Cunhaú, vê-se o manguezal remanescente ao que no passado ocupou todos os quinze quilômetros entre Cunhaú e Canguaretama.



Figura. 1: A Rodovia RN 269 dá acesso à Barra do Cunhaú. Foto: Rubens Elias da Silva

Na entrada, avista-se o rio Cunhaú tomando conta da paisagem local. Enormes coqueiros pendem em direção ao rio, como uma reverência (Figura 2). Do lado direito do rio um enorme manguezal se estende de ponta a ponta da barra até terminar nas dunas que se encontram com o mar. Do lado esquerdo do rio, concentra-se a parte antiga de Barra do Cunhaú, com várias centenas de casas, lojas de vestuário, bares, restaurantes e outros pontos comerciais. Desde o rio, vêem-se também dezenas de canoas atracadas na margem, coloridas e balançando calmamente com o movimento da maré. Recentemente foi implantada no local uma agência que oferece excursão ao longo do rio Cunhaú aos turistas que visitam o lugar. Mais próxima à barra está localizada a balsa que de quinze em quinze minutos, aproximadamente, conduz pessoas e automóveis para o outro lado do rio, onde há as dunas e o mar. Barra do Cunhaú tem como principal fonte de ordem econômica as praias e o estuário do rio. Tem uma população de 3.000 habitantes, segundo declaração dos próprios moradores. Esta localidade já teve a pesca artesanal estuarina e de mar de dentro como significativa atividade econômica. Mas, em decorrência de muitos fatores dissociativos e desfavoráveis (questões que analisaremos ao longo do trabalho), aqueles que se reproduziam socialmente através da lida pesqueira migraram para o trabalho assalariado ou à informalidade. Mesmo assim, a atividade da pesca de produção mercantil simples ainda se efetua, mas com menor incidência; outras atividades a substituiu em importância, como o setor de serviços e turismo. Em Barra de Cunhaú, a pesca de

produção mercantil simples de lanço ou linha é desenvolvida nas águas do Rio Cunhaú, em pleno manguezal. No encontro das águas do rio e do mar, há uma larga barreira de recifes que dificulta o acesso dos pescadores artesanais da barra ao mar, principalmente se a maré estiver baixa. A comunidade cresceu a partir do rio e estendeu-se para a praia, logo após os recifes.



Figura. 2: Entrada de Barra do Cunhaú. Foto: Rubens Elias da Silva

Barra do Cunhaú tem sido palco, nas duas últimas décadas, de uma série de transformações sociais através de processos como urbanização, difusão tecnológica, industrialização da pesca, avanço da especulação imobiliária e o aumento do fluxo de turistas, os quais imprimiram uma nova dinâmica social. A cabo dessas transformações, a prática da pesca local foi seriamente atingida, uma vez que havendo mudança na produção do espaço, cada vez mais afinado com a lógica urbana de ordenamento, acaba por atingir a produção social do espaço de organização da pesca (GOTTDIENER, 2010).

Os moradores mais antigos lembram que Barra do Cunhaú em meados dos anos sessenta a oitenta era uma pequena comunidade de pessoas ligadas por relações sociais familiares e de compadrio, fenômeno também testemunhado em outros estudos de sociedades costeiras no nordeste brasileiro (MALDONADO, 1993; KOTTAK, 1983; FORMAN, 1970). As relações sociais no âmbito da pequena pesca eram articuladas com um mercado extralocal que por via de acesso precárias, escoavam produtos. O transporte desses produtos era dado de forma precária, através de vias de acesso em terra batida, que ficavam muito piores no período de inverno, que vai de março a julho. Utilizavam-se *burros* e *jumentos* no transporte de peixes, crustáceos, moluscos, cereais, frutos e outros utensílios de finalidade doméstica. Era bastante usual a utilização de canoas e pequenos botes para a locomoção até Canguaretama, remando

rio acima. Em períodos de festa eram comuns a apresentação de emboladores de coco de *zambê* nas ruas ou em festas familiares como batizado e casamento. Poder-se-ia também assistir a uma apresentação de lapinha, nos períodos religiosos da Igreja Católica. Deste período, a única festividade ou manifestação da cultura popular que subsistiu foi a Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorre na última semana do mês de janeiro, atraindo fiéis tanto da Barra quanto de povoados do entorno (Figura 3).



Figura. 3: Momento da chegada da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, em Barra do Cunhaú (janeiro de 2010). Foto: Rubens Elias da Silva

interlocutores são enfáticos ao dizer que a vida em Barra do Cunhaú foi drasticamente transformada. A pavimentação das estradas que dão acesso ao lugar aliada à proximidade com a Praia da Pipa – famoso balneário potiguar, que sofreu processo semelhante à Arembepe, na Bahia – e o interesse do turista em conhecer as praias da região catapultou a atividade pesqueira para outro nível de interesse e importância para os moradores locais. Para que se entenda o processo de mudança em Barra do Cunhaú, é necessário demonstrar ao longo das últimas décadas o quanto a pescaria local sofreu interferência de outras atividades produtivas que chegaram ao local, imprimindo novos sentidos e valores sociais.

No Período Colonial, a região onde se encontra Barra do Cunhaú era habitada pelos índios Tupis. A cultura da cana de açúcar é iniciada no século XVII e torna-se principal meio atividade produtiva, com a construção do Engenho Cunhaú, que compreendeu o primeiro núcleo de povoamento da região (GALVÃO NETO, 2008). Pode-se afirmar que Barra do Cunhaú surgiu a partir da cultura açucareira, que trouxe trabalhadores das mais diversas regiões do Estado e, no início do século XIX, é construído o Engenho Pituaçu, que passa a produzir melaço e competir diretamente com

o Cunhaú. Mas o otimismo com a cultura açucareira duraria pouco tempo: a competição com novas colônias produtores de açúcar no Caribe e o baixo valor do produto diminuiu o investimento no setor. A implantação de usinas no lugar dos engenhos, o uso de máquinas em diversas fases do processo do trabalho e a intervenção do Estado com políticas da racionalização da produção do açúcar e do álcool somente acelerou um processo de crescente desemprego na região (ANDRADE, 1994). Nesse sentido, é possível compreender por que os moradores locais sempre alternavam – e ainda alternam – a atividade de trabalho formal com a atividade pesqueira, uma vez que a última tem a função de complementar a renda familiar e garantir “meios de sobrevivência” em épocas de crise econômica. Dessa forma, o declínio da produção açucareira acarretou perdas para o trabalhador assalariado, que passou de uma situação de exploração – com precárias jornadas de trabalho – para uma de desemprego. É necessário frisar que somente “os mais aptos”, segundo relato de interlocutores como Clóvis Oliveira e Sérgio Canoa, que outrora foram trabalhadores da “cana” estavam vivendo a situação de “desempregado”. Os que não tinham a chance de trabalhar com “carteira assinada” o que restava era desbravar o manguezal e o mar para garantir o sustento da família.

O manguezal de Barra do Cunhaú desde o século XIX serviu de espaço para a produção extrativista do sal, afirmando-se como atividade econômica local (Idem, 2008). No entanto, foi apenas no início do século XX que a produção salineira em Canguaretama estruturou-se visando o mercado consumidor externo. Desse modo, em 1924, havia seis salinas em Canguaretama que ocupavam uma área de 158.846m<sup>2</sup> com 118 cristalizadores (Idem, 2008). Entre os trabalhadores salineiros, havia muitos moradores de Barra do Cunhaú, entre eles, Seu João Oliveira<sup>10</sup>, 67 anos. Ele trabalhou numa salina nos anos 70 e lembra-se da importância da atividade como fonte de renda. Segundo ele, o sal produzido era vendido para Minas Gerais (para ser consumido pelo gado leiteiro), Rio Grande do Sul (para curtir a carne para a feitura da charqueada), além dos estados nordestinos.

O pagamento da gente era por produção, sabe? Era um trabalho difícil, o sal cortava os pés da gente, mas é a vida... antes da salina, servi à aeronáutica, vim pra cá (Barra do Cunhaú) e fui trabalhar lá...” Seu João Oliveira.

---

<sup>10</sup> Os relatos que constam neste capítulo foram coletados através de transcrição direta no caderno de campo, respeitando as falas dos interlocutores.

(Entrevista concedida em maio de 2009).

A década de 80 compreendeu um período difícil para a produção salineira do município. Toda a cadeia produtiva foi afetada pela transformação do mercado consumidor e pelas políticas de desenvolvimento do Estado. A razão que levou à diminuição e posterior extinção nos decênios seguintes foi a mecanização do processo produtivo na região de Macau, Areia Branca e Mossoró. A concorrência da produção fluminense e o impacto após a extinção da SUDENE foram os fatores que inviabilizaram a produção das poucas salinas que ainda persistiam no setor em Barra do Cunhaú. Com o seu fim, houve uma mudança na produção econômica de município que modificou as relações sociais em Barra do Cunhaú: no lugar das salinas, o manguezal foi ocupado pelas indústrias de criação de camarão (carcinicultura, figura 4) que redefiniram a paisagem natural e seus recursos e, conseqüentemente, as condições materiais de existência daqueles que trabalhavam diretamente nas águas do estuário.



Figura. 4: Tanques para criação de camarão. Foto: Rubens Elias da Silva

Após a desativação das salineiras, as primeiras fazendas de camarão foram implantadas ao longo do rio Curimataú-Cunhaú. A estagnação e desativação das salinas na região do rio Curimataú-Cunhaú acenou para o desenvolvimento da cultura do camarão. Dezenas de tanques podem ser vistos da estrada, num espaço que anteriormente era ocupado pelas salinas. A paisagem geográfica modificou-se consideravelmente. Onde era a salina de Cana Brava, foi construída a CAMANOR (Camarões do Nordeste), que detém maior área territorial ao cultivo do crustáceo no município. A Marine, a MM Maricultura, a Formosa e a Conceição são as outras fazendas que se beneficiam do manguezal de Canguaretama.



Figura. 1: Pequenos comerciantes vendem camarão ao longo da estrada em direção à Barra do

É oportuno salientar que a partir da implantação da carcinicultura, importantes transformações sociais e ambientais se desenvolveram e que foi possível verificá-las nos relatos dos pescadores que lidam diariamente com o manguezal. A estreita relação com o meio faz com que estes pescadores tornem-se exímios conhecedores dos processos biológicos, rota e quantidade de cardumes, direção dos ventos e das marés e, principalmente, percebem as mudanças ocorridas no manguezal após a carcinicultura. As mudanças ocorridas foram muitas: diminuição quantitativa do caranguejo adulto no manguezal, redução de cardumes no rio Cunhaú, aumento do trabalho informal e sazonal (por exemplo, pescadores e filhos de pescadores passam a vender uma gama de produtos na praia e no rio ao longo do período de veraneio) e conseqüente perda do pouco prestígio que restava à pescaria como vetor de reprodução e identificação sociais.

No artigo *População de pescadores artesanais do Canto do Mangue, Canguaretama (RN) – Brasil: alterações sócio-ambientais*, Silva et al. (2004) dispõem de importantes dados que enunciam, numericamente, os impactos ambientais que afetaram os pesqueiros. Estes pesquisadores defendem que a premissa de que o cultivo

da carcinicultura, desemprego crescente das populações ribeirinhas e queda na oferta do pescado são resultado de um processo histórico e econômico que percebe a natureza, de forma geral, como objeto a ser dominado, esclarecido e depredado sem reflexão sobre as prováveis consequências sócio-históricas. (2004). Vejamos o Gráfico 2<sup>11</sup>:

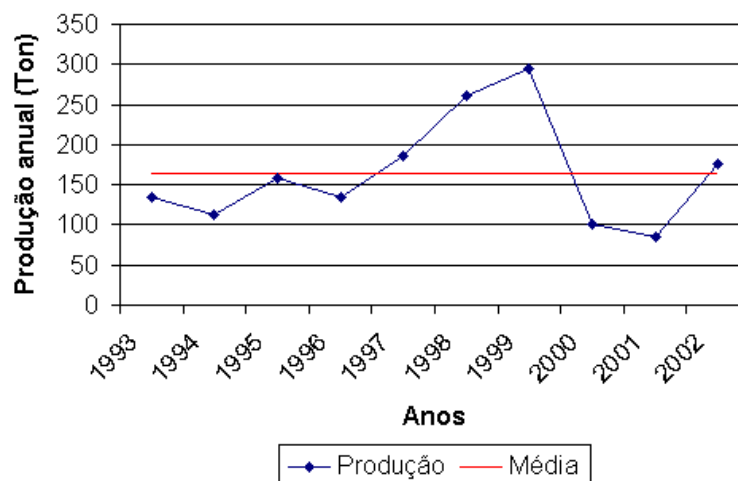


GRÁFICO 1 – Comportamento da produção anual de pescado em Canguaretama - 1993 a 2002.

Fonte: IBAMA/CEPENE (1993 a 2002).

Segundo as considerações de Silva et al. (2004: 5), o gráfico I “apresenta a produção de pescado em Canguaretama no período de 1993 a 2002, mostrando uma média anual de 164,1 toneladas (ton). Com aumento na produção nos anos de 1997 a 1999 (a média deste período foi de 246,5 ton), apresentando um pico em 1999 de 293,9 toneladas. Porém, há uma taxativa queda na produção nos anos de 2000 e 2001 respectivamente”. A questão da degradação ambiental de estuário é uma situação apenas enfrentada por muitas comunidades costeiras do litoral nordestino. Cristiano Ramalho (2006) elabora um estudo sociológico comparativo entre duas comunidades pesqueiras do litoral pernambucano (Suape e Itapissuma) e suas estratégias de reprodução social tendo na pesca artesanal sua principal fonte de renda. Na cidade de Itapissuma, em especial, o autor destaca que em algumas décadas os rios que desembocam no estuário de Santa Cruz trazem resíduos agroquímicos que afetaram a atividade pesqueira ali

<sup>11</sup> Dados extraídos do artigo População de pescadores artesanais do Canto do Mangue, Canguaretama (RN) – Brasil: alterações sócio-ambientais, da autoria de Márcia Regina da Silva et al., São Paulo, 2004.

desenvolvida (RAMALHO, 2006). Além dos resíduos agroquímicos, segundo o autor, outros fatores contribuíram para a escassez do pescado e a degradação ambiental: crescimento urbano desordenado, aterros de manguezais, despejos de esgotos domésticos.

A coleta de caranguejo em Canguaretama, no período de 1993 a 2002 sofreu oscilações significativas. Em 1993, a coleta chegou a quase 100 toneladas, e nos anos seguintes a tonelagem oscilou próximo a essa quantidade. A partir de 1997 ocorreu um aumento na coleta de caranguejo que culminou, no período de 1999 a 2000 numa captura de 200 toneladas de caranguejo. As conseqüências dessa supercaptura cobraram um preço altíssimo da população que depende do manguezal para sobreviver. Os pescadores artesanais da Barra do Cunhaú comentam sobre a diminuição do pescado nas águas do estuário:

Período bom de peixe? Hoje pra falar de período bom é difícil... porque a natureza mudou muito, tudo dez anos atrás no mês de junho a gente encontrava tainha. Hoje tá difícil..." (Seu Lelê, 41 anos, Barra do Cunhaú).  
(Entrevista concedida em julho de 2009).

O problema é grande. Era grande a quantidade de armadilhas aumentou por conta do crescimento da população, veio muita gente de fora. A procura do peixe aumentou. (Sérgio Canoa, 50 anos, Barra do Cunhaú).  
(Entrevista concedida em julho de 2009).

A pesca de redinha diminuiu o caranguejo. Sei que o caranguejo diminuiu muito depois da carcinicultura. (João Silva, Barra do Cunhaú).  
(Entrevista concedida em julho de 2009).

Vinte anos atrás era a pescaria artesanal que dava muito dinheiro. As pessoas viviam diretamente da pesca e de pessoas pescando... (Edson Ferreira, Barra do Cunhaú).  
(Entrevista concedida em julho de 2009).

Esse fenômeno de *supercaptura* coincide justamente ao período de crescente desemprego, que culminou na saturação do estoque de crustáceos no manguezal, refletido na baixa coleta nos anos seguintes, cuja tonelagem do caranguejo capturado obteve a média de 30 toneladas / ano. Em outras palavras, os pescadores que dependem do rio e mar para obterem os meios necessários para a reprodução social

sentiram o impacto ecológico de duas ações que se sobrepuseram: o uso das águas do rio para a criação de camarão e com toda a sorte de produtos químicos para acelerar o processo de crescimento do crustáceo e o crescente número de desempregados (vindos principalmente das salineiras e das usinas da região) locais explorando os recursos culminou numa *agudização* de um quadro social histórica e economicamente precário.

## 2.4 Barra do Cunhaú e o tempo de “dantes”: a pesca e o mercado

Se o veleiro para perto do cais  
é questão de valentia  
se o veleiro para perto de ti  
é questão de valentia...  
(Valentia, Fernanda Cabral)

A pesca como atividade destinada ao consumo e comercialização entre as décadas de sessenta e oitenta pode ser compreendida como elemento chave para o entendimento da natureza das relações econômicas e o processo de baixa acumulação de capital pelos sujeitos envolvidos. Sem dúvida, a pesca e a relação estreita entre os comunitários e o rio originaram uma forma de organização social imbuída pela lógica das relações de proximidade, a saber, entre familiares e camaradas, tipologia também encontrada em outras pesquisas (KOTTAK, 1983; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983). Em Barra do Cunhaú, centenas de famílias naquela época trabalhavam na pescaria ao longo do rio e do mar. E essa relação de comunhão entre os atores sociais locais e a natureza podia ser evidenciada pelas festas ocorridas próximas ao rio, principalmente na festa da padroeira local, Nossa Senhora dos Navegantes.

Sem dúvida, a pescaria nessa época já era sentida e encarada como atividade complementar a outra que se dedicava maior parte do tempo, como carpintaria, construção civil e salinicultura. No entanto, essa mesma pescaria servia de meio para a obtenção dos meios indispensáveis à reprodução social. É nesse sentido que argumento que a vulnerabilidade social a que estas comunidades costeiras como elemento historicamente dado enquanto processo de mudança social ocorre no presente (período em que a pesquisa foi realizada) somente reforça a tese de que a singularidade cultural dessas sociedades entra em conflito com a lógica – cada vez mais presente – do

ganho e do acúmulo de capital através do lucro e que, como apontarei ao longo do trabalho, somente aprofunda o quadro de vulnerabilidade já presente historicamente.



Figura. 6: Barra do Cunhaú nos anos sessenta: o transporte animal era muito utilizado.

A pescaria em Barra do Cunhaú, entre as décadas de 60 e 80, era desenvolvida através de dois métodos de trabalho: uma, entendida como a pescaria feita por indivíduos na beira do mar ou rio, à espera da passagem de cardume para a captura com rede de arrasto ou linha (Figura 6). A segunda, e não menos importante, era a pescaria de grupo, composto por quatro ou mais pescadores que jogam uma rede de mais de vinte metros de largura no rio, principalmente, e esperam pela vazante da maré para realizar a despesca (retirada dos peixes capturados pela rede). Geralmente o pescador com linha ou rede fica à beira do mar ou na água com a rede empunhada com uma das mãos e aparada por um dos ombros. Ao perceber a passagem de um cardume de tainha – abundante nessa época – o pescador atira a rede na água e lentamente puxa-a para a terra. Caso se consiga capturar algum peixe, retira-os da rede e põe-nos num cesto (samburá) feito de cipó da mata próxima e torna a jogar a rede na água. Outra modalidade bastante peculiar nessa época é a pesca do peixe voador. Esse tipo de pescaria só se realiza à noite. Arma-se uma rede na parte da frente da canoa. Nessa tipo de captura de peixe, cerca de ... homens se revezam no trabalho nas águas do rio Cunhaú. Acende-se um candeeiro à frente do barco e, conforme sobe ou descem o rio, conforme a direção da maré, os peixes voadores, incomodados pela presença da luz, voam e caem na armadilha em forma de rede. Esse tipo de pesca ocorre na época da reprodução dessa espécie.



Figura. 7: Pesca de tarrafa nas águas do Rio Cunhaú nos anos 80. Acervo: Sérgio Oliveira.

De acordo com os relatos coletados ao longo da pesquisa de campo, a disponibilidade de peixes, mariscos e crustáceos era maior e a facilidade de vendê-los também. Parte do pescado capturado, do caranguejo e marisco era destinada ao consumo doméstico ou até mesmo partilhado com os vizinhos. O pescado de melhor qualidade era destinado à comercialização e abria-se a possibilidade de conseguir capital para a compra de cereais, vestuário e remédios. O quilo da tainha, por exemplo, custava cerca de 0,75 cruzeiros. Em muitos casos, a comercialização era intermediada pela figura do pombeiro. Ele geralmente é um pescador aposentado ou alguém que decidiu dedicar-se ao comércio pesqueiro. O pombeiro, dependendo da região de nosso país, também é conhecido como atravessador. O pescador de Barra do Cunhaú vendia ao pombeiro o quilo da tainha por 0,75 centavos de cruzeiro. O pombeiro revendia o quilo da tainha no mercado de Canguaretama ou Natal por 1,50 ou 2 cruzeiros, dependendo da época do ano. Por semana, cada pescador capturava cerca de vinte a trinta quilos do peixe. Os pescadores locais explicam que o aumento do valor da tainha deve-se ao fato de o pombeiro investir no setor com refrigeração e transporte, alternativas inviáveis para eles nas condições econômicas daquela época. Nesse contexto, há casos de resistência à ação dos pombeiros. É o caso de Dora, pescadora de linha: ela prefere vender diretamente o pescado às famílias que conhece em Canguaretama: “eles já eram clientes certos. Eu levava todos os sábados carapeba, camurim e pescada”. Sem a intermediação do pombeiro, Dora julga ter liberdade para ter seu capital independentemente dos interesses comerciais dele. Mas existe nas trocas estabelecidas por Dora uma vantagem econômica nas duas partes da relação: tanto ela quanto os compradores não são explorados pela intermediação do pombeiro. O caranguejo capturado pelos catadores em Barra do Cunhaú é envolvido por cipós de

capim em número de doze. Por semana cada catador de caranguejo conseguia produzir cerca de vinte a trinta “cordas” de caranguejo e cada uma custava 3 cruzeiros a corda. No mercado de Canguaretama chegava a alcançar o valor de 4 cruzeiros. A cata do marisco sempre foi feita no período de maré seca, geralmente nos bancos de areia que se formam ao longo do rio e são comumente chamados de “croas”. Geralmente os catadores dirigem-se às croas no período de maré vazante, em número de três pessoas por canoa. Se a maré estivesse em período de “pernilongo”, levava-se uma lata perfurada com brasa e madeira e fazendo fumaça o suficiente para afugentar os mosquitos, o chamado “boi de fogo”. Os mariscos eram removidos – e ainda o são assim – através de uma pequena enxada, lavados numa peneira nas águas do rio e reservados num saco de estopa ou náilon. Cerca de quarenta quilos ou mais de mariscos eram extraídos por dia de trabalho. Ao chegar a casa, os catadores prosseguiam no trabalho de retirada do marisco. Fazia-se um fogo com madeira do mangue, punha uma panela capaz de receber vinte quilos do marisco e os cozinhava por mais de meia hora. A etapa seguinte é a “escatembiação” do marisco, que consiste na retirada do marisco da concha, que geralmente é facilitado pelo processo de cozimento demorado. Os mariscos são reservados e colocados, ou em pratos ou em pequenas sacolas plásticas, e vendidas nas ruas ou mercados. Nos anos sessenta, o marisco era vendido por 1 cruzeiro e no mercado, caso tivesse a presença do pombeiro, chegaria ao valor de um cruzeiro e cinquenta centavos.

Seja na pescaria de tainha, carapeba, camurim ou de outros peixes, caranguejo ou marisco, vê-se que a produção era destinada em parte para o consumo doméstico; a outra parte era destinada à comercialização, efetuada pelo próprio produtor ou intermediada pelo pombeiro. Como os pescadores tinham pouco capital para investir em refrigeradores e gelo no bote, eles estabeleciam uma relação de dependência econômica com o pombeiro, peculiaridade encontrada em outros trabalhos sobre sociedades costeiras (TEIXEIRA, 1990; DIEGUES 1983). O pombeiro garantia uma relação de troca sem a necessidade de deslocamento espacial, o que demandava tempo e tecnologia apropriada. Como enfatizei anteriormente, havia estratégias de resistência como o estabelecimento de relação de amizade com os compradores, a fidelização das relações e a venda direta entre pescadores e aqueles.

## 2.5 Modo de vida e sociedade costeira: o caso de Cunhaú

Posso ouvir o vento passar  
assistir a onda bater  
mas o estrago que faz  
a vida é curta para ver...  
O Vento, Marcelo Camelo

O trabalho pesqueiro articula-se dentro de um processo de aprendizado partilhado pelos comunitários, cuja interpretação do ritmo da natureza torna-se primordial. Além do mais, nas comunidades costeiras ligadas à pesca a apropriação social dos recursos disponíveis nas águas, nos seus mais diferentes níveis ecológicos, não seguem apenas estratégias de subsistência; pelo contrário, esta apropriação é organizada dentro de um sistema de crenças culturais e valores morais que se entrelaçam construindo identidades sociais que se articulam com um sentido de lugar (CORDELL, 2000; BRITTO, 1999). Esse “sentido de lugar” pode ser percebido como um elemento de sociabilidade que se constrói através das relações de produção, tendo como vetor o espaço como fundante e fundador das relações sociais.



Figura. 8: Banhistas e pescadores se confundem nas águas do rio em Barra do Cunhaú. Foto: Rubens Elias da Silva

A apropriação social dos recursos aquáticos é desenvolvida segundo sistemas tradicionais de manejo que abarcam formas comunais de propriedade (CORDELL, Idem). Em Barra do Cunhaú, a apropriação social dos recursos disponíveis em seus ecossistemas é organizada segundo parâmetros consuetudinários de quem pode e deve se relacionar com as “coisas da água”<sup>12</sup>. Essa apropriação dá-se através da herança de várias gerações que já se relacionavam com o mar ou estuário, num processo incessante de socialização dos mais jovens com “os assuntos ou coisas da água”. Sem dúvida, esse processo de aprendizado de *quando* e *como* se apropriar dos espaços da produção tem forte conotação cultural, histórica, econômica e, por que não, religiosas (CORDELL, Idem).

Pode-se citar uma peculiaridade cultural observada na organização social do espaço em Barra do Cunhaú. Os pescadores – via relações de produção – têm forte identificação social com as embarcações onde se desenrolam as relações sociais fora da terra. Não obstante, essa identificação social viabiliza uma significativa forma de apropriação cultural de propriedade: a dimensão simbólica de nomear as embarcações segundo estratégias comunais de parentesco.

O sistema de propriedade das embarcações é uma extensão da lógica das relações interpessoais na comunidade. Isso não quer dizer, necessariamente, que a apropriação das embarcações não perpassasse pela esfera econômica; longe disso, a própria estrutura da embarcação, capacidade de velocidade e de embarcar tripulantes, entre outros, é um fato incontestado da diferenciação e prestígio sociais dos que têm capital suficiente para ter um “bote” como posse.

Os modos como as comunidades pesqueiras constroem e mantêm seus botes, são elementos marcantes e estruturais à pesca simples, pois geralmente respondem a outros princípios da cultura do grupo a que pertencem e do sistema em que operam (MALDONADO, 1993, p. 71).

“O bote é a família”, sentenciou um pescador artesanal durante a pesquisa de campo de Maldonado (1993). Diante de uma constatação pontual acerca das relações de trabalho no mundo da pesca “o bote é a família”, reverbera objetivamente as complexas relações entre trabalho, instrumentos e o processo de reprodução social. Essa

---

<sup>12</sup> Expressão dita por um pescador de Baía Formosa.

ideologia acerca da importância da embarcação no universo pesqueiro fica evidente diante dos nomes de batismos das embarcações.

Foram elencadas três formas ideais típicas com relação às nomenclaturas das embarcações, deixando evidente como a cultura pesqueira também se faz presente nessas representações nominais. Foram registradas oito embarcações cuja nomenclatura faz alusão às qualidades físicas ou psicológicas dos embarcados. Em Baía Formosa foram catalogadas as embarcações Coração Valente, Valente e Rei do Mar; em Barra do Cunhaú, por sua vez, foram listadas as embarcações Sonho Meu, Brutus e Jóia do Cunhaú. Sem dúvida, a titulação das embarcações parece relacionar, no plano da intersubjetividade do grupo social, a ideia de que trabalhar no mar ou no estuário requer dos embarcados determinadas qualidades físicas e psicológicas. A ênfase a essas qualidades parece concordar com as considerações analíticas de Maldonado (1993) quando diz que:

Na pescaria, a noção de sorte, que é apanágio dos bons pescadores e sobretudo uma qualidade pessoal dos mestres, se expressa em fenômenos que ocorrem nas tensões específicas do seu meio social [...] refletindo-se na estabilidade das tripulações e no resultado da pesca [...] Em certa medida, a situação social reflete o fato de ser o mar um meio de posse comum, o que influencia os níveis de competição levando a recorrência de conflitos (MALDONADO, Idem, p. 163).

A pesca é uma atividade humana que oferece inúmeros riscos àqueles que a utilizam como meio de reprodução social. É um trabalho que, assim como a mineração e o nomadismo no deserto, por oferecerem risco por conta do distanciamento e isolamento necessários à produção, requerem atitudes corajosas frente à instabilidade do meio (MALDONADO, Idem). Sendo assim, ainda segundo Maldonado (Idem), os pescadores artesanais necessitam de mecanismos sociais fortes para superar dificuldades inerentes ao meio de produção, como forma de amainar o confronto com riscos e fatos objetivos que nem sempre podem dominar e vencer (MALDONADO, Idem; DIEGUES, 2004).



Figura.9 :Catraia seguindo para o bote: pescadores se preparando para a pesca da albacora em alto mar. Foto: Rubens Elias da Silva

Por conta das condições acima descritas, os proprietários das embarcações parecem querer reforçar essa ideologia do “heroísmo” mediante a presença do risco, cristalizada pela nomeação das embarcações em Barra do Cunhaú: Sonho Meu, Brutus e Jóia do Cunhaú. Com isso, entre os pescadores, as qualidades físicas e psicológicas têm que ser enfatizadas e compartilhadas, de modo a administrar no plano social a constatação de que as embarcações são frágeis<sup>13</sup> mediante a imensidão da natureza e pela possibilidade sempre presente de sofrer agressão de peixes grandes (MALDONADO, Idem).

Medo, insegurança e risco são categorias sociais presentes na vida social dos pescadores artesanais. As águas bravias sempre ofereceram perigo àqueles que as desafiam. Concomitantemente com as estratégias sociais encetadas pelos proprietários das embarcações para reforçar uma “ideologia do heroísmo”, foi catalogada uma estratégia refratária a essa ideologia do heroísmo, cuja articulação se desenvolve a partir de relações simbólico-religiosas com o espaço marítimo ou estuarino. Foram enumeradas duas embarcações cuja nomenclatura faz alusão à dimensão religiosa dos embarcados. Em Barra do Cunhaú, Com Jesus vencerei, Janaína e Yemanjá.

<sup>13</sup> Maldonado (1993) cita um provérbio costeiro francês que enuncia “A tábua que nos separa dos mortos”.



Figura.10 : Porto de Baía Formosa. Foto: Rubens Elias da Silva

A terceira tipificação remete às relações familiares, quando as embarcações recebem nomes de familiares ou homenageiam-se pescadores por suas atitudes de bravura durante o trabalho. Mais uma vez deve-se recorrer a ideia de risco para compreender a lógica interna do trabalho da pesca artesanal. Por ser uma atividade laboral empreendida num espaço diverso da terra, oferece riscos à vida dos embarcados. Sendo assim,

Por ser uma atividade caracterizada pela condição de risco e pela necessidade de se ter segredo em relação às rotas aquáticas para se atingir os melhores locais de pescaria, pescar com a família (pais, irmãos, primos), amigos e compadres, acaba sendo fundamental para que a atividade alcance os fins almejados (RAMALHO, 2006, p. 58).

O trabalho pesqueiro exige determinadas posturas daqueles que utilizam os territórios aquáticos como meio de produção. Confiança mútua, coragem, sentimento de grupo e trabalho racionalmente coordenado possibilitam vantagens concretas nas relações estabelecidas enquanto embarcados (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2006). Em virtude das singularidades das relações sociais desenvolvidas ao longo do trabalho da pesca, é mister afirmar que os sentimentos de solidariedade concedam ao universo do trabalho pesqueiro uma lógica interna distribuída segundo princípios de familiaridade – entendidos como organização da vida social baseado na unidade

familiar – que ficam evidentes no modo como as embarcações são nomeadas e distribuídas sob critérios de posse<sup>14</sup>. A pesca artesanal, assim, é o espaço que se constrói e se reorganiza pelas sociabilidades gestadas na parentela, como vetor de intercambiação entre passado, presente e uma projeção daquilo que se entende por “futuro” (RAMALHO, Idem).



Figura. 11: A pesca artesanal, assim, é o espaço que se constrói e se reorganiza pelas sociabilidades gestadas na parentela. Foto: Rubens Elias da Silva

A construção da identidade e identificação, enquanto pescador, é balizada pela apreensão dos ciclos naturais e o meio natural onde as relações sociais são aprendidas, transmitidas e reelaboradas. A interpretação dos ciclos da natureza como tipos de massa de ar, cardumes, períodos lunares, identificação e mapeamento das zonas de pesca compreendem uma forma de conhecimento inerente ao ser social enquanto pescador. Em contrapartida, sem a elaboração desse conhecimento, capaz de interferir e reorganizar o meio natural e as relações de trabalho, não se faz pescador. Esse *savoir-faire* é fruto de experiências adquiridas por longos anos de convivência social e inserção no trabalho da pesca.

Diante do exposto, pode-se considerar que o espaço da produção da pesca se organiza segundo padrões culturais locais, cujo vetor de solidariedade social é articulado pelas relações de parentesco e vizinhança. Nesse modo peculiar de solidariedade social, o trabalho assume posição de primazia no estabelecimento de relações sociais, não somente no mundo da pesca, mas compreende o universo sociocultural mais amplo que comporta a vida coletiva de Barra do Cunhaú e Baía

<sup>14</sup> Maldonado (1993: 56), diz que “a pesca se caracteriza entre outras coisas pela utilização do parentesco como critério de organização e de divisão do trabalho”.

Formosa. Diante disso, não se pode compreender as complexas relações sociais de produção da pesca sem colocar no contexto de uma universalidade social da qual os pescadores fazem parte e a definem conforme circunstâncias e condições concretas (RAMALHO, 2006).

## 2.6 Moradia: taipa e candeeiro

Barra do Cunhaú originou-se na porção de terra voltada para o rio. Lentamente foi-se estendendo para a parte superior de uma falésia que eleva-se na parte defronte para o rio. Nos anos sessenta, a maior parte das casas era de taipa, espécie de habitação feita com madeira, argila batida e palha.

Até 1992 havia casas de taipa em Barra do Cunhaú. A maior parte dos moradores era formada por famílias de pescadores, que viviam próximas ao rio, “nas casas de frente”, como dizem os mais antigos. Como relata Dorinha, pescadora e moradora local:

Barra do Cunhaú era um povoado selvagem, não tinha transporte... nos anos 60 é que chegaram os primeiros carros, o povo daqui só andava de canoa ou de jumento... meu pai um tempo ganhou um jumento, a pesca aqui era de tarrafa... (setembro de 2011).

Em 1986 foi construído o Colégio Roberto Magalhães. As estradas eram de barro. Os proprietários das salinas era Mario de Teixeira de Carvalho, José Ferreira de Melo, Antonio Albuquerque Maranhão, Geraldo Villarim, Mozar Calafange e Francisco Calazans. Época em que a produção econômica no rio Cunhaú oferecia riscos limitados à atividade pesqueira local por conta de seu baixo índice de transformação do espaço aquático. A porção voltada ao mar era pouco habitada, tendo poucas habitações nesse espaço. Sendo assim, a disposição espacial das casas localizava-se na direção oeste a norte. Poucas eram as casas de alvenaria, pois demandavam muito capital para construí-las. A iluminação doméstica era feita por candeeiro ou vela. Seu Geraldo, 57 anos, pescador de linha, explica como era essa época na comunidade:

Os tempo aqui era difícil... tinha muito pouca coisa... as casas eram de taipa, a iluminação era de candeeiro, tinha que comprar querosene... meu pai todo dia mandava

comprar o querosene para por no candieiro, mas era muito bom morar aqui... tenho saudade desse tempo... (sic) (julho de 2009).

O sistema de eletrificação somente foi implantado nos anos 70, o que foi visto com muita alegria e surpresa pelos moradores. As pessoas “da cidade” que mantinham contato com o “povo” da Barra, na maioria das vezes, eram veranistas que compravam terrenos para a construção de uma casa para usufruir do mar e do rio nos fins de semana ou período de férias. Os veranistas estabeleciam uma relação de vizinhança e compadrio com o “povo” da Barra, o que muitas vezes a casa de veraneio era deixada sob os cuidados de alguém que morava na comunidade. Como nos diz Seu Arival, 69 anos, também da Barra:

Muitos familiar meu já trabalhou em casa de veraneio... aqui quase não tinha isso... aí foi chegando os anos oitenta, alguns moradores de Canguaretama compraram terreno aqui, foram vindo, vinham no verão, passava semanas aqui, tomavam cerveja com a gente... aqui tudo era família... (sic) (maio de 2008).

Pouquíssimas pousadas havia para receber alguém considerado “estranho”. Geralmente quando “alguém de fora” à Barra passar a semana, ficava hospedado na casa de algum morador do lugar, rapidamente incorporava-se na hierarquia dos comuns. Com isso, conviver entre os cunhauenses era entrar no ritmo social deles, do tempo socialmente partilhado e sentido. Gerentes e todo o pessoal da burocracia que trabalhavam nas salinas e nas usinas próximas à Barra do Cunhaú ficavam, ou residindo ou pernoitando, em Canguaretama, pois a sede municipal oferecia conforto aproximado à vida que levavam em seus lugares de origem.

A água potável chegou apenas em 1978. Antes disso, os moradores locais precisavam se deslocar até um riacho distante quinze quilômetros da comunidade. Segundo os moradores mais antigos, viver naquela época em Barra do Cunhaú requeria muita coragem e disposição para trabalhar.

## 2.7 Baía Formosa: município do trabalho nas águas

*“Andei por andar andei  
E todo o caminho deu no mar”*  
Dorival Caymmi

Baía Formosa é um importante município potiguar na produção de pescado. Tem esse nome por conta da baía que se espraia na Praia do Centro. O município de Baía Formosa foi criado pela lei 2.338 a 31 de dezembro de 1958, desmembrando-se de Canguaretama, do qual era distrito. Antes de ser batizado como Baía Formosa, o lugar era conhecido como Aretipicaba, termo da língua tupi que significa “bebedouro de papagaios”.

O município está localizado no estado do Rio Grande do Norte, na microrregião do Litoral Sul e faz divisa com o estado da Paraíba. De acordo com o censo de 2001, Baía Formosa tem uma população estimada de 8.000 habitantes, numa área territorial de 246 quilômetros quadrados. Limita-se ao norte e ao leste com o município de Canguaretama e ao sul com o estado da Paraíba. A leste, Baía Formosa é banhada pelo Oceano Atlântico. Baía Formosa está a 90 quilômetros da capital do estado, Natal. A sede do município está a 6° 22′ 10″ de latitude sul e 35° 00′ 28″ de longitude oeste. O município tem um relevo relativamente plano. A altitude é de 4 metros acima do nível do mar.



Figura. 12: Baía Formosa nos anos setenta: as transformações no espaço foram profundas. Foto: José Galdino Alves

Baía Formosa é conhecida pelas suas belezas naturais e a economia local é impulsionada pela pequena pesca comercial simples, que envolve mais de mil pescadores cadastrados na Colônia de Pescadores (conferir nome). A pesca da albacora (*Thunnus albacares*) e da lagosta vermelha (*Panulirus argus*) são as atividades mais conhecidas e rentáveis em Baía Formosa, no entanto, na pesca de alto mar pode-se capturar voador, pargo (*Lutjanus purpureus*), dentão (*Lutjanus jocu*), dourado (*Coryphaena hippurus*), mero (*Epinephelus itajara*), galo do alto (*Selene setapinnis*), entre muitos outros.

A história de Baía Formosa está estritamente ligada com o mar. O município surgiu a partir da construção de um porto para embarcações, ainda no período colonial. Nesse período, o pau brasil foi bastante explorado na região. Segundo Correia de Andrade (1995), o processo de colonização e de ocupação do espaço potiguar foi comandado a partir da metrópole, visando à utilização dos recursos naturais locais para a acumulação de capital. Já em meados do século XVIII, formou-se uma aldeia de pescadores e, segundo o material consultado (Baía Formosa, 2006), a praia central já era ocupada por famílias influentes, como a Albuquerque Maranhão, para passar o período de verão. Vale frisar que o modelo econômico que se consolidou no Rio Grande do Norte, nesta época, como também na colônia inteira, era a de formação econômico-social concentradora de renda e poder político (Correia de Andrade, 1995: 18).



Figura. 13 Habitação de taipa em Baía Formosa no início dos anos oitenta. Foto: José Galdino Alves

Pode-se inferir que a pesca artesanal, no período mencionado acima, estava organizada dentro dos moldes da pequena produção articulada com a atividade agrícola. A atividade pesqueira era elaborada com a finalidade de complementar a dieta familiar, uma vez que esta atividade findava nos meses de pouca oferta de pescado. No período de outubro a dezembro (agora, estende-se até janeiro), a captura da albacora gerava renda para pescadores, meeiros e comerciantes. Era capturada através da técnica do curso. Já a pesca do voador, peixe de valor comercial inferior à albacora, ocorre entre os meses de abril e junho, reorganizando o trabalho artesanal pesqueiro e articulando novas formas de sociabilidade no trabalho pesqueiro.

Com isso, o município de Baía Formosa compreende um relevante espaço de análise da produção da pesca artesanal, uma vez que esta representa importante valor, não só econômico, mas também imprime aos moradores um sentimento de pertença em relação às coisas do mar.

## **2.8 Pequena pesca comercial simples e cultivo da cana de açúcar: economia local**

A economia do município de Baía Formosa compreende a monocultura da cana de açúcar, que gera emprego e subemprego na área da coleta e beneficiamento da cana de açúcar. De acordo com o IDEMA (1999), o município abriga uma população de 7.336 habitantes<sup>15</sup>, sendo que 6.010 residem na área urbana e apenas 1.326 vivem na área rural. Dentro desse contexto, percebe-se uma clara concentração da população no entorno da cidade, pois compreende o espaço social propício à geração de renda, seja vinculado-se à pesca, ao turismo e a serviços. Com relação à questão do turismo enquanto fenômeno social, aprofundarei em seguida. Segundo o IDEMA (1999) as atividades do setor primário são as mais importantes para a economia de Baía Formosa, a agricultura e a pesca. No setor de beneficiamento da cana de açúcar, pode-se citar a Destilaria Baía Formosa, produtora de álcool anidro e hidratado. O cultivo da cana de açúcar desenvolveu-se ainda no século XVIII na região onde hoje se localiza Baía

---

<sup>15</sup> Dados que diferem significativamente do que anteriormente citado no texto. No entanto, como compreende em dados levantados por diferentes fontes, não há razão para não cita-los, muito menos refuta-los, uma vez que correspondem a períodos distintos de pesquisa e levantamento dos referentes dados.

Formosa. Com a desvalorização da extração do pau brasil, a produção da cana de açúcar foi a primeira monocultura desenvolvida pela colônia.

A pesca artesanal destaca-se como fundamental espaço de produção econômica para a população de Baía Formosa. Cerca de 1 / 8 da população tem ligação direta com o trabalho da pesca artesanal, levando em consideração apenas às pessoas cadastradas na Colônia de Pescadores Z-11. Dentro do universo amostral de cerca de mil cadastrados na colônia, maioria absoluta é composta por homens pescadores. O percentual de mulheres cadastradas é ínfimo. Pode-se explicar esse fenômeno a partir da taxa exigida para efetivar o cadastro, o que oneraria o orçamento doméstico; pode-se também supor que pelo fato de a pesca local ser majoritariamente realizada em “mar alto”, “mar de fora”, impossibilitaria a inserção da mulher nas modalidades de pesca existentes em Baía Formosa. Ou como disse um pescador artesanal local: *“Pesca em mar de fora é coisa de homem, mulher aqui não entra”*. Sem dúvida, essa divisão sexual do trabalho externa as relações de gênero via relações de trabalho, sob a justificativa de que trabalho pesqueiro é pesado, portanto mulher tem que ficar “de fora”.

Existem determinadas modalidades de pesca realizadas em Baía Formosa. A pesca de linha, por exemplo, é bastante utilizada na captura do pescado, seja no “mar de dentro” ou no “mar de fora”. O peixe mais capturado é o bagre, conforme informou um mestre local. É uma modalidade que exige divisão do trabalho, pois geralmente é realizada por um único pescador, embora muitas vezes esteja embarcado com outros camaradas. A cioba, o baicora, a cavala, o sirigado, o atum, o agulhão de vela, a caranha, o xaréu, o pirambu, o sanhauá e a pescada são alguns tipos de peixe que são capturados a partir da técnica de linha.

O uso da tarrafa é freqüente em todo o litoral nordestino. Em Baía Formosa é um método de captura bastante utilizado na pesca de tainha, sauna e cacetão, espécies de baixo valor comercial. Na pesquisa de campo efetuada em meados de outubro de 2009 a janeiro 2010, pude conversar com dezenas de pescadores e comerciantes de Baía Formosa sobre o período de captura da albacora. A chegada das embarcações dá-se no porto de Baía Formosa, onde o pescado é “beneficiado”: estoca-se, congela-se, “trata-se o pescado” e, sem dúvida, vende-se aos clientes o pescado capturado do dia. O período de captura da albacora coincide com um grande fluxo de pessoas vindas de outras cidades por conta da chegada do verão. Sendo assim, a oportunidade de vender o pescado aumenta e a possibilidade de lucro é maior. O porto

transforma-se numa feira: pessoas saindo com sacolas com postas de peixe, prontas para serem consumidas sejam em forma de caldo ou no coco, sejam fritas ao óleo. Pessoas chegando, muitas vezes encantadas com a quantidade de peixes à mostra, lustrosos, de várias espécies, de cores que vão do tom de azul ciano a vermelho arroseado. É um espetáculo para os olhos e paladares.

A safra da albacora em 2008 não foi das melhores, me falou mestre Chico. O preço médio do quilo da albacora foi baixo, oscilando entre 3 a 5 reais, o que desestimulou os pescadores locais em relação à expectativa de fazer alguma economia ao longo do ano. A safra da cioba foi mais rentável, perfazendo um valor de troca que variou de 8 a 10 reais. No entanto, a maior disponibilidade ecológica local é da espécie albacora, o que objetiva no seguinte desenlace: aumenta a demanda do pescado, o preço forçadamente diminui, para o desalento de todos os envolvidos no trabalho da captura.

A safra da albacora em 2009 foi mais animadora para os pescadores artesanais de Baía Formosa. O quilo do pescado oscilou entre 5 e 7 reais, o que representou um aumento de 71,4% em relação ao ano anterior. Este percentual se refere ao pescado de qualidade comercial “superior”. Tomando como referência o pescado de qualidade menor, houve uma valorização de 60% com relação ao ano anterior (3 a 5 reais, respectivamente).

As safras de pescado correspondem a uma temporalidade do trabalho da pesca artesanal. Não se pesca indiscriminadamente uma determinada espécie; ela encontra-se disponível numa determinada do ano. Sendo assim, a safra da albacora vai de setembro a janeiro, época das águas quentes. De fevereiro a abril começa a safra da cioba, que em 2009 teve o valor de troca orçado em 8 reais o quilo (conseguiu mais valor de troca que a safra da albacora), do dentão, que também alcançou 8 reais o quilo, a safra do pargo (5 reais o quilo) e da guaiuba (também 5 reais o quilo). De maio a junho é a vez do avoador e do dourado. No período de transição, que compreende o mês de agosto, há a captura do cangulo, pira, piraúna e biquara, espécies de baixo valor de troca. É o período de muita dificuldade para as famílias dos pescadores, pois é o momento em que o que se pesca é para se comer. Pouco dá para juntar. Em setembro começa-se novamente a safra da albacora.

## 2.9 O mercado e o pescado em Baía Formosa

Quem bater a primeira onda do mar  
Dá de lá bandeira qualquer  
aponta pra fé e rema...  
Dois barcos, Marcelo Camelo

A coleta de dados sobre a pesca nas décadas de 60 e 80 foi dificultada por conta dos atores sociais reclamarem da falta de lembrança dos “tempos antigos”. “Ah, é dificultoso lembrar aquele tempo... o dinheiro mudava de nome o tempo todo...”, declarou-me um pescador de Formosa. Desse modo, a reconstituição do passado da pesca e a produção de capital foi elaborada com paciência e dedicação metodológica, através da busca minuciosa de relatos de pessoas mais velhas e disponíveis para falar. Num contexto social em que o processo de rememoração, lembrança e esquecimento foi potencializado pelas constantes mudanças no sistema monetário brasileiro naquela época, tentativa para conter a inflação e outras variáveis econômicas.

A produção de pescado em Baía Formosa dava-se de modo bastante diverso do contexto atual, segundo os próprios pescadores. Antes de porfiar sobre a produção do pescado e sua distribuição, é necessário pontuar que a maior parte dos botes era propulsão por vela. Assim, os botes apresentavam pouca capacidade de locomoção no mar, uma vez que dependiam de ventos fortes para alcançarem os pesqueiros mais distantes da terra. A baixa capacidade de conservação do pescado, concretizada pela falta de um refrigerador na localidade, obrigava os pescadores a venderem sua produção o mais rápido possível quando chegasse a terra para atravessadores e, ocasionalmente, a banhistas interessados em consumir um pescado fresquinho. A motorização somente chega à Baía Formosa em meados dos anos 70. Mesmo assim, somente os pombeiros Sadona e Samuel tinham barcos a motor. Como se vê, a motorização quando passou a ser um elemento tecnológico presente na produção pesqueira em Baía Formosa, ela era de propriedade estranha àqueles que trabalham no mar. Segundo Samuel, que até hoje é pombeiro em Baía Formosa, “a motorização tornou a pesca mais fácil de trabalhar”, pois “antigamente, saíam de casa para pescar atum às nove da noite e só voltava às sete da noite seguinte... hoje você sai às duas e volta às 13 horas... facilitou muito”, pontua. O desenvolvimento histórico da produção

da pesca em Baía Formosa aponta para uma dissociação entre aqueles que produzem – os pescadores embarcados e os mestres – e os que são donos dos meios produtivos, na maioria dos casos, os pombeiros. Como fala Seu Tinho:

Pesca boa é quando pega 100 quilos, duzentos quilos, eles paga ao pescador um preço e vende outro, o peixe que ele compra a 7 reais revende por 10 ou 12 reais... o preço aumenta todo o peixe, o atravessador ganha em cima do pescado... e do pescador também... (Relato coletado em fevereiro de 2011).

Em 1970, segundo declaração de alguns pescadores consultados, o preço do quilo de peixe como albacora, cioba, dourado, agulhão e guaiúba custava em torno de 35 a 40 cruzados. A partilha do que se produz na pesca local chama-se *quinhão*. Os embarcados ficam com cerca de 30% do valor do produto pescado para dividir entre si. O restante do valor conseguido com a venda do pescado é – segundo eles mesmos – reinvestido no bote, na sua manutenção, na compra de gasolina, comida e gelo, que era transportado de João Pessoa ou Natal. Samuel era, em 1970, o maior produtor de atum da região e com o capital acumulado, comprou mais dois botes e fez “parceria” com mais camaradas para o trabalho na pesca da albacora. Em momentos difíceis, viajou para o sul onde trabalhou como pescador na pesca industrial. Pedro Dedé era o maior produtor local de lagosta, que em meados dos anos setenta, alcançou o valor de troca muito superior à albacora e outros peixes. Os pombeiros que se dedicavam à captura da lagosta conseguiam lucro superior aos que investiram capital na produção de pescado, no entanto, a manutenção dos botes e a tecnologia empregada para a captura da lagosta exigia mais investimentos, sem mencionar o risco de acidentes com morte, muito maior comparado à pesca de albacora. A primeira fábrica de gelo de Baía Formosa foi implantada em 1973 por Zé de Nita. A produção local do gelo aumentou a capacidade de condicionamento do pescado até o destino final, o mercado consumidor. No entanto, o preço do gelo, muito caro para os padrões econômicos da época, exigiu maior produção de pescado para a geração de excedente capaz de comprar o gelo. O que de fato aconteceu é que o capital destinado para comprar o gelo necessariamente atingiu a remuneração da tripulação, que ficou cada vez menor.

A dependência dos pescadores aos atravessadores e pombeiros demonstra como aqueles estão subordinados aos ditames do capital. Esse aspecto social da pesca já estava bastante presente em Baía Formosa. A reprodução social dos

pescadores depende, em larga medida, do atravessador, que é um não-pescador, aquele que se apropria do produto final. O atravessador, o pombeiro, o intermediário se ocupa com a comercialização do pescado em mercados, restaurantes e grandes centros. Nas épocas da safra da albacora, os pescadores de Baía Formosa contam que a capacidade de conservação do pescado atingiu níveis baixíssimos, o que os obrigou a venderem o pescado a preços módicos a atravessadores. Desse modo, o valor de troca conseguido pelo pescado capturado e o valor de mercado atingido sob a tutela do atravessador expõe de maneira concreta o fosso da desigualdade social sofrida pelos pescadores ante a atuação dos atravessadores, como diz Bambaú, pescador:

Na safra dos anos setenta, bem no início mesmo, a albacora deu demais no mar daqui. Assim, o preço dela despencou... chegou a 15 centavos de cruzados, imagine...

Sem dúvida, já nos anos sessenta, evidencia-se a natureza paradoxal da relação entre pescador e atravessadores. Com poucos meios materiais para controlar o processo produtivo, os pescadores dependem da ação do atravessador para reproduzir-se socialmente, fato já diagnosticado por Diegues (1983) na pesca artesanal no Rio Grande do Norte. O papel de intermediário no âmbito da pesca era, e ainda o é, exercido por mais de uma pessoa. Segundo Diegues (Idem) a pesca artesanal no Rio Grande do Norte nesse período era desenvolvida por mais de seis atravessadores, até chegar ao consumidor final. Nas praias, ainda segundo o autor, o marchante é o proprietário das caixas de isopor para acomodação e conservação dos peixes; o dono do transporte, para levar o pescado ao atacadista, nas grandes cidades. Nesse contexto, “tão comum quanto a pobreza do pescador é o investimento do atravessador em casas para alugar, no comércio ou em outras atividades alheias à pesca” (Ibidem, p. 232).

Outro aspecto social relevante da esfera da pesca em Baía Formosa é o baixo desenvolvimento tecnológico das embarcações em meados dos anos sessenta e setenta. Apenas duas embarcações eram motorizadas nessa época. A maior parte dos botes a pano era de propriedade dos próprios pescadores, que em sua maioria, iam ao mar com três tripulantes e passavam em média um dia na labuta. Os botes eram confeccionados na baía, no estaleiro onde Seu Tinho trabalhava, e levava-se de seis a oito semanas a sua construção. Conforme será debatido no Capítulo 4, as

transformações sociais no âmbito da pesca em Baía Formosa levarão a uma ruptura a modelos de produção da pesca, ancorada ainda em laços familiares e de vizinhança, para uma produção cada vez mais baseada no cálculo e na apropriação do espaço marítimo por meio de meios técnicos (BRÜSEKE, 2009).

Sem dúvida, à medida que os equipamentos da pesca foram se tornando mais complexos, em suas mais diversas etapas produtivas, foi-se delineando um processo de expropriação dos pescadores dos meios de produção. Um exemplo claro desse fenômeno foi a introdução do motor nas embarcações que se tornaram mais potentes e capazes de alcançarem pesqueiros mais distantes da terra. É importante frisar que a introdução dessa nova tecnologia porá em cheque o conceito de “pesca artesanal”, uma vez que a motorização dissocia completamente o pescador do seu saber-fazer. Não é mais o pescador responsável pela velocidade do bote, mas a máquina. Enquanto que o bote a vela tem baixa capacidade de adentrar em mares continentais, o mesmo não se pode dizer de uma embarcação motorizada. É com ela que em Baía Formosa, nos anos oitenta, aparecerá a figura do pescador-camarada. Enquanto que os pescadores-lavradores estabeleciam uma relação de parceria entre pesca e agricultura e baixíssima capacidade de acumulação de capital (DIEGUES, 1983), os pescadores-camaradas surgem num contexto diverso: seu aparecimento em Baía Formosa coincide com um momento de transição da pequena pesca artesanal para outra destinada prioritariamente para a produção de excedente de capital, muito embora os camaradas envolvidos não participem diretamente da produção de excedente.

Para tornar-se finalmente proprietário do bote, muitos pescadores são obrigados a trabalharem anos para atravessadores e pombeiros e fazer economias, além de envolver a família na faina pesqueira. Geralmente, o bote mais acessível a posse dessas famílias é o de pano. Sua capacidade de predação é inferior ao bote motorizado, uma vez que maior parte dessas famílias dedicava-se à captura de camarão e peixes de valor comercial menor. Até chegar a esse patamar de autonomia, o pescador já tem produzido um sobretrabalho apropriado pelo mestre proprietário e por toda a cadeia produtiva. No entanto, essa mesma autonomia conquistada, através da compra do bote, em Baía Formosa, não necessariamente representa a libertação do pescador da lógica de exploração do capital. E nem quer dizer que o mesmo deseje isso: o propósito era inserir-se na lógica do capital comercial e usufruir da exploração de jovens iniciantes na faina pesqueira, como aconteceu com Samuel, que deixou de ser pescador, passou a ser pombeiro e fez parceria com pescadores jovens. É uma engrenagem social que se

perpetua sob o jugo da reprodução do capital. Para que isso se efetive, os pescadores abriram mão de valores socialmente partilhados como camaradagem e solidariedade, aspecto social de mudança investigado por outros estudos sociológicos da pesca nordestina (KOTTAK, 1983; FORMAN, 1970).

A presença do atravessador no processo produtivo nos anos sessenta e oitenta em Baía Formosa encerrava uma necessidade de reprodução social dos pescadores. Sem os atravessadores, os pescadores dificilmente conseguiriam vender o pescado (toneladas) em pouco espaço de tempo. A eliminação do atravessador, por sua vez, não redundaria na libertação do pescador; seria ingênuo supor esse panorama histórico-social. O adversário direto dos pescadores não é a pessoa concreta, mas a formação econômica social mercantil amparada pela lógica do capital financeiro internacional.

## **2.10 Moradia em Baía Formosa: o espaço em transformação**

Em Baía Formosa as casas eram em sua maioria de taipa. As ruas não eram asfaltadas e havia muita mata e coqueirais no entorno da cidade. As condições de saneamento básico eram muito precárias, tanto que a população local era abastecida pelas cacimbas do Tabuleiro e do Bacopari. A Cacimba do Bacopari hoje é uma construção histórica, pois foi construída há mais de cem anos.

Só existiam duas ruas em Baía Formosa. O povoamento da cidade foi se intensificando às margens da praia, majoritariamente dominadas pela presença das jangadas. A agricultura desempenhava a segunda atividade laboral, cujas famílias de pescadores dedicavam-se ao cultivo da terra, plantando e colhendo feijão, macaxeira, milho, batata, inhame. Essa atividade complementar garantia os meios necessários para uma dieta alimentar satisfatória à reprodução social.



Figura. 14: Vista aérea de Baía Formosa no início dos anos oitenta. Crescimento urbano em direção ao continente. Foto: José Galdino Alves

Muitas casas de taipa foram destruídas para em seu lugar serem construídas casas de alvenaria, processo social que também ocorreu em Arembepe, na Bahia (KOTTAK, 1983) e em Coqueiral, no litoral alagoano (FORMAN, 1970). O cemitério se localizava nas falésias, na porção norte de Baía Formosa. O sistema de eletrificação chegou ao início da década de setenta e pôs fim à luz de candeieiro. Em seu lugar, começaram a surgir os primeiros bares com refrigerador e música de rádio. A noite passou a ser mais prolongada, uma vez que a iluminação pública era um convite para passar mais tempo fora de casa, conversando, consertando redes ou fazendo pequenos reparos no bote. Em seguida à eletrificação, veio a água encanada, que foi encarada com muito otimismo pelos moradores locais. Essas transformações mudaram radicalmente a vida em Baía Formosa: a praia passou a ser alvo e objeto de desejo de veranistas de fim de semana e as primeiras pousadas foram construídas para atender às necessidades turísticas de usufruto do mar e da praia.



Figura. 15: Habitação em Baía Formosa. Casa de taipa; ao lado, o contraste com as primeiras construções em alvenaria. Foto: José Galdino Alves

O processo de produção social do espaço urbanizado de Baía Formosa apresentar-se-á, nas décadas seguintes, como um problema de reorganização do espaço através da estratificação por renda, conforme sistematizou Gottdiener (2010). Isso quer dizer, grosso modo, que o espaço urbano, nesse caso tanto em Barra do Cunhaú quanto Baía Formosa, será organizado segundo parâmetros do mercado imobiliário. Não há como não associar esse processo de enobrecimento (SMITH, 2002) ao fato de as localidades alcançarem certo patamar de “modernidade”, enxergado aqui como eletrificação, ruas asfaltadas, acesso à água potável e outras benesses do mundo “urbano”. Essa reorganização do espaço que se inicia com a urbanização e todo o seu processo capilar – asfaltamento, eletrificação, água potável e introdução de meios midiáticos – desaguará na especulação imobiliária e a competição econômica (GOTTDIENER, 2010), e na confluência de sociabilidades locais reciprocamente referidas numa temporalidade intensa em rede (SANTOS, 2009). Desse modo, com a introdução da eletricidade e de toda sua lógica na organização do espaço e tempo sociais, como mensagem-meio (McLUHAN, 1979) não fará mais sentido enxergar Baía Formosa como uma comunidade costeira – entendida como espaço socialmente partilhado por indivíduos com interesses, no mais das vezes, comuns, em nome da organização da produção do espaço – isolada das relações sociais externas a ela. Ela passa a fazer parte de uma sociedade de rede cuja confluência transcenderá ao regional e nacional. Mundializa-se, então. Para o bem e para o mal.

## 2.11 Educação

Cerca de 90% dos pescadores em Baía Formosa<sup>16</sup>, nos anos sessenta e setenta, eram analfabetos. A faina pesqueira dificultava a frequência à escola e, costumeiramente, as famílias de pescadores pouco tinham acesso ao ensino regular. Mesmo assim, o ensino fundamental era o único oferecido pela Prefeitura Municipal aos moradores de Baía Formosa. Quem quisesse estudar no ginásio (como se chamava as séries da segunda fase do ensino fundamental) deveria se deslocar para Canguaretama

---

<sup>16</sup> Informação colhida na Colônia de Pescadores João Tomé da Silva, em Baía Formosa.

ou municípios vizinhos. O conhecimento da pesca não prescindia de uma educação formal e institucionalizada para ser transmitido e assimilado pelos mais novos; esse conhecimento era efetuado através da transmissão oral dos mais velhos para os aprendizes da arte de pescar (CAETANO, 2011). As condições de acesso à escola eram precárias, fato também descrito no estudo de Kottak (1983) em Arembepe.



Figura. 16: Juventude e crianças durante torneio de futebol em Baía Formosa. Anos oitenta. Foto: José Galdino Alves

A labuta pesqueira é sempre apontada como fator responsável pela desistência dos estudos. Conforme declara Branco, pescador local:

Comecei a pescar com 11 anos, aprendi a pescar com meu pai, desde cedo desisti de estudar... Cheguei a oitava série ainda...

A necessidade de sobrevivência se sobrepunha à importância de dedicar-se à educação formal. Isa, pescadora de estuário, em Baía Formosa, teve seis filhos. Todos os filhos dela dedicam-se à pesca desde muito cedo. O mais novo tem 25 anos. E nenhum conseguiu permanecer na escola. Como ela mesma diz:

Eu tenho seis filhos, três mulheres e três homens... as três mulheres trabalham comigo no mangue, não tem trabalho aqui, tem que se virar pescando no mangue mesmo... é Genilda, Geane e Solange... todas estão comigo nessa luta... os três homens, dois trabalham com

pesca também, o terceiro vive doente, serve para trabalhar não... Sodade e Eldo me ajudam na casa, na compra de comida... eu ensinei a eles a pescarem desde cedo, desde os 11 anos que eu pesco em mangue...

Situação social semelhante ocorreu com Badoque e Branco, pescadores em Baía Formosa. Badoque, natural do lugar, também precisou abandonar os estudos por conta da pescaria. Branco informa que cursou até à oitava série do Ensino Fundamental, mas a responsabilidade de “criar os filhos” o obrigou a abandonar a escola e dedicar-se à pesca, fenômeno social descrito por outras pesquisas na área (SILVA, 2011; CAETANO, 2011; KOTTAK, 1983; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983).

Com isso, vê-se que há uma clara tensão entre o conhecimento formal, que exige disponibilidade de tempo e dedicação em contraposição à necessidade de adquirir um conhecimento prático (Idem, 1993), partilhado em grupo para “conhecer as águas e o tempo da pesca”, caudatário de experiências ancestrais (Idem, 2011). Em Baía Formosa, parte dos interlocutores entrevistados revela que até gostariam de ter estudando “naquela época”, mas as condições concretas não foram favoráveis. No entanto, todos reiteraram que jamais planejaram que seus filhos permanecessem na atividade pesqueira. Os filhos se estão na pesca hoje foi porque o passado não os ofereceu meios suficientes para romper com a lógica do que eles reconhecem como “atraso”. Para eles, ao renunciar ao acesso à educação formal abriu-se mão da possibilidade de ascender socialmente (CAETANO, 2011; KOTTAK, 1983).

## **2.12 Pescaria e honra ao trabalho: os tempos de ontem em Barra do Cunhaú e Baía Formosa**

Embora a renúncia à educação formal e institucionalizada causasse constrangimento e estigma social por um suposto “atraso cultural” sofridos pelos pescadores de Baía Formosa e Barra do Cunhaú, estes mesmos orgulham-se de nunca terem se deixado levar pela preguiça e o tempo vazio de sentido. Ao analisarem os tempos idos, os pescadores são recorrentes em afirmar que o passado era difícil, sem a

comodidade e conforto oferecidos pela introdução da energia elétrica, no entanto, as relações de trabalho na pesca eram sentidas e vivenciadas com mais dedicação e empenho. A pescaria era vista como uma atividade laboral que impunha sentido às suas existências e, o pouco que conseguissem num dia de boa ou má pescaria, seria o suficiente para alimentar a família e levar o que descrevem como “vida digna”. Como relata Dorinha, pescadora de arrasto de Barra do Cunhaú:

Aprendi a pescar de arrasto, sou admiradora do trabalho da pesca, vivi no mangue por necessidade, aos 22 anos eu tive meu primeiro filho... Voltei a morar em Barra do Cunhaú aos 36 anos, passei a pescar no rio, eu sempre ia com uma amiga minha, a gente afundeava o bote e pescava camurim, carapeba, caranha e bagre, a gente pegava de 20 a 30 quilo de peixe... A vida de pescadora é difícil, tem dia que não pesca nada, antigamente eu ficava no mangue a noite toda, mas mesmo assim eu mesma colocava o pão na minha mesa e era motivo de orgulho... (Relato colhido em setembro de 2011).

Segundo Heller, as dimensões do trabalho abrangem o *work* e o *labour*. O trabalho enquanto *work* estaria inserido num contexto social que cria valor útil, nas dimensões objetivas e subjetivas; o *labour* seria uma atividade cotidiana de empenho ao trabalho tecida não necessariamente para atender às necessidades sociais (HELLER, 2004). A pescaria seria uma atividade social integradora dos indivíduos ao grupo em torno do sentimento de utilidade e prenhe de significação à existência. Para Arendt (1987), o *homo faber* é o homem que constrói os próprios meios de trabalho (enquanto *work*). O *labour* não teria interesse de deixar nada para trás (visto como excesso). O *labor* segundo Arendt (1987) estaria estritamente vinculado à ideia de trabalho produtivo, compreendido como aquele que cria produtos para o consumo. Convém salientar que o sentido de consumo tomado aqui não tem relação direta ao que se percebe nas sociedades urbano-industriais; pelo contrário. O consumo aqui tem como sentido a ideia de produzir meios de existência capazes de garantir a reprodução social. Venda e consumo familiar se alternam como possibilidade de reprodução social entre os pescadores, como informa Bezerril, pescador de linha de Barra do Cunhaú:

Quando dá pra vender, a gente vende o peixe... se não, eu como mesmo... a tainha é mais fácil para vender... O que importa mesmo é a família não passar fome, sabe? (Relato colhido em junho de 2009).

Diferentemente das ocupações nas sociedades de trabalho (OFFE, 1989), a pescaria é um labor produtivo que, em certa medida, confunde-se com o tempo livre e só tem sentido se estiver inserida dentro dele, como define Dorinha:

O Rio Cunhaú é fonte de vida, um meio de sobrevivência para os nativos, tem caranguejo, aratu, ostra, peixe... a pesca é sobrevivência e meio de diversão...

Não são poucos os estudos que apontaram as sociedades pesqueiras como avessas ao trabalho assalariado e acreditarem ser resistentes ao trabalho repetitivo e maçante (RAMALHO, 2006; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983). Os pescadores julgam-se, segundo estes mesmos estudos, como livres e autônomos para decidirem quando e como pescar, muito embora este particularismo cultural não consiga se sustentar mediante ao fato de que a necessidade diária de ir à pescaria para garantir o sustento familiar evidencie uma liberdade limitada e que se circunscreve “só na efetivação da atividade da pesca” (RAMALHO, 2006, p. 106). Branco, pescador de Baía Formosa, num dos dias em que foi consultado, falou que “pesco quando quero, sou livre, não tenho patrão”. Liberdade na pesca está intimamente relacionada ao fato de os pescadores acreditarem não serem submetidos ao jugo do patrão e do assalariamento.

A ideologia do trabalho da pesca em Barra do Cunhaú e Baía Formosa indicou que estava circunscrito na esfera da honra como prestígio social. A honra é um sentimento que é ao mesmo tempo individual e social que se articula entre a dimensão subjetiva de elaborar representações para ela e a imagem pública que indica e inspira (PITT-RIVERS, 1992). A pescaria era enxergada como labor capaz de conferir honra àqueles que dela participaram numa forma de relação social interessada no julgamento realizado pelos outros. Assim, muitos pescadores reconheciam que a faina pesqueira pouco podia oferecer de riqueza material no passado, mas isso não os impediu de trabalharem e “colocarem o próprio pão na boca”, como me declarou Badoque, no verão de 2009. A honra enquanto afirmação de si para os outros desenvolveu uma ideologia arquitetada em torno da centralidade do trabalho como elemento fundante do estar-no-mundo em Barra do Cunhaú e Baía Formosa. A fala de Badoque ilustra bem como o trabalho e a experiência adquirida através dele constrói o pescador numa relação dialética de entendimento do meio:

Sou natural de Baía Formosa mesmo, meu pai era pescador, o Bastião... Ele era mestre, tomava conta da navegação, levava o barco pro alto mar, fazia a marcação das pedra e é assim o trabalho de quem é mestre, comanda o bote e os companheiro de trabalho no mar... Aprendi com meu pai a pescar, exatamente, aprendi aos 21 anos de idade, estudei até à quinta série, não tive condições de continuar, preferi trabalhar, trabalhei em tudo no mundo... o meu barco é *O Mensageiro*, eu vi esse nome, gostei... eu ia colocar completo: *O Mensageiro do Destino*, mas o pintor achou o nome grande, reclamou, não quis pintar, por isso eu botei o nome do bote curtinho... aquele barco é a minha vida, porque o meu barco assume a minha família. (Relato colhido em setembro de 2011).

Pode-se supor que dentro dessa ideologia constituída a partir da honra, que os pescadores mortos durante a faina pesqueira (acidentes de trabalho, naufrágios, afogamentos) assumiriam a posição de honra heróica. A Colônia de Pescadores Z-11 de Baía Formosa foi fundada a vinte e sete de abril de 1949. Recebeu o nome de João Tomé da Silva, pescador local que morreu durante a faina pesqueira. Desse modo, a morte de João Tomé assume um espaço de distinção social reconhecido socialmente através da honra heróica. De indivíduo comum, executor de tarefas comuns a todos, a arte da pescaria, João Tomé, após a morte num naufrágio, passou a representar o grupo cujo vetor de sociabilidade é o espaço incerto, perigoso e arriscado do trabalho pesqueiro (MALDONADO, 1993). Como nos informa Eronildes, pescador de Baía Formosa: “O mar é uma série de riscos, o cabra se sente como vitória, comemora bebendo e outros brincando com os netos...”. Ou a triste história relatada por Calafate, também em Baía Formosa:

A pescaria só é boa de agosto para janeiro, quando chega o inverno a coisa complica... Muita chuva e vento... é perigoso... O último acidente aqui foi em 2007... morreram dois pescadores de albacora daqui, um apareceu em Pirangi e o outro em Ponta Negra, na capital... foi uma morte terrível porque um deles foi encontrado amarrado ao bote, estava esperando ajuda... um sabia nadar, com certeza foi procurar ajuda para resgatar o amigo... os dois morreram... só tem que se

apegar a Deus mesmo... é bom pescar porque é divertimento, mas nós vai mas não sabe se volta... o barco a motor protege mais porque não precisa do vento...

Vernant (1978), ao discutir as concepções de honra e glória na Grécia Arcaica, informa que a morte do guerreiro (transposta aqui como a figura do pescador), para si e para os outros, transforma esse acontecimento (a morte) como “glória imperecível”, na medida em que converte o destino comum a todos num evento singular e de brilho exemplar próprio. A partir dessa reflexão, o pescador morto na pescaria singulariza-se, pois ser acometido por um desígnio no auge da juventude e da capacidade de “produzir”, ele é furtado da possibilidade de envelhecer e transmitir os conhecimentos que aprendeu aos mais jovens. O reconhecimento coletivo do valor em torno de sua morte dá sentido a uma modalidade de honra heróica em Baía Formosa e Barra do Cunhaú.



Figura. 17: Muitos pescadores de Baía Formosa viajaram nos anos 70 e 80 para o sul do país para trabalharem como pescadores assalariados . Foto cedida por: Samuel N. Silva

A honra heróica circunscreve-se no imaginário social de Barra do Cunhaú e Baía Formosa enquanto imaginário social. Ansart (1978) compara a ideologia (ou ideologias) como sistemas que coordenam representações, um imaginário social que reproduz e designa o grupo a ele próprio, elaborando identidades e papéis, expressam necessidades coletivas e os fins a alcançar. O sistema ideológico ou imaginário social nas duas localidades costeiras era estruturado em torno da visão de mundo em que o trabalho seria elemento fundador de sentido às práticas cotidianas, elaborando e hierarquizando papéis numa constelação de necessidades sociais. Esse imaginário

social, tomando emprestada a conceituação de Ansart (1978) cria expectativas naqueles que se dedicam à lida pesqueira para que sejam corajosos ao desbravar as águas do mar e do rio e laboriosos para enfrentar horas de trabalho árduo sob o sol escaldante. Este mesmo autor analisa a ideologia enquanto construto eficaz de um poder simbolizado, onde.

O mais comum é que uma ideologia sirva ao mesmo tempo para orientar as oposições e manter as integrações, majorar o conflito para obter a integração, proclamar a gravidade dos perigos para negar os riscos da divisão (ANSART, 1978, p. 209).

Desse modo, pode-se compreender como os pescadores assimilam e aceitam um trabalho árduo, penoso e que pouco pode garantir de meio de sobrevivência. A existência de uma ideologia da aceitação tácita da pesca enquanto labor honroso conflitua com o quadro de pobreza ligada às sociedades pesqueiras (FORMAN, 1970; KOTTAK, 1983; ROBBEN, 1989). Aptidão para o trabalho árduo, disciplina e satisfação enquanto condutas desejáveis para a labuta não indicam necessariamente que as comunidades costeiras em questão tenham o esperado “desenvolvimento econômico” (WEBER, 2000, p. 20). Diante de tal realidade material, é compreensivo o desenvolvimento de uma honra ligada ao trabalho que o compensa das difíceis condições de existência enfrentados pelos pescadores ao longo de décadas. O “espírito do pescador” enquanto construto social que engendra determinadas condutas historicamente dadas foi sistematizado por Kottak (1983). Sua análise recaiu sobre a comunidade pesqueira de Arembepe, na Bahia, Brasil e considerava os arembepeiros mais afortunados que o que denomina como “classe baixa brasileira” (lower-classe brazilians) (KOTTAK, 1983, p. 78) por orientarem suas práticas sociais em relações aproximadas daquilo que os estudiosos da área denominam como igualitarismo (MALDONADO, 1993; KOTTAK, 1983). Dentre as características desse “espírito”, Kottak (1983) assinala que os arembepeiros estariam, nos anos 60, livres da interferência externa (seja política, cultural e, principalmente, econômica), liberdade para produzir seus próprios meios de existência e a ausência de ambição para ocupar cargos de alto prestígio social. A atividade pesqueira assume a importância de, entre os pescadores de Arembepe, assegurar a reprodução social e valor de troca para os envolvidos direta ou indiretamente a ela. O trabalho na pescaria exige dedicação e

pendor para o trabalho árduo, como descreve Kottak (1983). A conduta indolente – dedicada a beber cachaça – levaria ao alcoolismo e a perda de prestígio entre os pescadores locais. Logo, essa conduta deveria ser sistematicamente evitada. A bebedeira só seria permitida nos momentos de folga e em momentos festivos. Outro ponto nodal para compreender esse “espírito” que circunda e circunscreve a labuta pesqueira é o fator sorte. A sorte, segundo Kottak (1983), estaria ligada às habilidades pessoais do mestre em identificar cardumes e demarcar pesqueiros visualmente (eyesight). A categoria sorte como construto social reflete o fato de o mar ser de posse comum, influenciando níveis de competição num meio incerto e móvel, o que possibilita a cooperação voluntária e interessada (MALDONADO, 1993). Pode-se afirmar que a sorte tem papel crucial na ideologia da mestrança e na legitimidade dela.



Figura.18 : Mercado do peixe em Baía Formosa. Foto: Rubens Elias da Silva

Weber (2000) discute que as qualidades fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo na história do Ocidente foram a habilidade para concentração mental, o dever moral de entregar-se ao trabalho, tendência para o cálculo frio de perdas e ganhos, autocontrole e respeito às regras da empresa acopladas a uma inspiração religiosa voltada para a vida mundana. A permanente vigilância pelo respeito a uma conduta reta e permanentemente disponível para o bom desempenho pessoal torna-se uma vocação necessária para não só a consolidação do capitalismo, mas a sua adequação às exigências inerentes a ele. Como foi dito anteriormente, a honra ligada ao trabalho pesqueiro de Baía Formosa e Barra do Cunhaú desempenha a função de estabelecer, em certa medida, a aceitação das condições concretas desfavoráveis no âmbito da produção (risco, obediência ao atravessador dono do bote, baixa remuneração advinda do sistema de quinhão) e a legitimação de uma reprodução social cada vez mais

precária. Se os pescadores de Baía Formosa e Barra do Cunhaú, apenas em certa medida correspondem à tipificação que Weber (2000) declara como “espírito do capitalismo” (concentração mental e habilidades cognitivas para identificar cardumes, entrega ao trabalho e respeito às regras dele), quais seriam as causas para explicarem o quadro de vulnerabilidade social e trabalho fragmentado nessas duas localidades? Remetendo à análise histórica do desenvolvimento do capitalismo e as atitudes que este exigiu para sua consolidação e funcionamento, observou-se *em campo* que a hipótese elaborada por Weber (2000) não explica a questão com justeza e adequação. Muito embora, este mesmo autor nas hipóteses iniciais da Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo alerte para a singularidade cultural (como individualidade histórica) do curso histórico do Ocidente como elemento analítico para compreender o engajamento das “individualidades históricas” no desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Sendo assim, o estudo do quadro de vulnerabilidade social enfrentados pelas duas comunidades costeiras tem que ser compreendido pelo desenvolvimento histórico da *singularidade cultural* inerentes a elas.

No próximo capítulo a pequena pesca mercantil simples é investigada enquanto atividade produtiva e a racionalidade econômica nas comunidades costeiras em questão e o conflito decorrente da introdução de condutas de trabalho orientadas para o cálculo, eficiência e lucro, reorganizado não apenas a produção, mas o modo de vida enquanto vetor de práticas sociais cotidianas.

na introdução, expl. o que é com tradicional  
pesca

gan-se ao trabalho sazonal ~~de~~ nas plantações de cana-de-açúcar, o pescador artesanal apenas consegue o capital mínimo para sobreviver. Sem dúvida, ~~o~~ pescador ele está inserido numa situação de dependência do capital, ~~o que é~~ e dos ~~seus~~ movimentos.

No século XX, ~~comparamos~~ os engenhos foram substituídos pelas usinas, o que certamente afetou as já precárias condições de vida, ~~das comunidades~~ tanto de Barra do Cunhaú e Baía Formosa, uma vez que, ao implantar novas tecnologias no processo produtivo de cana-de-açúcar, a necessidade de grande número de trabalhadores informais nos canaviais diminuiu, fenômeno observado por Andrade (1994) em várias regiões <sup>do país</sup> produtoras de cana-de-açúcar.

Outra atividade produtiva que beneficiou-se das ~~baixas~~ mínimas condições de existência dos pescadores artesanais foi a salineira. Oferece, na maioria das vezes, ~~a~~ complementação da renda familiar quase todos os pescadores artesanais entrevistados em Barra do Cunhaú trabalharam, em maior ou menor periodicidade, nas ~~as~~ salineiras como meio de complementar uma renda que já não se bastava apenas com a combinação agricultura/pesca.

Em meados dos anos '80, a atividade salineira enfrentou um período difícil — que jamais a faria recuperar ~~se~~ — por conta da implementação das novas políticas governamentais de desenvolvimento do Estado. O impacto social dessa transformação foi considerável, pois ~~para~~ restou ao pescador artesanal limitar-se a atender as necessidades

As faces do trabalho: pesca artesanal, mundo do trabalho e mudança social em Barra do Cunhaú e Baía Formosa

### **3 As faces do trabalho: pequena pesca comercial simples, mundo do trabalho e mudança social em Barra do Cunhaú e Baía Formosa**

#### **3.1 Pesca enquanto atividade transformadora da natureza e do ser social**

*“Quem faz a hora é o pescador”...*

Fala de um pescador artesanal de Baía Formosa.

Discutir a realidade social a partir da produção material dos pescadores artesanais em Barra do Cunhaú e Baía Formosa exige um aprofundamento da interdependência das relações sociais face ao mundo do trabalho. Para o entendimento do mundo social e suas articulações em torno do que os agentes sociais produzem, material e idealmente, torna-se imperativo a discussão a respeito da categoria analítica do trabalho enquanto esfera polarizadora de outras instâncias, como família, política, organização social, valores e crenças, somente para citar algumas delas.

Sem dúvida, a categoria social do trabalho foi uma das primeiras preocupações teóricas da Sociologia que surgiu no século XIX e orientou toda a constituição paradigmática das Ciências Sociais em contextos de modernidade. Aliás, o trabalho ocupou tema central da Sociologia na modernidade (RIZEK, 1995).

O caráter dialético do trabalho, correspondendo a determinações materiais e ideológicas, foi amplamente discutido por Marx (1980). Sendo assim, as formas sociais do trabalho são organizadas dentro de um espaço-tempo específico, de acordo com variáveis históricas. Não se pode conceber, a partir disso, o modo de produção em sociedade apartado das condições materiais específicas da existência num momento histórico dado (GRINT, 1998).

O trabalho é uma criação humana capaz de transformar a natureza em favor da satisfação das necessidades vitais do ser humano. Com o desenvolvimento da vida social, o trabalho tende a se aprimorar para atender necessidades que se tornaram,

no *continuum* histórico, em necessidades sociais. O homem ao transformar a natureza inevitavelmente também se transforma, numa relação dialética incessante. Assim, para Marx, o trabalho é um processo de que participam homem e natureza, e no qual o homem, por sua livre vontade, inicia, regula e controla as reações naturais entre si mesmo e a natureza... Agindo dessa maneira no mundo exterior, e transformando-o, ele ao mesmo tempo transforma sua própria natureza. Desenvolve suas forças inativas e compele-as a agir conforme sua vontade.

A essência do ser social, segundo Lukács (1979) enquanto categoria ontológica o trabalho, consiste na existência e reprodução social da vida coletiva como instrumento de criação e que possibilita a continuidade desse ser como espécie animal. O trabalho assume, ainda, segundo Lukács (Idem), um elemento fundante de uma práxis social capaz de aprimorar o ser social a novas determinações sociais, em busca da satisfação de necessidades sociais cada vez mais amplas. Sem dúvida, o trabalho faz parte da vida social e compreende uma determinada forma de totalidade. Essa totalidade social é “formas de ser, determinações de existência” (Ibidem, p. 28), que compreende processos “estruturais complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (Ibidem, p. 28).

Marx é enfático quando afirma que o trabalho é uma atividade humana que tem como principal objetivo teleológico a satisfação das necessidades sociais imediatas, ou “do trabalho socialmente necessário” (Ibidem, p.48). O trabalho, enquanto atividade de transformação gradual da natureza e do próprio ser social, cria valor de uso. Esse valor de uso é fundamental para que a sociedade possa se perpetuar enquanto organização social.

O trabalho é uma abstração segundo a qual se objetiva em um produto denominado resultado do trabalho. Esse resultado nada mais é do que elemento de uma elaboração teleológica que se confronta com a realidade contingente e tira da mesma os meios que possibilitam a sobrevivência do grupo.

Ou seja, a capacidade de elaboração teleológica, que está contida no universo da liberdade criativa, interage com a causalidade das determinações objetivas presentes na sociedade. Os fins pensados, inicialmente, na etapa planejadora (teleológica), muitas vezes encontram limites que redefinem a

ação do trabalho em seu produto alvo, no sentido de melhor construir sua ação.  
(RAMALHO, 2006, p. 49)

De um lado, o trabalho é objetivação, externalização, concretização de poderes e capacidades humanos em forma de produtos (SZTOMPKA, 1998, p. 289). Adicionado a isto, o trabalho também é resultado dentro de um determinado contexto social, seja em termos competitivo, cooperativo ou autoritário. Como o trabalho é uma totalidade social, exerce sobre o ser social uma influência recíproca, elevando suas capacidades para o trabalho “futuro”, consumando-se numa atividade auto-criativa.

A concretização do trabalho, através do planejamento e execução, vincula-se à idéia lukacsiana de totalidade social, contextualizada num determinado desenvolvimento histórico e social. Ademais, a existência do ser social está inextricavelmente associada à vida social constituída na idéia de uma processualidade histórica e social, tornada concreta através das relações necessárias entre o teleológico e a causalidade, entre o específico e o geral, a parte e o todo.

A capacidade auto-criativa do ser social lhe oferece a faculdade de extrair da realidade concreta o produto do seu trabalho, que gradativamente estabelece novas realidades sociais que aquele deve apreender e por meio da cognoscibilidade transformar a natureza em algo novo, o produto do trabalho. Eis a base para a constante reelaboração do trabalho enquanto elemento teleológico. Ramalho acrescenta ainda:

Diante do exposto, vale mencionar que a captura do ser humano na configuração do processo teleológico em relação à realidade social não significa, especificamente, a compreensão plena de uma realidade total em seus profundos complexos de relações societárias, mas sim um determinado setor do real sobre o qual volta seu ato. Contudo, mesmo diante dessa ação particularizada, o trabalhador não tem controle sobre as situações que seu ato produziu ao possibilitar o aparecimento de novas causalidades. As causas não são resultado de sua vontade particular, ainda que o ser humano se mostra, muitas vezes, como algo que independe dele e que interfere na sua vida, especialmente em seu trabalho.  
(RAMALHO, 2006, p. 50)

De acordo com as considerações levantadas acima, a categoria trabalho é enxergada como crucial para o estabelecimento de meios de compreensão das estratégias de reprodução social das comunidades tradicionais de pesca artesanal em questão<sup>17</sup>. Convém salientar que as estratégias de reprodução social em contextos locais são analisadas a partir da processualidade da mudança social, focalizada nas transformações do mundo do trabalho pesqueiro em moldes tradicionais confrontados em contextos sociais mais amplos, cujo ritmo social é desencadeado sob a égide de uma lógica de acumulação capitalista com padrões de conduta específicos e impositivos.

O foco de análise da atividade da pesca é constituído a partir da ideia de esta atividade está em constante transformação. Transformação essa objetivada pela lógica de acumulação capitalista que engendra e afeta as subjetividades envolvidas, ao reelaborar condutas para a produção econômica segundo racionalidades distintas das anteriormente vivenciadas pelas comunidades tradicionais.

Diante disso, o trabalho como esfera social de produção, forja novas representações subjetivas aos agentes sociais envolvidos, que são obrigados a se adaptarem a realidades sociais estranhas as sociabilidades locais. Assim, há um forte impacto oportunizado pelo trabalho no cotidiano das comunidades tradicionais, ao exigir novas representações de si, dos outros e do mundo (RIZEK, 1995). Segundo esta mesma autora, as abordagens atuais sobre o mundo do trabalho privilegiam “a atividade de representação do lugar e do papel da esfera do trabalho em suas vidas, naquilo que define estes trabalhos para si mesmo” (Ibidem, p.151).

As mudanças sociais ocorridas nas comunidades tradicionais pesqueiras em estudo podem ser interpretadas sob o pressuposto de que o mundo do trabalho pesqueiro sofreu determinações históricas advindas de um processo social baseado na acumulação de capital e lucro, típico das sociedades urbano industriais.

A partir do pressuposto considerado acima, o trabalho distingue-se de outras esferas da vida social dessas comunidades, por ter o caráter central da constituição das sociabilidades e na construção das subjetividades, enquanto construto da formação social no espaço tempo das consciências individuais. Sendo assim, há uma indissolubilidade entre o trabalho como espaço de produção material e a constituição e

---

<sup>17</sup> Segundo BENDASSOLLI (2000), as características atuais nas relações de trabalho são a flexibilidade, mudança, rapidez de reação, motivação, comunicação, etc. A partir dessa consideração, pode-se concluir que as relações de trabalho precarizaram-se vertiginosamente, cindindo as mobilizações sociais por parte da classe trabalhadora, uma vez que, exigem posturas e resultados individuais.

reprodução das subjetividades ao longo do tempo social. Pelo fato de as sociedades humanas estarem inscritas em determinações históricas específicas e singulares, a construção das subjetividades, a partir do trabalho da pesca artesanal, articula-se dialeticamente, um reelaborando o outro num processo de autocriação dinâmico e contínuo.

Essa universalidade social tem que ser entendida como espaço onde as relações sociais são desencadeadas tendo como referência sentidos partilhados em grupo. As considerações teóricas a seguir versam sobre os espaços sociais onde foi empreendida esta pesquisa sociológica.

### **3.2 Atividade pesqueira e processo produtivo**

Marx (1983) assinala que o objetivo do trabalho enquanto atividade vital aparece ao homem como meio de satisfazer a necessidade de manutenção da existência física. Diferentemente dos animais, o homem faz dessa atividade vital o objeto de transformação do seu ser e de sua consciência.

O objeto do trabalho é portanto a objetivação genérica do homem: ao se duplicar, não só intelectualmente tal como na consciência, mas operativa, efetivamente e portanto ao se intuir a si mesmo num mundo criado por ele (MARX, 1983, p. 157).

Sendo assim, no processo de trabalho, o homem realiza uma transformação que visa um determinado fim, que é o resultado do trabalho. O resultado desse trabalho é o produto que assume um valor de uso. Esse produto adapta-se às necessidades humanas através da transformação pela ação do homem (MARX, 1983).

O trabalho, concebido como ação humana que objetiva a satisfação de necessidades pontualmente vitais, está incorporado ao objeto sobre que atuou. Cria-se, assim, valor de uso. Para Marx (1983), é uma condição natural eterna de o homem

transformar o meio para a obtenção das condições materiais de sua existência. Essa condição é essencial à vida humana em quaisquer formas de organização social. Para Antunes (2009), o trabalho humano transforma os objetos naturais em coisas úteis para a vida em grupo, visando a reprodução social deste.

Para Marx (1980), na produção social, os homens entram em relações definidas, indispensáveis e independentes de sua vontade, que correspondem a um estado definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O modo como os homens produzem condiciona o processo de vida social, política, econômica. A forma como o homem se relaciona com a natureza e outros homens determina a sua consciência. Desta forma, a teoria materialista é organizada dentro da perspectiva de que a produção material condiciona e é condicionada pela consciência que se constrói num determinado momento da vida social. E essa construção dar-se-ia, sobretudo, pelas condições materiais e sociais de produção dos meios da existência numa determinada época.

A pesca artesanal simples, como define Diegues (1983), é uma atividade que visa extrair do meio aquático a satisfação das necessidades humanas e, portanto, sociais. É uma forma de trabalho que se desenvolve diretamente entre o homem e o meio, num processo incessante de mediação (LUKÁCS, 1979). O homem necessita compreender o espaço aquático para melhor retirar dele os meios de sua existência, ao passo que este mesmo espaço transforma as ações humanas, numa complexa relação de apropriação do meio, cuja alteração ocorre tanto no homem como no espaço aquático. Arce (1979), ao estudar o modo de vida dos pescadores do lago Albufera, na região espanhola de Valencia, assim analisa a relação que estes estabelecem com o meio:

Houve, pois, adaptação, mas também mudança. O mútuo condicionamento entre meio ecológico e grupo humano modifica a ambos, e a cultura deste é revertida sobre o outro em um processo ininterrupto de dupla direção (ARCE, 1979, p. 126).

No entanto, ao longo da história humana, a atividade da pesca sofreu transformações que redefiniram a própria concepção desse trabalho. Transformações tecnológicas, mudanças na consciência social e a organização do espaço da produção da

pesca em termos mercantis redesenharam uma atividade que o trabalho objetivava criar valores de uso; surgem, assim, os valores de troca nesse espaço produtivo.

Segundo Marx (1983), o trabalho concreto cria valores de uso; já o trabalho abstrato cria valores de troca, cujo interesse não é o conteúdo do trabalho, mas sim sua quantidade. Essas duas dimensões do trabalho na sociedade capitalista, que inspira e exige transformações na concepção do trabalho pesqueiro para criar valores de troca; o valor de uso perde espaço enquanto necessidade social.

Diegues (1983) argumenta que o surgimento da produção capitalista no âmbito da pesca deu-se durante os séculos XVII e XVIII, na pesca do bacalhau, na Península do Labrador. Sendo assim,

À exceção dos armadores independentes, que pescavam com sua própria embarcação, eram os comerciantes europeus que equipavam os barcos bacalhoeiros nas expedições à Terra Nova, dividindo os lucros com mestres e pescadores ao fim da temporada (Ibidem, p. 20).

No bojo dessas transformações no espaço de produção da pesca, Diegues (1983) aponta a introdução do capital no espaço da produção como fator principal de reestruturação econômica. Com isso, os pescadores artesanais na mesma época passaram por um doloroso processo de assalariamento. A pesca sendo efetuada cada vez mais distante da costa, a introdução de embarcações possantes no espaço da produção e a unidade de trabalho cada vez mais estranha a si mesma, transformou o pescador artesanal, na Inglaterra de então, num operário do mar. O trabalho passa por um processo de alienação, onde os pescadores têm apenas sua força produtiva para oferecer em troca de um salário.

O pescador passa a ser expropriado dos meios de produção. O seu vínculo com o trabalho assume o caráter abstrato, o que ocasiona o não reconhecimento daquilo que produz. A rede de pescar, a embarcação e o tempo de jornada de trabalho não são nem propriedade sua nem subordinados a sua vontade. No caso inglês, o pescador só tem a oferecer ao capitalista sua força de trabalho.

Segundo Diegues (1983), a inserção do capital industrial nas atividades de captura, industrialização e comercialização do pescado tiveram conseqüências diretas

sobre a organização do processo da produção (barcos a vapor e, em seguida, barcos motorizados e massificação da produção), e sobre as relações de produção. Desta maneira, pode-se afirmar que a lógica da produção capitalista industrial desencadeou transformações nas relações de produção, que exigiram o alargamento do espaço da produção e as relações de trabalho tornaram-se impessoais e regidas por contratos temporários.

No caso da pesca artesanal nas comunidades investigadas, a produção material visa a satisfação das necessidades vitais, mas não tão somente a isso; o produto do trabalho é destinado, grosso modo, à venda nos mercados locais, chamados popularmente de “porto”. Diferentemente do ocorrido na Europa Ocidental (principalmente na Inglaterra), há uma flagrante justaposição da esfera do trabalho articulando-se entre valor de uso e valor de troca., o último sobrepujando a produção do primeiro. Por conta dessa constatação, vê-se que o pescado produzido é convertido em valor de troca. No sistema capitalista, o valor de troca é o resultado do tempo de trabalho necessário para produzir. Transformado o pescado em trabalho abstrato, este assume o caráter de mera mercadoria (MARX, 1983).

Para Marx (Idem), a produção na forma capitalista só aparece como um meio para produzir valor; a reprodução é apenas um meio para produzir valor adiantado como capital, valor que se valoriza. Esse “valor que se valoriza”, no âmbito da produção da pesca, invariavelmente, não orbita entre aqueles que de fato produzem, os pescadores artesanais. De fato, a mais-valia é criada, enquanto processo de acumulação de capital, pelos atravessadores e comerciantes (DIEGUES, 1983).

Vejamos o caso da captura da albacora em Baía Formosa: em 2008, a safra de novembro alcançou níveis baixíssimos. O quilo do peixe oscilou entre 3 e 5 reais. Salienta-se que esse valor de troca corresponde ao valor que o pescador vende o produto ao atravessador, ainda no porto. No entanto, o atravessador revende o quilo do pescado por 10 reais sobre o valor do pescado, o que corresponde a margens superiores a 100 por cento de lucro sobre o valor de troca original. E esse processo de valorização do pescado não termina aí: em bares e restaurantes o valor de troca alcançado chega a ultrapassar a margem de 450% sobre a fonte primária, o pescador artesanal.

No caso dos pescadores artesanais de Baía Formosa, a remuneração dos pescadores artesanais embarcados é repartida sob a lógica do partilhamento. Divide-se o valor de troca conseguido com a venda do pescado entre os tripulantes após o pagamento do diesel, gelo e despesa com a alimentação.

A vinculação crescente dos pescadores artesanais ao mercado, sobretudo agora com os custos do combustível (óleo diesel ou gasolina), agrava essa corda bamba que caracteriza sua vida, vivida na dificuldade (DIEGUES, 1983, p. 237).

É preciso apontar que a pesca artesanal local organiza-se a partir de relações de trabalho que correspondem ao conjunto de relações sociais de produção que se subordinam ao capital. Essa subordinação, necessariamente, articula-se nas relações de circulação do modo de produção capitalista, conforme foi observado nas relações de produção da pesca artesanal em Baía Formosa. Teixeira (1990), ao estudar o processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital entre pescadores artesanais do litoral de Santa Catarina, observou a dinâmica semelhante nas relações de produção da pesca local. Afirma ainda que:

São as relações comerciais o dreno por onde corre a maior parte do sobretrabalho dos pescadores, que irá alimentar a reprodução do capital em geral (Ibidem, p. 80).

De acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo, a formação do preço do pescado incide o mecanismo de exploração dos pescadores artesanais, pois há uma diferença de valor de troca entre o preço que é estabelecido para o mercado e o determinado na produção. O valor de troca final do pescado, que independe das condições materiais de produção, é fixado nos centros urbanos.

Incorpora-se assim ao pescado, uma margem decorrente da especulação imposta pelos intermediários, que são os únicos detentores de condições de comercialização do pescado. (Ibidem, p. 80).

Em torno da produção da pesca artesanal se organizam capitais de procedências distintas, cujo interesse é promover a circulação da mercadoria – o pescado – especulando o seu preço final. Desse modo, faz-se necessário apontar que o pescador artesanal, aquele que de fato trabalha e produz, participa num nível mínimo do

resultado da produção econômica do pescado em termos capitalistas. Sendo assim, a lógica da produção artesanal pesqueira em Baía Formosa se, de fato se inseriu no mundo de mercado de acumulação capitalista, a participação é mínima e desastrosa. A riqueza da produção é alienada, estranha àqueles.

Diegues (1983) capta um curioso testemunho de um pescador artesanal do litoral sul de São Paulo que confirma as considerações do parágrafo anterior:

Como vou ganhar dinheiro, se, quando os pescadores daqui do Portinho fazem boa pescaria, os atravessadores que levam o camarão para São Paulo dizem que o preço tava ruim e que só deu para cobrir o frete? Eles não mostram as contas e assim quase nunca dá muita coisa! Quando o mar está brabo, ninguém consegue sair, mas as crianças em casa precisam comer (Ibidem, p. 237).

Ramalho (2006) encontra entre pescadores artesanais do litoral sul de Pernambuco indignação similar ao relato do pescador de São Paulo:

Ta tudo mudando. Hoje em dia, quando a gente arruma um peixinho, abaixa (o valor de troca). Se arruma um camarão, abaixa. Agora quando a gente vai pro mercado, o preço tá lá em cima. Para mim isso é ruim (Ibidem, p. 93).

As relações de mercado são baseadas na lei da oferta e da procura, apresentam um paradoxo na concepção daqueles que produzem: como explicar o baixo valor de troca que o pescador artesanal alcança com seu produto e aquele, ao se deparar com o preço do mesmo produto no “mercadinho” assusta-se com a margem de lucro obtida pelo comerciante? Numa sociedade de mercado que visa o lucro como finalidade, é conveniente desvalorizar e comprar a baixo custo o pescado.

Os pescadores artesanais de Baía Formosa e dos litorais de São Paulo e Pernambuco – cujos relatos foram utilizados como constatação empírica – têm consciência da exploração a que são submetidos pelo fato de receber uma parte mínima do valor da produção que alcança o pescado no mercado. Geralmente, os atravessadores

são ex-pescadores que passam a trabalhar nessa atividade e que, no mais das vezes, moram na comunidade. E eles não são o adversário destes pequenos produtores, mas sem dúvida é “o capital financeiro ou a formação econômico-social mercantil como um todo (DIEGUES, 1983, p. 241).

Diante disso, percebe-se que as relações de produção da pesca artesanal articulam-se – e só pode ser compreendida – dentro de uma totalidade social. Nota-se, no entanto, que ainda subsiste (e resiste) uma lógica do trabalho própria da pequena produção da pesca e cuja discussão sociológica este trabalho empreende adiante.

### **3.3 O trabalho... ah, o trabalho! – o trabalho sob à lógica da pequena produção mercantil da pesca**

A produção da pesca artesanal em Baía Formosa e Barra do Cunhaú pode ser enquadrada à forma de organização social de pequena produção econômica, segundo definição de Diegues (2004). Sem dúvida, as formas de organização social são definidas a partir das relações de produção existentes num determinado contexto histórico, as condições de trabalho entre os agentes envolvidos, os instrumentos de captura e o produto proveniente da atividade pesqueira (GODELIER, 1973; DIEGUES, Idem).

Essa categorização leva em conta a forma como os pescadores artesanais se apropriam material e socialmente dos recursos pesqueiros de uma determinada área costeira. Contrariamente ao que sugere o trabalho, atividade que tem como objetivo a satisfação das necessidades humanas e sociais, fonte de realização e humanização do homem, a atividade pesqueira tradicional vem sofrendo transformações em seu modo de vida, ora admitindo ora rejeitando hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhas à cultura local (CANDIDO, 2001).

No caso específico de Baía Formosa e Barra do Cunhaú, a unidade de produção da pesca é constituída, na maioria dos casos, pelo grupo doméstico. Entende-se por grupo doméstico o vínculo social que extrapola os limites físicos da “casa”: nessa unidade de trabalho, os parentes próximos (tios, primos e sobrinhos) e vizinhos fazem parte, preferencialmente, da tripulação embarcada. Conforme foi frisado anteriormente,

a estratégia social para a utilização de tal lógica de unidade de trabalho é o fato de a pesca ser uma atividade que impõe riscos à vida e a descoberta e apropriação dos recursos pesqueiros requererem confiança e segredo (MALDONADO, 1993).

Diegues (2004), ao tipificar a natureza da produção mercantil entre pescadores artesanais, informa que a unidade familiar deixa de ser o núcleo de ordenamento da hierarquia na pesca; pelo contrário,

À medida que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se principal fonte de produção de bens destinados à venda, à medida que surge um excedente, utilizado na compra de embarcações motorizadas, que exigem uma outra “tripulação”, a mão de obra mais apropriada nem sempre é a familiar (Ibidem, p. 135).

É necessário salientar que a pesca artesanal a que o autor se refere é aquela desenvolvida no sul do Brasil, cujas relações de produção tornaram-se mais complexas e competitivas comercialmente, embora nas localidades aqui investigadas esse processo supõe ser inevitável, conforme será debatido adiante. Vários estudos etnográficos e econômicos realizados, em sociedades tradicionais de pesca no Nordeste brasileiro, confirmam a prevalência da unidade familiar e vicinal como constituinte do processo de produção (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2006; WOORTMANN, 2007; MARIANO, 2007; CAVALCANTI, 2010).

A pesca artesanal em Barra do Cunhaú e Baía Formosa constituem relações de produção particulares, oriundas da interrelação entre os pescadores artesanais e os instrumentos de trabalho. É certo que o desenvolvimento da técnica da pesca deu-se de forma mais profunda em Baía Formosa por conta de uma oferta maior de pescado em suas águas, que não restringe o espaço de produção a limites próximos a terra, como ocorre em Barra do Cunhaú. Sob à luz dessas especificidades em Baía Formosa, o desenvolvimento dos meios técnicos fez-se sentir na esfera da produção, que se tornou mais agressiva em relação à captura de cardumes e o espaço marítimo passou a ser mapeado com o auxílio de instrumentos técnicos específicos, como o GPS. Diante dessas transformações, a capacidade de identificação de cardumes e “pesqueiros” aumentou, modificando as atribuições delegadas à figura do mestre. A manipulação de objetos técnicos (SANTOS, 2008) pelos pescadores artesanais

reorganiza o espaço e redimensiona o tempo, forjando novas atitudes cotidianas de trabalho. Em Baía Formosa, a hierarquia da pesca ainda é organizada sob a liderança do mestre; no entanto, estes objetos técnicos elaboram discursos para ações inquestionáveis, com a justificativa de obedecer à razão formalizada (Idem, 2008).

Nesse novo contexto, na ordem da técnica da pesca, há um flagrante conflito que paira nos objetos técnicos e no resultado da produção: ao passo que as inovações técnicas requerem aperfeiçoamento e conhecimento cada vez mais específicos (DIEGUES, 2004), os pescadores artesanais se vêem instados a interagir nessa nova relação de trabalho, cuja lógica é estranha a eles e que só cabe obedecer (SANTOS, Idem). Adicionando-se a isso, as inovações tecnológicas distribuem competências no âmbito da pesca que seguem critérios (ou são propensos a ser) que contradizem a herança cultural do grupo social, cuja legitimidade do saber era organizada seguindo parâmetros de merecimento e conhecimento subjetivo construídos ao longo da vida dedicada à pesca (MALDONADO, 1993).

Diferentemente da organização social dos pescadores lavradores (DIEGUES, 1983), a atividade pesqueira artesanal nas duas localidades passa por distintas experiências econômicas. Em Barra do Cunhaú, o espaço da produção da pesca não pode ser ampliado devido a fatores físicos que esbarram, assim, em limitações ecológicas. De outro modo, a atividade da pesca artesanal presenciou um fator de vulnerabilidade maior em relação à desvalorização deste tipo de atividade produtiva: ou o pescador artesanal migrou para outra atividade de trabalho ou associou-a a uma segunda ocupação com fins econômicos. Em Baía Formosa, o processo articulou-se sob outra rede de intencionalidades, onde a atividade pesqueira passou a ser, majoritariamente, a principal fonte de renda e a existência de uma margem mínima de produção de excedente, cuja distribuição é operacionalizada de modo menos igualitário. Fenômeno social semelhante observou Diegues (2004) entre os pescadores artesanais do sul paulista na esfera da pequena produção da pesca da tainha.

A propriedade dos meios e instrumentos de trabalho na atividade pesqueira passa de um momento em que todos os artigos (ou quase todos) são construídos em âmbito local para uma etapa em que o sistema técnico interfere na constituição dos meios e instrumentos de pesca. O advento de meios produtivos mais complexos exige o investimento de mais capital, o que transforma a organização do trabalho numa esfera em que a produtividade e o lucro tornam-se imperativos da produção. Ademais, a produção passa a ser o espaço da competição, cujo mérito de

sucesso ou fracasso passa a ser medido individualmente. Curioso salientar que em Baía Formosa embora a unidade de trabalho seja constituída conforme relações sociais estabelecidas entre famílias e conhecidos, percebe-se que a propriedade dos meios de produção está cada vez mais distante das possibilidades reais de posse para a maioria dos pescadores artesanais.

No compasso das transformações enumeradas até então, o avanço tecnológico como introdução de embarcações motorizadas, das resistentes redes de náilon (que duram de seis meses a um ano, segundo pescadores locais), a utilização do gelo para a conservação do pescado nas embarcações, o uso de refrigerador no cais do porto, além do transporte para a produção redimensionam o universo produtivo da pesca artesanal. Mesmo assim, a técnica peculiar de construção das embarcações pesqueiras ainda pertence a um estrato social dominado por um conhecimento tradicional: os armadores. Em Barra do Cunhaú, há o Estaleiro Pai e Filho, que constrói embarcações segundo métodos tradicionais de confecção. A partir dessas considerações, a produção pesqueira em ambas as localidades expressam, grosso modo, as tensões sociais, econômicas e tecnológicas de um mundo social cada vez mais organizado sob o apanágio do progresso da técnica no espaço de trabalho, cuja finalidade é a busca de geração de lucro.

Desta maneira, o pescador “artesanal” passa a se reproduzir e reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o “balaio” ou cesto de peixe para o autoconsumo separado antes da partilha constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família (DIEGUES, 2004, p. 137).

A figura do atravessador ainda prevalece como elo entre a produção dos pescadores artesanais e a comercialização. É nesta etapa da produção em que fica evidente o modo como as relações de produção são desenvolvidas: o valor de troca que o pescado encarna, ao ser vendido pelos donos das embarcações, (que, por sua vez, fica com a maior parte do quinhão para custear gastos com o combustível, gelo e pagar eventuais danos à embarcação), aos atravessadores está distante do ideal para que se possa atender às necessidades sociais das famílias dos pescadores artesanais. Sem dúvida, o pescado enquanto valor de troca gera riqueza. No entanto, ela é estranha e alienada à realidade social daqueles que a produzem: os pescadores artesanais das duas comunidades investigadas.

Além de a pesca local gerar uma riqueza estranha aos envolvidos no espaço da produção, outra peculiaridade aprofunda as difíceis condições de existência dos pescadores artesanais: a sazonalidade da demanda de determinadas espécies, que têm valor de mercado, e o risco de não capturá-las em quantidade suficiente para possibilitar o saldo de dívidas contraídas em momentos de crise.

Outro ponto nodal na lógica de trabalho da pesca é o fato de que o saber constrói-se através da experiência vivida, o que constitui como profissão e encarna autoridade de pertencer a ela (RAMALHO, 2006; DIEGUES, 2004). Esse conhecimento é organizado pelo aprendizado contínuo ensinado através do contato com o rio ou o mar desde a infância, tornando o espaço natural elemento fundante de uma identificação social singular, a de pertencer a um trabalho votado ao entendimento das águas e seus mistérios.

A pesca é uma atividade humana que compreende uma relação espaço-temporal que, em contextos dados, desencadeia uma lógica de trabalho diferenciada das desenvolvidas nas sociedades urbano-industriais. Antonio Cândido, no texto *O mundo provérbio* (2002), analisa a vida comunal de uma comunidade tradicional de pesca na Itália do Sul, narrada no romance *Os Malavoglia*, de Giovanni Verga, assim define a temporalidade construída nesses espaços sociais:

[...] O tempo flui pastoso e as etapas não se diferenciam, fazendo os homens parecerem os mesmos, uma geração depois da outra, encasulados na fixidez do costume (Candido, 2004: 355).

Esse comentário de Candido (Idem) acerca da temporalidade do trabalho organizado, a temporalidade social como se fosse uma extensão daquela, apenas corrobora com a vasta bibliografia etnográfica sobre essa questão (RAMALHO, 2006; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983; BRETON, 1981; ARCE, 1979). Exageros à parte, estas mesmas pesquisas etnográficas defendem que essa “fixidez dos costumes” dá-se de forma fluida, renovando-se a cada geração com significados sociais que atendem as necessidades sociais imediatas.

Tais técnicas de pesca supõem, pois, um conjunto de estratégias com as quais os pescadores combinam toda uma série de conhecimentos e ideias sobre seu entorno ecológico e seu esforço através da organização do trabalho laboral e familiar (ARCE, Idem, p. 114).

O próprio mar e estuário são definidores de uma lógica de trabalho estruturada em noções de tempo e espaço sociais singulares, como afirma Ramalho:

É a partir do espaço livre mar / estuário que se elabora e constrói esse trabalhador forjado na interação constante com os recursos naturais aquáticos, permitindo-lhe distinguir-se de qualquer outro grupo socioeconômico e cultural ao edificar uma organização social peculiar (Ibidem, p. 51).

O manejo dos recursos aquáticos do mar e estuário exige uma forma peculiar de conhecimento construído através da transmissão oral e de práticas de trabalho cotidianas pelos pescadores artesanais (DIEGUES, 2004; ARCE, Idem). Entende-se por conhecimento tradicional, em termos de pesca, o conjunto de práticas cognitivas e culturais transmitidas oralmente nas comunidades tradicionais com o objetivo de assegurar a reprodução de seu modo de vida (DIEGUES, Idem). A apropriação dos espaços marinho e estuarino, nas comunidades tradicionais pesqueiras do Nordeste do Brasil, é organizada dentro de um sistema de produção pesqueira denominado marcação, que compreende:

Uma das instâncias em que se constrói, se expressa e se atualiza a territorialidade dos pescadores [...] A marcação é sem dúvida uma prática social ligada à territorialidade, conceito que informa fundamentalmente o conhecimento marítimo e as outras práticas que a ela se associam na construção do horizonte de relações das sociedades pesqueiras com o real (MALDONADO, 1993, p. 98).

A marcação, segundo Maldonado (Idem) é essencial para a prática dos pescadores artesanais com o intuito de apropriar-se e usufruir os recursos marinhos e/ou estuarinos disponíveis. Em termos gerais, os espaços marinho e estuarino são indiferenciados e uniformes<sup>18</sup>. Os pescadores, para apropriar-se destes espaços de trabalho (meio de trabalho), precisam dividi-los cognitivamente para que a pesca seja possível, exeqüível. Os conhecimentos tradicionais dos pescadores artesanais empregados para realizarem a marcação (entendida como identificação das zonas

---

<sup>18</sup> Maldonado (2000) a indivisibilidade consiste na ausência de apropriação formal e contínua do meio.

produtivas), têm sido considerados como capacidades cognitivas típicas destes trabalhadores (Maldonado, 1993). Assim,

Esse acervo de conhecimentos práticos e de códigos simbólicos que viabiliza o zoneamento sazonal do mar tanto para fins de organização das jornadas de trabalho como para fins de territorialidade, capacita os botes a realizar uma boa pesca sem ferir a pesca alheia (Ibidem, p.99).

A territorialidade produtiva marinha pode ser compreendida através do conceito laboral, construído por Maldonado (Idem) em sua pesquisa etnográfica entre pescadores artesanais de Ponta de Mato, na Paraíba. Tratam-se das pedras. São espaços móveis da produção da pesca; os pescadores artesanais dividem o espaço aquático em “zonas de pesca”, “pesqueiros”<sup>19</sup>, por exemplo. A prevalência dessa divisão cognitiva tem como intencionalidade a produtividade num espaço natural imprevisível e perigoso. É interessante notar que a mobilidade das condições de produção no espaço pesqueiro e o ciclo biológico dos peixes exigem a reelaboração cognitiva e temporal para tornarem possível as condições de produção (MALDONADO, Idem), articuladas em constantes estratégias adaptativas (SMITH, 1977).

Os espaços da pesca organizam-se dentro de critérios econômicos de produção. Os pescadores de Barra do Cunhaú dividem racionalmente o espaço produtivo da pesca em termos de alcance físico dos recursos naturais. Como a pesca artesanal em Barra do Cunhaú se desenvolve ao longo e na barra do Rio Cunhaú o espaço é dividido entre pesca de dentro e pesca de fora. Na pesca de dentro, o pescado disponível obedece a critérios que estão intimamente ligados ao ciclo biológico dos peixes. Desta forma, na pesca de dentro, ou também denominada pesca de estuário, pode-se capturar tainha, carapeba, camurim, dentão, bicuda, pescada entre outros. A captura dessas espécies exige um grau menor de complexidade técnica que a pesca artesanal desenvolvida em Baía Formosa, uma vez que o deslocamento espacial dos pescadores artesanais de Barra do Cunhaú é menor, restrito as águas internas do continente.

---

<sup>19</sup> Segundo Maldonado (1993: 74), os pesqueiros são “pontos de abundância situados em zonas de pesca, periodicamente utilizados por um bote, por uma tripulação ou uma família, sendo esses padrões de usufruto definidos pelo costume.

Na pesca de fora, também denominada de mar alto<sup>20</sup>, há o emprego de embarcações, nem sempre motorizadas, para a localização dos pontos de pesca. Geralmente três pescadores em Barra do Cunhaú estão na condição de embarcados. Na pesca de mar alto captura-se bonito, cavala, bicuda, cioba, dourado, dentão, galo do alto, entre outros. Vale salientar que os próprios pescadores afirmam que essa condição de pesca possibilita mais ganhos econômicos porque o pescado tem mais valor de mercado.

Em Baía Formosa a pesca embarcada de alto mar goza de status por diversas razões culturais. Primeiro, porque consiste em modalidades diversas de captura de pescado que, indiferenciadamente, oferecem riscos concretos, pois tanto os pescadores artesanais podem perder as embarcações como a própria vida. Segundo, porque ela possibilita a constituição da organização social da pesca, atribuindo aos pescadores artesanais determinadas posições dentro da hierarquia pesqueira, cujo ápice é o exercício da mestrança, uma vez que:

O mestre é visto nas sociedades pesqueiras como uma pessoa que pela honra que constrói e pelo prestígio que lhe é atribuído, não só atrai bons pescadores, como mantém estáveis os grupos de trabalho, seja em termos do desempenho das tarefas, seja no respeito à hierarquia e no domínio da linguagem silenciosa das trocas do mar (Maldonado, 1993, p.138).

O processo de legitimação de determinado pescador como mestre é delineado segundo princípios de reconhecimento do saber adquirido por este ao longo de anos de trabalho no mar (ARCE, 1979; DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1993; TEIXEIRA, 1990; CAVALCANTI, 2010). Segundo Maldonado (Idem), a habilidade que determinados pescadores têm ao reconhecer cognitivamente os espaços de mar que têm grande demanda de peixes e a habilidade pessoal de liderar no “bote” os conflitos que surgem entre os embarcados são pontos cruciais para o reconhecimento de um indivíduo como mestre. Sobre as difíceis condições de sociabilidade enquanto embarcados, a liderança do mestre assume caráter primordial na coesão da unidade de trabalho na água.

---

<sup>20</sup> De certo modo, essa definição de pesca apresenta incoerência. Os pescadores de Barra do Cunhaú a denominam de pesca de mar alto para metaforizar o fato de que captura-se o pescado através do uso de embarcações. Em sentido estrito, não se deslocam a longas distâncias por conta da peculiaridade geográfica da localidade, já discuti aqui anteriormente.

[Os pescadores artesanais] afirmam ser complicada a relação entre irmãos, primos e compadres que pescam juntos. Esses pescadores se evitam e pouco se relacionam quando estão em terra, como se o espírito do bote permanecesse entre eles e como se a evitação e a distância viabilizassem a recuperação e renovação emocional e psíquica de energias desgastadas no processo de pesca e nas jornadas longas (MALDONADO, Idem, p. 76).

Dentro desse complexo contexto de relações sociais quando embarcados, Maldonado (Idem) salienta a importância da presença do mestre na embarcação para a afirmação e coesão da unidade de produção:

Na pesca, a pessoa do mestre ou do capitão de pesca desempenha essa mediação pela representação que dele faz a sociedade, assim como pela sua autoridade prática tanto ao nível das tomadas de decisão quanto no que diz respeito às formas e à dinâmica que assume a distribuição da informação e do conhecimento [...] Como prática, a *mestrança* é o fundamento da organização do trabalho a bordo, incorporando à pessoa do mestre enquanto responsável pela pesca, a família, as tripulações, a confiança, a competição e a distribuição do conhecimento e da informação que a ele cabe administrar (Ibidem, p. 134). (grifo da autora).

O trabalho pesqueiro articula-se dentro de um processo de aprendizado partilhado pelos comunitários, cuja interpretação do ritmo da natureza torna-se primordial. Além do mais, nas comunidades tradicionais, a apropriação social dos recursos disponíveis nas águas, nos seus mais diferentes níveis ecológicos, não seguem apenas estratégias de subsistência; pelo contrário, esta apropriação é organizada dentro de um sistema de crenças culturais e valores morais que se entrelaçam construindo identidades sociais que se articulam com um sentido de lugar (CORDELL, 2000; BRITTO, 1999). Esse “sentido de lugar” pode ser percebido como um elemento de sociabilidade que se constrói através das relações de produção, tendo como vetor o espaço como fundante e fundador das relações sociais.

A apropriação social dos recursos aquáticos é desenvolvida segundo sistemas tradicionais de manejo que abarcam formas comunais de propriedade

(CORDELL, Idem). Tanto em Barra do Cunhaú como em Baía Formosa, a apropriação social dos recursos disponíveis em seus ecossistemas é organizada segundo parâmetros consuetudinários de quem pode e deve se relacionar com as “coisas da água”<sup>21</sup>. Essa apropriação dá-se através da herança de várias gerações que já se relacionavam com o mar ou estuário, num processo incessante de socialização dos mais jovens com “os assuntos ou coisas da água”. Sem dúvida, esse processo de aprendizado de *quando* e *como* se apropriar dos espaços da produção tem forte conotação cultural, histórica, econômica e, por que não, religiosas (CORDELL, Idem).

Pode-se citar uma peculiaridade cultural observada nos dois espaços sociais investigados nessa pesquisa. Os pescadores artesanais – via relações de produção – têm forte identificação social com as embarcações onde se desenrolam as relações sociais fora da terra. Não obstante, essa identificação social viabiliza uma significativa forma de apropriação cultural de propriedade: a dimensão simbólica de nomear as embarcações segundo estratégias comunitárias de parentesco.

O sistema de propriedade das embarcações é uma extensão da lógica das relações interpessoais na comunidade. Isso não quer dizer, necessariamente, que a apropriação das embarcações não perpassa a esfera econômica; longe disso, a própria estrutura da embarcação, capacidade de velocidade e de embarcar tripulantes, entre outros, é um fato inconteste da diferenciação e prestígio sociais dos que têm capital suficiente para ter um “bote” como posse.

Os modos como as comunidades pesqueiras constroem e mantêm seus botes, são elementos marcantes e estruturais à pesca simples, pois geralmente respondem a outros princípios da cultura do grupo a que pertencem e do sistema em que operam (MALDONADO, 1993, p. 71).

“O bote é a família”, sentenciou um pescador artesanal durante a pesquisa de campo de Maldonado (1993). Diante de uma constatação pontual acerca das relações de trabalho no mundo da pesca, falado no momento de folga, “O bote é a família”, reverbera objetivamente as complexas relações entre trabalho, instrumentos e o processo de reprodução social.

---

<sup>21</sup> Expressão dita por um pescador artesanal de Baía Formosa.

### 3.4 *Ethos* pesqueiro e a racionalidade econômica das comunidades costeiras

Nos estudos antropológicos de sociedades de pescadores há a defesa de que as relações estabelecidas no âmbito da produção pesqueira desenvolvem-se uma cultura peculiar, diferenciada daquelas travadas na terra, que se chama *cultura marítima* ou *maritimidade* (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2004). Breton (1981) afirma que a pesca se distingue de outras produções primárias por conta da especificidade de seu processo produtivo.

A contribuição mais significativa em relação às sociabilidades desencadeadas a partir das relações de produção da pesca deu-se através do campo de investigação da Antropologia Marítima que “estuda a variedade e complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho que daí retiram sua subsistência” (DIEGUES, Idem, p. 53). A Antropologia Marítima interessa-se em investigar o modo de vida da gente do mar segundo o particularismo cultural próprio dela (DIEGUES, Idem; BRETON, Idem).

Deve-se apontar que o particularismo da gente do mar desdobra-se a partir de múltiplos caracteres sociais. O primeiro decorre do fato que o espaço da produção é de apropriação comum (MALDONADO, Idem; DIEGUES e MOREIRA, 2001; Idem; BRETON, 1981; BRITTO, 1999; ARCE, 1979) dos recursos pesqueiros disponíveis. Esta peculiaridade do espaço produtivo reverbera na percepção que as comunidades tradicionais elaboram a respeito do mar e repercute, por conseguinte, nas relações sociais estabelecidas na terra e no mar, com encaminhamentos distintos e próprios (MALDONADO, Idem).

Pode-se afirmar que pelo fato de as relações produtivas no espaço marítimo articularem-se dentro de um particularismo cultural da gente do mar, há a vigência de uma racionalidade econômica própria, distintas de outras relações produtivas. Não se pode delimitar com precisão o momento em que a produção da pesca em Baía Formosa e Barra do Cunhaú eram orientadas apenas para a satisfação das necessidades e não para o lucro. De modo geral, a produção da pesca local era destinada para o sustento familiar na qualidade dúplice de, ao mesmo tempo, satisfazer as

necessidades de sobrevivência familiar e grupal e o pescado restante ser destinado à venda no mercado para a obtenção da capital necessário para a compra de remédio, roupas, cereais etc. Conforme foi debatido anteriormente, o capital conseguido através da comercialização do pescado não possibilitou a reprodução social dos pescadores artesanais em termos ideais.

Smith (1977) informa que ao estudar o modo de produção da pesca deve-se respeitar seus pressupostos e limites ecológicos e produtivos. Sendo assim:

Estas comunidades devem ser tratadas a partir dos seguintes pressupostos: incerteza dos recursos por falta de conhecimento que barra o controle que rege determinantes da viabilidade da biomassa envolvida, ambigüidade do território aberto, movimento migratório da biomassa marinha são difíceis senão impossíveis de identificar o múltiplo potencial de subsistência (Ibidem, p.7).

A pesca é uma atividade produtiva que é constituída por grupos de trabalho organizados segundo critérios de reconhecimento comunitário de quem tem habilidades físicas e cognitivas para trabalhar no espaço marítimo. A partir disso, esse reconhecimento é sistematizado através das relações de parentesco e vizinhança, cuja unidade de produção segue a lógica de relações de produção informais e pessoalizadas. Essa lógica ou racionalidade de trabalho foi percebida entre a pequena produção industrial da pesca entre pescadores escoceses:

De acordo com modelos tradicionais de vida destas pequenas unidades de trabalho oferecem a oportunidade de trabalhar na base de relações pessoais e de preferência do que em relações informais (BAKS e POSTEL-COSTER, 1977, p. 24).

Esse fenômeno social que estabelece uma lógica de trabalho estruturada em unidades de trabalho formadas por familiares e camaradas é bastante comum sua ocorrência em comunidades tradicionais pesqueira no Nordeste brasileiro (MALDONADO, Idem; RAMALHO, 2006; CAVALCANTI, 2010; WOORTMANN, 1991). Decorre das peculiaridades da lógica da produção da pesca uma forma distinta de racionalidade econômica, entendida como modo de extrair da natureza os meios de existência, as relações sociais daí resultantes e a finalidade dessa relação de produção

(GODELIER, 1981). Em cada contexto cultural, a racionalidade econômica será desencadeada em decorrência dos valores, crenças socialmente partilhadas pelos grupos sociais envolvidos.

Cultura é um macrossistema de valores de um povo e de crenças que estão incidentes, ou não, nas transformações no microssistema que perfaz a estrutura social (SMITH, Idem, p. 13).

Conforme foi salientado anteriormente, a pesca é uma atividade produtiva que compreende uma relação espaço temporal que desencadeia uma racionalidade de trabalho distinta daquelas preconizadas no mundo urbano industrial capitalista. Forma-se, em decorrência das particularidades culturais dos povos do mar, um ethos próprio, com qualidades morais que dão sentido às relações sociais no mar e na terra.

A base ideológica que permite e orienta as relações de produção nas comunidades pesqueiras é um comportamento social desenhado a partir do igualitarismo (MALDONADO, Idem). Os pescadores artesanais são iguais e livres na estrutura hierárquica das relações de produção no mar, cuja unidade de trabalho é organizada numa cooperação voluntária (MALDONADO, Idem), uma vez que “facilitam a coordenação da ação prática e viabilizam a produção pesqueira tradicional” (Ibidem, p. 46).

Para Maldonado (Idem), o *ethos* da igualdade seria elemento organizador e nivelador das diferenças e confere solidez às relações sociais no mar (MALDONADO, Idem). É importante frisar que, segundo esta mesma autora, a ética da igualdade revela pontos de tensões e conflitos existentes nas relações de produção da pesca, observando-se que “o modo de vida estão ligados à atividade econômica dominante e ligados à residência dos indivíduos” (BRETON, Idem, p. 2). Assim, o espaço terrestre compreende um *locus* de caráter de troca híbrido, que vigora conflitantemente duas racionalidades: a das comunidades haliêuticas (BRETON, Idem) em contraposição às sociedades urbano industriais. E essa generalização idealtípica deve ser vista com certo zelo investigativo, pois os pescadores artesanais já estão inseridos numa “situação que facilita a inserção do capitalismo uma vez que a dissociação entre as forças produtivas e os meios de produção” (BRETON, Idem, p. 13), somente acentua a situação de exploração a que estes estão submetidos ao capital.

Os pescadores vivenciam das éticas que se misturam: a ética da igualdade no mar e a bordo dos botes; a outra, a tendência ao individualismo que prevalece nas relações em terra e que também pertencem ao mercado onde se distribui o pescado (MALDONADO, Idem). No entanto, toda generalização é perigosa. Há práticas sociais em terra que externalizam atitudes solidárias referentes a gente do mar: a relação que ela mantém com o resultado do trabalho, o pescado:

Quando um pescador recebe “peixe” de um companheiro, possivelmente, não lhe atribui de imediato mas certamente o fará, comportando-se da mesma forma no caso do doador. Ou de outro pescador passar por crise semelhante à sua (Ibidem, p. 91).

Em Baía Formosa há a recorrência dessas práticas solidárias: o camarada que estiver doente ou impossibilitado de trabalhar no mar, geralmente recebe o “peixe” dos camaradas que voltaram da faina marítima. É um construto social que exerce coesão grupal, ao informalmente acusar trocas dádivas que externalizam sentimentos comuns como respeito, consideração e união. Mas muitos entrevistados informaram que estas práticas solidárias persistem, muito embora esteja em declínio: muitos pescadores artesanais abandonaram tais práticas. Seria o caso de a lógica do ganho, da vantagem e do cálculo orientando as práticas cotidianas na esfera da pesca artesanal?

É uma questão complexa para responder em poucas linhas. Essa questão será debatida ao longo deste trabalho e certamente está atrelada à mudança social por que estão passando as comunidades tradicionais investigadas aqui.

As formas de produção que o trabalho possibilita não é uma realidade unicamente econômica (GODELIER, 1981). A racionalidade econômica das relações de produção da pequena pesca artesanal responde a aspectos técnicos e, também, a aspectos simbólicos e rituais que são constituintes do que se entende por totalidade social (LUKÁCS, 1979).

Na comunidade tradicional pesqueira de Barra do Cunhaú, os pescadores artesanais contam que o manguezal é protegido e habitado por um ser transcendental chamado Pai do Mangue e que todos os que adentram nas águas do Rio Cunhaú devem respeitar. Segundo os relatos deles, a figura do Pai do Mangue encarna uma “história do outro mundo”. Trata-se de uma narrativa mítica porque conta a história de um “ser

extraordinário” que prescreve as regras de condutas para agir no mangue. Segundo Morin os mitos são narrativas que descrevem:

[...] a origem do homem [...] a sua sorte na natureza, suas relações com os deuses e espíritos [...] transformam a história de uma comunidade, cidade, povo, tornam-na lendária, e mais geralmente, tendem a desdobrar tudo que acontece no nosso mundo real e nosso mundo imaginário para os ligar e os projetar num mundo mitológico. Desta forma, podemos considerar que o Pai do Mangue seja um mito porque narra e prescreve a forma como o homem deve se comportar dentro do mangue (MORIN,1998, p.150).

Os pescadores artesanais consideram o Pai do Mangue como uma “aparição”, um “encantado”. Segundo definição deles, o Pai do Mangue é de um “ser” “invisível, a gente dificilmente vê”, “um espírito que vive dentro do mangue”, “O Pai do Mangue é invisível, ninguém vê ele...”. Ao analisar as noções de espírito e deuses, Durkheim explica que:

São seres conscientes; não podemos, portanto, agir sobre eles, senão como agimos sobre as consciências em geral, isto é, por procedimentos psicológicos, tratando de convencê-los ou comovê-los, seja por meio de palavras seja por oferendas e sacrifícios (DURKHEIM, 2000, p. 12).

Para Durkheim (Idem, p.290) os espíritos nas sociedades aborígenes australianas têm consciência própria, agindo segundo uma espécie de vontade. Seriam seres oniscientes, uma vez que, presentes em todos os espaços, poderiam afastar-se à vontade para levar uma existência independente no espaço, ou mesmo agir sobre todos os indivíduos que deles se aproximam ou dos quais se aproxima. Num outro trecho das *Formas Elementares da Vida Religiosa*, o autor explicita que “certamente agem (os espíritos) com severidade, se o homem não se comporta com eles como convém” (Durkheim, 2000, p. 298). Assim, há uma ligação direta entre as ações exercidas pelos indivíduos e, de acordo com a conduta destes, a atuação co-presente do ente sobrenatural através dos interditos ou dádivas.

A efetividade da atuação do Pai do Manguê só pode ser conferida no espaço onde estão localizados os mangues, cuja presença deste espírito faz sentido para os ribeirinhos. Godelier (1981, p.39) considera como sagrado a relação do indivíduo com os espíritos, como uma categoria prática e espontânea da experiência humana primitiva da natureza e da sociedade. Ora, a eficácia da narrativa mítica só é possível porque está situada num determinado espaço, o mangue; e, também, porque regula a ação do indivíduo no meio, através de uma prática cotidiana.

Para Godelier, o trabalho não é uma realidade estritamente econômica. Segundo ele, nas sociedades primitivas e rurais, o trabalho é uma operação dupla que tem o aspecto técnico e um aspecto mágico-ritual. Assim, o trabalho enfeixa duas esferas de ação distintas: uma objetiva, que compreende a pesca, a extração do marisco, a venda dos produtos; outra, simbólica, que se efetua na forma como o indivíduo se apropria do mangue enquanto espaço socializado. Desta forma, a relação entre o indivíduo e a natureza traz sempre uma dimensão sagrada e impede de perceber a natureza apenas como um recurso econômico e material.

Analisando as representações da natureza numa comunidade de seringueiros na Amazônia, Chaves observa que

O homem neste espaço (o rio amazônico) parece ter sido desafiado pela natureza, sendo continuamente posto a prova na busca de criar condições para transformar as forças da natureza. Para utilizá-las em seu benefício, ele põe em prática [...] sua capacidade de perceber a si e a natureza”. Quando o ribeirinho diz: “Se você respeitar ele, você consegue pescado, consegue madeira, consegue tudo. Agora desrespeitar ele é perigoso, porque você pode se perder no mangue, passar horas e horas nesse verde... (Ibidem, p. 216).

O autor defende que há uma ligação intrínseca entre ele e o curso da natureza, devendo o mesmo respeitar os limites impostos por ela. Segundo Godelier:

A natureza mais além de suas aparências visíveis, se desdobra, portanto, para a consciência em mundos profundos imaginários habitados por sujeitos, idéias, que personificam as forças invisíveis, os poderes superiores e misteriosos da natureza (GODELIER, Idem, p. 150).

Pode-se afirmar que a natureza é um importante elemento no cotidiano dos pescadores artesanais desta comunidade pesqueira. Segundo Kujawski (1991), o cotidiano seria a unidade de medida da sucessão da vida humana. Este cotidiano, para o autor, inclui o indivíduo na vida de todos na comunidade. Assim, concluímos que a natureza – encarnada no manguezal e no rio, entre outros elementos – é um importante fator de integração dos membros da comunidade, uma vez que a mesma dita ritmos, significados para a vida comunal. Godelier (Idem) acreditava que as sociedades “primitivas” operavam sob analogia, relacionando os seres que as circundavam como causa dos fenômenos, visíveis ou não. O conteúdo destas analogias, segundo este mesmo autor, é que elas representam as forças e realidades invisíveis da natureza como ‘sujeitos’, comunicando-se entre si e com o homem. *Nas formas elementares da vida religiosa*, Durkheim reflete com propriedade esta característica entre a natureza e o homem. Os pescadores artesanais elaboram uma representação de que há uma ordem natural das coisas, ou seja, que os fenômenos da natureza estão ligados entre si segundo leis. Qualquer “interferência” no curso das coisas emerge a idéia de causas extraordinárias, extranaturais. Lévi-Strauss, na obra *O pensamento selvagem*, observa que a religião surge como uma humanização das leis naturais (os fenômenos naturais têm uma espécie de consciência e vontade) e a magia, uma naturalização das ações humanas.

Esta forma *sui generis* como o ribeirão norteia sua conduta dentro do mangue (ou dentro dos domínios do Pai do Mangue), cria um universo de preceitos éticos diferentes da racionalidade das sociedades urbano-capitalistas. Godelier acredita que existe uma diferença crucial entre as sociedades capitalistas e as denominadas tradicionais: estas duas sociedades têm “racionalidades intencionais” diferentes, ou melhor, possuem diferentes regras sociais objetivamente elaboradas para atingir um conjunto de objetivos. Na primeira, seria retirar da natureza os recursos de acordo com uma razão “instrumental”. Na segunda, a relação entre os indivíduos e o meio é mediada por elementos simbólicos e míticos que regem, também, as condutas dos mesmos.

As ações subjetivamente visadas pelos pescadores artesanais podem ocasionar duas consequências no seu trabalho no mangue: os interditos ou a troca de “presentes”. Os interditos podem ocorrer, segundo o relato deles, quando determinadas regras de conduta são infringidas. Os presentes ou trocas-dádivas acontecem, segundo os mesmos, quando há o *respeito* pelas referidas regras de conduta. Assim, as ações do ribeirão cujo sentido subjetivamente visado é a exploração do meio sem o respeito aos

regimes da natureza (seguindo uma conduta “individualista”), resultam na objetivação dos interditos, extensamente enumerados nas análises anteriores. No outro pólo, as ações dos ribeirinhos cujo sentido subjetivamente visado é a manutenção do meio e o conseqüente respeito às limitações da natureza, resultam na obtenção de dádivas como bom pescado, madeira, segurança num trabalho arriscado porque aquático etc.

Diegues (2000) observa que nas sociedades tradicionais há a “lei do respeito”, ou seja, para estas, o território é mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é mais fluida. Apesar disso, ela é conservada pela *lei do respeito* que comanda a ética reinante nessas comunidades. Que ética é esta? É uma visão do mundo onde a natureza não é apenas um objeto, mas é concebido como um ser dotado de consciência e vontade. Por conceber a natureza dentro desta perspectiva, os pescadores artesanais elaboram suas condutas seguindo regras de conduta ditadas pela narrativa mítica do Pai do Mangue. Assim, eles e o mangue se interrelacionam, o que resulta numa visão de mundo em que a natureza passa a ser um “sujeito”.

A natureza, desta forma, humaniza-se, adquire aspectos eminentemente humanos como castigar, punir, agraciar, presentear, enfim, *valora* as atitudes dos indivíduos que se subordinam a ela. Os pescadores artesanais, por sua vez, deixam de ser meros sujeitos e passam a ter uma posição primaz dentro das causalidades da natureza.

De acordo com estas peculiaridades da cultura da gente do mar, pode-se afirmar que há o desenvolvimento de uma racionalidade econômica distinta, em seus mais variados aspectos, da racionalidade preponderante nas sociedades urbano industriais, cujo preceito do cálculo e do lucro assume caráter universal. O mesmo não acontece com as comunidades tradicionais pesqueiras: a relação estreita que elas mantêm com o espaço natural elabora formas próprias de apropriação e obtenção dos meios da existência nesse meio.

### 3.5 Trabalhar com precisão e hora marcada – o trabalho na lógica da sociedade urbano-industrial de acumulação capitalista

“Por fim, de acordo com Merleau-Ponty, devíamos tratar Marx como um clássico: precisamos de um intermediário, se quisermos progredir para além dele. Mesmo se rejeitarmos as idéias dele, só podemos ir devido a elas, em vez de apesar delas”.

KEITH GRINT, Sociologia do Trabalho, p. 127.

Na perspectiva de entendimento das relações existentes entre as forças produtivas, os meios de produção e a produção de mais valia, Marx (1980) descortina o trabalho sob a racionalidade capitalista cuja lógica da produção é a acumulação de capital. O capitalismo, segundo Boltanski e Chiapello (2009), é um sistema econômico que tenta repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico cujo objetivo é o lucro; e, continuamente, este lucro é reinvestido, sendo esta a principal marca deste sistema de produção. A partir do século XVII, a pesca artesanal inglesa vivencia um processo irreversível de transformação tecnológica dos meios produtivos, que possibilita a captura de pesca a longa distancia, nas costas africana e canadense (DIEGUES, 1983). A cabo dessas transformações tecnológicas, o processo de produção da pesca artesanal, que passa a ser industrial capitalista, experimenta um novo tipo de organização da produção, cujo:

[...]capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo comercial e não na unidade familiar. (Ibidem, p. 20)

Sem dúvida, o sistema de produção capitalista, aliado a métodos de trabalho cada vez mais aperfeiçoados, exigiu e engendrou novos métodos de produção que estão ligados a determinados modos de viver, de pensar e de sentir-se a vida. Sem isso, não é possível obter êxito numa esfera (a da vida) sem conseguir resultados objetivos noutro, do trabalho (GRAMSCI, 1989). Nessa perspectiva, o sistema capitalista necessita de determinadas condutas e posturas adequadas daqueles que vivem

do assalariamento; posturas essas que correspondam às necessidades do capital que, no âmbito da esfera do trabalho, objetiva-se através de métodos de trabalho. Essa produção se realiza num processo gradativo, mas racionalizado (PADILHA, 2000). Com isso

Com a racionalidade econômica – desenvolvida com o capitalismo – o trabalho tem por fim a troca de mercadorias no interior da lógica do capital e não mais a subsistência. Os produtores de mercadorias entram em concorrência num mercado livre que torna impessoais as relações entre os homens. (Ibidem, p. 73)

No sistema de produção capitalista, o trabalhador vende seu tempo de trabalho para receber em troca o salário. A jornada de trabalho corresponderá ao tempo que o trabalhador vende ao capitalista para produzir mercadorias, que geram riqueza. Nesse sentido, no capitalismo, o tempo corresponde a dinheiro. A partir dessa lógica intrínseca à produção do capitalismo, o tempo é concebido como algo quantificável (SIMMEL, 1979; PADILHA, 2000; THOMPSON, 1998) e o trabalho torna-se mercadoria, a sociedade industrial – corolário da fase áurea do capitalismo – generalizou uma disciplina do tempo social, uma vez que ele passa a ser o sustentáculo de toda a atividade social (ZARIFIAN, 2002).

THOMPSON (Idem) examina as mudanças experienciadas na sociedade industrial inglesa nascente a partir do uso e da percepção do tempo do relógio como medição e exploração da mão de obra. Consubstanciado a isso, as relações de produção passaram a ser organizadas segundo uma divisão do trabalho cada vez mais especializada, supervisão de trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino entre outros. Aliados a essas transformações, formaram-se nos hábitos de trabalho entre os trabalhadores ingleses uma nova disciplina do tempo (Idem, 1998). No bojo dessas transformações sociais em relação ao uso do tempo, que procura: “intensificar o controle da vida cotidiana, com o objetivo de adaptar os costumes às necessidades de trabalho” (PADILHA, 2000, p. 21). E esta autora completa que:

Tudo muda na vida social quando a produção deixa de ter como objetivo o autoconsumo para atender o consumo do mercado, as atividades passam a ser reguladas pelos cálculos que determinam o mercado (Ibidem, p. 73).

As transformações tecnológicas – oportunizadas pelo avanço do conhecimento técnico científico – oriundas da busca incessante do capital de produzir mais em menos tempo provocaram uma reestruturação da produção que açambarca mudanças organizacionais e informacionais (PADILHA, Idem; SANTOS, 2002; LIMA, 2006).

Conforme já foi assinalado anteriormente, a introdução de inovações tecnológicas no espaço da produção pesqueira reorganizou as relações de trabalho e as tornaram mais precárias e dissociadas no par – forças produtivas e meios de produção.

A intensificação do capital industrial, não só nas atividades de captura, mas também de industrialização do pescado e sua comercialização, teve consequências importantes sobre a organização do processo de produção e sobre as próprias relações de produção (DIEGUES, 1983, p. 22).

Como reflexo dessas transformações nas relações de produção, a pesca industrial francesa testemunhou a diminuição do número de pescadores, redução da tripulação embarcada e o acirramento da competição entre a pesca industrial comercial e a pequena pesca, num território cada vez mais explorado e exaurido em seus recursos piscosos (DIEGUES, Idem). Em contrapartida à diminuição da força de trabalho embarcada, houve um aumento da força de trabalho em terra, realizando tarefas como descarga, armazenamento, industrialização e comercialização do pescado (DIEGUES, Idem), o que sugere que o mundo da pesca inseriu-se num método de gestão da produção similar ao enfrentado pelos trabalhadores das indústrias em terra, primeiramente pelo taylorismo, seguido pelo fordismo e, em seguida, pelo toyotismo. Fato este que só atesta o modo pelo qual o mundo do trabalho tornou-se cada vez mais racionalizado e, por que não dizer, desumanizado (ALVES, 2000).

Diante dessas transformações organizacionais, o mundo do trabalho – entendido como espaço das relações de produção – presenciou uma exploração do trabalhador cada vez maior, paralelamente à concentração de capital nas mãos dos capitalistas, que reinvestem o lucro em novas modalidades de exploração do trabalho assalariado. Será empreendida neste momento uma análise dos métodos de gestão do fordismo e toyotismo na esfera da produção capitalista e os reflexos nas subjetividades

dos trabalhadores, entendidas como “determinados modos de viver, de pensar e de sentir-se a vida”. Com isso,

Não há dúvida de que a introdução de novos métodos organizacionais visou, entre outras coisas, a reestruturação das formas institucionais de representação operária com o objetivo de quebrar a resistência trabalhista (PADILHA, 2000, p.25).

O fordismo foi um sistema de produção que aperfeiçoou o taylorismo e imprimiu uma nova concepção do trabalho na sociedade de produção capitalista (PADILHA, Idem; MELLO E SILVA, 2002). Consiste num sistema de gestão do trabalho que é caracterizado pela busca da elevação da produtividade, através do parcelamento das tarefas, de um mecanismo de produção fundada no trabalhador coletivo e de uma intensificação do trabalho manual (PADILHA, Idem), em vigor até os anos 70 do século passado nos países centrais, aliando produção em massa para consumo correspondente, forte presença do Estado, políticas sociais e acordos sindicais dentro do *Welfare State* (LIMA, 1995).

A racionalidade econômica estruturada a partir das inovações tecnológicas gera, sem dúvida, quantidades crescentes de tempo disponível, que é apropriado pelo capital para produzir mais capital. Essa razão econômica controla tanto o sentido quanto o conteúdo desse tempo (PADILHA, Idem) para produzir lucro.

No entanto, a gestão fordista apresentou limites, que ocasionaram o avanço de uma outra forma de gestão da produção de mercadorias. As razões foram muitas: alto índice de absenteísmo dos trabalhadores, grande margem de desperdício e aumento das paralisações, além das sabotagens operadas dentro da fábrica (PADILHA, Idem). Somam-se a isso, as constantes transformações no mundo do trabalho que, pressionado pela competitividade que lhe é orgânica, torna o fordismo uma gestão organizacional obsoleta frente às novas exigências do capital internacional.

A sociedade de bem estar social passa a ser onerosa e com pouca flexibilidade para a mudança. Os capitais migram em busca de mão de obra barata, instalando indústrias nos países periféricos, onde direitos sociais são artigos de luxo [...] a produção torna-se mundial [...] além da mão de obra farta, com incentivos a produção garantindo maior lucratividade (LIMA, 1995, p. 16).

O toyotismo notabilizou-se por desenvolver uma forma de gestão específica adaptada a situações de crescimento lento, a partir da década de 1970 (LIMA, 2006). A conjuntura internacional que possibilita essa nova forma de gestão pode ser analisada da seguinte forma: emerge uma era onde o capital é retroalimentado pelas bolsas de valores; crítica dos governos na Inglaterra e Estados Unidos ao modelo dos Estados Providência legitimados pelos movimentos sociais e operários (LIMA, Idem). Em contrapartida, há a ampla defesa do Estado Mínimo, da flexibilização das relações de trabalho e das conseqüentes reformas trabalhistas, previdenciárias e crítica e enfraquecimento dos sindicatos (LIMA, Idem). Dentro dessas considerações, é mister pontuar que

Foi nos anos 80 que o toyotismo conseguiu alcançar um poder ideológico e estruturante considerável, passando a representar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital. Assumiu, a partir daí, a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se valor universal para o capital em processo (ALVES, 2000, p. 29).

Essas estratégias políticas são a tônica de uma ordem que defende o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva, em prejuízo da classe trabalho e da própria sociedade (LIMA, Idem), para atender as necessidades do capital, cuja exigência é aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos seus produtos para ficar mais competitivo no mercado globalizado internacional (LIMA, Idem).

Gounet (1990) estabelece seis itens essenciais ao modo de gestão toyotista: a produção deve ocorrer de acordo com a demanda, num sistema de reposição de produtos; para economizar capital e tempo, o trabalho se desenvolve em quatro operações<sup>22</sup> que, somente a fabricação agrega valor ao produto; flexibilização na produção e organização do trabalho; introdução do kanban; a mesma linha de montagem produz artigos diferenciados para reduzir custos e a subcontratação como mecanismo que favorece o domínio de toda a rede de peças e produtos necessários.

O toyotismo pode ser tomado como a mais radical e interessante experiência de organização social da

---

<sup>22</sup> As outras são: transporte, estocagem e controle de qualidade.

produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital [...] O aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista (ALVES, 2000, p. 32-33).

Tavares (2004) avalia os efeitos da flexibilização do mundo do trabalho do seguinte modo:

A flexibilidade invade a organização da produção, fragmentando e desqualificando o trabalho, promovendo o desemprego e a reemergência de velhas formas de trabalho precarizado, que se expressam sobretudo pelo deslocamento de muitos postos de trabalho do núcleo formal para a informalidade, em que o trabalho cumpre a mesma função para o capital sem os custos sociais correspondentes. (TAVARES, 2004, p. 18).

O toyotismo procura formar, desse modo, um novo tipo de trabalhador, adaptado às mudanças estruturais que ocorrem na sociedade do capital. Essa adaptação do trabalhador ao método de gestão toyotista deve ser total, pois ele

Se estende [m] até o plano das relações entre a empresa e a comunidade na qual se instala, busca criar o sentimento de pertencimento à comunidade Toyota, por meio do desenvolvimento de atividades de lazer nos fins de semana (LIMA, 2006, p. 118).

Essa estratégia desenvolvida pela gestão toyotista, dentro de uma prática racional capitalista, não se efetivaria por meio da coação. Elas precisam de legitimidade social (TAVARES, 2004) ao incutir na subjetividade do trabalhador que esse pertencimento à empresa e a relação amistosa dela com relação à comunidade é benéfico; mas não passa de mais um jogo de exploração e captação do tempo livre do trabalhador.

Alves (2000) afirma que esse método de “integrar o colaborador” e a empresa na comunidade, além de outras estratégias subsumidas ao espaço da fábrica vão possibilitar a realização de novas formas de captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Nesse contexto de radicalização da captura da subjetividade

Para garantir o emprego, o trabalhador perde os limites das tarefas, dos postos de trabalho, das habilidades e, até mesmo, da legalidade sobre sua própria relação com a empresa (LIMA, 2006, p. 121).

Com essa “captura”, o modelo toyotista de gestão impõe uma racionalidade de trabalho que:

Requerem agora o trabalhador polivalente, pelo reconhecimento da motivação implícita no domínio do processo de trabalho, trabalho em grupo alia responsabilidade, disciplina, intensificação do trabalho, e maior produtividade sem alterar a remuneração (Ibidem, p. 17).

Notadamente, o mundo do trabalho apresenta um amálgama de contradições internas, precarização da força de trabalho e crescimento do capital globalizado ao lado de uma sociedade global que experimenta um processo de diminuição quantitativa do trabalho formalizado e o crescimento da atividade de serviços (ANTUNES, 1999). Ou como argumenta Tavares (2004) em relação à iniciativa do trabalhador de “abrir seu próprio negócio”:

É muito comum encontrar trabalhadores que defendem a possibilidade de trabalhar por conta própria como sendo a melhor alternativa nesta sociedade. No entanto, essa suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia horizonte revolucionário (Ibidem, p. 22).

Em outras palavras, o modelo de gestão flexível e aumento do trabalho terceirizado e precário são a face dual do mesmo processo: um processo crescente da descentralidade do trabalho no mundo atual (TAVARES, Idem).

Desse modo, o trabalho organiza-se numa esfera social que, ao se metamorfosear segundo os ditames do capital, exige da sociedade não apenas a apreensão dele enquanto fenômeno, mas que construa as próprias ferramentas para o entendimento da questão. Assim, possa-se estabelecer uma postura crítica diante da autonomização da economia global (IANNI, 1998).

### **3.6 Os (des)caminhos do trabalho fragmentado na esfera da pequena produção mercantil da pesca**

Foi discutido até aqui que a pesca em Barra do Cunhaú e Baía Formosa, enquanto atividade produtiva não é mais suficiente para proporcionar a satisfação das necessidades familiares locais. Com isso, deve-se destacar que as determinações históricas experienciadas pelo mundo da pesca nessas localidades se processaram, em certa medida, em sentidos distintos. No entanto, esse apontamento apenas enriquece a discussão e o entendimento da fragmentação que o trabalho pesqueiro sofreu ao longo da história local.

Em Barra do Cunhaú, os pescadores costumam buscar outras atividades produtivas para complementar a renda familiar, fenômeno observado em outras pesquisas (TEIXEIRA, 1990; DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2006). Geralmente, a imbricação de outras atividades produtivas se efetuava (e se efetua) nos períodos em que o defeso deve ser respeitado ou em períodos difíceis para a captura de pescado. A primeira atividade produtiva da região (que engloba as duas localidades) foi a monocultura açucareira, que empregou um número considerável de pescadores artesanais em idade adulta (18 a 50 anos), no processo de plantio, adubagem e, obviamente, o período de corte da cana.

Vale lembrar que a pesca, pouco produtiva por conta do baixo capital disponível para compra de embarcação e instrumentos de trabalho mais possantes, dificilmente possibilitava aos pescadores a reserva de capital para garantir, em momentos de baixa safra ou entressafra, a reprodução social. No entanto, ao entregarem-se ao trabalho sazonal nas plantações de cana de açúcar, os pescadores apenas conseguem capital mínimo para sobreviver. Sem dúvida, eles estão imersos numa situação de dependência do capital empresarial.

No século XX, os engenhos foram substituídos pelas usinas, o que certamente afetou as já precárias condições de vida, tanto dos pescadores artesanais de Barra do Cunhaú quanto de Baía Formosa, uma vez que ao implantar novas tecnologias no processo produtivo da cana de açúcar, a necessidade de grande número de trabalhadores informais nos canaviais diminuiu, fenômeno observado por Andrade (1994) em várias regiões produtoras de cana de açúcar no país.

Outra atividade produtiva que se beneficiou das mínimas condições de existência dos pescadores artesanais foi a salineira. Quase todos os pescadores artesanais entrevistados em Barra do Cunhaú trabalharam, em maior ou menor periodicidade, nas salineiras como forma usada para complementar uma renda que já não se bastava apenas com a combinação secular da agricultura e pesca.

Em meados dos anos 80, a atividade salineira enfrentou um período difícil – do qual jamais se recuperou – por conta da implementação das novas políticas governamentais para desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte. O impacto social decorrente dessa transformação foi considerável, pois restou aos pescadores artesanais limitarem-se a atender as necessidades mínimas que o trabalho pesqueiro podia proporcionar. Em decorrência disso, a superexploração do meio aquático provocou, em Barra do Cunhaú, um decréscimo da produção do pescado, o que somente tornou aguda uma situação sócio econômica já fragilizada.

No início da década de 80, com a desativação das salineiras no Rio Cunhaú, nesse espaço aquático foram implantadas dezenas de fazendas de criação de camarão. Surge, assim, uma nova configuração social para compra de mão de obra barata e capaz de compreender os ciclos das marés, grau de salinidade da água, etc. Ademais, este tipo de atividade produtiva exige o tempo integral dos trabalhadores empregados (entre eles, os pescadores artesanais), tornando-se necessário o abandono da atividade da pesca ou, mais exatamente, na sua transformação em atividade secundária.

Mas a carcinicultura exigiu um preço muito alto à comunidade tradicional pesqueira: o uso de produtos agroquímicos e fertilizantes para acelerar o período de maturidade do camarão para a venda no mercado ocasionou a queda da demanda de pescado no estuário do rio, além da diminuição de caranguejo no manguezal. Mais uma vez, a pesca é afetada por transformações externas a ela.

A causalidade do aumento de comunitários trabalhando nas águas do rio e no manguezal só reforça a tese de que o espaço produtivo da pesca é o único meio produtivo que resta quando falham as precárias alternativas possíveis.

Nestes períodos, é comum que as mulheres, adolescentes e crianças passem a trabalhar em atividades complementares à renda, como a extração de moluscos e crustáceos no manguezal. Geralmente, o espaço produtivo reservado às mulheres nas duas comunidades consiste na tresmalha, venda de pescado (saliente-se, o

que sobra ou não interessa ao capital) e confecção de redes e tarrafas; além disso, a confecção de instrumentos peculiares de trabalho, como o covo e a ratoeira.

A partir da década de 90, as duas comunidades experimentam uma reorganização do espaço da produção da pesca em virtude da especulação imobiliária e turística. Tornou-se comum as famílias locais alugarem a casa por tempo determinado como meio de complementação da renda. A praia tornou-se espaço destinado ao lazer e objeto de cobiça de construtoras e redes hoteleiras. Azevedo (2004) descreve as transformações sociais ocorridas ao longo do século XX nas praias brasileiras, que deixaram de ser espaço de práticas sociais locais para abrigar os banhistas e turistas, que literalmente “invadiram” o que outrora era ignorado ou pouco explorado pelos “urbanitas”.

A cidade invade o campo, o urbano sucede ao rural, representado pelas fazendas, pelas roças, pelas povoações de pescadores. O trabalho investido sob a forma de morada e frequência humana confere outra utilidade à terra (AZEVEDO, 2004, p. 39).

Ao mesmo tempo, pressionados pelas especulações imobiliária e turística, muitos pescadores artesanais venderam suas casas à beira mar com a esperança de comprar uma embarcação maior para finalmente se livrarem da condição de meros trabalhadores fragmentados. Como se verá adiante, o entusiasmo e a expectativa de mudança durariam pouco tempo.

As comunidades litorâneas, que durante muito tempo ocupavam isoladamente as terras da beira mar, proprietários de um espaço físico praticamente “infinito” para plantar, morar, etc, não podiam jamais imaginar que as terras “griladas” ou vendidas por baixos preços, poderiam se valorizar tanto e em tão pouco tempo serem revendidas para turista em alto preço (TEIXEIRA, 1990, p. 126).

Por diversas razões, o desenvolvimento turístico representa um obstáculo considerável à continuidade da prática da pesca local. Os espaços produtivos da pesca passam a ser disputados entre pescadores artesanais e turistas ávidos para usufruir, sem incômodos, das benesses do lugar. Em outro momento, na comunidade havia os moradores (em sua maioria, formada por pescadores ou parentes deles) e os veranistas

que possuíam casa e identificação com o lugar; com a chegada do turista, as relações sociais que prevaleciam cedem espaço à lógica do entretenimento e do usufruto da praia como mera mercadoria ostentatória que, certamente, durará por apenas um verão.

O modo de fazer contato com a água marinha não é mais o mesmo, exige táticas específicas, e toda presença no terreno conquistado vem a ganhar contornos diversos. A ida à praia enseja simplesmente andar na areia fofa ou úmida (...) deitar-se na mesma, molhar os pés na esteira espumosa das ondas ou mergulhar, boiar, nadar de um modo especial, surpreendente e problemático para muitos (AZEVEDO, Idem, p. 39).

A praia e o rio, antes espaços sociais ocupados e *locii* de construção da identificação do pescador, enquanto categoria produtiva, cedem lugar à ocupação de grandes hotéis, casas de luxo que impõem dificuldades à prática da pesca. Com a chegada em massa de “gente urbanizada”, as duas comunidades vivenciam uma modificação do seu tempo e espaço, que já não são seus, mas, sim, ditados pela lógica do capital. É evidente que essa relação conflituosa gera sérias conseqüências às comunidades. Entre elas:

O conflito com os costumes e modo de vida das comunidades. Durante a maior parte do ano, o modo de vida das comunidades pesqueiras é extremamente pacato e de trabalho. São hábitos e costumes, muitos mantidos pela tradição, que são verdadeiramente conflitantes com os valores impostos pelo turismo (TEIXEIRA, Idem, p. 126).

Outra peculiaridade imposta pelas especulações imobiliária e turística é o deslocamento espacial das moradias das famílias dos pescadores. Animados com a possibilidade de obter um capital considerável com a venda da casa, assentada geralmente próxima ao mar, os pescadores artesanais, em sua maioria, só conseguem comprar terreno distante do espaço produtivo. A praia passa a ser o reduto dos turistas e veranistas. Na maior parte das vezes, o capital conseguido com a venda da casa não possibilita concretamente, nem a compra da sonhada embarcação nem mesmo uma casa adequada ao seu modo de vida, e os “antigos vilarejos de pescadores e lavradores são suplantados por esses freqüentadores, formando movimentadas cidades balneárias” (AZEVEDO, Idem, p.57).

No compasso dessas transformações sociais, há implicações, sim, na elaboração de valores e estilos de vida. Muitos pescadores artesanais abandonaram a atividade pesqueira para trabalhar com o passeio de turistas em embarcações antes utilizadas para a pesca. Os passeios custam por pessoa, em média, quinze reais. Esse fenômeno é bastante comum em Barra do Cunhaú. Em Baía Formosa, muitos deles hoje trabalham passeando com turistas nas dunas que circundam as praias mais distantes.

Outro ponto importante é a mudança da percepção da pesca enquanto atividade produtiva: é comum observar na praia, pela manhã ou no fim de tarde, *pescadores ocasionais* pescando tainha ou cação apenas por lazer. Pescar por *hobbie* virou um estilo de vida que o turista incorpora e se identifica, para inserir-se imaginariamente a contextos culturais locais. Como diz Azevedo:

A praia é também palco para realização pessoal burguesa, para a recusa da pecha de retrógrado, de atrasado, de moralista, de velho, por meio da mencionada indumentária. Aparecer e andar por suas imediações e pelas ruas nessa aparência serve para demonstrar modernidade, saúde, juventude (AZEVEDO, Idem, p. 53).

Em meio a essas radicais transformações no espaço da produção pesqueira, nota-se a vulnerabilidade social enfrentada pelos pescadores artesanais, o que explica o fato de a pesca ser uma atividade intercambiável com outras atividades substitutivas ou complementares. A cabo dessa vulnerabilidade social resta um pescador artesanal, enquanto categoria produtiva, *fragmentado* em virtude dos movimentos do capital especulativo que desfigura modos de vida tradicional por conta da sua lógica de acumulação capitalística.

tipo de peixe capturado — valor comercial  
(de troca)

Os peixes de valor comercial considerável têm algumas peculiaridades segundo os pescadores artesanais de Barra do Lumbahi. Segundo eles, os peixes de carne branca têm alto valor de troca. O tamanho do peixe também é levado em consideração.

azul (Baía Formosa)

cioba  
beju-pirá  
deutão  
mero  
aricó  
cavala

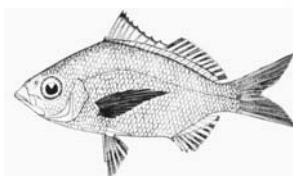
arabaiana  
cioba  
cavale  
deutão  
sirigado  
aricó (1kg acima)

camurim  
guaiuba  
caranha  
sirigado  
carapeba  
galo (do alto) (até 10 kg)  
arabaiana



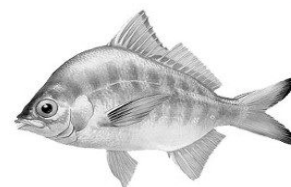
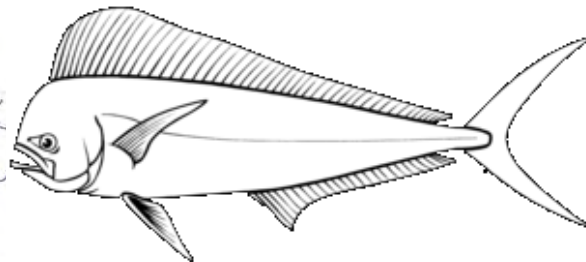
Peixe de segunda →

taiuba  
piscada  
xaréu  
galo (da costa)



guaiuba  
albacora  
dourada  
beju-pirá  
galo (de  
"branco")  
xaréu  
biundo  
gará, simbrora  
caranha

baicora



Os encontros à beira mar ou por uma etnografia  
costeira

#### **4. Os encontros à beira mar ou por uma etnografia costeira**

##### **4.1 Como a pesca tornou-se objeto de interesse na minha carreira acadêmica**

Neste momento dedicar-me-ei ao debate das questões pertinentes à metodologia empreendida na pesquisa de coleta de dados (amplamente conhecida como pesquisa de campo). Para início de debate, pretendo fazer algumas considerações a respeito da escolha pessoal em relação ao tema da pesquisa. Os postulados metodológicos da Ciência Sociais nascente com Auguste Comte (1978) e, algum tempo depois, sistematizada por Émile Durkheim com a nomenclatura até hoje conhecida por Sociologia, prescreveu que o conhecimento das dinâmicas sociais só seria possível com o distanciamento analítico do sujeito-objeto. Essa promessa racionalista é problemática porque fazer ciência pressupõe o mínimo de envolvimento do “sujeito” com aquilo que investiga; principalmente, quando este “objeto” envolve outros sujeitos que agem conforme determinados objetivos socialmente referidos. Assim, as escolhas que realizamos ao longo da vida em seu sentido mais amplo, nunca são neutras. Estão prenhes de significados pessoais, aptidões, inclinações, juízos de valor (o que Max Weber analiticamente denominou de valor axiológico), visões de mundo. Não me furto dessa responsabilidade. Os primeiros contatos que estabeleci com a pesca artesanal deram-se na infância. Lembro-me dos manguezais enormes, o odor característico da decomposição orgânica na água do rio, a olaria às margens das águas, as canoas e baiteiras atravessando o Paroeira (rio da região), jovens e mulheres passando ao longo da rua em que eu morava vendendo peixes, caranguejo, mariscos em pratos plásticos a preços módicos.

Essas visões povoaram meu imaginário, compartilhado com os meus amigos da infância. Lembro-me das tardes longas que ia ao mangue com meus amigos para tomar banho e capturar caranguejo com instrumentos denominados de “ratoeiras”

<sup>23</sup>. Cada caranguejo que capturávamos era motivo de comemoração; na falta do caranguejo, recorriamos ao guaiamum, espécie de crustáceo que se desenvolve em áreas mais distantes do rio e da lama e cuja carapaça é levemente azulada. Ficávamos no mangue até o cair da tarde. Havia épocas que chovia muito e, quando trovejava, as encostas do manguezal ficavam apinhadas de caranguejos que saíam das tocas. Meus pais diziam poeticamente que aqueles estavam de “andada”. Este fenômeno natural é descrito com fidelidade em *Homens e Caranguejos*, de Josué de Castro (2001).

Esta experiência com o mundo das águas passou muito tempo adormecida. Concluí o ensino médio em 1995 e em seguida, decidi prestar vestibular para a graduação em Comunicação Social – Jornalismo. Fiz esta opção pelo fato de considerar a carreira jornalística um caminho em busca da justiça em torno da idéia de discurso libertário e emancipador. Ao longo do curso, descobri uma forte inclinação para a produção de texto, leituras teóricas em Sociologia e Teoria da Comunicação. Constatei, surpreso, que o que eu queria mesmo era seguir uma carreira que possibilitasse a inquietação e a busca da discussão de temas relacionados à vida social. O jornalismo não cabia mais em mim. Foi desse modo que decidi explorar no TCC em Jornalismo (trabalho de conclusão de curso) a seguinte temática: o uso social do corpo feminino em dois programas de auditório no domingo em dois canais de TV. Sabia que a empreitada era difícil, a começar pela carga teórica que o tema exigia, e o curso de Jornalismo priorizava a parte técnica e prática da profissão de jornalista.



Figura. 19 : Minha primeira pesquisa de campo na Casa Branca, em Bayeux (outubro de 2000). Foto: arquivo pessoal.

---

<sup>23</sup> Tipo de instrumento utilizado para capturar guaiamuns. Geralmente as confeccionam com latas de óleo e um cabo de madeira que é preso a uma isca colocada no interior da lata. Quando o guaiamum tenta comer a isca, a lata é fechada e o crustáceo, finalmente preso.

Mas o projeto de realizar uma monografia sobre TV e gênero durou pouco tempo. Lembro-me claramente numa tarde que fui à Casa Branca (bairro da cidade de Bayeux) com amigos e vi pousado sob estoupas centenas de caranguejos cozidos e mulheres habilidosas tirando com facas e garfos pacientemente modificados (estes talheres são limados por meio de esmeril, que os deixam com aparência de quelíceras), para a extração da carne do abdômen e membros do caranguejo. Essa imagem ficou cristalizada na minha memória por inúmeras razões, mas elencarei algumas: o caráter de comunidade e associação que o trabalho reivindicava; um número considerável de indivíduos retirando a carne do caranguejo para o sustento da família; e a abundância do caranguejo, que me fez pensar no árduo trabalho que deveria requerer cozinhar aquele número espantoso de crustáceos. No entanto, mais de dez anos depois me encontrei com um ex-aluno e, numa conversa passageira, descobri que ele morava no bairro da Casa Branca. Perguntando sobre a atividade de extração da carne do caranguejo descobri que a atividade havia sofrido considerável declínio por conta da diminuição expressiva do crustáceo nos manguezais da comunidade, o que fez com que os indivíduos que trabalhavam nessa atividade se deslocassem para atuar em outras áreas (subemprego doméstico, trabalho informal entre outros). Deste modo, decidi visitar a Casa Branca e a situação era mais dramática do que havia imaginado: o caranguejo praticamente havia sido extinto, a pesca em processo de franca precarização, desemprego e desilusão por parte dos ribeirinhos em relação à atividade pesqueira.

Com isso, decidi realizar meu Trabalho de Conclusão de Curso em torno das questões socioambientais da Casa Branca. Comecei a realizar a pesquisa de campo em meados de abril de 2000, sob a orientação da professora Gloria de Lourdes Freyre Rabay. Assim, redundou no livro-reportagem denominado “À Margem da Liberdade: reportagem documental sobre a relação homem – mangue – sociedade”, onde faço um longo levantamento das questões sociais, econômicas, políticas, culturais do bairro da Casa Branca, cujo principal enfoque deu-se nas relações econômicas desencadeadas pelos ribeirinhos tendo como elemento significador o manguezal e suas águas estuarinas. A defesa deste trabalho aconteceu a outubro de 2000, obtendo avaliação máxima o que me estimulou a participar de seleção de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Fiz a seleção em meados de novembro do mesmo ano e fui selecionado para cursar regularmente o curso de pós-graduação. No meu Projeto de Mestrado delimito meu problema de pesquisa à questão da relação pescador artesanal – natureza

e a mediação da narrativa do Pai do Manguê como elemento organizador das práticas sociais dentro do manguê e do rio. Tive sérias dificuldades bibliográficas porque antes ninguém havia escrito monografias sobre este fenômeno social e fui instado a discutir, amparado por autores da Sociologia Clássica, a problemática dentro de um universo delimitado e exíguo de aportes teóricos e categoriais. Em princípio, o professor Andrea Ciacchi – do Departamento de Ciências Sociais – havia aceito a minha orientação, mas infelizmente não pôde acompanhar-me até a conclusão do curso na qualidade de orientador. Fui à procura do professor Adriano de Leon, que diligentemente aceitou a empreitada de trocar idéias e experiências comigo em torno do meu objeto de pesquisa, assumindo assim a tarefa de orientar-me. A professora e antropóloga Simone Carneiro Maldonado, nacionalmente conhecida pelo conhecimento acadêmico sobre a pesca e suas implicações culturais, em muito me ajudou em suas conversas longas e profundas sobre meu problema de pesquisa e com isso meu trabalho de mestrado foi tomando forma e investido de uma discussão teórica consistente. Em março de 2003 defendi a dissertação “Sob o olhar do Pai do Manguê: a relação homem – natureza e a mediação das narrativas míticas”, cuja banca examinadora foi composta pelos professores Adriano Azevedo Gomes de Leon (PPGS/UFPB), Simone Carneiro Maldonado (PPGS/UFPB) e Alberto Guy Nishida (PRODEMA/UFPB). O trabalho obteve nota máxima e credenciou-me a participar de seleção de doutorado. Preferi passar um tempo adquirindo experiência acadêmica e vivencial para num espaço de média duração pleitear vaga num curso de Doutorado.

Em 2008, participei da seleção de Doutorado do PPGS/UFPB com o projeto “Só acredito vendo: O processo de racionalização nas relações de trabalho pesqueiro de manguê na comunidade da Casa Branca, Bayeux-PB”, onde problematizo os princípios da materialidade que organizam a vida social dos ribeirinhos e os desdobramentos no mundo da cultura histórica. Fui selecionado e a pesquisa de campo nos impõe certas singularidades que terminou desviando-me das minhas intenções iniciais de abordagem temática. Ao começar a pesquisa de campo, deparei-me com problemas sociais de uma outra ordem e que reivindicavam ser abordados numa pesquisa que mal iniciara e já se apresentava como desafio para o pesquisador etnógrafo. Os entrevistados não estavam muito interessados em falar sobre quais bases racionais erigiam seu discurso acerca da crença em seres sobrenaturais, que viviam no manguezal, mas nas relações ecológicas que se lhes apresentavam como desafio diário para a obtenção dos meios de existência na atividade de pesca. O pesquisador, falo sem

constrangimento e com uma parcela de orgulho por tanto ter aprendido em questões de método e interação social, não tem total controle sobre a sua pesquisa nem sobre que tema vai debater. Os entrevistados e o grupo social nos exigem determinadas escolhas axiológicas e de método empírico que nem sempre somos capazes de ir ao encontro delas. Caso sigamos nossas convicções pessoais, pode-se ter perdido uma grande chance de crescermos no tocante à experiência de campo e, ainda mais, de construir nossa capacidade de reformular problemas, adequar esquemas teóricos à realidade social, que está em constante transformação.

Só que as minhas aspirações de enfoque metodológico sucumbiram a elementos que estão presentes na vida e que têm uma força misteriosa e caprichosa: mudei de problemática e ampliei o locus de pesquisa. Em setembro de 2008 fui com amigos passar o fim de semana numa praia descrita por eles como “paradisiaca”. Ao chegar à Barra do Cunhaú, descobri que era um espaço social orientado para a pesca comercial simples tanto no rio quanto no mar. Os pais de Ivonaldo, amigo meu, receberam-me com hospitalidade e na casa deles estavam dois pescadores locais, Geraldo e Manoel (Seu Menininho). Conversamos sobre pesca (seria inevitável...), a cultura do lugar, hábitos, captação de pescado. A conversa, sem dúvida, abriu novas possibilidades para minha carreira enquanto pesquisador. Rimos muito, tomamos cerveja e aguardente, eu sem saber se ainda era um visitante de fim de semana ou se já estava desempenhando meu faro de etnógrafo. Surgiu assim uma proposta, feita por mim, de acrescentar na minha pesquisa a comunidade de Barra do Cunhaú, uma vez que, segundo o relato deles, havia grande demanda de pescado, fato que há muito não acontecia nas águas de São Lourenço, em Bayeux. Geraldo e Seu Menininho concordaram em me ajudar no estabelecimento de contatos, apresentando alguns membros da comunidade para contato mais intenso e servindo, também, como partícipes da pesquisa de campo.



Figura.20: Conversa em Baía Formosa no ano de 2009. Sondagem de campo. Foto: Rubens Elias da

Estava entusiasmado com a possibilidade de ampliar a temática da tese. Entrei em contato com meu orientador de então, Andrea Ciacchi e relatei as questões relevantes que tinha conseguido levantar em Barra do Cunhaú e que pretendia adicioná-la na minha pesquisa. Andrea rapidamente concordou e sugeriu que eu deslocasse a discussão para a questão da obtenção dos meios de existência e as diferentes estratégias de conseguir estes meios por intermédio da cognição. Esse empreendimento teórico-metodológico durou apenas a pesquisa de campo ser iniciada. Em campo, constatei, através de muitos relatos, que em Barra do Cunhaú não havia o pescado abundante que me disseram, pelo contrário. Deve ter sido a ação de muita aguardente e a alegria de estarem reunidos que os pescadores terminaram colocando tintas demais nos relatos na casa dos pais de Ivonaldo. Mais uma vez o problema da tese apresentava-se como um desafio, uma vez que a realidade social sempre se transpunha ao que eu queria abordar, tornando-se quase uma realidade auto-realizante (SANTOS, 2002).



Figura.21 : Encontro com Sérgio e Rodolfo, numa tarde em Barra do Cunhaú (outubro de 2010).  
Foto: Nildo Ferreira.

Foi nesse contexto que a proposta de investigar o problema em torno da tese *Guiados por mares e peixes*. A princípio a orientação (mais uma vez) foi iniciada com Andrea Ciacchi que, por imperativos pessoais, não pode seguir a frente com o projeto. Entrei em contato com a professora Simone Carneiro Maldonado, falei a respeito do meu projeto e da intenção de que a mesma me orientasse no Doutorado. A professora aceitou o convite – para minha alegria – uma vez que congregávamos de muitos valores em comum. A amizade estreita que tínhamos facilitou o processo de

orientação que se efetivou desde a redação da tese até na elaboração e execução de exposições de imagens com a temática da pequena pesca comercial simples.

Desta forma, a temática escolhida por mim como objeto de investigação apenas evidencia o quanto uma pesquisa científica está ancorada a fatores e forças subjetivos. Sem eles, o problema talvez nunca chegasse a seu termo: existir enquanto problema.

#### **4.2 As metodologias envolvidas: ferramentas para traduzir o “outro”?**

As leis me autorizam a prodigalizar as palavras mais arcaicas do idioma e as mais complexas metáforas. Domino a escrita secreta que defende nossa arte do indiscreto exame do vulgo.

*Em O espelho e a máscara, Jorge Luís Borges.*

O método qualitativo foi empregado para discutir as transformações sociais na esfera do trabalho da pequena pesca comercial simples, compreendido como o instrumental metodológico que visa levantar através do entendimento e da observação (BRASILEIRO, 2005) os elementos da cultura de uma determinada sociedade, ressaltando suas singularidades no curso histórico. Ao longo deste trabalho, ver-se-á tabelas e ilustrações que objetivam auxiliar o entendimento do problema da tese e seus desdobramentos econômicos e sociais nos *loci* analisados.

Salienta-se que os *loci* dessa pesquisa compreendem duas comunidades costeiras cujo principal produção econômica é a pequena pesca comercial simples, localizadas no Estado Rio Grande do Norte. Compreendem a comunidade praia-estuarina de Barra do Cunhaú, localizada no município de Canguaretama e a comunidade de pescadores no município de Baía Formosa, importante centro produtor de pescado potiguar. A escolha destas dois espaços de produção da pequena pesca comercial simples deu-se pelas seguintes razões: I) serem economicamente relevantes, em contextos de pesca distintos; II) ocuparem espaços geográficos com características

socioeconômicas diferenciadas, o que enriquece a pesquisa comparativa; III) estarem circunscritos em determinações históricas singulares, apresentando assim um quadro analítico profícuo para o desenvolvimento teórico desta investigação. Dessa forma, afirma-se que esta pesquisa adotará uma análise sincrônica comparativa, ao abordar as relações de produção no espaço da pesca num contexto de significação histórica num determinado espaço temporal, comparando os elementos analíticos levantados em campo, nas duas comunidades tradicionais de pesca acima referidas.

O levantamento dos dados deu-se através da etnografia tornada concreta pela observação participante. É ela que nos oferece os contornos necessários para se observar o que se passa na nossa frente ou atrás, escondido ou oculto (ESPINHEIRA, 2008). Aliada à observação participante, a etnografia faz-se necessária como método sofisticado de entendimento da cultura do outro, através de uma descrição densa e reveladora das dinâmicas sociais envolvidas no trabalho de campo (GEERTZ, 1973). O resultado desse empreendimento em campo é a transferência de uma cultura que se desenvolve no vagar das ruas, encontrando seus atores sociais, nos espaços de convívio e interação (ESPINHEIRA, 2008), para uma forma textual e intelectualizada (CLIFFORD, 2002, p.21),

A etnografia foi um método de pesquisa utilizado amplamente pela antropologia nos séculos XIX e XX. Desempenha papel metodológico fundamental no campo das Ciências Humanas, uma vez que possibilita a observação e análise de sociedades consideradas em sua particularidade (BÉAUD e WEBER, 2007), (CLIFFORD, 1998). Este método de observação torna possível a proximidade cultural entre os agentes envolvidos, permitindo o que se denomina de encontro entre subjetividades reciprocamente referidas (GONÇALVES, 2010). A abordagem etnográfica configura-se num campo de interconhecimento articulado de tensões, ambigüidades e indeterminações que em muito afeta os encaminhamentos da pesquisa, os caminhos escolhidos pelo pesquisador, as trilhas deixadas em nome de uma rede complexa de relações sociais reciprocamente interessadas. Em relação ao entrecruzamento de experiências entre pesquisador e nativo, Gonçalves (Idem) salienta que a etnografia se efetua através da busca de semelhanças analíticas em padrões tidos como distintos. Pode-se afirmar que a abordagem etnográfica é modelada pelo fluxo de informações propiciadas pelo *interconhecimento* (Idem, 1998) construído pelas partes envolvidas na pesquisa. Seria o que Gonçalves (2010) apontou como principal

privilégio das Ciências Sociais valorizar a palavra do outro como fonte de análise e, a partir dessa situação, constituir uma forma singular de conhecimento.

O método etnográfico busca compreender a cultura através de um longo processo de observação das dinâmicas sociais, numa imersão no universo social e cosmológico do "outro" adicionado à descrição pormenorizada destas e posterior interpretação dos dados levantados (PEIRANO, 1992). Fazer etnografia (*Doing ethnography*, segundo Geertz) é estabelecer um método de análise e compreensão dos fenômenos da realidade social que quantitativamente pode-se dizer que é inviável por sua intangibilidade (religiosidade, crenças, ideologias, mitos, linguagem, relações de poder, entre outras variáveis). Sem dúvida, nos trabalhos etnográficos dos séculos XIX e XX os holofotes foram lançados sobre o conhecimento daí construído e o fascínio despertado na sociedade urbano industrial europeia para conhecer os padrões (e exotismos... ) culturais do “outro”. O homem como objeto de estudo e centro da razão somente corroborava a essa nova postura diante do “outro”



Figura.22 : Pescador no fim da jornada de trabalho em Baía Formosa. Foto: Rubens Elias da Silva

Sem dúvida, concorda-se com o que Geertz (1973) afirma que o homem é um ser suspenso nas próprias redes de significado que ele mesmo criou. A relação natureza – sociedade é a base dessa “suspensão” e, sem ela, os homens, ao depararem-se com os limites impostos pelo meio, não elaborariam materialmente uma determinada “cultura”. Para entender as relações de significado das “redes” (webs of significance) o pesquisador etnógrafo deve:

Estabelecer vínculos (rapport), selecionar informantes, transcrever textos, traçar genealogias, mapear campos, portar um diário e o mais. (GEERTZ, Idem, p.6).

De acordo com Clifford (2002) o trabalho de campo etnográfico dá-se na imersão da escrita, em *pari passu* com o olhar, o sentir e o etnógrafo vê-se, segundo aquele mesmo, nas fronteiras tênues da tradução. E, convém esclarecer, o processo de escrita e tradução do “outro” ocorre geralmente fora do “campo”, justo no momento em que o pesquisador etnógrafo passa a interpretar os dados à luz do seu repertório cultural (PEIRANO, 1992; CLIFFORD, Idem).

Com isso, selecionaram-se através de contatos interpessoais, os sujeitos diretamente envolvidos na atividade pesqueira, tomando como referência o tempo de trabalho na pesca, faixa etária e, principalmente, através do conhecimento empírico adquirido ao longo da vida (que fosse referendado por outros sujeitos envolvidos, que me indicavam solicitamente). Para que este presente trabalho não perdesse de vista uma abordagem sociológica estrutural, decidiu-se compreender o espaço das relações de produção da pesca a partir de vários sujeitos envolvidos que não poderiam estar dissociados da análise: mulheres e jovens, além dos já citados, os pescadores. Assim, pode-se elaborar um esboço macro de uma identidade singular do grupo investigado, organizada sob o princípio de “maritimidade”. Com isso, evita-se elaborar uma análise que negligencie as diversas temporalidades e mentalidades envolvidas naquilo que Durkheim categorizou como “representações coletivas”.

Para o detalhamento das experiências individuais dos sujeitos escolhidos para compor o quadro analítico deste trabalho, determinou-se que estas experiências seriam coletadas dentro de uma proposta metodológica eficaz denominada história de vida. Wright Mills (1959) observou que para constituir a sociedade como objeto de investigação, problematizando as convenções sociais, enxergando-as como elaboração das relações entre biografia e sociedade. Assim, tomando-o como eixo condutor, a história de vida pode ser considerada como fecundo recorte metodológico para estabelecer as interligações necessárias entre estas e as relações sociais e

Perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está acontecendo com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da

história, dentro da sociedade. (WRIGHT MILLS, Idem, p.14).

É nessa perspectiva dialética entre biografia e sociedade; entre história de vida dos interlocutores e as forças exteriores e coercitivas integrantes da esfera social (DURKHEIM, 1971) que incidem nos primeiros como perturbações (WRIGHT MILLS, 1959). Desse modo, essa será a ferramenta teórico metodológica que conduzirá este trabalho. Para tanto, as experiências adquiridas ao longo da vida nas águas, o trabalho em grupo, os conflitos que daí resultam, as solidariedades desencadeadas, as percepções de tempo e espaço no trabalho pesqueiro, as expectativas quanto ao futuro da atividade de captura do pescado, a representação que fazem de si, do outro e do mundo do mar são elementos de investigação que compõem o mosaico social. Este “mosaico social” torna evidente que as experiências pessoais, as relações sociais de produção, as percepções do espaço e do tempo da pesca fazem parte não de experiências individuais e residuais, mas de experiências reciprocamente referidas dotadas de significado para o grupo social.

O levantamento dos dados em campo deu-se com o método de observação cunhado como observação participante, que compreende na participação negociada entre pesquisador e grupo pesquisado para obter conhecimentos sobre a dinâmica social da comunidade, do grupo ou de situação determinada (GIL, 2008). A integração do pesquisador nos *loci* envolvidos na pesquisa de campo efetivou-se de modos distintos, oriundos do nível de empatia, envolvimento e de elementos subjetivos que são inerentes à natureza da pesquisa que se constrói num campo de trocas intersubjetivas. A observação participante oferece contato com dados sobre situações habituais relevantes na análise sociológica; no entanto, aquele restringe o acesso a determinados “dados” por razões, na maioria das vezes, que independem da atuação do pesquisador. Dessa forma, salienta-se a necessidade de estabelecer uma relação dialógica, que aos poucos construa o que se conhece como *rapport*.



Figura.23: Preparo para a pesca de arrasto, pela manhã, em Barra do Cunhaú. Foto: Valbio Elias da Silva

Para que a pesquisa de campo obtivesse o patamar desejável de dados analíticos para o entendimento do problema de tese em questão, atentou-se para o registro de dados através de caderno de campo, cada um referente a um locus da pesquisa. Após cada entrevista em campo, preencheram-se fichas de catalogação para ter o controle informacional dos entrevistados, além de permitir revisar e reelaborar questões a serem respondidas em campo (ver Anexo). Nestas fichas, encontram-se, além de dados biográficos, tempo de trabalho na pesca, modalidades de pesca em que o (a) entrevistado (a) está ou esteve envolvido (a), tipologia do pescado capturado e dos respectivos instrumentos de trabalho exigidos para cada tipo de captura, atividades produtivas paralelas ou sazonais à atividade pesqueira.

Com relação à captação de dados, as entrevistas foram construídas numa proposta de semiestruturá-las, deixando espaço para que os entrevistados pudessem falar espontaneamente sobre um assunto que considerasse importante e que, a partir disso, novas questões pudessem ser formuladas. A entrevista semiestruturada permite que entre uma questão a ser investigada à outra, pode-se inserir uma questão imediata, dependendo do grau de interação e conhecimento empírico do entrevistado (a).

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas com o consentimento prévio e tácito dos entrevistados. O uso do gravador e câmeras digitais para a captação de imagens em termos de pesquisa foi oportunizado com a aquiescência e consentimento formal dos envolvidos, principalmente quando se tratou de vídeo ou imagem de plano fechado.

Desse modo, este trabalho investigativo só se tornou um possível mediante esta negociação simbólica entre os envolvidos, zelando pelo respeito mútuo. Respeitaram-se, também, as recusas dos virtuais cooperadores em fornecerem dados e relatar experiências na atividade pesqueira. Sendo assim, a pesquisa de campo efetivou-se, através de uma negociação entre subjetividades, em nome de um saber teórico sobre as sociabilidades do espaço da produção pesqueira e, acrescenta-se ainda, que este saber construído a partir de experiências partilhadas possa ser objeto de discussão na sociedade em seus mais diversos espaços.

### 4.3 A busca dos interlocutores

*“Aqui em casa todos são bem vindo”.*  
Fala de um pescador de Barra do Cunhaú.

O contato com as pessoas que vivem no espaço onde se desenrolou a pesquisa de campo foi o momento mais importante da pesquisa, uma vez que os contatos estabelecidos serão decisivos para o andamento e êxito da mesma. Este contato prévio foi bastante enriquecedor porque pode-se levantar questionamentos que o pesquisador não conseguiria construir ao longo do projeto da pesquisa. Esse aspecto crucial é parte integrante da dinâmica de uma pesquisa de campo (e em campo), pois o conhecimento construído ao longo da estadia do pesquisador provém dos contatos, diálogos e observações empreendidas pelo mesmo; com isso, o pesquisador tem a preciosa oportunidade de testar hipóteses, levantar questionamentos e construir novas idéias. Ou como nos diz Beaud e Weber:

Ora, o campo deve poder também funcionar, se não como questionamento radical das teorias, pelo menos uma série de ajustes, por vezes muito importantes.  
(BEAUD E WEBER, 2007, p.50)

O contato que realizei em Barra do Cunhaú foi iniciado em 2008, a partir de um convite feito por amigos que foram passar um fim de semana lá. Ao chegar em Barra do Cunhaú, muito me interessou a relação que a comunidade estabelece com o rio e o mar, retirando destes seus meios de existência. Centenas de canoas à margem do rio causaram-me interesse, pois logo percebi que era um espaço social cujas dinâmicas grupais estavam fortemente ligadas à cultura da pesca. Ao chegar a casa de Dona Dinalva e Seu Ivo, localizada próxima da “Antena” de redes de celulares, conheci dois simpáticos pescadores. Conversamos durante horas sobre pesca, a vida na comunidade e os problemas relacionados ao mundo deles. Foi uma interação muito gratificante porque rapidamente ficamos “amigos” e surgiu um convite inusitado: “Por que você não vem estudar essas coisas aqui?”. Fiquei tentado pela possibilidade de ampliar meu conhecimento sobre a pesca, negocieei com o meu então orientador e rapidamente aceitou meu pedido de ampliar o tema da pesquisa, contemplando as questões suscitadas com o meu primeiro contato em Barra do Cunhaú.

A casa de Dona Dinalva fica numa rua recuada, sem asfalto e saída. Quando chove fica difícil trafegar de automóvel. Nesta mesma rua muitos pescadores residem, confeccionam redes, despescam os mariscos, tomam uma cerveja ou aguardente no fim do trabalho. Nos terraços das casas é comum ver muitas tarrafas e caçoeiras secarem, instrumentos de trabalho como remos, varas, covos e samburás. Em meio a cerveja, peixe frito, aguardente com lascas de limão e rum, animadamente ouvíamos, eu, Dona Dinalva, Seu Ivo, seu filho e nora, o harmonioso acorde do coco de zambê tocado por Seu Geraldo e Seu Menininho. Foi neste clima de alegria e integração que construí meus primeiros contatos na comunidade.

Neste contexto de pesquisa inicial, fui à Barra do Cunhaú na incumbência de levantar fontes, em meados de novembro de 2008. Fiquei hospedado na casa de amigos, próximo à praia e ao rio; em outras palavras, estava localizado num ponto estratégico da comunidade para observar, analisar e descrever a dinâmica do cotidiano da vida social local. Esse momento da pesquisa foi pontuado pela introdução do diário de campo, onde obrigatoriamente fui descrevendo minhas impressões sobre o grupo pesquisado; anotando dados fornecidos por moradores locais, endereços úteis e detalhes sobre a comunidade que, num primeiro momento poderia ser considerado acessório ou irrelevante, mas que em alguma fase da pesquisa poder-se-ia mostrar crucial para o andamento do trabalho investigativo.

Como escolher interlocutores cujos testemunhos fossem mais úteis num contexto de pesquisa? Essa é uma questão complexa para responder, mas que a mim se interpunha frequentemente em campo. Estabeleci alguns critérios metodológicos para guiar minha incursão no universo da comunidade estudada, para não ficar à deriva de especulações subjetivas que poderiam não ajudar na construção do meu objeto de análise. Primeiro, estabeleci que a forma mais adequada em meu contexto de pesquisa seria construir um contexto de empatia e confiança com o interlocutor contatado. Transmitir confiança e boa fé seriam pontos fundamentais para que os interlocutores sentissem à vontade de indicar-me um colega de trabalho para conversar comigo e, assim, a pesquisa prosseguir. Geralmente, após a primeira ou segunda entrevista, dependendo do grau de “empatia” oportunizado pela interação, ocorreram dois modos de encadeamento da pesquisa: ou o interlocutor me indicava uma segunda pessoa a ser entrevistada, que seria ideal para o que eu estava pesquisando ou eu pedia voluntariamente o contato de um ou mais interlocutores que poderiam me ajudar no andamento do trabalho. Foi assim que conheci o líder da comunidade, o pescador Sergio Canoa, que muito contribuiu para o avanço da pesquisa.

Numa tarde ensolarada, andando pela beira da praia, encontrei Sergio Canoa com um amigo, possivelmente também pescador, conversando sobre coisas do dia a dia. Apresentei-me aos dois e foram desde os primeiros momentos muito receptivos. Sergio, de personalidade forte, foi logo dizendo que “sabia que eu iria procurá-lo para conversar”. Rapidamente, associei essa postura de Sergio Canoa a uma categorização de Émile Durkheim, denominada solidariedade mecânica. Uma sociedade organizada dentro de uma divisão do trabalho baseada na solidariedade mecânica, as representações sociais elaboradas pela coletividade são tão impositivas sobre ela que os indivíduos que a compõem pouco podem resistir aos efeitos delas (DURKHEIM, 1999). Com isso, pode-se estabelecer uma relação entre a reflexão empreendida por Durkheim (1999) e a situação desenrolada acima: a de que numa comunidade onde todos se conhecem, qualquer indivíduo estranho ao grupo, ao participar das relações sociais inerentes a este, não passa despercebido pelos indivíduos que residem aí. Pelo contrário, minha inserção no cotidiano da comunidade os alertou para a ruptura de uma rotina que passou a ser, intencionalmente observada e vigiada (WEBER, 1999).



Figura.24 : Pescadores em Baía Formosa confeccionados novas redes de pesca. Foto: Rubens Elias da Silva.

Deste modo, avisar a Sergio Canoa sobre a minha presença poderia ser analisado como uma atitude de *dúplice interpretação*: primeiro, desenvolvida como uma atitude cuja intencionalidade seria ajudar o pesquisador a compreender a vida social através de alguém que tem autoridade para falar; segundo, esta atitude de “informá-lo sobre a minha presença” pode ser interpretada como uma forma social de controle, para eu perceber que embora seja considerado um “desconhecido” no contexto local, eles sabiam do meu objetivo ao passar a conviver com eles em termos de rotina e que não sou exatamente um “anônimo”. Beaud e Weber estabelecem uma interessante relação entre estranheza e riqueza no trabalho de campo realizado pelo pesquisador, uma vez que:

Quanto mais a gente destoa do meio pesquisado, mais fácil fica para os pesquisados ter uma idéia clara do que fazemos por lá. Ao mesmo tempo procurarão achar-lhe um lugar possível, uma função em que a sua não conformidade parecerá natural.  
(BEAUD E WEBER, 2007, p.69)

É mister salientar que embora pareça que eles ignorem a minha presença, não é isso o que de fato aconteceu. Diferentemente da atitude de um turista, que rapidamente passa pela comunidade, consumindo roupas de banho, cartões postais, passeios pelo rio e mar, provando pratos regionais, ou de um veranista que casualmente

passa o fim de semana em sua casa de praia, o pesquisador é visto como alguém que tem por ofício investigar a vida coletiva, interferindo no cotidiano em suas mais diversas gradações. De fato, essa postura negociada em relação a mim poderia ser percebida como um traço da desatenção civil tipificada por Goffmann (2010). O autor descreve essa estratégia de desatenção como atos de engajamento da face:

O que parece estar envolvido é que uma pessoa dá a outra um aviso visual suficiente para demonstrar que ela compreende que a outra está presente (e que admite tê-la visto). e no próximo momento ela retira sua atenção para expressar que a segunda não constitui um alvo de curiosidade ou intenção especial (GOFFMAN, Idem, p. 96).

Ao estabelecer uma interpretação deste conceito em Goffman, Giddens (1991), em sua obra “As consequências da modernidade”, desenvolve a idéia de que a desatenção civil é um construto social em contextos modernos que envolvem duas ou mais pessoas que não se conhecem e que estabelecem contatos instantâneos em lugares públicos ou abertos, numa atmosfera de “estranhamento polido” (GIDDENS, 1991, p.85). Ao cruzar a rua, duas pessoas possivelmente se olham, baixam os olhos e continuam seguindo seus objetivos práticos. No contexto da pesquisa, num primeiro momento acreditei nessa “ausência de intenção hostil” (GIDDENS, Idem, p.85), mas que durou muito pouco tempo. Imaginava ser ainda ignorado pelo grupo em respeito às minhas intenções, o que se provou completamente o contrário. Isso não quer dizer necessariamente que essa atitude em detrimento a minha presença seja negativa: pelo contrário, consiste num jogo social de reconhecimento e autorização informal para a continuidade da pesquisa de campo. De outro modo, pode-se argumentar que o fato de minha presença ser notada por muitos que compõem o grupo e constatarem o propósito de minha incursão no cotidiano deles é resultado de relações sociais negociadas dentro de contextos de poder e disciplinamento (FOUCAULT, 2007). A argumentação de Foucault em relação aos regimes de poder articula-se na descentralização do poder, não mais restrito às instituições modernas de controle social, como justiça e educação. Os efeitos de poder, ao contrário, estariam imbricados nas relações sociais desenvolvidas no cotidiano (FOUCAULT, Idem).

Saber que estava sendo observado, por si só, causou ansiedade e constrangimento. Meus atos corriqueiros estavam sendo analisados, ponderados e julgados independentemente de minha vontade. Só o fato de saber que estava sendo sistematicamente observado por indivíduos de Barra do Cunhaú já continha em si o dispositivo interno de disciplinamento, como bem observa Foucault na obra *Vigiar e Punir*, referindo-se ao Panóptico de Bentham e que pode ser feita uma analogia à situação analisada neste momento:

Esse espaço fechado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, *onde todos os acontecimentos são registrados*, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro à periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, *onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos (...)* (Grifo meu). (FOUCAULT, 1999, p.163)

Os atos do “outro” (no caso, refiro-me a mim) é registrado através do exercício do olhar. É nesse sentido que o poder disciplinador do Panóptico se objetiva: quem está na posição de observado não tem condições concretas de saber quem o vigia e controla. Como diria Foucault (Idem, p.162), “o olhar está em toda parte”. O olhar está em toda parte pode ser compreendida por uma estratégia social do grupo de se preservar diante da atuação de indivíduos que são “de fora” e que permanece por um tempo a mais que o esperado.

O encontro com Sergio Canoa foi extremamente proveitoso. Seguimos conversando pelas ruas de Barra do Cunhaú quando ele me convidou para conversar com mais dois pescadores antigos do lugar e que seria muito valioso para minha pesquisa. Aceitei de imediato e fomos para a casa de Seu Nildo. As ladeiras de Cunhaú são relativamente íngremes. Ao subir a ladeira principal da comunidade, pode-se ver a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, ladeada por um jardim florido e casas de pescadores. A festa da Padroeira Navegantes acontece na última semana de janeiro de cada ano, e o evento de maior público consiste na Procissão Fluvial nas águas do Rio Cunhaú em homenagem à Santa. Seguimos numa rua perpendicular à igreja, pessoas indo e vindo, carros de mão com frutas tropicais à venda, cachorros latindo, crianças correndo de um lado para outro. Sérgio me informara que aquelas ruas “antigamente”

eram palco de despesca de caranguejo, mas que há muito a comunidade local desinteressara-se pelo crustáceo.

A casa de Seu Nildo é de alvenaria, pintada de azul. Foi erguida num terreno em declive, onde dá para se ver o Rio Cunhaú lá embaixo desaguardando no mar. É uma paisagem exuberante. Tem-se um terraço abrigado por um telhado que protege os moradores nos dias de chuva. No terraço estava organizada uma festança, como sempre fazem nos fins de semana. Cerveja, aguardente, runs, limões cortados, caranguejos cozidos e peixes fritos estavam servidos à mesa, para os convivas. Cumprimentei a todos, desculpei-me por ter ido sem antes avisar e fui logo sendo advertido: “Aqui em casa todos são bem vindo. E pode tomar uma cerveja. Aqui não se paga”. Agradei o convite, mas tinha que conversar, observar, anotar dados e essas tarefas decisivamente não combinam com um comportamento ébrio. Acredito que eles tenham entendido, mas garanto que de vez em quando me dava água na boca ver uma garrafa de cerveja gelada à mesa, um calor terrível e me privar de prazeres momentâneos.

Outro ponto importante de análise sociológica é a concepção de mundo implícita na fala do pescador presente na casa de Seu Nildo: “Aqui não se paga”. Deste modo, pode-se inferir que há uma estrita diferença entre as sociabilidades desenvolvidas pela comunidade e as encontradas nas grandes cidades, constatando-se na fala do pescador presente na casa de Seu Nildo. A tipificação das sociedades simples, em detrimento das sociedades complexas, surgiu com a própria história da disciplina sociológica enquanto projeto de explicação das manifestações sociais em contextos de modernidade.

Segundo Diegues (1983), as sociedades tradicionais de pesca têm características internas bem distintas das encontradas em sociedades urbanas industriais, cujo fluxo das interações sociais teria como força motriz uma ideologia monetária e do estabelecimento de relações impessoais (SIMMEL, 1979). Dentre as características da organização da produção da pesca elencadas por Diegues (1983), pode-se destacar o fato de a remuneração organizar-se pelo sistema de partes sobre o valor da captura; os instrumentos de produção são de propriedade individual ou familiar, cujo proprietário também participa do trabalho de captura dos cardumes; o conhecimento de identificação dos cardumes é adquirido ao longo da vida, através da transmissão grupal ou familiar; por fim, a organização social tem como base o sistema de *camaradagem* ou *compadrio* (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983). No entanto, essa cultura costeira baseada na partilha de bens comuns (FORMAN, 1970; MALDONADO, 1993) passa, através da

observação em campo, por um processo de mudança social que será mais detalhadamente analisado no capítulo seguinte, mas que é fundamental ser adiantado aqui: a competição entre os pescadores em Baía Formosa e Barra do Cunhaú tornou-se tão acirrada nas últimas décadas que essas práticas solidárias sobrevivem parcamente. Como fala Antonio Madeiro, de Baía Formosa: “Ainda tem muito pescador que ajuda, que entrega o peixe para a família do pescador doente... mas hoje isso está ficando cada vez mais raro... (sic). Seu Meninho encontra uma explicação para essa ruptura nas sociabilidades locais: “Hoje tudo mudou, num sabe? Tem TV, internet, o povo pode trabalhar no que quiser, é o cada um por si... tem gente que acha que é otário se for ajudar aquele que tiver doente ou impedido de pescar. O mundo mudou... (sic). Essa transformação das práticas sociais cotidianas sinaliza que novos contextos baseados numa sociedade de rede (CASTELLS) e elaboram novos estilos de vida conforme será debatido no próximo capítulo.

A partir da constatação acima, parte significativa do sentido das relações sociais entre os pescadores é organizada, em certa medida, dentro de uma lógica da dádiva (MAUSS, 2001). O processo de partilha grupal de artigos destinados à diversão remete a uma gama extensa de significados sociais. A necessidade de dar, receber e retribuir reivindica de cada participante a partilha de uma comunhão de idéias e convicções. A recusa, segundo Mauss (2001, p.68) representaria “negligenciar o convite, como recusar receber equivale a declarar guerra; é recusar aliança e comunhão”. De outro modo, essa propensão às trocas dádivas é um elemento constitutivo das comunidades tradicionais pesqueiras, como o caso da entrega do peixe à família do pescador que não pode ir, por diversas razões, ao mar trabalhar (MALDONADO, 1993)<sup>24</sup>.

Diante do exposto, pode-se considerar que as bases da organização social das comunidades tradicionais pesqueiras em estudo são, em certa medida, diferenciadas em relação aos hábitos culturais das sociedades urbano industriais. Evoca-se mais uma vez a declaração: “Aqui em casa todos são bem vindo. E pode tomar uma cerveja. Aqui não se paga”. Logo, pode-se contrapor essa idéia ao modo de ser vigente nos grandes centros urbanos que encarnam modos de ser impessoais, organizados em torno de uma lógica mercantil contabilista, quando não se conhece claramente os agentes envolvidos. Exige-se do cidadão cidadão uma postura *sui generis* que exige cálculo, frieza e espírito

---

<sup>24</sup> MALDONADO (1993), em seu trabalho de campo, percebeu que o pescado também é chamado de “leite”, evocando claramente a relação entre produto do trabalho e sustento familiar.

de organização econômica individualista<sup>25</sup>. Simmel (1976) aponta esta postura em seu texto *A metrópole e a vida mental*, ao descrever o indivíduo urbano como susceptível a estilos de vida cada vez mais complexos, organizadas por maneirismos e atitude *blasé*. Com isso, pode-se inferir que viver na cidade grande, segundo os pescadores em contato comigo naquele contexto, é estar enredado em relações sociais tautológicas, num fim em si mesmas.

Foi através de Sergio Canoa que pude estabelecer contatos mais aprofundados em Baía Formosa. Num primeiro momento da pesquisa de campo, decidi ir sozinho a Baía Formosa em busca das primeiras fontes. Naquele momento eu estava engatinhando em campo, num espaço social desconhecido por mim. A busca de interlocutores foi extremamente difícil e a singularidade geográfica do lugar somente aprofundou essas dificuldades. Baía Formosa é uma cidade praieira que brota de um promontório que acaba no mar. As ladeiras são inúmeras e caminhar ao sol é uma tortura para quem não está acostumado com a topografia local. Depois de muito tatear em busca de fontes, consegui o endereço da casa do pescador que estava na presidência da Colônia de Pescadores do lugar. Encontrei a casa dele depois de muito andar pelas ruelas de Baía Formosa, em plena chuva. A casa dele tinha um pequeno terraço, rede de arrasto debruçada na janela, grades protegiam a casa. Visivelmente de mau humor, me recebeu sem muitas palavras, eu explicando os motivos de minha ida à sua casa e o desejo de iniciar uma pesquisa de campo em Baía Formosa. Ele secamente me respondeu: “Mais uma pesquisa... vocês vêm aqui, perguntam perguntam e vão embora. Somem”. Para mim, aquela declaração veio em péssima hora: eu desejando estabelecer contato e o outro simplesmente desmerecendo minha intenção de realizar pesquisa de campo.

Explicar foi o caminho. Calmamente fui descrevendo a natureza da pesquisa, em certo momento cheguei a concordar com a argumentação do presidente da Colônia dos Pescadores. Não poderia desconsiderar as argumentações do pescador, pelo contrário: concordar com as considerações dele seria a ficha simbólica vital para que a pesquisa “acontecesse” e pudesse, assim, construir uma relação mínima de confiança. Deu certo.

---

<sup>25</sup> Georg Simmel (1976) descreve a conduta do indivíduo na metrópole como orientada para uma postura votada à “pontualidade, calculabilidade, exatidão” (SIMMEL, 1976: 15). A técnica da vida metropolitana, segundo este mesmo autor, estaria organizada dentro de atividades e relações mútuas num ritmo social impessoal.

As pesquisas de campo envolvendo atores sociais têm um sério problema de ordem ética: os pesquisadores em sua maioria não estabelecem diálogo com as comunidades pesquisadas no sentido de prestar informação sobre o que se produz enquanto conhecimento. Até hoje jamais cheguei numa comunidade pesqueira que tenha sequer um trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado que o pesquisador tenha concedido para a consulta dos próprios pesquisados ou futuros pesquisadores que se interessem pela comunidade. Esse fenômeno revela o quanto a academia, enquanto espaço de produção de saber, é preconceituosa em relação a espaços sociais que não têm acesso a determinados bens culturais simbólicos. Seria uma forma sutil de desdenhar dos pesquisados, enquanto sujeitos, serem capazes de compreender a linguagem técnico-científica empregada na academia para a obtenção de títulos suntuosos e de distinção social.

Em janeiro de 2010 fui a Baía Formosa com Sergio Canoa, que gentilmente se ofereceu para me ajudar no aprofundamento da pesquisa de campo. Foi um divisor de águas o acesso que Sergio Canoa permitiu que eu criasse. Depois disso, consegui um número razoável de pescadores para a pesquisa de campo. Conheci o novo presidente da Colônia de Pescadores, Naldo, que muito contribuiu para o presente trabalho. Sem dúvida, com o estabelecimento dos contatos pessoais, pude estender a rede de relacionamentos num contexto que outrora se interpunha como difícil e hermético.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que a relação que o pesquisador estabelece com o grupo social pesquisado reverbera na dinâmica social em questão, gerando relações sociais significativas imbuídas de estratégias de interação e poder.

#### 4.4 O tempo dos outros ou o difícil ofício do pesquisador de campo

“És um senhor tão bonito  
Quanto a cara do meu filho  
Tempo Tempo Tempo Tempo”

ORAÇÃO AO TEMPO, Caetano Veloso

Gostaria de compartilhar neste momento um tipo específico de dificuldade na pesquisa de campo do doutoramento. Poderia sugerir tratar-se de um sentimento de estar à deriva em plena investigação. Feliz idiossincrasia, pois redundou neste material que aqui está. Já realizei trabalhos de campo em várias comunidades de pesca e a experiência oportunizada em Barra do Cunhaú e Baía Formosa me exigiu a tarefa de escrever um texto que discutisse a tensa negociação do tempo que dispunha e o tempo do outro. O tempo do pesquisador, num contexto de pesquisa de campo contemporânea, é demasiado curto e a breve estadia a cada ida ao campo transforma-se num desafio em si. Levantar dados numa situação dessas não é das mais fáceis, diante do jogo de poder existente entre os agentes envolvidos.

Uma das circunstâncias mais difíceis *em campo* é encontrar o (seu) lugar no tempo dos outros. Quando me refiro a lugar, não é alusivo ao sentido topográfico propriamente. É, sim, no sentido de estabelecer redes, ser reconhecido socialmente no grupo que pesquisa, assumindo todo o ônus que esse reconhecimento exige. Enfim, ser acolhido com todas as circunstâncias que circunscrevem a pesquisa. E este trabalho exige tempo, senso crítico e muito humor.

Em seu livro *A experiência etnográfica*, James Clifford desenvolve um minucioso estudo sobre a escrita etnográfica em campo ao longo do século XX. Ao longo da obra, Clifford discute a problemática dicotomia entre pesquisador de campo e os interlocutores e usa como metáfora a experiência etnográfica de Malinowski entre os *trobriand*, na obra *Os argonautas do Pacífico Sul*. Diferente do usualmente imaginado a respeito da postura do etnógrafo em campo, no diário de Malinowski há relatos sobre as difíceis condições de trabalho de quem não pertence culturalmente a um determinado espaço social. Ou como Clifford aponta:

Um antropólogo (no caso, Malinowski) com tanta autoridade aparece em seu diário íntimo como um hipocondríaco autocentrado, frequentemente deprimido, (...) envolvido numa interminável luta para manter sua autoconfiança para se manter coerente. (CLIFFORD, 2002, p.106)

O pesquisador quando se propõe a realizar uma pesquisa de campo está, em linhas gerais, suscetível a externar sentimentos como decepção, medo e raiva. Faz parte do comportamento humano a manifestação dessas idiossincrasias. Lembro-me claramente da tarde chuvosa de maio de 2009, depois de uma longa viagem de ônibus interestadual. Ao chegar a Barra do Cunhaú fui à casa de um pescador. Dei sorte: o encontrei em casa, sentei, tomei um copo com água, conversamos rapidamente e combinamos de nos encontrar à noite, na casa dele, para levantar algumas questões da pesquisa. Entusiasmadíssimo, concordou com o encontro, sorriu e despedi-me, já que ele se encontrava com visita. Da casa do pescador até a pousada em que eu estava hospedado, dava uns 20 minutos a pé. Eu a pé, nas ruas sem calçamento, encharcadas por conta da chuva, me preparei para voltar à noite. Confesso que estava exaurido, cansado, com fome e, pior, com sono. Tomei banho, liguei a TV, desliguei (o programa de TV não era dos mais interessantes), deitei na rede e descansei por exata meia hora. Levantei, pus uma camisa, calça e uma sandália e segui a caminho da casa do pescador. Cheguei pontualmente às 19h30, me apresentei e falei com a esposa dele. Para minha surpresa, ele não estava em casa, não tinha previsão para voltar e, pelo que ela disse, provavelmente estava tomando aguardente em um dos inúmeros bares da localidade. Garanto que senti vontade de esbravejar, mas segurei a língua, agradei a atenção e saí pelas ruas de Cunhaú me perguntando se “joguei pedra na cruz”. Cansado, mil vezes cansado, dores de coluna e naquela situação desalentadora. Mas fazer o que numa situação dessas? Decidi ir a um bar porque quando “o mar não está para peixe” o remédio é desacelerar e nada que um copo de cerveja gelada não resolva. Pesquisador que se preza conversa com qualquer pessoa. Comecei a conversar com um frequentador do bar, à beira do rio, sobre assuntos corriqueiros, aqueles que sempre acompanham a cerveja, fielmente. Daí surgiu uma amizade profícua que resultou numa das conversas

mais ricas da pesquisa de campo: descobri que havia um descontentamento da comunidade em relação à inserção de estrangeiros no cotidiano dos cunhauenses, principalmente quando aqueles decidem fixar residência. Agradeço até hoje ao pescador por não estar em casa naquele fatídico início de noite...

Realizar uma pesquisa de campo envolve dificuldades dessa magnitude e, paradoxalmente, sempre reserva gratas surpresas para quem está atento a tudo o que o circunda. Fazer uma investigação de campo não é uma das tarefas mais fáceis para quem decide construir um estudo de observação. Não me refiro diretamente às questões de método, morais, éticas ou epistemológica. Refiro-me à discussão de ordem prática de organizar eventos e agendar encontros com pessoas. Vão exigir-lhe tolerância, humor e a capacidade de observar a realidade e “esclarecer o enigma da vida social” (CASTANHEIRA, 2008, p. 26). O relógio e os ditames do ritmo de vida urbano não combinam com o trabalho de pesquisa de campo. O tempo do pesquisador, ou o espaço de tempo disponível do seu trabalho está e deve ser organizado a partir da disponibilidade temporal do grupo pesquisado. Sem ter consciência dessa singularidade relacional, seu projeto de pesquisa pode não passar de um projeto de pesquisa...

A categoria tempo açambarca um dos principais pilares dos estudos sociológicos nas sociedades tradicionais haliêuticas, daí sua relevância na organização da vida social dessas sociedades. O tempo e os ritmos ditados por ele dão sentido à vida comunal, que está intimamente ligada a uma dupla noção temporal: o tempo linear e cronométrico, organizado dentro de padrões fixos e o tempo natural regido pelo regime das marés, do tempo da captura de cardumes. Assim, como diz Oliveira Cunha ao analisar a relação entre tempo natural e mercantil em Barra da Lagoa, Santa Catarina:

A pesca conduz o fio do tempo, percorrendo não somente a dimensão econômica, mas a sócio-cultural: a alma dos barrenses parece embebida de mar e rio; e peixes.  
(CUNHA, 2000, p.103)

A partir do exposto acima, pode-se afirmar que o tempo é uma categoria que se articula dentro de padrões culturais singulares em qualquer sociedade. Ele é dimensionado a partir de fatores locais influenciados por variáveis geográficas, biológicas, econômicas e sociais. Deste modo, o tempo articula-se e é percebido dentro de uma configuração complexa na vida social. A pesca compreende uma atividade

extrativa econômica que depende do ciclo natural para, assim, poder capturar os cardumes com o mínimo de risco, pois as águas são um espaço instável, suscetível a tempestades e um perigo constante aos que as utilizam como meio produtivo (Diegues, 1983; Maldonado, 1993). Também consiste numa atividade em que o pescador pouco tem controle sobre o trabalho, pois depende diretamente da interpretação do regime da natureza e do próprio ciclo de reprodução e migração dos cardumes para reproduzir-se socialmente (KOTTAK, 1983; ROBBEN, 1989).

Há situações que somente com o tempo pode-se perceber quando se deve ou não abordar alguém para conversar. Em Cunhaú é bastante comum você ver pescadores da pescaria de lanço à margem da barra pescando atentamente por horas a fio. Contenha a sua vontade desenfreada de conversar para dali, quem sabe, encontrar um novo interlocutor para a construção da sua pesquisa. Aprendi que o pescador quando está trabalhando geralmente não gosta de ser incomodado, até porque a conversa poderá distraí-lo; se ele caso ceda à conversa, pode perder a oportunidade de capturar um cardume que passa na superfície da água. É preferível entrevistá-lo no momento de folga. É o regime da natureza interferindo nas atividades humanas... Diante deste estado de coisas, ambos (pesquisador e interlocutores) irão ganhar negociando simbolicamente a organização e utilização do tempo. Aprendi isso duramente ao abordar um pescador de linha em Barra do Cunhaú. Vinha caminhando pela praia quando o avistei em pé, com a rede pousada sobre o ombro, olhando atentamente o horizonte. Era um novato no lugar, ansioso para fazer os primeiros levantamentos para a pesquisa e, ingenuamente, perguntei se poderia conversar com ele. Respondeu-me rispidamente que não e que estava atrapalhando o “serviço” dele. Senti-me desconcertado, constrangido e com raiva de mim mesmo ao constatar como pude ser tolo ao ponto de não enxergar a obviedade da situação...

O tempo é uma das dimensões da vida social, cujas necessidades sociais são atendidas através da relação que as pessoas estabelecem no cotidiano (SZTOMPKA, 1998; THOMPSON, 1998). A temporalidade possui diferentes qualidades por meio de circunstâncias naturais ou sociais. Tanto em Barra do Cunhaú como Baía Formosa, a relação entre o tempo e o cotidiano dos pescadores articula-se em períodos de trabalho e lazer que tem correlação imediata com a sucessão do dia e da noite, do regime das marés e da disponibilidade de cardume em determinada época do ano. Thompson estabelece uma relação entre necessidade, tempo e cotidiano no trabalho em sociedades de economia simples:

A expressão operacional é “cuidar das marés”: a padronização do tempo social no porto marítimo observa os ritmos do mar; e isso parece natural e compreensível para os pescadores e navegadores: a compulsão é própria da natureza.  
(THOMPSON, Idem, p. 271)

Sem dúvida, a vida das pessoas está tecida dentro de uma gama imensa de obrigações cotidianas de cuja existência o pesquisador não tem condições objetivas de saber. No entanto, não pode desconsiderar essa questão e imaginar que os interlocutores vivem no paraíso e não precisam trabalhar. Eles trabalham sim, claro; o que desconcerta, no bojo dessa situação, é o paradoxo presente nesse jogo existente entre pesquisador e interlocutores. A cabo disso, o trabalho do pesquisador de campo subordina-se ao tempo disponível dos interlocutores.

Entre aqueles que colaboram com a pesquisa e o pesquisador de campo há uma espaço preenchido por campos de significação tornados concretos através da linguagem. Ao pesquisador de campo, ou como convém denominar de etnógrafo, cabe a tarefa de decodificar o universo cultural dos interlocutores para um outro campo de significação. Geertz considera essa peculiaridade do trabalho do pesquisador como um artifício de *traduzir* a cultura, os valores, as representações e o sentido das dinâmicas sociais do mundo do outro. A tradução é realizada por intermédio da interação entre agentes interessados que, ao estabelecer diálogo, constrói, assim, uma relação intersubjetiva que redundará num outro texto, que procura interpretar a cultura dos outros. Este texto, no mais das vezes escrito distante do campo, vai munir-se da descrição das sociabilidades e suas inúmeras facetas e estabelecer interconexões com os paradigmas teóricos que compreendam os sentidos da organização da cultura do outro.

#### 4.5 Experiências na pesquisa de campo: espaços, negociações e possíveis entendimentos

É inegável o envolvimento do pesquisador etnógrafo no processo de captação de dados na pesquisa *em campo* (GIL, 2008). Esse envolvimento pressupõe que o pesquisador olhe, ouça e, posteriormente, escreva sobre a cultura do grupo pesquisado de forma distanciada, ao mesmo tempo em que é exigido dele habilidades como alteridade, empatia, curiosidade criativa, improviso. Na outra extremidade do processo, os grupos pesquisados desenvolvem mecanismos de autopreservação, controle e desvelamento de dados em níveis variados, dependendo de fatores culturais específicos. Segundo Peirano (1992) as relações entre pesquisador etnógrafo e grupo social

(...) Oferecem a possibilidade de que se possa revelar, não **ao** pesquisador, mas **no** pesquisador, aquele "resíduo" incompreensível, mas potencialmente significativo, entre as categorias nativas apresentadas pelos informantes e a observação do etnógrafo, inexperiente na cultura estudada e apenas familiarizado com a literatura teórico-etnográfica da disciplina. (PEIRANO, Idem, p.7) (grifo da autora).

A minha experiência de campo (e em campo...) iniciou-se na comunidade de São Lourenço, em Bayeux, no primeiro mês do ano de 2008. Houve visitas regulares de sondagem, aproximações e primeiros contatos para a coleta de dados<sup>26</sup>. A especificidade do fato de eu ter vivido parte de minha vida próximo ao São Lourenço facilitou o acesso ao local e às pessoas ali residentes. Dias a fio sob o céu escaldante, entrevistas marcadas e posteriormente adiadas sem aviso prévio não só decepcionou como chegou a despertar o sentimento de desapontamento. É difícil dedicar-se ao campo, principalmente porque estamos estabelecendo relações próximas com sujeitos que têm seus compromissos e, por que não, caprichos. São nas relações

---

<sup>26</sup> Por conta da mudança da temática da pesquisa, não prossegui com o trabalho de campo no município de Bayeux, no Estado da Paraíba.

interpessoais em campo que se percebem como estas relações são desencadeadas e portadoras de significados imersos num universo de forças interessadas e atomizadas de poder. O pesquisador etnógrafo em campo, imerso num universo cultural que não o seu, tem que aprender a lidar com questões como legitimação-deslegitimação, saber aplicado-saber contemplativo, e este último certamente o grupo pesquisado já tem concluído que nele está o pesquisador de campo. Como o antropólogo Clifford Geertz enfatiza que as interações sociais

“envolve (m) contatos diretos, íntimos e mais ou menos perturbadoras com os detalhes imediatos da vida contemporânea, contatos de um tipo que dificilmente pode deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que os realizam”.  
(GEERTZ, 2001, p.31)

Numa tarde de janeiro de 2010, no Porto de Baía Formosa, um pescador perguntou-me o que seria teoria. Respondi a questão. Ele me ouvia atentamente e eu a pensar angustiadamente: será que ele pensa que eu não entendo do que eu faço? Ou ele acredita que o que eu realizo como trabalho intelectual é uma veleidade que não tem uso prático no mundo atual? Seria eu um diletante exótico em busca de estudá-los só por vaidade e capricho? Quanto mais me perguntava sobre estas situações, mais questionamentos surgiam. Mas há o ponto meritório de uma situação como essa: o pesquisador etnógrafo deve estar consciente de sua presença no campo e que os outros também valoram o espaço conquistado por aquele, espaço esse de produção e reprodução de saberes; o deslocamento que esta situação pressupõe faz com que o pesquisador etnógrafo em campo exercite as múltiplas identidades que tem de forjar ou ressignificar. Sobre este assunto, Peirano (1992) afirma que o local da pesquisa de campo, suas dinâmicas sociais, as transformações que a cultura local oferece como um desafio ao cogito do pesquisador etnógrafo não pode ser visto como problema, mas

Dito de outra maneira, o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada.  
(PEIRANO, Idem, p.8).

Há consenso entre os cientistas sociais que a etnografia enquanto prática metodológica e o consequente envolvimento no (do) “outro” cria determinadas relações de poder (GONÇALVES, 2002; CLIFFORD, 2002; SILVA, 2007), entre sujeitos conscientes e politicamente significativos. A ida do pesquisador etnógrafo ao campo não pode ser delineada como ato pacífico entre os “outros”; pelo contrário, dá-se numa perspectiva de jogo, entre falas, ditos, negações, soslaio e outros atos não-verbais que não devem, de forma absoluta, passar despercebido pelo pesquisador (Béaud e Weber, 2007).

No binômio pesquisador etnógrafo – o outro, existe uma rede de forças atuantes, ora conflitantes, ora em sintonia de acordo com os interesses das partes envolvidas. E o pesquisa em campo é a etapa do processo de captação de dados que estas forças coercitivas tornam-se evidentes. Bourdieu, na obra *Razões Práticas*, debate a respeito da conduta dos agentes e os interesses atuantes nas suas ações cotidianas. Para ele, a conduta humana é realizada através de jogos que têm alvos preestabelecidos, movidos por interesses dos mais variados matizes. Segundo Bourdieu (1997, p.138): interesse é “estar em”, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e os alvos.

#### **4.6 O estranhamento investigativo: apenas uma questão de “método”**

O conhecimento humano produzido através do uso racional da observação da realidade deve ser organizado a partir de uma metodologia. Podemos identificar em Francis Bacon (1561-1626) a primeira tentativa de elevar o conhecimento filosófico a um patamar não apenas reflexivo, mas capaz de demonstrar empiricamente seus postulados e axiomas. Em seus famosos *Aforismos*, define o homem como “ministro e intérprete da natureza” (BACON, 1999, p.33), deixando para trás todo o resquício de uma filosofia do discurso e da ideação. Para ele o postulado filosófico serviria como auxílio à nascente ciência, que estaria não mais presa aos ídolos pois, “a melhor demonstração é, de longe, a experimentação, desde que se atenha rigorosamente

ao experimento”, (BACON, 1999, p. 55). A “indústria humana”, conforme definia Bacon, deveria consolidar-se não por crenças não-comprováveis; deveria, sim, atingir seu potencial criativo sob a égide de um conhecimento aplicável à realidade e intérprete fiel dos processos naturais. O saber para Bacon seria apenas um meio mais rigoroso para conquistar o poder sobre a natureza e dominá-la; e este saber estaria destituído de um valor em si mesmo. Assim, o saber perde o estatuto de preocupar-se com dilemas medievais como justo-injusto, bem-mal, necessário-acessório.

O conceito que Kant desenvolve é resultante da filosofia desenvolvida por René Descartes (1596-1650) entre os séculos XVI e XVII que defendia a unificação da filosofia através do interligamento das ciências, metaforizado pela “árvore do saber”. Descartes utiliza como modelo racional a ser seguido o conhecimento matemático, que possuiria verdade absoluta e incontestável, evidentes ao intelecto. Ele foi, certamente, um dos primeiros pensadores a associar o saber filosófico como forma de construir um conhecimento seguro e lógico a respeito da natureza e do próprio homem.

Essa postura metodológica foi desenvolvida desde o surgimento das ciências sociais como disciplina de entendimento das manifestações sociais, em meados do século XVIII. Sob bases racionais, Auguste Comte denomina a disciplina surgente como Física Social, na tentativa de legitimá-la enquanto saber metódico perante às ciências naturais e exatas. Em seguida, Émile Durkheim vai elaborar uma teoria funcionalista da sociedade, cuja premissa básica para o entendimento dos fatos sociais far-se-ia necessário o estudo metódico do desenvolvimento de determinada formação social sob o imperativo de analisá-la como coisa. O afastamento tácito entre sujeito e objeto far-se-ia através de uma postura metodológica do pesquisador que cumprir-se-ia na rejeição de quaisquer prenoções sob o objeto investigado. Para Durkheim, o fato de não aceitar quaisquer tipo de prenoção, o pesquisador social manteria o distanciamento metodológico necessário para compreender o funcionamento de uma determinada sociedade, em seu curso ou efeitos.

Sabe-se, é necessário frisar, que a construção do conhecimento sociológico é muito mais complexo do que separar abstratamente as relações significativas esboçadas entre sujeito e objeto. Ora, esse objeto, como se sabe, é composto por um grupo social motivado interessadamente, como diria Bourdieu (1997); cunhar essa relação como estática levaria ao autoengano, no mínimo. A identificação dos fatos sociais só seria possível por conta de estes serem objetivos, exteriores e coercitivos. Durkheim (2001) acreditava que a sociologia poderia não só explicar os

fenômenos sociais, mas prescrever soluções racionais aos problemas. Em um trabalho clássico, *O Suicídio*, Durkheim descreve as várias modalidades deste fenômeno e admite a predisposição psicológica e a determinação social na ação do indivíduo (DURKHEIM: 2001). Excessivamente otimista, ele acredita que somente o restabelecimento dos valores morais e da disciplina os indivíduos vincular-se-iam à sociedade; à sociedade burguesa, conservadora e industrial. É neste complexo processo de construção do conhecimento que a ciência adquiriu o estatuto de árbitra na forma como a sociedade se organiza, os indivíduos se relacionam e, principalmente, como estes conferem sentido as suas vidas.

Não obstante, o método científico forjado para a compreensão dos fenômenos sociais, segundo Weber (2001), consiste nas categorias de quais meios e fins utilizados para o entendimento do problema e os fins pretendidos, os interesses sociais que estão em jogo em contextos objetivos de pesquisa. Sem dúvida, os fins pretendidos podem ser e estar situados numa complexa rede de intencionalidades, o que torna a objetividade num problema de ordem epistemológica (FOUREZ, 1995; WEBER, 2001).

Durkheim (1994) estabelece uma discussão fundamental que concerne à questão de como interpretar a realidade social: seja através dos julgamentos de valor ou realidade. Os de valor seriam enganosos porque “os objetos sobre os quais se aplicam os referidos julgamentos são tão diferentes que eles supõem” (DURKHEIM, 1994, p. 132). Os de realidade, por sua vez, seriam aqueles baseados em constatações concretas, elaboradas a partir de um experimento empírico. Em sociologia, seria, enfim, “o juízo social com relação aos valores individuais” (DURKHEIM, 1994, p. 126). Nesse sentido compreendido por Émile Durkheim (1994), a objetividade só seria entendida a partir da confrontação da realidade dada, concreta a partir de uma natureza social observada nas manifestações coletivas gerais e coercivas (DURKHEIM, 1999). Reportando-se a mesma questão, no entanto num prisma de análise distinto da corrente funcionalista, a sociologia compreensiva weberiana parte do pressuposto que o entendimento da realidade social só pode ser “acessado”, parafraseando Pierucci (1998), se baseado num sistema de crenças cujo lastro assenta-se na cultura. Esse sistema de crenças é organizado num politeísmo de valores (SCHLUCHTER, 2000), que o cientista social tem que ter consciência da sua posição axiológica perante problemas de ordem prática e “subjetiva” (WEBER, 2001).

Weber (2001) já alertara para a singularidade da pesquisa social porque esta repousa no universo da cultura. As dificuldades de ser analisar o mundo da cultura,

conforme frisei anteriormente numa citação cara a Geertz (1973), são creditadas ao fato de os aspectos culturais de uma sociedade serem frutos das teias intencionais que os próprios agentes sociais criaram. Sendo assim, é ingênuo supor que uma pesquisa de ordem social possa ser investigada numa separação rígida entre quem pesquisa e quem é investigado. Para Weber (2001) essa separação é falaciosa e induz ao erro porque o fenômeno da cultura é singular justo pelo fato de que nela tudo e nada estão devidamente adaptados.

Weber (2001) tem razão ao afirmar que o universo da cultura de uma determinada sociedade está em permanente mudança, mas com um patamar mínimo de adaptação. Esse processo de mudança dá-se numa determinada sociedade que se reproduz num contexto de acomodação no espaço-tempo. Cabe ao sociólogo, segundo Weber (2002) estudar a significação cultural de um fenômeno histórico significativo em sua especificidade. De acordo com o exposto anteriormente, cada espaço social desenvolve uma cultura própria em seu desenvolvimento histórico e que cabe ao pesquisador entender a causalidade dos fenômenos enquanto meio de estudo (Weber, 2002, p. 94). Continuando a reflexão, Weber nos aponta que:

Por conseguinte, a história das ciências da vida social é e continuará a ser uma alternância constante entre a tentativa de ordenar teoricamente os fatos mediante uma construção de conceitos, a decomposição de quadros mentais assim obtidos, devido a uma ampliação e deslocamento do horizonte científico, e a construção de novos conceitos sobre a base assim modificada (WEBER, 2002, p. 121).

A objetividade da ciência social, segundo Weber (2002), pode ser construída pelo intelecto através da organização do conceito estudado dentro de patamares racionais de idealtipos. De modo geral, o tipo ideal consiste num recurso “de relações inteligíveis próprias a um conjunto histórico ou uma seqüência de acontecimentos [...] identificando sua racionalidade interna” (ARON, 2000, p. 465). Como a sociologia compreensiva preconizada por Max Weber (2000) tem como referência de sociabilidade a ação social reciprocamente referida, o tipo ideal seria uma conceituação de fenômenos históricos fruto de relações sociais amplas, cuja existência prescinde de sentido e significação dada pelos agentes sociais.

Sendo assim, o trabalho pesqueiro, a vida em grupo, as memórias de si são conceituações que só têm significação na medida em que são socialmente compartilhadas e referidas. Diante disso, a racionalidade da pesquisa social repousa-se na ideia de que se existe um valor objetivo, este objetiva-se através das relações sociais significativas num determinado contexto histórico.

Ao investigar o modo de vida tradicional de comunidades pesqueiras no litoral sul do Rio Grande do Norte e seu processo de mudança social que objetiva-se num contínuo fluxo de precarização do mundo do trabalho, não se pode negar que, ao estudá-las:

[Esse] conjunto de fenômenos e condições de existência de uma cultura historicamente dada influi sobre a configuração das necessidades materiais, sobre o modo de satisfazê-las, sobre a formação dos grupos de interesses materiais e sobre a natureza dos seus meios de poder, e, por essa via, sobre a natureza do curso do “desenvolvimento econômico” (WEBER, 2002, p. 81).

Conforme foi dito anteriormente, as relações sociais que os pescadores estabelecem entre si e com a natureza engendram novas formas de sociabilidade cuja intencionalidade é construir patamares mínimos de sobrevivência frente a uma categoria de trabalho que sofre sérias transformações sociais em virtude da introdução de novas técnicas de trabalho e mudança radical da hierarquia de valores na sociedade em que estes agentes sociais estão inseridos.

#### 4.7 Aspectos técnicos da pesquisa de campo

O trabalho de campo exige de determinados itens que facilitam a coleta de dados, auxiliando as faculdades de olhar, ouvir e escrever<sup>27</sup>. O pesquisador mune-se de determinados objetos técnicos para tornar eficaz sua ida ao campo, extraindo do espaço pesquisado o material necessário para a análise dos dados empíricos.

Ao longo de toda a pesquisa de campo foram utilizadas três cadernetas de campo, compostas de 120 folhas brochura, em média. Essas cadernetas foram fundamentais para anotações em campo e descrição de situações pontuais que, de outro modo, tornar-se-ia inexequíveis nos contextos da pesquisa. Assim, aponta-se o que Beaud e Weber consideram como fundamento da prática da caderneta de campo:

O saber-fazer do etnógrafo consiste essencialmente em técnicas gráficas, em sistemas de anotações: o diário de campo, a transcrição das entrevistas. Fazer observações e entrevistas e analisa-las são as duas pernas sobre as quais se sustenta para fazer avançar a pesquisa. (BEAUD e WEBER, 2007, p.93)

O pesquisador de campo traduz, através da observação das dinâmicas sociais, as manifestações culturais de um determinado grupo humano para a forma do texto, conforme já enfatizou Clifford (2002). A produção deste “texto” será facilitada se caso o pesquisador de campo anote determinados elementos ou nuances que observou e registrou na caderneta de campo.

---

<sup>27</sup> Béaud e Weber (2007: 99), diriam “perceber, memorizar e anotar”.

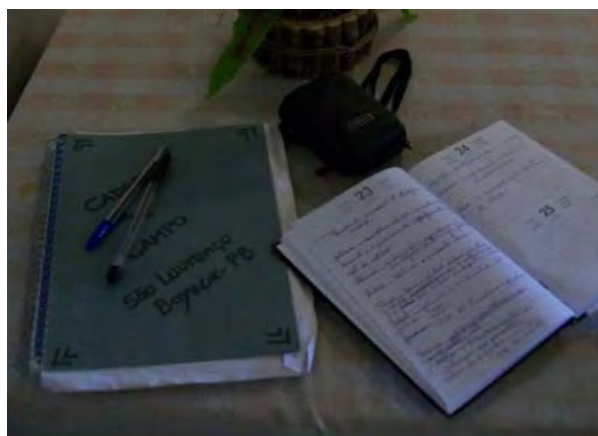


Figura.25: Instrumentos de trabalho do pesquisador de campo: diário, máquina fotográfica e agenda de anotações.. Foto: Rubens Elias da Silva

As entrevistas em campo foram feitas a partir do consentimento de cada interlocutor. A primeira etapa das entrevistas foi concebida e efetuada tendo como orientação a sondagem de dados no campo. Num segundo momento, as entrevistas foram feitas dentro de uma abordagem aprofundada, com interlocutores selecionados segundo a necessidade empírica da pesquisa. A presença de um gravador de voz marcou essa nova etapa; antes de cada entrevista, o interlocutor foi informado da necessidade de gravar os dados para a análise em outro contexto social, no caso, o pesquisador em ambiente externo à pesquisa. Após o consentimento, foi solicitada de cada interlocutor a assinatura de documento que autoriza a divulgação dos dados na confecção e defesa da pesquisa.

O gravador de voz empregado foi o Powerpack RX-750, com alto falante e microfone embutidos. As fitas magnéticas utilizadas para registrar as entrevistas foram da Panasonic RT MC-60, que gravam de trinta a sessenta minutos cada face, segundo a velocidade de rotação da fita. Preferiu-se a rotação que gravava, a cada face da fita, sessenta minutos, por ser mais viável economicamente. Beaud e Weber (2007) enfatizam a necessidade de gravar as entrevistas:

O gravador evita a tomada de notas febril quando tenta desesperadamente seguir todos os propósitos de seu interlocutor (...) Só a gravação permitir-lhe-á captar na íntegra e em todas as suas dimensões a palavra do entrevistado; ser-lhe-á possível, na seqüência, trabalhar em profundidade sua

entrevista especialmente escutando várias vezes as fitas (Ibidem, p. 137)

Há dimensões da vida social que o recurso do gravador de voz não consegue dar conta. Nesse quesito entra em questão o uso de imagens para auxiliar o entendimento da realidade social investigada. No mundo moderno, seria uma ingenuidade desconsiderar a importância da imagem e sua capacidade de comunicação. Tomando esta premissa como base, utilizo a fotografia enquanto instrumento imprescindível no estudo aplicado às ciências humanas, exercendo juntamente com o texto verbal, capacidade de narrar “o que os homens constróem a respeito de si mesmos e dos outros, de seus comportamentos, seus pensamentos, seus sentimentos e suas emoções em diferentes experiências do tempo e do espaço” (PORTO ALEGRE, 76).

O interesse de abordar o uso da imagem fotográfica sob a tutela de uma narrativa visual, uma história construída no instante do *flash*, ou mais, no momento em que a imagem condensa em si a memória do que ocorreu e os aportes, sejam objetivos ou subjetivos, é o fato de elas poderem suscitar emoções naqueles que as observam e/ou as sentem.

As ciências sociais, desde o seu alvorecer, apropriaram-se dos meios visuais - principalmente a iconografia e depois, a fotografia – para representar a realidade social, na retratação dos povos de tradição não-européia, principal alvo de estudo desta disciplina (KOURY, 1995; BITTENCOURT, 1998; MONTE-MOR 1998; SAMAIN, 1995). Convém ressaltar que o uso da imagem caracterizou-se pela natureza de uma abordagem documental, ou seja, a fotografia tinha o papel de comprovar a presença do pesquisador no campo da pesquisa e retratar visualmente a cultura local (LEITE, 1998). Nos debates atuais a cerca da função da fotografia nas pesquisas do campo da cultura, a bem de verdade, defende-se a idéia de que a mesma não pode, pelo menos não deveria ficar relegada a “representar” o outro, mas manter o diálogo com o texto verbal. Com o surgimento de outras formas narrativas, como a fotografia, a videografia e o gravador torna-se inútil creditar somente ao texto escrito a supremacia de sua capacidade de compreensão e desenvolvimento da “vida cotidiana” na qual estamos inseridos.

A explicação para o uso metodológico tardio da imagem nas ciências sociais pode ser tomada no seguinte ângulo: a documentação fotográfica ser considerada

um registro imparcial, uma cópia ou espelho da realidade investigada (DINIZ, 2001). Desconsiderar ou evitar o “manejo” da fotografia como construto para compreensão do social por creditar a mesma um caráter de mero simulacro é desconhecer a natureza semiológica das imagens na esfera social. Ou, segundo Diniz, “as imagens (...) não são dados, meras evidências indiciárias, mas construções imaginárias. Elas não se reduzem a evidências documentais, objetivas. Elas são (...) simbolizações construídas historicas e socialmente.” Essa peculiaridade imaginária do *retratado* não inviabiliza a utilização da imagem na construção de saberes, mas a torna significativa porque congela no instante contornos histórico-sociais valiosos na interpretação dos mesmos. Porto Alegre, considerando os estudos de Barthes sobre a fotografia, enumera que a imagem é portadora de uma dupla mensagem: uma codificada que remete a um saber cultural historicamente situado, recebendo o nome de *conotativa*. Uma outra, não codificada, cujo caráter pressupõe a capacidade em reproduzir o real, intitulada *denotativa*. A fotografia assume uma natureza dual, onde seus signos são interpretados pelo receptor, numa perspectiva de ver nela o “real” e decodificá-la seguindo parâmetros culturais locais.

Valendo-me dessa afirmação, me instrumentei de dois modelos de pesquisa que, aliadas ao uso da imagem, desenvolveram a relação entre indivíduo, fotografia e representações sociais. Estes trabalhos refletem, antes de mais nada, a busca de integrar a fotografia ao método de captação de informações na pesquisa de campo; e, também, na possibilidade de integrar texto visual e texto verbal, ambos se interrelacionando numa riqueza de significados para quem lê e reinterpreta os dados apresentados.

Sergio Lauro, Rodolfo e Ernildo  
Transcrições de vídeos, 13.05.09

No meu tempo, no meu tempo, há tanto anos atrás  
aquela só visitada por veranistas, até hoje continua  
Não é como o Pipo, é frequentada, veranista você  
sabe vem por temporada, né, no verão e no inverno...  
(Qual a diferença entre o veranista e o turista?) Tem  
sim, o turista vem passe um dia, dois e o veranista  
passe temporada, o turista de Bane do Cunhau  
é um turista diário, ele não dorme aqui, entre  
ele sai, tem turista que passe final de semana, tem  
turista que passe feriado, ferodão, passa 3 dias,  
nao pausada, é um turista diário, passa o dia  
e vai embora, vem no ônibus, fazem passeio no  
manguezal, almoça e vai embora, o turista aqui é  
esse... (O veranista tem uma relação mais estreita  
com o lugar?) Tem, tem, conhece as pessoas, tem veranista  
que vem aqui há 30, 40 anos, e veranista é o  
pequeno ele passa 2, 3 meses praticamente morando  
então ele tem uma relação direta com o nativo, é tanto  
que as casas dos veranistas ficam aí as cidades  
deixam uma pessoa daqui tomando conta, é o caseiro  
e fica o inverno tal... Tem veranista que passa  
a morar aqui, que de tanto veraneio passa a morar  
aproveitar, tem uma pessoa que veio a Bane do Cunhau  
p/dizer assim, "eu não volto mais", até hoje retornaram  
muitos ficaram morando aqui, "nativos", mas, sei se  
lhe interesse divulgar, mas o negócio do veranista

Histórias de vida, memória social, trabalho e  
mudança social

## Histórias de vida, memória social, trabalho e mudança social

### 5.1 Breve introdução: histórias de pesca<sup>28</sup>

As histórias de vida, entrelaçadas entre fragmentos de experiências, relatadas por pessoas ligadas diretamente à pesca, ilustram as transformações sociais pelas quais sofrem as comunidades costeiras de Barra do Cunhaú e Baía Formosa. O bote, a rede, a canoa e o samburá são objetos de trabalho que se confundem com a própria biografia do grupo social: o bote de Badoque e Sérgio, a tarrafa de Seu Lelê, a canoa de Dorinha, a linha de pesca de Seu Bezerril, a catraia construída por Seu Tinho expressam bem essa ideia. O pescador que aprendeu a amar o bote, o carpinteiro que durante longas semanas talha a madeira para construir a embarcação, a mulher que ordeiramente acompanha o marido na faina pesqueira ou ajuda a remendar a rede de arrasto constituem um mosaico de práticas sociais que os caracterizam como ser no mundo e imprimem uma finalidade social de suas existências.

São falas que eclodem sonhos, expectativas, testemunhos e incertezas que circundam o mundo da produção pesqueira. Entre a chegada e a saída de um bote para o mar, o lanço e a retirada da rede de arrasto das águas, os pescadores – em especial – contam como a pesca enquanto atividade fundamental no sentido de existir foi-se fragmentando ao longo do tempo social. As falas dos interlocutores entrevistados são – antes de tudo – testemunhos vivos sobre uma atividade que vem se transformando radicalmente em variados aspectos sociais. Essas transformações, tornadas vivas através dos relatos, objetivam expor as limitadas expectativas que os costeiros depositam na atividade pesqueira e desemboca, inevitavelmente, num tempo social marcado pela incerteza e risco sociais.

Benjamin (1994) relata que os soldados, ao voltarem da guerra, pouco podem ou têm a transmitir, pois a experiência havia se reduzido à barbárie humana. De certa forma, a atividade pesqueira apresenta resistências mediante as transformações ocorridas: o simples fato de continuarem pescando, em meio a tantos imperativos

---

<sup>28</sup> A linguagem coloquial dos entrevistados foi respeitada.

desfavoráveis, os pescadores somente podem contar consigo mesmos, para enfrentarem a fragmentação da produção da pesca. Se a produção se fragmenta, torna-se estranha a si mesma, sugere assim que o trabalho perdeu o seu sentido primevo que é a garantia da emancipação humana no mundo.



### 5.1.1 *Seu Tinha, construtor de bote, aposentado, 80 anos – Baía Formosa.*

Meu pai era construtor de bote, meus irmão era e fiquei construindo bote com eles... Com quem eu aprendi? Com eles, claro. Aprendi com meus irmão construir botes com 15 metros, 9 metros, 8 metros. Eram dezoito irmãos a casa que a gente nasceu... a casa que a gente nasceu ainda tá lá na descida da ladeira... Quem é construtor é construtor quem é pescador é pescador... Aprendi só isso. Quem tinha profissão fazia muita embarcação, trabalhei em Cabedelo, Baía da Traição, lá pro mundo de lá (aponta para o horizonte), porque aqui faltava dinheiro, fiz empréstimo ao banco ainda hoje sai empréstimo... De lá para cá ninguém fez não é tão difícil madeira, ninguém quer que corte um pau, um pau sequer... ninguém quer que corte sucupira, pau d'arco, que é ipê também, não deixa ninguém tirar peça, é cheio de vigia, aí é difícil... Os donos das propriedade vendia as madeira que você quisesse, tudo tudo era fácil... Não tinha maquinário meu irmão comprou uma o serviço ficou mais rápido, a gente gastava muito mais de um mês pra fazer um bote, era tudo com machado, serrote, agora dura em torno de vinte dias... Sou casado, graças a Deus, no padre e no civil, tenho seis filho, um morreu de coração, vai fazer três anos... ele morava em Salvador, trabalhando como revendedor de ônibus e carros usado... Quem vai tirar um cipó numa mata dessa, no mangue também não pode, mas quem vai tirar se tem um monte de vigia? Aqui tinha muita mata, agora plantaram coqueiro, até no mangue tem coqueiro, tinha uma salina depois que venderam... tudo se foi por lá... Os dono era os Soares de Mello... É necessário muito trabalho para fazer um bote, sabe... é necessário três a quatro pessoas

para fazer um barco de quinze metros, dura em torno de dois meses para ficar pronto... começa pela quilha, ela é emendada na roda de proa... desmancharam um barco aqui, ontem ele desceu... Aqui tem um monte de barco de fora, de Caiçara do Norte, eles vem aqui porque aqui é melhor pra pescaria... Por conta desse vento sul as águas aqui é melhor, lá tem muito vento, porque pescaria de rede não presta pra fazer com vento senão o pescador se molha todo numa noite, às vezes eu ia pra pescaria só pra ver como era, eu ia num dia e voltava no outro, quem quer nunca falta pescaria não... Nenhum filho meu trabalha na pescaria não, nenhum quis, foram trabalhar com ônibus, pesca é meio ruim, não é bom não, o mar cobre tudo, as onda são muito alta, eu num tenho coragem não... indo por aqui (aponta em direção à Barra do Cunhaú) você vai parar na Barra, tem bugue, antigamente tudo era de pé mesmo... Gilvan lá da Barra aprendeu comigo a fazer bote, aprendeu com a gente... Hoje tem muita diferença porque a pescaria mudou muito porque naquele tempo era só o pano, era rede de fio aqui eles faziam a rede de fio hoje a rede que faz a pesqueira fina é de nylon grilon a rede fina acaba com o setor, ela pega mais peixe graúdo, falta depois... ali eles sabem (aponta para um grupo de pescadores que trabalham reunidos na confecção e conserto de redes de pescar), com quantas a rede é feita... hoje a rede boieira anda livre no mar, com umas luz piscando pra ajudar o pescador, ela anda pescando, sai aqui na frente e para lá depois de Sibaúma... depende da carreira da água, são duas mil a três mil braças de altura, já vem pronta de fábrica... Estou aposentado mas me cortaram a aposentadoria eu trabalhei quinze anos na prefeitura e pagava como autônomo e quando chegou o tempo de aposentar eu me aposentei pelo FUNRURAL, fui cortado porque eu tava recebendo não mais pelo FUNRURAL... O cemitério daqui é atrás dali (aponta para um costão da praia, em direção à Barra do Cunhaú), era naquela baixa, a gente esperava a maré baixar para enterrar o morto ou ia pelo meio daquele morro numa trilha até chegar naquela baixa... o mar para mim é bom, dar de comer a mim e a muita gente, eu não como carne por causa dos ossos, da minha doença, não tomo cachaça, cerveja, quando era jovem tomava cerveja, pescar é uma atividade, todo dia tem, é a coisa mais fácil que tem, o pescador só leva faca para trabalhar, outros nem leva... O trabalho da pesca é valorizado, até o banco financia dinheiro, uns paga, outros não paga, se pagar a Colônia em dia, a aposentadoria é a coisa mais fácil do mundo... Tem diversas qualidades de peixe que são mais caras que outras, porque há diferença, né? outro é mais caro e outros é mais barato, e a qualidade que diz, a cioba, o camurim, é caro... pescar boa é quando pega 100 quilos, duzentos quilos, eles paga ao pescador um preço e vende outro, o peixe

que ele compra a 7 reais revende por 10 ou 12 reais... O preço aumenta todo o peixe, o atravessador ganha em cima do pescado... e do pescador também... A vida é isso, ver o que nunca vi, tem muitas coisa diferente do tempo que eu nasci, dizia um velho aqui que ele perdia a potência, só fica o olho... Fazer oitenta anos não é fácil não, não saio para morar em lugar nenhum do mundo, não tem lugar melhor que esse aqui, tem peixe fresquinho, chegado na hora!



#### 5.1.2 *Bambaú, mestre, 71 anos – Baía Formosa.*

Com oito anos de idade, comecei a pescar com meu pai, de arrastão para pegar camarão... no mar de Caiçara do Norte e Serra de São Bento, tem cerca de oitocentos botes lá agora, na minha época não passava de cem... Estou aqui em Baía Formosa há mais de 47 anos, quando cheguei aqui em 1964, era tudo... tudo barro. Descia num caminhão chamado Nacho, atolava que só na época de chuva... Hoje em dia toda vila tem secretaria de pesca, ela dava uma mixaria para os pescadores, muitos lucraram com isso sabe? Existia secretaria de pesca que era só para comerem, entende, né? Nivaldo perdeu para vereador, só tirou setenta votos, agora ganhou para prefeito... A vida de pescador não é fácil, tem que comprar óleo diesel, tinta, tábua, estopa, prego, tem que comprar gelo, senão não tem como pescar... Antigamente era no sal, o gelo chegou e acabou a nossa agonia... era muito mais difícil... Saía na segunda, só voltava

no sábado, domingo, nós chegava e hoje em dia e se você colocar no sal o peixe fica sentido... a gente saía de dez da noite da segunda, chegava no sábado, domingo, eu não tinha hora, sem tomar banho... era difícil mesmo... Quando eu ia tirar a água no barril era um cuidado só eu pegava uma camisa que eu tinha e lavava o rosto e pegava e molhava de água doce para dormir em cima do bloco de cimento de cinquenta quilo... é usado para aprumar o barco... avoador, dourado, albacora, cação, cavala, eu vendi muito avoador de dois tostões, na safra de 50 eu tava com 11 anos de idade... e meu pai era trabalhador de armazém de pescaria, Benedito Justino... Naquele tempo pegava caminhão para levar peixe para Natal, muitas vezes o pessoal voltava com o peixe... muitas vezes vendia uma parte a outra não, colocava óleo com colorau, o peixe ficava novinho... mil voadores em cima do caminhão em cada fardo botava... A pesca era pelas estrela, pelo céu, naquele tempo era só orientação pelos planeta, o GPS agora ajuda muito, tem menos sofrimento... o mestre do bote ficou meio no meio da luta, o GPS marca os ponto, o ponto de pescar, as pedra... O mestre tem que continuar trabalhando, vai passar fome não... mas mudou muito... naquela época a comida era rapadura, farinha e sal para salgar o peixe e só... quando a gente não encontrava peixe fazia o fogo, botava a panela com água, punha a rapadura e farinha para fazer o mingau, a papa... Hoje em dia tá tudo na riqueza... a época mudou, o sistema do pescador mudou, no barco tem colchão, seu lençol para se agasalhar, tem celular, se aqui tiver um cardume de peixe, o GPS marca... antigamente quem marcava era a gente... o mestre hoje em dia é sabido por causa do GPS, ele marca tudo... Aos trinta anos, me tornei mestre de bote eu pegava os covo, a gente perdia os covo, o vento vinha a noroeste, sueste, nordeste, barrado, para fundearem o bote quando passava o noroeste e os covo tava no mesmo canto... a batida do vento pode durar uma hora... duas horas, três horas... quem sabe é Jesus quando isso termina... já casei com mais de seis mulheres, sempre gostei das farra... já sou viúvo, tenho seis filhos, filho meu não tem nenhum pescador... tenho uma filha que mora na Noruega, conheceu o marido em Natal, outra é comerciante, um filho é gari aqui em Baía Formosa... as mulheres estão todas desempregadas no momento... sou assim, baixo, moreno, a pele toda castigada pelo sol... desde 1984, eu trabalho comprando peixe, revendo, sou aposentado pela pesca, a idade da gente que não chega... 50 anos, 60 anos, o pescador deveria se aposentar com 50 anos porque já trabalhou demais... num ponto a pesca é valorizada, em outros, não... Triste daqui de Baía Formosa se não tivesse essas usina pra empregar o povo, tem mais de seiscentas pessoas trabalhando na usina, filhos de pescador, a crise seria maior porque aqui tem três meses de safra,

outubro, novembro e dezembro... agora vamos ter lagosta somente em julho, agosto, setembro e outubro...



### 5.1.3 *Calafate, pescador, 41 anos – Baía Formosa.*

Comecei nesse negócio de pesca em 96 porque a vida é assim, torta, a gente não tem como dominar muita coisa não... Comecei trabalhando como calafate de bote, entaboando e colocando o fio e massa para impermeabilizar o bote... Há quinze anos trabalho como calafate, pesco também, sabe como é, né? Eu tinha uma catraia, comprei uma catraia por quinhentos cruzeiros, comprei a Luzivaldo através das minhas economias no trabalho da pesca. Era preocupação com o gelo, óleo e transporte do pescado... o nome da catraia era Paquita... por conta do programa infantil de TV. Eu na verdade não nasci aqui, nasci em Tambaú, em João Pessoa... isso mesmo, nasci na Praia de Tambaú, meu pai pescava entre os Tambaú e Cabedelo, nunca cheguei a conhecer meu pai, na verdade... meu pai se chamava Adauto... deixou minha mãe e viajou para trabalhar no sul como andorinha... até hoje não temos notícia dele... Um tempo eu e minha mãe tivemos que sair de Tambaú porque lá tava difícil para morar e fomos viver num bairro distante da praia chamado São José... daí vim para cá... fui criado com uma avó e uma tia aqui em Baía Formosa, ela trabalhava como doméstica, ela faleceu há uns três anos... Sempre lhe visitava, de ano em ano... Ela é daqui mesmo, morreu com 54 anos... sou casado e tenho um filho com cinco anos, aprendi a pescar com meu avô Nelson, é sempre assim, a gente aprende a pescar com um familiar da gente... Em 2008

fui trabalhar com lagosta no Recife, era proeiro do mestre Ivanio... quem se dedica à pesca vive hoje de forma mais fácil, o GPS facilitou muito, a tecnologia, tá tudo muito mais moderno, entende?... Mas as coisas não são tão fáceis assim não, a pesca tá difícil, só fica quem tem muita força de vontade... Quem afraça tá procurando outros meios, a pesca está complicada por conta do rendimento baixo, terminam indo para outras cidades... a pescaria só é boa de agosto para janeiro, quando chega o inverno a coisa complica... muita chuva e vento... é perigoso... o último acidente aqui foi em 2007... morreram dois pescadores de albacora daqui, um apareceu em Pirangi e o outro em Ponta Negra, na capital... foi uma morte terrível porque um deles foi encontrado amarrado ao bote, estava esperando ajuda... um sabia nadar, com certeza foi procurar ajuda para resgatar o amigo... os dois morreram... só tem que se apegar a Deus mesmo... é bom pescar porque é divertimento, mas nós vai mas não sabe se volta... o barco a motor protege mais porque não precisa do vento...



5.1.4 Isa, pescadora de estuário, 55 anos – Baía Formosa.

Às vezes eu tento lembrar o tempo, a vida aqui, mas lembrar é difícil e dói que só... Eu tenho seis filhos, três mulheres e três homens... as três mulheres trabalham comigo no mangue, não tem trabalho aqui, tem que se virar pescando no mangue mesmo... é Genilda, Geane e Solange... todas estão comigo nessa luta... os três homens, dois trabalham com pesca também, o terceiro vive doente, serve para trabalhar não... Sodade e Eldo me ajudam na casa, na compra de comida... eu ensinei a eles a

pescarem desde cedo, desde os 11 anos que eu pesco em mangue... Comecei em Diogo Lopes, cidade longe daqui... vim morar em Baía Formosa, meu marido tinha um barco chamado Rosicleide, pescava peixe e lagosta, ele ficou cego por conta de uma pancada que sofreu na pescaria... Hoje está aposentado, melhorou nada, recebe 500 reais por mês de aposentadoria... todo mundo aqui em casa trabalha com pesca... faço rede, caçuá, tresmalho, pego xaréu, sei fazer ratoeira para pegar guaiamum... o tresmalho de costa é puxado por dez homens, já cheguei a ajudar na batalha... a pesca em Baía Formosa era boa nos anos 80, aqui era cheio de avoador seco nessa rua em frente à igreja... hoje o povo é preguiçoso...

Hoje as coisas mudaram muito, né? Os pescadores vão pro mar com GPS, levam comida, tem canto pra deitar se tiver cansado, com a tecnologia fica mais fácil pescar... tá tudo mais moderno... Tem que ter força de vontade para pescar... se não tiver, desiste. Mesmo assim, a pesca tá muito complicada porque o preço do peixe raramente fica bom, a pescaria só é boa de agosto a janeiro, quando chega o inverno a coisa fica muito complicada... Muita chuva, muito vento e isso pode gerar acidente... em 2007 morreram dois pescadores aqui... foram pescar albacora e o barco virou... tem esses riscos a pescaria... quem vai pro mar sabe que não pode voltar... tem que se apegar a Deus mesmo... O barco a motor protege mais porque os pescadores voltam quando bem entenderem... acho que eles falaram isso para você... só com bote a pano ficam dependendo do vento e isso é arriscado. Nos anos sessenta era comum eles irem no bote a pano, hoje ninguém quer se arriscar mais... O meu pai uma vez foi pescar com uma rede de tresmalho. Veio tanto peixe na rede que ela se rasgou... foi uma festa só na praia aqui, mas isso faz muito tempo. Não gosto mais de morar aqui. Aqui era muito tranquilo antigamente, hoje é uma desordem só. Os turistas vêm e ficam no Chalemar, ninguém vende se colocar coisa na praia como cerveja, sorvete, pastel. Elas têm nojo dos nossos produtos e só comem nos restaurantes caros. Até as barracas que tinham lá na praia botaram no chão... Todo dia vem de dez a quinze ônibus com turistas... mas eles não vêm para essas bandas daqui não. Meu sonho é me aposentar, olha a minha mão cheia de calos! (mostra a mão). Não queria pescar mais não, esse negócio de pesca acaba comigo... cansa pescar, sabe?

A gente vende, sobrevive da pesca, não tem como negar. Trabalho com carteira assinada aqui não tem. Não tem emprego. O mangue daqui é longe. Eu ando mais de meia hora para chegar lá. O mangue e o mar representam uma maravilha porque aqui todo mundo depende deles... mas só dá pra sobreviver mesmo. Essa casa aqui que

eu moro não é minha, é de uma argentina... todo verão ela vem, fica aqui. Eu cuido da casa para ela. Eu vendi essa casa para ela. Ela veio, gostou do lugar e comprou.



#### 5.1.5 *Navegantes, 82 anos, pescador de arrasto e jereré – Baía*

##### *Formosa*

Eu pescava embarcada com Cumpadre Francisquinho e outros pescadores, mas morreu todo mundo... o mestre, tudo morreu... nasci e cresci aqui em Formosa, casei aí morei ali perto da Cacimba e depois vim praqui, mais de 40 anos moro nessa casa, como você vê... Todos os meus três irmãos trabalhava com pesca, morreram todos de doença do coração... Valmir morreu em Cabedelo, Nilson morreu aqui... sobrou eu... eu pescava albacora, avoador, na rede, na caçoeira, curral também... trabalhei também no roçado com meu marido e meu pai, era algodão, feijão, macaxeira, milho, batata, eu ia pra mata pegar madeira para fazer cerca de casa... eu já era casada, não tive filho, quando comecei a pescar com meu marido, nós ficava pela costa mesmo, naquela época lá pra fora eu fui muitas vezes, mas eu vomitava muito, preferi ficar pescando na costa mesmo, em tudo trabalhei, até com lavoura trabalhei... A gente passava o dia todo nas pedra pescando peixe, aratu, fazia todo o serviço do bote, pintava, reparava, em todo tipo de serviço eu trabalhei, o dourado é um peixe muito bonito, ele muda de cor quando está vivo, quando morre ele perde a cor... a albacora é bonita também, ela fica se debatendo no bote, brilha muito no sol... hoje em dia o povo não quer mais saber de trabalhar... a gente fazia a rede de pesca, a gente pega a primeira

malha para a partir daí o trabalho prosseguir, uma rede de 10 metros tem que fazer 20, vai se dividindo, se você quiser mais, tem que aumentar no meio... Meu marido morreu com 99 anos, ele quando morreu nós já tava separado há 40 anos... ele não sabia nem assinar o nome... Eu também não sei ler, mas fazer conta que bate eu sei, por isso não sou analfabeta... o meu marido era comerciante, vendia peixe e era dono de barco... Ainda fui pro mangue com minha mãe, a gente deve saber de tudo, para continuar a vida, para escolher o que quer de melhor... a pesca era mais ruim, na pesca não tinha gelo, a gente passava a madrugada inteira escalando peixe<sup>29</sup>, colocando o sal, fazia o filé, as postas, fazia ele inteiro também... o gelo ajudou muito, diminuiu o trabalho, durava muito tempo, o barco de pano dentro dele é aberto, tem tampa, quilha, sobrequilha, cadastro e cano de leme, você maneja o bote para onde quiser, o pano e o estais, que é o pano menor que fica na parte da frente do bote, duas peças e meia de pano dá para fazer a vela... na pesca de avoador se leva no bote azeite preto feito de carrapateira, joga na água e espera que os peixes venha, e é só juntar jereré ou rede de caçoeira, os avoador fica preso na rede, só passa a cabeça... é só colocar no samburá o peixe... o gelo ajudou muito a nossa vida porque tirou o trabalho da salga do peixe e aumentou o valor do pescado... peixe salgado perde valor... o bote motorizado melhorou muito a nossa vida porque o bote a pano não vai muito longe nem vai toda hora pro mar de fora... é mais rápido, de repente vai e vem... o vento é tudo pro bote de pano... tem o vento sul, noroeste, norte... ainda tem bote de pano porque o povo não pode comprar o motor, no bote a pano pesca três homens, no bote a motor vai mais homem porque o bote é maior, pesca peixe de fundo como mero, arabaiana, sirigado e garoupa e os peixe de curso é a albacora e a cavala, se pesca com paciência... é de um por um, peixe de pele escura... já o serra é com rede, tem que ser no escuro, no claro não dá... o mestre manda no pescador, ele pede para os camarada trabalhar, o mestre fica no leme fazendo as manobra, se o pescador for inteligente pode ir pescar só, mas fica à toa, com o mestre é outra coisa... mudou muito, a vida mudou muito... antigamente se pescava com linha, hoje é nylon, as redes já se compra feita, é só botar chumbo, bóia na rede... o Dia de São Pedro é lindo, tem o novenário, tem a procissão marítima que sai às dez da manhã, os barcos, os veleiros e os motorizado e tem a parte terrestre que é de tarde, participo há muito tempo, os pescadores participam também, tem a procissão de Nossa Senhora da Conceição, que é em janeiro... por que se fosse em dezembro, bateria com o dia da

---

<sup>29</sup> Segundo Navegantes, consiste no processo de abrir o peixe, retirar a espinha e cortar internamente o peixe para receber o sal.

festividade de Canguaretama... entende? os pescadores são pessoa boa, às vezes não podia ir mesmo, às vezes o mar tava brabo, às vezes eu tava doente... eu trabalhava para ajudar nas coisas de casa... a gente traz o peixe, pesa, paga os pescadores, a gente fica com o peixe e vende por mais... tem peixe de primeira, segunda e terceira... de primeira é a cioba, arabaiana, bicuda... o mais caro é a lagosta, camarão aqui... se a pessoa traz 100, 200, 300 quilo de peixe a pesca é boa, depende da ocasião... não é todo dia que consegue não... prejuízo é não ter o que comer... eu me dei bem, eu vendo aqui almoço de peixe, o peixe aqui é o que sai mais, se venderem dez reais o quilo do peixe, 5 é do bote e 5 é distribuído entre os embarcados... todos tem direito ao quinhão... a vida é uma coisa boa, se você souber viver, se você ganhar 50 real, amanhã você não sabe, tem que deixar uma parte para o outro dia... eu mesmo corto o peixe, escalo, salgo, não tenho inveja de homem nenhum no preparo do peixe!



5. 1.6 *Badoque, mestre, 48 anos – Baía Formosa.*

Sou natural de Baía Formosa mesmo, meu pai era pescador, o Bastião... ele era mestre, tomava conta da navegação, levava o barco pro alto mar, fazia a marcação das pedra e é assim o trabalho de quem é mestre, comanda o bote e os companheiro de trabalho no mar... Eu faço a marcação das pedra me orientando pela terra, pelos morro... a pedra é também chamada de cabeça, é onde se esconde o peixe, é

segredo de quem descobre... assim se você é cabra bom... Se eu acho uma coisa, uma pedra cheia de peixe, tem uns que saem, disfarçam... tem outros que fica para ajudar o próximo... É você ter uma coisa e dividir com o outro, o pescador é solidário e muito, o peixe não tem toda hora você não pega nada, a orientação é de Deus, aprendi com meu pai a pescar, exatamente, aprendi aos 21 anos de idade, estudei até à quinta série, não tive condições de continuar, preferi trabalhar, trabalhei em tudo no mundo, na minha carteira tá tudo registrado lá, ajudei como revisor, ajudante de pedreiro, quando a pesca não tava boa, passei um ano mais ou menos longe da pesca, voltei para pesca quando fui demitido, a usina tem de seis em seis meses trabalho, o meu barco é *O Mensageiro*, eu vi esse nome, gostei... eu ia colocar completo: *O Mensageiro do Destino*, mas o pintor achou o nome grande, reclamou, não quis pintar, por isso eu botei o nome do bote curtinho... aquele barco é a minha vida, porque o meu barco assume a minha família, eu tenho 5 filhos, nenhum trabalha com a pesca, um andou trabalhando mas não agüentou a carga de trabalho não, é uma rotina pesada, ele trabalha com um negócio lá em Pipa, eu vivo separado... Hoje estou arranjado com outra mulher, ela está desempregada, trabalhou na usina... no meu barco tem uma Bíblia, eu trabalhei um tempo com um pescador que era crente<sup>30</sup>, ele trouxe essa Bíblia pro barco, ele saiu e ela ficou, trabalhar como pescador não é como firma... mestre sabe manobrar o barco, só trabalho com gente que sabe... se não respeitar o mestre, ele tira o cara do grupo, o que o mestre disser está feito, o GPS é bom porque é isso, o meu quebrou, eu perdi os lugares que eu marquei com o aparelho... Mas eu sei me orientar pela terra, todo tipo de pescado a gente pega, garajuba, cioba, serra, cavala, de linha e rede... bota a isca para esperar o peixe, nylon de 140, 160... a rede... primeiro se escolhe o setor, arreia a rede, o setor que o peixe vai, por exemplo, se arreia a rede por volta das quatro da tarde e puxa ela por volta das dez da noite, aí se for bom arreia de novo... época boa de pescar foi 2004 deu muito peixe, muito camarão, lagosta, hoje tão acabando tudo... lagosta era bom quando tinha preço... é melhor pescar peixe, geralmente é 30% por camarada, a gente pesca tudo, pra ver se sobrevive, a pessoa vai passar fome? Já passei mês sem tirar um centavo, quem salva é o mangue... Pescar é muita coisa porque hoje é melhor que um salário, amanhã posso ganhar duzentos conto, me considero livre porque eu trabalho pra mim eu não dependo de ninguém, quando eu quero pegar maré eu vou, se eu não

---

<sup>30</sup> Denominação popular para os indivíduos que professam a doutrina religiosa protestante e suas denominações.

quiser... não tem ninguém dando pitaco<sup>31</sup> na sua vida por isso escolhi ser pescador, o cara vinha dizer o que tinha feito algo que não tinha feito, eu chamei ele de mentiroso e fui demitido... ainda estou pagando esse bote, estou devendo ao banco, tem 16 anos esse bote, foi um projeto de um banco, até hoje ninguém pagou... me separei da mulher perdi tudo, minha casa era boa, como casa de pobre não fazia vergonha não, arranjei outra cliente, casei não, Deus me livre!, Estou com ela há 11 anos, com a outra foi 17... o mar é perigoso sim, não tenho medo de nada porque é a rotina da gente, pesco em mar de dentro e mar de fora... lá no mar de fora eu pesco albacora, dourado... 100 m de profundidade ou sessenta braças... sou crente não, sou católico mesmo... a pesca é tudo pra mim, meu bote, minha vida... sem pesca pescador não é ninguém viu...



#### 5.1.7 Seu Geraldo, pescador de arrasto, 57 anos – Barra do Cunhaú.

Nasci e vivi muito tempo em Canguaretama, na rua Pereira, não estudei, o pouco que aprendi foi com a minha mãe, fui estudar mesmo depois de adulto, quando trabalhava... em Goianinha, 1985, meus pais eram agricultor, minha mãe era doméstica, meu pai se chamava Antonio Gabriel, minha mãe, Noemia Rosa, tenho três irmão, um mora aqui, outro em Canguaretama e o outro em Tibau... comecei a trabalhar na pesca novo, eu tinha 27 anos. Quando a gente “alembra”, a gente fica mais forte. Quem esquece se afraca... No mar não tem moleção não, é um meio de sobrevivência... não é maravilha não... tem tempestade, temporal, é incrível isso! Ser pescador é complicado porque não tem opção, na verdade muito tempo vivo aqui... meus pais eram pescadores,

<sup>31</sup> Expressão popular para “opinião”, “interferência inconveniente”.

aprendi observando, todo mundo aprende a pescar assim aqui. Existe uma influência, sabe? Aqui antigamente só tinha coqueiro, casa de barro coberta de palha... Sempre teve agricultura e pesca. Eu cheguei a pescar aratu, siri e caranguejo. Havia festas, animação, a gente costumava embolar coco... tem coco chamado Zambê, que batia... Tinha quadrilha, a barca, a chegada, o pastoril, a lapinha. Hoje as coisas estão diferentes porque o povo só quer tocar e dançar com música alta.

Quanto à pesca, seu moço, os mais velhos marcaram o rio todo com suas pedras. A gente segue, vai pescar, pega todo tipo de peixe. Tem os pesqueiro de Meral, Cabeça do Cação que é lá em cima (aponta), Alexandre, Fundo do Matias e o Fundo da Pipa. Hoje os jovens não gostam nem querem aprender a pescar. É uma dificuldade só porque a gente praticamente trabalha sozinho pra alimentar a família... Os filhos só querem saber de coisas fácil (sic), não sabem nem remendar uma rede... Hoje a pesca está muito difícil e ruim, tudo mudou muito. Todo pescador aqui vai lhe dizer isso... Hoje você pesca um pouco só de peixe e se dê por agradecido. Antes se pegava oitenta quilo de peixe, se tivesse sorte... eu acho que foi a criação de camarão que trouxe essa desgraceira só... A pesca nos dá o alimento, o nosso sustento... se é ruim com ela, imagine sem a pesca para nos ajudar? Não sei o que vai ser do povo daqui quando o último peixe morrer... A vida da pesca é assim mesmo, uns gostam outros detestam.



#### 5.1.8 *Dorinha, pescadora de linha, 59 anos – Barra do Cunhaú.*

“Um mar constante, doce abandono, até parece que estou sonhando, uma alegria sempre infinita, e as emoções comigo regressando”, esse poema eu escrevi faz

muito tempo, gosto muito de escrever poemas... Nasci em João Câmara, cidade aqui do Rio Grande do Norte, cheguei aqui aos 9 meses de idade e fiquei aqui até os seis anos, depois fui morar em Canguaretama... Barra do Cunhaú era um povoado selvagem, não tinha transporte... Nos anos 60 é que chegaram os primeiros carros, o povo daqui só andava de canoa ou de jumento... Meu pai um tempo ganhou um jumento, a pesca aqui era de tarrafa... antigamente se jogava bomba pra matar os peixe, aí foi proibido... Eu cheguei a pegar guaíamum e caranguejo quando tava de andada, hoje não tenho condições de levar um corte porque estou com diabetes, só pesco agora no mar... Saí de Canguaretama para Cunhaú em 1986... Meus filhos todos se converteram, eu tentei mas não suportei tanta hipocrisia... desde criança eu já passava uma fome... aprendi a pescar de arrasto, sou admiradora do trabalho da pesca, vivi no mangue por necessidade, aos 22 anos eu tive meu primeiro filho... a minha mãe era do lar mesmo, era calma, uma ótima mãe, ela faleceu há 20 anos, voltei a morar em Barra do Cunhaú aos 36 anos, passei a pescar no rio, eu sempre ia com uma amiga minha, a gente afundeava o bote e pescava camurim, carapeba, caranha e bagre, a gente pegava de 20 a 30 quilo de peixe... a vida de pescadora é difícil, tem dia que não pesca nada, antigamente eu ficava no mangue a noite toda, agora é perigoso, tem notícia de crime, de drogas, é melhor evitar... agora mesmo está tendo esse campeonato de kitesurf, a gente não pode pescar porque eles impedem a nossa pesca de tarrafa, eles não estão nem aí, o prefeito assina tudo... eu prefiro viver aqui... Barra do Cunhaú é um povoado pacífico, tem muito barulho na época de veraneio, tem as trilhas, os passeios de barco, os nativos não vão assistir (o campeonato de kitesurf) porque ninguém entende... tenho quatro filhos e quatro netos... quem pesca na maré de lançamento só tem 5 dias para pescar, tem que esperar dez dias para voltar a pescar novamente... eu só pesco na maré de lançamento, na maré morta é um prejuízo danado porque os baiacu comem os anzol todinho, quando eu pesco já tem a pessoa certa para vender, a carapeba eu vendo por dez reais o quilo, eu não vendo para revendedor não porque não dá pra vender mesmo... a pesca em Canguaretama era camarão, ostra e sururu... Antigamente eu pegava 5 quilos num dia, hoje eu não pego isso numa semana... hoje está tudo escasso... Se eu vender ao revendedor, ele só quer comprar por oito reais o quilo... De outubro a maio é a época que mais se pesca peixe... o preço depende da qualidade da carne do peixe... o bagre é o mais barato, quando a gente pesca nas costa é o preço mais valorizado, o pampo, o barbudo e raramente a cioba... O Rio Cunhaú é fonte de vida, um meio de sobrevivência

para os nativos, tem caranguejo, aratu, ostra, peixe... a pesca é sobrevivência e meio de diversão...



### 5.1.9 *Seu Bezerril, 45 anos, pescador de linha e tarrafa – Barra do Cunhaú*

Eu trabalho desde a infância. Não estudei, sou analfabeto. Aprendi a pescar com meu pai aqui na Barra. Aprendi com minha mãe também, ela pescava com um mato chamado tingui. A gente morava na parte da frente da praia. Era uma coisa boa... aí os donos começaram a vender os terrenos, o único pescador que tinha terreno era João Paulo. Quando os donos começaram a vender os terrenos, começaram a chegar os turistas, as pousada, os hotel... No setor onde eu moro não havia casa... ficava na primeira rua, quem morava aqui era Raimundo Aleixo, Seu Hipólito, Paulo de Nara, Agripino e Seu Antonio Letício... Quando dá pra vender, a gente vende o peixe... se não, eu como mesmo... a tainha é mais fácil para vender... Antigamente não existia barulho de balsa e esse povo do kitesurf atrapalha demais com a pesca da tainha... a pesca do caranguejo e a criação de camarão atrapalha muito o peixe... o pessoal da Barra trabalha nos tanque de camarão, acabou lá acabou tudo aqui... eu não pertencço à Colônia, disseram que era cara para se “escrever” lá, me assustaram, desisti. Muitos deles não colocam a rede na água e recebem dinheiro do governo... eu sou pescador e

não tenho como pagar um centavo para Colônia... a pesca não é profissão... pescaria é hoje e não é amanhã... a maré tem dia que dá peixe, tem dia que não dá... Eu trabalho no mangue e na barra, pescando peixe com linha e espinhel... Eu nunca trabalhei embarcado porque não tem como ir pro alto mar daqui... na Baía Formosa se pode embarcar porque o mar lá é aberto... nenhum dos meus filho trabalha com pesca, nem sequer sabe que tem dois tipo de aratu, um de mangue e outro de pedra... a pesca de linha é assim, meu filho, pega um cano cortado, um pedaço de vassoura, 100 metros de nylon, anzol e um pega mão. Como disse, sou analfabeto mas conheço o mundo, e sei que muita coisa mudou...



*5.1.10 Eronildes, 52 anos, pescador de tarrafa e linha – Baía Formosa.*

Eu tenho 10 filhos, dois trabalham com pesca... As duas mulheres são professoras... Eu vivo como pescador há 25 anos, já trabalhei como carpinteiro, pedreiro antes da pesca... Eu pesco todos os tipos de peixe... quem é pescador aqui na Baía não pode muito escolher... O tempo mais difícil de pescar é no inverno... são seis meses, o defeso complica, todo mundo aqui depende da ajuda do Governo... quem trabalha com peixe não recebe ajuda do Governo, só quem trabalha com lagosta... minha embarcação tem dez metros e oitenta, e seis homem faz parte da tripulação... Eu nasci em Nísia Floresta, município daqui do Rio Grande do Norte... O trabalho do pescador é muito arriscado, perigoso mesmo... Quem trabalha com o pé no chão não tem risco, quem tá na pesca tem risco e perigo... talvez mais de quem trabalha com a eletricidade... nunca aconteceu acidente com minha embarcação... o mar é perigoso... Trabalho no mar porque eu tenho minha embarcação, meu trabalho é um desafio diante da natureza,

sabe? Meu barco a motor se chama “Águia Marinha”, lindo de se ver! A carpintaria por exemplo está se acabando por conta do baixo preço... a diária é de sessenta reais, muito pouco pra muito serviço... aprendi a pesca sozinho... Sou profissional porque posso ensinar a qualquer um... o GPS ajuda, você se não se perde no mar... o barco tem que ter bússola! No mar aberto tudo é infinito... o barco tem que ter bússola sim... no mar aberto é o mar de interior tem três milhas para terra trinta milhas você avista a terra... em diante, não se vê mais terra, a não ser ilhas... o pescado é uma série de sobrevivência... se o mar não existisse, não teria vida... abandonei outras profissões por conta da pesca... o mar é vida, o mar é natureza, o mar é tudo isso... o pescado é uma maravilha de Deus... o preço do peixe é como a bolsa de valores... a cioba está a dez reais, ela pode chegar a cinco reais, sete... depende do mercado, a gente não controla... o pescador embarcado chega a receber 30 centavos por unidade vendida no porto... é muito pouco... o problema está no atravessador... a gente chega do mar, dá o peixe a quem está doente e não pode trabalhar... tem pesca que a gente dá todo o pescado... você não vê isso em outras profissões... a pessoa pode passar até cinco dias no mar, atento, é coisa séria... o mar é uma série de riscos, o cabra se sente como vitória, comemora bebendo e outros brincando com os netos...



5.1.11 Branco, 23 anos, pescador - Baía Formosa.

Comecei a pescar com 11 anos, aprendi a pescar com meu pai, desde cedo desisti de estudar... cheguei a oitava série ainda... tenho filho para sustentar, tenho

que trabalhar... eu aprendi a pescar observando os outros trabalharem, gosto de pescar porque a gente vai quando quer... Quem trabalha na terra com carteira assinada não tem nada disso... me sinto mais livre pescando... o mar é uma fonte de renda para sustentar a família, os filhos, sabe... não tenho medo do mar porque já me acostumei... tinha medo do barco virar, quando o tempo está alvoroçado a gente não vai não... o mar agitado, com ondas é perigoso... é melhor evitar... Eu consigo cerca de quinhentos a seiscentos por mês, depende da pescaria e do tempo... Agosto é o mês mais difícil, tem vento demais... além disso, é perigoso por causa dos navios... Eu respeito o mestre do meu barco, é ele quem comanda... O mais difícil do nosso trabalho é a falta do peixe... A pesca de linha fina termina arrastando tudo, por exemplo, os barcos de fora com 40x40 (malha de rede), pega os peixes sem valor, novo, abaixo de meio quilo... a pesca de linha é individual... e menos agressiva com o mar... Aqui em Formosa a maioria pesca embarcado, diferente de Cunhaú... o mestre é o que comanda a embarcação... o mestre fala onde arrear a rede, o lugar marcado (pedra, parede ou “taci”)... Muita gente está sendo mestre, mas não é... o GPS é o mestre do barco agora... eu acho positivo isso... porque o pescador pode sair a hora que quiser... ele pesca no dia que quiser... ele não é mais submisso a ninguém... não se ganha dinheiro se não pescar, mas não é humilhado por ninguém... se não for trabalho, os colegas, amigos, parentes se ajudam... aqui não está em crise não... a diferença do antigamente para agora é que não havia gelo e a quantidade de peixe era maior... Toinho Valentão era um mestre marcador... era o melhor daqui, por exemplo... ele tinha conhecimento do mar, conhecia os lugar de peixe... de morada dos peixe... hoje ele foi esquecido porque o GPS tomou o lugar dele... o GPS custa em torno de quinhentos reais... o João continua trabalhando, mas perdeu a fama que tinha... hoje é difícil os filho se unir ao pai para trabalhar na pesca... Eles querem mandar, não querem ser mandados... os mais jovens não tem tanto interesse pela pesca... o tempo mudou... O pescado é tudo para a gente, ele tem que ser sadio para ser valorizado... e a gente se dar bem... O pescado é muito importante para quem trabalha na beira da praia, ele sustenta a gente... ele é tudo na nossa vida, é o nosso sustento... mantém a gente... Alguns pescadores são muito solidário, às vezes acontece de um barco quebrar, no mar eles ligam através de um celular e outros que estão na costa vão ajudar... A pesca melhorou bastante por conta do GPS... usar o aparelho é simples... todos se beneficiam, não há perda... o pescador é visto pela sociedade como um guerreiro, valente, corajoso, destemido, sei lá... enfrentar o mar não é todo mundo que tem coragem não...



#### 5.1.12 Antonio Madeiro, 41 anos, pombeiro – Baía Formosa.

Olhe, meu filho, o que vai definir o preço do pescado é a quantidade e a safra. Talvez eu não possa informar mais, mas é a safra que define o preço da cioba, da albacora, do dentão... para nós, aqui, eu não vejo pescado caro. Eu vejo aí fora, no supermercado. No supermercado você encontra o quilo da cioba por 14 ou 15 reais... o preço varia de mercado para mercado... eu acho que é mais uma questão de encargos, passa os comerciais... Eu não acho que seja caro não, o cara passa o dia todo no mar, cada pescado com seu preço e qualidade... Tem um tipo de atum de carne vermelha que é mais caro... tem peixe que paga, a espécie que o pescador pesca... se ele pescar cem quilos de robalo, ele recebe oitocentos reais... se for cem quilo de caico (biquara, cambuba), ele só recebe cem reais... A melhor forma de vida é a forma de ser viver o homem sem destruir a natureza... Tem certos tipos de rede que não se deveria utilizar... destrói o ambiente... tem pescador que pega lagosta ovada, pequena... qual a preocupação no mundo de hoje? A destruição do mundo. Geleiras, aquecimento global, câncer de pele... para mim o pescado significa tudo. Casa, carro, tudo que tenho é consequência da pesca... é uma realização para mim e que me dá satisfação... só espero que o mar não seque, senão quebra as minhas pernas.



5.1. 13 *Seu Selê, pescador de tarrafa, 50 anos, Barra do Cunhaú.*

Tenho 41 anos, trabalho na pescaria desde os 19 anos. Comecei a pescar aos 9 anos em Barra do Cunhaú. Nasci em Vila Flor, cidade bem pertinho daqui. Hoje pesco na água do Mar, mas já trabalhei muito no mangue. Eu tenho três filhos, dois deles trabalham com pesca também. Já trabalhei com anzol, tarrafa, malhadeiro e mergulho. Eu tenho a carteira de colônia, mas há quatro anos não recebo o seguro defeso. Gerou muita confusão depois que descobriram venda de carteira em Barra do Cunhaú e Formosa. Muitos pescadores tem a documentação completa, mas não dá para viver da pesca... Eu também trabalho como pedreiro... período bom de peixe! Hoje para falar de período bom fica difícil, porque a natureza mudou tudo, há dez anos no mês de julho a gente encontrava tainha aos monte aqui hoje tá difícil, agente arrisca no anzol...de anzol você pesca barbudo, camurim, xaréu, caranha, camurupim, pampo, pescada, bagre, cacetão, carapeba, sardinha, paru, galo, o camurim. Por exemplo, é difícil pescar de tarrafa porque ela fura...de malhadeira você pega camurim, pescada...agente pega os peixes e faz assim: os de primeira são os carnes brancas, com pouca espinha. Os de segunda são de carne vermelha ou escura, os de terceira tem muita espinha e o preço é lá embaixo. Um peixe com pouco valor comercial é a arraia. Eu tenho orgulho de poder falar para quem quer, para quem tem curiosidade... já cheguei a pescar de jangada... Sabia que para cada cor de água a cor da tainha se diferencia? Quando o vento nordeste do mar a pesca fica forte que começa em novembro, quando cai o vento norte. Em julho é o vento sul, aparece um peixinho no mar, mas não é grande coisa não. O banhista atrapalha nosso trabalho, porque agente pesca na beira do amor. Agora hoje a área que tá prejudicando nosso trabalho kitesurf, eles atrapalham, são ignorantes, não entendem

nosso trabalho... Os brasileiros deveriam explicar mas não acontece nada kitesurf dominaram tudo... O que eu pego é pra vender de porta em porta, entre 90 e 2006 eu vendia pra um comércio, mas o proprietário mudou de ramo. Não existe esse elemento sorte na pesca, quando o peixe quer vir, ele vem... eu cheguei a pescar 60Kg de tainha nos anos 90 em um dia! Agora, como o mar mudou!



5.1.14 *Adelino, 25 anos, pescador - Baía Formosa.*

Eu gosto de ouvir histórias de pessoas mais velhas, eu me interesso por elas. Comecei a pescar aos doze anos e trabalho como a pesca, sou muito interessado em aprender, aprendo muito no mundo. A primeira vez que fui ao mar foi numa jangada de isopor, mas meu pai queria que eu estudasse, dizia que pesca não dava dinheiro, eu vivia na praia do Bacupari, depois me interessei mesmo, pedi para um pescador me ensinar. Ele me levou pro mar, tive que fugir de casa de madrugada... aprendi com o negro Agrício, o mestre e o praieiro, o mestre sabe tudo, sabe guiar, faça isso! Ele diz e você tem que fazer porque ele sabe... estou há doze anos na pesca pesco albacora, já pesquei lagosta... nós temos aqui dois tipos de barco: o de motor e o de vela, eu prefiro o barco a vela o que me fascina no mar não é só profissão mas aventura porque quando a gente fala do mar a gente fala do perigo mas ele traz coisas boas, o prazer de ver certas coisas que pessoas pagariam caro e nós pescadores temos isso de graça... tem tanta gente rica que não tem esse privilégio... O que me faz pescador é saber identificar o vento e a maneira de pegar o peixe e essa emoção só se tem em barco a vela... A pesca

de corso captura o peixe na velocidade... põem cinco anzóis numa mesma linha a pesca afundada é feita com barco a motor... A pesca a vela é feita com o corso... um barco a vela pode ter GPS e ecossonda, basta ter dinheiro para comprar... No barco a vela tem um componente chamado escolta que é uma corda usada para ajudar na direção do barco, essa escolta a gente usa ela num vento brando, pode amarrar ela, já no vento de tormenta, no caso de uma refrega, a gente tem que desatar a escolta, assim a vela é levada pelo vento e não corre o risco da jangada virar... Briga na pesca sempre tem, tem sempre pescador querendo saber mais do que o outro por isso a gente fala pescador é um povo desunido também, um não quer se sujeitar ao outro, o mestre do barco me oferece o bote para pescar, eu que serei o mestre desse barco... eu sou o mestre então eu chamo outro camarada para pescar comigo, aí eu decido ir a um pesqueiro, ele discorda, quer ir para outro, se eu sei fazer o serviço de um jeito ele tem que respeitar, mas isso dificilmente acontece... É uma pena, meus amigos não querem saber de pesca... eu só tenho vinte e cinco anos, mas são muito poucos os que se interessam por pesca... querem viver trabalhando no canavial, outros vivem nas drogas, na bebedeira... e muitos só querem saber de festa. Uma pena porque deixam de aprender uma profissão... Hoje tem muita gente preguiçosa aqui sim... posso contar nos dedos os jovens que querem trabalhar aqui... assim a pesca fica ameaçada... eu tenho um sonho... eu sou pescador mas trabalho também como bugueiro, eu mostro a beleza das praias para os turistas... eles ficam encantados com a beleza daqui... Eu pretendo montar minha própria loja de turismo, oferecer passeios, essas coisas... eu já tenho muitos clientes. Eles entram em contato comigo pela internet, eu informo sobre hospedagem, onde ficar, loco os bugues, essas coisas... Eu tenho e-mail, celular, não posso mais viver sem isso. Como vou manter contato com os turistas? Mas eu trabalho, sou trabalhador, sou pescador sim. Os jovens aqui querem ter internet, celular, coisa boa, mas não querem trabalhar... não sei como vai ser o futuro desse pessoal... Eu participei de um filme de um diretor russo (Kiril Mikhanovsky) que se passa aqui em Baía Formosa. É um filme bonito, um romance, sabe? Fui à França para o lançamento do filme, foi muito bom e aprendi muita coisa. Sou uma pessoa atualizada, hoje tenho celular com câmera, internet, mas para pescar prefiro o bote a vela.



### 5.1.15 *Sérgio Canoa, pescador de arrasto (ocasional) e professor, Barra do Cunhaú.*

Antigamente, a Barra (como é carinhosamente chamada pelos antigos moradores) tinha as casas muito simples... era maioria de palhoça, algumas eram de taipa e poucas eram de telha e alvenaria... até 1992, ainda havia casas de taipa aqui... Em 1986 a Escola Roberto Magalhães foi inaugurada, foi uma alegria só... foi a partir de 94 que a Barra começou a crescer, só tinha uma pousada aqui, a pousada de Humberto na Vila da Barra. Aí tudo começou a crescer e está como está hoje... As estradas eram todas de barro, em cada divisa de terra de salina tinha barraquinhas vendendo camarão. Muita gente enriqueceu com isso aqui. Em 1986 a BR 269 foi asfaltada, aí as coisas mudaram muito. A energia chegou em 1974 e a água encanada em 1978. Era uma agonia só aqui. A água daqui vinha das cacimbas, tinha o cacimbão que ficava próxima do Melhoramento (setor local) e também só servia para banho e lavar os pratos. O cacimbão tinha uma bomba manual. Para beber, era necessário ir ao Rio Angelim, que fica no Engenho lá em cima... também se lavava roupa lá. Onde está a Delegacia hoje era uma área de lazer dos chefes dos Portos e Canais do Brasil. Em 1959 chegaram aqui os primeiros veranistas. Era uma coisa linda, minha mãe dizia. Começava a temporada em novembro. Eles chegavam aos poucos e uma família ficava esperando a outra. A criançada ficava ansiosa esperando os amigos chegarem para brincarem no rio. O povo aqui era muito pobre. Andava descalço, pescavam e saíam para Pipa, Vila Flor e Canguaretama para trocar peixe por farinha e feijão... O peixe

daqui vinha de Baía Formosa mesmo... aqui sempre teve muito pouco peixe. A pescaria daqui sempre se concentrou no rio. Dizem que o povo daqui é preguiçoso... um rio enorme desse e no tempo atual o povo não quer pescar... na verdade tem pouca gente aqui na Barra se dedicando à pesca... Falta profissionalismo e vontade de viver da pesca... Antigamente Chico Canoa pegava o balaio de peixe, peixe era muito mais fácil, pagava tainha próximo da beirada do rio e da praia, peixe não existe mais aqui. Tinha um veranista aqui que era igual a doutor, o povo da barra vivia na frente da casa dele para ser receitado, aí traziam manga, coco para agradar... a minha família era carpinteiro de mão cheia! As coisas aqui mudaram. Com a chegada dos hotéis, das pousadas de luxo e dos moradores estrangeiros, a Barra ficou dividida por duas comunidades que não se comunica. A gente conhece, se cumprimenta, mas não tem amizade. Com a chegada da TV mudou o modo de vestir. Hoje os jovens só querem saber de internet, e-mail, celular caro e não podem sequer comprar feijão para botar dentro de casa... essa é a realidade... Hoje só usam roupa que consideram de marca, xampu, perfume, antigamente você passava na frente de uma casa, só sentia o cheiro da fumaça do fogo porque não se tinha fogão... de noite para afugentar as muriçocas, fazia fogo com palha de coco e catembas de coco (a parte interna do fruto), era um fogo que fedia muito... e irritava os olhos! No meu tempo, no meu tempo, há trinta anos atrás, aqui era só visitado por veranistas, até hoje continua... não é como Pipa, é freqüentado, veranista tem sim, o turista vem e passa um dia, dois e o veranista passa temporada, o turista da Barra é diurno, ele não dorme aqui, ele entra e sai, tem turista que passa final de semana, tem turista que passa feriado, feriadão, passa o dia e vai embora, vem nos ônibus, fazem passeio no manguezal, almoça e vai embora... o turista aqui é esse... o veranista é quase um morador... conheço pessoas que vem aqui há mais de trinta e quarenta anos, o veranista é o seguinte: ele passa dois ou três meses praticamente morando então ele tem uma relação direta com o nativo, é tanto que as casa dos veranistas ficam aí aos cuidados dos moradores locais, deixam aqui uma pessoa cuidando é o caseiro e fica o inverno todinho... tem veranista que passou a morar aqui, que de tanto veranear passou a morar, não tem pessoa que venha à Barra e não fique encantada... mas o negócio do veranista... Essa rua aqui de cima (aponta para a parte alta da Barra) sempre existiu, mas boa parte do povo que mora aqui em cima morava lá embaixo, venderam as suas casas e subiram e a tendência é subir mais, está valorizando lá embaixo, venderam suas casas, seus terrenos que eram de beira mar e subiram para o alto mas porque houve uma procura muito grande, questão imobiliária. Eu estudei aqui

até o primário... depois fui pra Canguaretama continuar meus estudos... aí um senhor que vinha à Barra me aconselhou a seguir os estudos. Como aqui não tinha a série que eu ia estudar, fui parar em Currais Novos para estudar. Estudei, morei em internato, foi uma época muito difícil. Sentia saudade de Cunhaú, da pescaria, dos amigos, só vinha aqui em janeiro de cada ano... fiz o vestibular, passei e fiz o curso de Zootecnia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Me formei, mas não gostei de trabalhar no meio de bicho, prefiro a pescaria. Meu mundo é o mar, o rio e a pesca. Sou casado, tenho um monte de filho, moram todos em Natal. Nenhum vive de pesca. Minha família aqui é toda dedicada à pesca. Os mais jovens não querem mais viver de pescaria, é tudo muito difícil, uma vida difícil. Hoje sou professor da rede estadual de ensino, gosto de ensinar. Tenho três barcos, um deles eu construí para servir de transporte para turista conhecer o manguezal e o rio... Eu ganho um dinheirinho com esse serviço. Eu também levo os jovens do colégio ao manguezal para aprender que é preciso preservar para viver melhor aqui.

## **5.2 Memória social e o tempo de lembrar**

O universo da pesca e o tempo social dedicado a ela imprimiu em todos os interlocutores contatados a tarefa de extrair das experiências pessoais – o tempo da fartura, a longa espera, os intervalos, o tempo do lazer, a aceleração desse tempo e as mudanças que isso acarreta – de modo a reconstituir as experiências socialmente partilhadas, tornadas vivas pelo exercício do avivamento da memória coletiva (HALBWACHS, 2006). Nesse momento será debatido a relação entre passado, memória social e tempo de fartura na pesca. Compreende-se experiência como o conhecimento prático adquirido ao longo da vida e que tem autoridade ao se transmitir aos outros (BENJAMIN, 1994). Esse conhecimento prático é construído e constituído dentro de uma cotidianidade onde se entrelaçam tempo e espaço sociais. Segundo Heller (2004) a vida cotidiana – e todo o sentido prático que a comporta – está carregada de escolhas e alternativas que somente o ator social experiente (sabidamente, os mais velhos) consegue elevar-se dentro da cotidianidade e moralmente estabelecer decisões e

escolhas. Seria a busca do bem comum grupal, segundo Heller (Idem) o objetivo de tais escolhas. Essas escolhas têm como base experiências anteriores e os aprendizados oportunizados e cujo acesso no presente dá-se através da rememoração (BENJAMIN, 1994; BOSI, 1994). Assim, só se pode acessar essas experiências através da memória dos outros e os pontos de confluência (ou contato) com tantas outras lembranças, objetivadas num quadro social da memória (HALBWACHS, 2006). Como a memória social pode ser empregada para se compreender o passado das duas comunidades costeiras, o processo de mudança social e os desdobramentos possíveis no presente? Através da pescadora que luta ao pescar para sobreviver com uma família de seis filhos, do mestre que não consegue se perceber sem pescar, do jovem que lamenta o desinteresse da juventude pela pesca ou o outro pescador que enxergava a pesca de antigamente como espaço de luta, partilha e solidariedade: são cada um deles, com seus relatos, partes de uma mesma rede de pesca que os motiva a persistirem na labuta pesqueira no lugar onde vivem ou nasceram, que o exercício da memória se faz urgente e necessário.

Bergson (1999) analisa o processo de lembrar como resultante de uma mediação entre estímulo, cérebro e representação. Para ele, como a lembrança é atualizada através da percepção que se tem dela a partir do presente dado, enquanto imagem-lembrança. Sem dúvida, Bergson procurou entender as relações fenomenológicas entre a conservação do passado e sua ligação com o tempo atual, numa incessante intercambiação entre o que lembramos e ainda percebemos. Distinto à análise bergsoniana, Halbwachs (2006) investigou a memória enquanto parte constituinte de significados socialmente referidos e que se objetivam porque encetam o que ele denomina memória coletiva. A memória individual apenas interessou a Halbwachs como refratária à memória do grupo, externando “modos de percepção ou representação dos seus tempos históricos (CARDOSO, 2000, p. 3).

É pertinente ressaltar que o ato de rememorar quer necessariamente dizer que o passado é refeito, reconstruído e repensado com o olhar do presente (BOSI, 1994). A partir dessa constatação, vê-se que o ato de lembrar está indissociavelmente relacionado com o esquecer, ameaçado constantemente pela “impossível simbolização daquilo que foi” (LEENHARDT, 2000, p. 75). Sem dúvida, a memória histórica das sociedades (CARDOSO, 2000) sempre esbarra no projeto de cristalizá-la enquanto verdade reconstituída do passado sob o olhar do presente, uma vez que

Empenhada em construir o verossímil e em preencher as lacunas por onde se denunciaria a perda irreparável da presença, mas ela é, afinal, autorizada pelo lugar presente dos especialistas; visa assim apagar a sua própria relação com o tempo. É o discurso” (Certeau, 2008, p. 315).

Seu Bezerril, de Barra do Cunhaú, ao confrontar o passado com o tempo presente, constata que: *Como disse, sou analfabeto, mas conheço o mundo e sei que muita coisa mudou*. Conhecer o mundo, o mundo da pesca – seus períodos de fartura e famitura, o regime das marés e as mudanças enfrentadas cotidianamente – é um dos legados daqueles que aprenderam a experiência (BENJAMIN, 1994). Atitude como essa de Seu Bezerril se confronta com o conceito de experiência e pobreza, discutida por Walter Benjamin. Ao relacionar sua condição de incapaz de interpretar eruditamente o mundo exterior e sua capacidade cotidianamente construída de interpretar o mundo através da experiência acumulada ao longo de anos na labuta pesqueira, Seu Bezerril aponta o quanto a capacidade de lembrar e interpretar o mundo presente possa ser, talvez, o verdadeiro tesouro presente na fábula inicial do ensaio *Experiência e Pobreza*, de Walter Benjamin (1994). E Benjamin sentencia que na modernidade, com todos os seus custos para a história da cultura, seja uma prova de honradez confessar a nossa pobreza (Ibidem, p. 115). Talvez a riqueza que reside na fala de Seu Bezerril seja justamente a honra que se mantém firme, pois “a felicidade não está no ouro, mas no trabalho (BENJAMIN, 1994, p. 114). O ato de lembrar nesse texto está intimamente ligado às mudanças do trabalho ocorridas no mundo da pesca a partir da percepção dos mais afetados por ela: os moradores e os trabalhadores do mar.

Em outro texto – O Narrador – Benjamin não estabelece a separação entre conhecimento e saber. Pelo contrário, a capacidade de conhecer o mundo exterior e interpretá-lo é um atributo dos mais velhos que adquiriram através de longas viagens ou ficaram na aldeia (BENJAMIN, 1994). Quem sai da aldeia, ao viajar para terras distantes “tem muito o que contar” (Ibidem, p.198). Quem fica nela durante toda a vida produtiva, conhece a história do lugar e é capaz de transmitir – pelo ato de comunicar-se oralmente – um ensinamento moral e utilitário. Como diz Eronildes, de Baía Formosa, nesse trecho do relato dele:

Sou profissional porque posso ensinar a qualquer um...  
No mar aberto tudo é infinito... o barco tem que ter  
bússola sim... no mar aberto é o mar de interior tem três

milhas para terra trinta milhas você avista a terra... em diante, não se vê mais terra, a não ser ilhas... o pescado é uma série de sobrevivência... se o mar não existisse, não teria vida... abandonei outras profissões por conta da pesca... o mar é vida, o mar é natureza, o mar é tudo isso... o pescado é uma maravilha de Deus...

Parte-se do pressuposto de que a condição fundamental para a vida em grupo é assegurar, através da relação homens e natureza – a sobrevivência e reprodução social desse grupo. Segundo a teoria marxista, os homens fazem sua própria história, mas dentro de contextos sociais que independem da vontade deles. Assim, os interlocutores ao serem solicitados a falarem do passado – em Barra do Cunhaú e Baía Formosa – sempre associaram à história do grupo a um tempo de outrora que oferecia condições propícias à reprodução social. Sem dúvida, ao analisar o passado, o suporte que oferece condições objetivas para estabelecer uma comparação qualitativa é o presente (HELLER, 2004; PAIS, 2003). Esse passado é contraposto a um tempo presente cujas transformações na esfera da produção da pesca reverberaram e reorganizaram a cultura local, as relações de vizinhança, as trocas econômicas e a interação com os de “fora”. Relembrar o passado é, para os moradores de Barra do Cunhaú, é falar de um tempo de fartura na pesca, apesar das limitações ecológicas locais:

Antigamente eu pegava 5 quilos num dia, hoje eu não pego isso numa semana... hoje está tudo escasso... Dorinha.

Eu trabalho desde a infância. Não estudei, sou analfabeto. Aprendi a pescar com meu pai aqui na Barra. Aprendi com minha mãe também, ela pescava com um mato chamado tinguí (...) Quando dá pra vender, a gente vende o peixe... se não, eu como mesmo... a tainha é mais fácil para vender... Antigamente não existia barulho de balsa e esse povo do kitesurf atrapalha demais com a pesca da tainha... a pesca do caranguejo e a criação de camarão atrapalha muito o peixe... o pessoal da Barra trabalha nos tanque de camarão, acabou lá acabou tudo aqui... Bezerril.

Tenho 41 anos, trabalho na pescaria desde os 19 anos. Comecei a pescar aos 9 anos em Barra do Cunhaú. Nasci em Vila Flor, cidade bem pertinho daqui. Hoje pesco na água do Mar, mas já trabalhei muito no mangue. Eu tenho três filhos, dois deles trabalham com pesca também. Já trabalhei com anzol, tarrafa, malhadeiro e mergulho. (...) O que eu pego é pra vender de porta em porta, entre 90 e 2006 eu vendia pra um

comércio, mas o proprietário mudou de ramo. Não existe esse elemento sorte na pesca, quando o peixe quer vir, ele vem... eu cheguei a pescar 60Kg de tainha nos anos 90 em um dia! Agora, como o mar mudou! Lelê.

Os moradores de Baía Formosa – mais necessariamente os pescadores – são enfáticos ao dizer que no passado as condições de trabalho na espaço eram precárias, exigindo sacrifícios e renúncias:

Gilvan lá da Barra aprendeu comigo a fazer bote, aprendeu com a gente... Hoje tem muita diferença porque a pescaria mudou muito porque naquele tempo era só o pano, era rede de fio aqui eles faziam a rede de fio hoje a rede que faz a pesqueira fina é de nylon grilon a rede fina acaba com o setor, ela pega mais peixe graúdo, falta depois... Tinho.

A vida de pescador não é fácil, tem que comprar óleo diesel, tinta, tábua, estopa, prego, tem que comprar gelo, senão não tem como pescar... Antigamente era no sal, o gelo chegou e acabou a nossa agonia... era muito mais difícil... Saía na segunda, só voltava no sábado, domingo, nós chegava e hoje em dia e se você colocar no sal o peixe fica sentido... a gente saía de dez da noite da segunda, chegava no sábado, domingo, eu não tinha hora, sem tomar banho... era difícil mesmo... quando eu ia tirar a água no barril era um cuidado só eu pegava uma camisa que eu tinha e lavava o rosto e pegava e molhava de água doce para dormir em cima do bloco de cimento de cinquenta quilo... Bambaú.

Comecei nesse negócio de pesca em 96 porque a vida é assim, torta, a gente não tem como dominar muita coisa não... Calafate.

Todos os meus três irmãos trabalhava com pesca, morreram todos de doença do coração... Valmir morreu em Cabedelo, Nilson morreu aqui... sobrou eu... eu pescava albacora, avoador, na rede, na caçoeira, curral também... (...) Meu marido morreu com 99 anos, ele quando morreu nós já tava separado há 40 anos... ele não sabia nem assinar o nome... Eu também não sei ler, mas fazer conta que bate eu sei, por isso não sou analfabeta... Navegantes.

As difíceis condições materiais da existência entre populações costeiras foram abordadas por outros trabalhos (RAMALHO, 2006; KOTTAK, 1983; FORMAN, 1970; MERLO, 2000). É mister afirmar, no entanto, que as dificuldades de ordem

prática associadas à baixa demanda ecológica eram amainadas pelo fato de os pescadores de Baía Formosa e Barra do Cunhaú enxergarem a pesca como alternativa viável e possível para a reprodução social. Em Barra do Cunhaú, o passado é visto como tempo de fartura e da falta, paradoxalmente; mesmo assim, a atividade pesqueira era vista como construto capaz de acentuar e reforçar a rede de solidariedade (RAMALHO, 2006), cuja peculiaridade são as relações sociais organizadas dentro da família, parentela e vizinhança (relações de proximidade intensa). Em Baía Formosa, os relatos do tempo passado apontam que o espaço da produção pesqueira era mais coeso e a demanda de pescado era maior. Conforme foi discutido no Capítulo 1, havia o orgulho – intrinsecamente ligado à honra – de poder trabalhar independentemente dos fins obtidos em relações de produção inseridas na lógica de acumulação capitalista.

O ato de rememorar é tornado possível através do acesso às lembranças do passado de modo bastante disforme. Seria ingênuo supor que a reconstrução do trabalho pesqueiro fosse linear narrativamente, pelo contrário. O acesso às lembranças dá-se por entre – também – recordações, ausências e esquecimentos (CARDOSO, 2000). Os esquecimentos (“construções desaparecidas”), segundo essa autora, constituiriam os silêncios, os não-ditos, os recalques.

Meu pai era construtor de bote, meus irmão era e fiquei construindo bote com eles... com quem eu aprendi? Com eles, claro. Meu pai era construtor de bote, meus irmão era e fiquei construindo bote com eles... *com quem eu aprendi? Com eles, claro.* Seu Tinho.

Às vezes eu tento lembrar o tempo, a vida aqui, mas lembrar é difícil e dói que só... Isa.

Quando a gente “alembra”, a gente fica mais forte. Quem esquece se afrac... Seu Geraldo.

Ah, lembro muita coisa não, seu moço... a pesca é assim... Pescador em Baía Formosa.

Eu não consigo lembrar muito do passado não... o preço do peixe? Ah, sei não, sei lembrar não... Você sabe como é, aqui é tudo difícil mas a gente sobrevive pela vontade de Deus. Pescador em Barra do Cunhaú.

Nesse trabalho não se tem a intenção de discutir memória e psicanálise, com seus mecanismos de entendimento da elaboração da *psique* humana. É interessante notar nas falas dos interlocutores que a passagem do tempo se opera de formas distintas que se objetivam em relatos significativos, desde as afirmações como os esquecimentos, muitos até deliberados intencionalmente. Bosi (1998) discute que a dificuldade de “armazenamento” de memórias do passado pode ser entendida como um processo de contínuo de desfiguração social da lembrança, pois a memória grupal é resultado de experiências individuais socializadas. Em duas ocasiões em Baía Formosa pude perceber que, quando as perguntas se referiam a questões conflitivas – o valor do pescado, a relação pescador-atravesador, hierarquia na produção da pesca – três interlocutores utilizaram a estratégia de lamentar ter esquecido como era “aquilo” no passado ou até referirem-se ao tema como um fato de pouca importância “Eu não consigo lembrar muito do passado não... o preço do peixe? Ah, sei não, sei lembrar não... Você sabe como é, aqui é tudo difícil mas a gente sobrevive pela vontade de Deus..”. É compreensível a utilização desse recurso pelos interlocutores da pequena pesca comercial quando se sabe que a esfera da pequena produção pesqueira local é marcada pela exploração econômica do pescador e a crescente expropriação dos meios por atravessadores, o não-pescador. Nesse contexto, é cômodo justificar as relações de exploração e desigualdade como um desígnio divino: “mas a gente sobrevive pela vontade de Deus”.

### 5.3 Pesca e cotidiano

O Porto de desembarque de Baía Formosa está localizado numa casa próxima à praia, em frente a uma pequena praça. Os pescadores locais chamam de porto o local onde guardam o pescado e alguns instrumentos de pesca, como redes de arrasto. Nessa praça há enormes algarobeiras (*Prosopis juliflora*) que servem de abrigo do sol para pescadores consertarem ou montarem redes de arrasto para pescaria. Quando o sol nasce, começam a chegar os botes na praia do porto, numa distância de um a dois quilômetros da terra. A catraia é uma embarcação de porte pequeno, de no máximo três metros de comprimento e sua propulsão é a remo, manejado habilmente pelo catraieiro

(pessoa que trabalha na catraia). Nestor trabalha o dia inteiro, indo da praia para os botes, transportando pescadores, pescado e todo o tipo de material que os embarcados necessitem para a ida ao mar de fora. O uso da catraia é devido à topografia de Baía Formosa: a praia do Porto é muito rasa e com uma larga faixa de recifes que impedem os botes de se aproximarem da terra para o desembarque. O trabalho do catraieiro é fundamental na produção da pesca local. Outro objeto peculiar da pesca em Baía Formosa é o samburá – cesto feito com cipós da Mata da Estrela – que o catraieiro leva no pequeno bote para comportar o pescado. Branco faz cerca de vinte viagens por dia e recebe cerca de um real por viagem. O pagamento é feito geralmente pelo pombeiro – que, no mais das vezes, já tem comprado o pescado antes dos pescadores embarcarem – no fim do dia. Quando os botes atracam, os pescadores descem das catraias, já têm de quatro a oitos pescadores esperando na praia a chegada dos samburás. Eles pegam de quatro a dez albacoras, dependendo do peso delas, por exemplo. Essa descrição aqui relatada foi vista por mim em outubro de 2009, numa manhã e tarde bastante agitadas no porto de Baía Formosa. A safra da albacora foi considerada boa pelos pescadores, dava-se para ver algumas com quase um metro de comprimento.

Da praia eles as levam para o porto e as acondicionam no refrigerador. Lá tem três peixeiros – homens que cortam o peixe – que atendem o comprador do peixe fresco. Geralmente se escolhe o peixe, compra-se a peça inteira. Não se vende dois quilos de dourado, vende-se o peixe inteiro, que geralmente tem o peso de 15 a 30 quilos ou mais. O quilo de dourado estava por volta de 12 reais. Fora do porto, o atravessador pode conseguir vender o quilo do dourado por 15 a 18 reais, dependendo do cliente. O peixeiro cobra de um a dois reais pelo trabalho de cortar o peixe. A mesa para o corte do peixe é feita de madeira. Pelo uso contínuo da lâmina da faca em contato com a superfície da mesa, ela é totalmente desenhada pelos golpes do peixeiro. Em frente à peixaria, da propriedade de Antonio Madeiro, está a pracinha onde cerca de 35 pescadores trabalham consertando redes de arrasto. Um reforma a rede com agulha e linha de nylon, outros colocam pesos de chumbo numa das extremidades da rede, outros ficam encarregados da tarefa de ordenar a rede de um modo que não se embarace. As redes de arrasto geralmente se danificam quando entram em contato com recifes ou quando capturam um peixe muito grande que consegue romper o nylon. Quando isso acontece, o risco de comprometer o dia de pesca é enorme porque os peixes encurralados pela rede podem fugir pela fenda feita pelo peixe maior.

Na pracinha é organizado um comércio informal que sobrevive da “bicada de café de um”, “da fome de outro”, “da vontade de tomar aguardente ou cerveja durante o trabalho de conserto da rede”. Ivone vende pipoca, pastel, refrigerante, cerveja em lata. Ela consegue com essas vendas manter sua família formada por dois filhos e o marido, que trabalha na usina. Bambaú, no outro lado da praça, também tem um pequeno comércio – chamado localmente de “cigarreira”<sup>32</sup> – que vende desde biscoitos até uma bicada quente de café. Isa mora numa casa de porte médio em frente à praça e tem um barzinho caprichosamente chamado “Café da Isa”. No bar dela tem-se duas mesas com quatro cadeiras cada, dois vasos com “Comigo-ninguém-pode”, imagens de Nossa Senhora da Conceição – padroeira local – e dois quadros pendurados na parede: um de uma dupla sertaneja e outro de um time de futebol carioca. Ela serve cerveja, aguardente e refrigerante. Serve também albacora frita e outros peixes menores, como guaiuba no coco. Mais adiante está a casa de Navegantes, onde está instalado um pequeno restaurante que serve almoço para veranistas ou banhistas. Depois que deixou de pescar no mar, ela decidiu montar um restaurante, que cuida com a ajuda de sua filha, Valdete. Em frente à praça está a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Ao lado, a Colônia de Pescadores Z-11, administrada por Naldo. Ao redor da igreja ficam estacionados os *buggies* que passeiam com os turistas pelas praias distantes do centro, como Bacopari e Sagi.

Todo espaço tem um ritmo social onde a vida de todos se processa dentro de uma cotidianidade (HELLER, 2004; PAIS, 2003). Segundo Heller, a vida cotidiana é a vida do homem em sua inteireza: a vida familiar, as relações de amizade e trabalho, a relação com o mundo exterior, o contato com os “de fora” dentro de uma atividade social sistematizada e baseada em comportamentos e benefícios simbólicos obtidos por aqueles (MAYOL, 2009). O processo de socialização, segundo Heller, estrutura-se na inserção do homem no grupo através da cotidianidade, adquirindo “todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade” (HELLER, 2004, p. 18). A vida cotidiana compõe-se de repetições (*mimese*) e está no centro do acontecer histórico: gestos no trabalho, movimentos mecânicos, as horas, os dias, os meses, os anos se imbricam num tempo da natureza e de racionalidade (HELLER, 2004; PAIS, 2003; ROBBEN, 1989). A cotidianidade para Heller assume caráter central para o entendimento da dinâmica da vida social e suas contradições, pois é nela que se

---

<sup>32</sup> Na Paraíba, por exemplo, esse metido tipo de comércio é chamado de “fiteiro”.

encontra o indivíduo “produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano” (HELLER, 2004, p. 21). Desse modo, o indivíduo é concebido como ser unitário, mas integrado ao social, numa relação criadora que se interrelaciona entre “consciência do Eu” e “consciência de nós” (HELLER, 2004).

Na Barra do Cunhaú o cotidiano dos moradores não é menos intenso que o de Baía Formosa, mas sua natureza é outra e tem suas peculiaridades histórico-sociais. A pescaria é desenvolvida com mais intensidade ao longo do Rio Cunhaú. O desembarque dos pescadores dá-se no trecho que vai desde a entrada da barra até o mar: dezenas de canoas podem ser vistas atracadas às margens do rio ou próximas a elas. O pescado capturado pelos pescadores ou os mariscos colhidos pelas marisqueiras nas croas<sup>33</sup> do mangue são acomodados em caixas de polietileno ou em caldeirões de alumínio. Não há um local específico para o desembarque muito menos uma peixaria coletiva para venda ou acondicionamento do pescado, como ocorre em Baía Formosa. Os pescadores explicam que isso ocorre devido à baixa qualidade do pescado em Barra do Cunhaú. Não há incentivo da administração municipal para a atividade pesqueira. Só há uma pequena peixaria local, mesmo assim é particular e pertencente a um não-pescador. As canoas são as embarcações mais numerosas em Barra do Cunhaú. Podem acomodar cerca de quatro pessoas, mas em dia de pescaria é mais prudente duas pessoas embarcarem para evitar riscos desnecessários. A coleta de marisco, por exemplo, é acondicionada em sacas de nylon de 25 quilos cada uma, então se numa canoa for transportado setenta e cinco quilos de marisco ou mais, inviabiliza o transporte de quatro embarcados. À margem do rio há dezenas de bares, todos muito simples. No bar de Eronildes e redondeza, é onde se encontram os pescadores para tomar um gole de cerveja ou uma dose de cachaça. Enquanto que em Baía Formosa a iguaria mais servida é a “arraia no coco”, na Barra é o camarão. Os pescadores passam horas a fio conversando, rindo e contando histórias e aventuras relacionadas à rotina local, como essas que contaram Toinho e Sérgio Canoa:

Há uns vinte anos atrás, até aqui tinha o Judas, que saía de madrugada com uma danação de gente, a menina que havia perdido a virgindade, o Judas chegava na porta perguntando quem era o pai e como ela tinha perdido a virgindade... e quando o casal iria “casar”... O povo que acompanhava caía na gargalhada e os pais da moça

---

<sup>33</sup> Porção de terra que fica à vista na maré baixa.

ficavam envergonhados e com raiva... e por fim, ao sair, o Judas anunciava o nome do noivo... (sic), relato de Toinho.

Aqui no pastoril tinha uma chegada uma vez ao ano... e tinha a casa que era do brabo Mané Lau, ele era delegado e prendia os carros no cacimbão... você acredita que ele leiloou um prato com caju por quarenta cruzeiros? Pegou o dinheiro para tomar de cana com os pescadores daqui lá no rio! (sic) Relato de Sérgio Canoa.

Essa conversa fiada<sup>34</sup> às vezes começa ao meio dia e termina à noite. No aparelho de som toca alguma música do momento. Em frente ao bar, os banhistas costumam se divertir nadando nas águas salobras do Cunhaú. No momento da maré vazante a água desce em forma de correnteza e é um perigo para o banhista desatento e inepto no nado. Seu Bezerril contou que vários banhistas e até pescadores já morreram nas águas do Cunhaú. “A água desce muito rápido e forte... é muito perigoso sim...”, declarou. O regime das marés constrói e destrói em cada época do ano um tipo de leito diferente no Rio Cunhaú e do mar. Toneladas de areia são deslocadas de um ponto a outro da praia, num trabalho de construção e destruição que muito lembra os feitos repetitivos de Sísifo<sup>35</sup>.

O cacimbão que outrora abastecia a comunidade foi substituído pelo abastecimento de água encanada e potável, em 1978. O vai e vem nas ruas de Barra de Cunhaú – mulheres, homens e crianças – com baldes e potes de barro cheios d’água apoiados na cabeça foi substituído por pessoas passeando ao léu nas ruas, fotografando o lugar e comprando bugigangas nas primeiras lojinhas montadas no lugar. Aos poucos, os turistas vão se identificando com o lugar, compram os primeiros terrenos, constroem casas. Esse fenômeno social se acelerou a partir da primeira metade da década de noventa quando a Barra passou a ser servida por estrada asfaltada, energia elétrica e

<sup>34</sup> Conversa sem compromisso ou preocupação com o tempo.

<sup>35</sup> Filho de Éolo e Enarete. Ao perceber Júpiter passar por Corinto com Egina, cidade que Sísifo fundou, conta o fato a Asopo, pai da jovem. Como castigo, Júpiter enviou-lhe a Morte. Sísifo aprisionou-a, impedindo-a de cumprir sua missão. Mas, obrigado por Júpiter, libertou-a e seguiu para os Infernos. Antes de partir, pediu a sua mulher que não o enterrasse. Chegando ao mundo dos mortos, solicitou permissão para voltar à terra e castigar a esposa pelo pretense ato de impiedade. Morreu idoso e, ao entrar nos Infernos, foi condenado a uma tarefa que o impediria de fugir novamente: devia rolar uma enorme rocha por uma escarpa. Cada vez que atingia o cume, a rocha caía, forçando Sísifo a recomençar a tarefa extenuante e eterna. FONTE: ABRÃO, Bernadette S. e COSCODAI, Mirtes Ugeda. Dicionário de Mitologia. São Paulo: Best Seller / Cultural, 2000.

água potável. Os moradores antigos da parte do rio dizem que na porção marítima residem os endinheirados, os de “fora”:

É assim, tudo lá é diferente daqui, até hoje... O mercadinho daqui tem os produtos arrumados de todo jeito, você chega e compra um quilo de carne. Lá na parte da praia o mercadinho é arrumado, a carne já vem embalada e com preço... Relato de Dorinha.

É muito diferente. Uns você até conhece, cumprimenta, mas não se tem amizade não. Eles não se misturam. Relato de um pescador<sup>36</sup>.

Hoje a pescaria em Barra do Cunhaú está num franco processo de transformação: o mais velhos, por conta do avanço da idade, estão paulatinamente deixando a profissão; os mais novos dificilmente querem trabalhar com a pesca. Nesse sentido, tanto os pescadores de Baía Formosa quanto os de Barra do Cunhaú concordam que a pescaria – como atividade de coesão e identificação sociais – deixa de ser como atividade produtiva interessante como vetor de práticas sociais cotidianas. Os jovens não ambicionam seguir a profissão de familiares, no caso, a pescaria. Os mais velhos se lamentam e sentenciam: “Hoje só tem preguiçoso aqui”. Onde outrora a pescaria ocupava o cerne do cotidiano, ao elencar possibilidades e escolhas, há a insurgência de novos modos de ser e sentir; o saber-fazer está cada vez mais dissociado do ser e objeto de trabalho. O jovem que trabalha dirigindo o *buggie* nas dunas, a adolescente que atende clientes num barzinho à beira-mar ou um outro que passa o dia atendendo clientes numa *lan house*<sup>37</sup>, ávidos por interagir virtualmente com o mundo.

Todos os anos, na última semana de janeiro é comemorada em Barra do Cunhaú a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes. Mais de dez embarcações de meio porte fazem o cortejo pelo rio Cunhaú e é oportunidade de todos aqueles que alcançaram um milagre agradecerem. Crianças e adultos que alcançaram uma graça usam roupas brancas de algodão ou cetim em homenagem à santa. Esse rito realizado no rio em homenagem à divindade, por intermédio de preces e orações, às vezes silenciosas, pode ser entendido como forma de agradecimento a tudo o que o rio oferece, uma vez que:

<sup>36</sup> Testemunho dado sob a condição de preservar a identidade da fonte. Relato coletado em janeiro de 2010.

<sup>37</sup> Estabelecimento que oferece serviços de internet.

Todos os grupos reunidos na mesma comunidade movediça se apropriam de uma reserva mantida exteriormente a toda vida comum porém contrastam, ao mesmo tempo, que este universo exterior, este fragmento do “cosmo” existe...” (DUVIGNAUD, 1983, p. 77).

Esse fragmento do *cosmos*, no caso aqui em questão, é a presença da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes às margens do Rio Cunhaú que, no dia da procissão, é largamente aplaudida no momento da procissão terrestre em direção à Igreja Matriz local. A procissão termina na igreja principal de Barra do Cunhaú, onde a missa é realizada às dezessete horas, o sol já se pondo. Utilizando as reflexões sobre cultura brasileira, especificamente os conceitos aplicados ao Carnaval e o Dia da Pátria em Da Matta (1997) é possível entender a lógica da Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes. Convém ressaltar que são fenômenos sociais distintos em sua manifestação concreta e têm interesses e objetivos diversos, no entanto, algumas tipificações são interessantes para a compreensão da procissão enquanto manifestação coletiva. Primeiramente, é uma festa popular, pois foi originada na comunidade costeira, imersa na cultura pesqueira. No entanto, com o tempo foi-se tornando uma festa que abrange diferentes classes sociais. É uma festa formalizada (Da Matta, 1997), pois requer respeito à imagem da santa e este respeito recobre desde o comedimento das ações em público até a roupa que se veste para a ocasião. O uniforme socialmente legitimado durante a procissão é a roupa para pagar promessas. Segundo, o caráter polissêmico da festa: as diferenças e incompatibilidades são deixadas de lado – por um tempo cronológico específico – e a procissão opera e ajuda a criar “um mundo ‘místico’ de mediação, encontro e compensação moral” (Ibidem, p. 62).

Como foi visto, a vida social e suas transformações ao longo da história dão-se no cotidiano, através das alternativas e escolhas que as condições materiais oferecem num determinado momento (HELLER, 2004; MARX, 1985). E, ao revelar o caráter processual do devir humano – como produto e expressão – Heller enfatiza que as escolhas grupais – socialmente referidas e partilhadas – são condicionadas pela e na cultura, refletindo a tendência de determinadas decisões morais: trabalhar ou não amanhã, se é adequado beber exageradamente, respeita-se ou não a hierarquia enquanto embarcado, assimilar ou não dadas determinações técnicas e tecnológicas, entre outros. Sendo assim, as escolhas grupais em relação a comportamentos socialmente referidos na

esfera do trabalho refletem as decisões morais – com toda a responsabilidade que acarretam – dos grupos envolvidos?

A organização da vida cotidiana articula-se através dos critérios de julgamentos de comportamentos e os benefícios simbólicos que todos esperam obter ao segui-los (MAYOL, 1994), submetendo-se ao que Heller (2004) denomina como ultrageneralização cotidiana. Os espaços socializados configuram-se como espaços que são consumidos (MAYOL, 1994; HARVEY, 2001), cujos engajamentos exigem aptidão para conviver com parceiros cotidianamente pela proximidade e repetição. A vida cotidiana, só é possível, se houver um contrato social em que cada um se obrigue a respeitar as regras compactuadas socialmente (MAYOL, 1994; HELLER, 2004; PAIS, 2003). Esse respeito coletivo em relação a essas regras configuram-se dentro de uma “tradição cultural do usuário” (MAYOL, 1994, p. 39) que se processa através de práticas rotineiras e criativas.

Sodade e Eldo me ajudam na casa, na compra de comida... eu ensinei a eles a pescarem desde cedo, desde os 11 anos que eu pesco em mangue... Isa

Eu pescava embarcada com Cumpadre Francisquinho e outros pescadores, mas morreu todo mundo... o mestre, tudo morreu... nasci e cresci aqui em Formosa, casei aí morei ali perto da Cacimba e depois vim praqui, mais de 40 anos moro nessa casa, como você vê... Todos os meus três irmãos trabalhava com pesca. Navegantes.

(...) A pedra é também chamada de cabeça, é onde se esconde o peixe, é segredo de quem descobre... assim se você é cabra bom... Se eu acho uma coisa, uma pedra cheia de peixe, tem uns que saem, disfarçam... tem outros que fica para ajudar o próximo... É você ter uma coisa e dividir com o outro, o pescador é solidário e muito... Eronildes.

É traço característico das comunidades costeiras que lidam com a pesca relacionarem o aprendizado da tarefa pesqueira à socialização baseada nos laços familiares e de parentesco próximo (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1993; KOTTAK, 1983; FORMAN, 1970; RAMALHO, 2006; ROBBEN, 1989). Essa relação entre pesca e cotidiano requerem ou exigem comportamentos específicos como o contato estreito com o meio e a obediência ao ensinamento dos mais velhos.

Eu gosto de ouvir histórias de pessoas mais velhas, eu me interessei por elas. Comecei a pescar aos doze anos e

trabalho como a pesca, sou muito interessado em aprender, aprendo muito no mundo. A primeira vez que fui ao mar foi numa jangada de isopor, mas meu pai queria que eu estudasse, dizia que pesca não dava dinheiro, eu vivia na praia do Bacupari, depois me interessei mesmo, pedi para um pescador me ensinar. Ele me levou pro mar, tive que fugir de casa de madrugada... aprendi com o negro Agrício, o mestre e o praieiro, o mestre sabe tudo, sabe guiar, faça isso! Ele diz e você tem que fazer porque ele sabe... estou há doze anos na pesca pesco albacora. Adelino.

Esse comportamento é absorvido através de códigos de cortesia como saudações, palavras amistosas e a exteriorização de cuidado com o outro. A pescaria é uma atividade que se efetua por intermédio de uma complexa gama de relações sociais, cambiadas por sentimentos de união, camaradagem e solidariedade (MALDONADO, 1993; KOTTAK, 1983; DIEGUES, 1983). O sentido da solidariedade é sentido claramente no relato de Eronildes, onde o dever de ajudar o pescador enfermo, com parte do pescado capturado, torna-se elemento de benefício simbólico e reconhecimento social (MALDONADO, 1993; MAYOL, 1994; SILVA, 2011). Desse modo, contribuir com quem está impossibilitado de ir à pescaria indica que o sentimento de “grupo” está ligado, no sentido aqui discutido, à noção de proximidade e de uma prática social repetida e legitimada ao longo dos anos. O sentido de comunidade aqui pode ser concebido como um espaço de práticas sociais que requerem rápida aprendizagem, que progride através da repetição de engajamentos no espaço público (Da Matta diria o espaço da rua), até fundar-se uma apropriação social pelo cotidiano (MAYOL, 1994).

Nas práticas sociais circunscritas no cotidiano de Baía Formosa e Barra do Cunhaú vê-se, ao longo dos relatos, a existência do reconhecimento dos lugares e trajetos cotidianos (as pedras ou “cabeços”) através da repetição; relações de vizinhança que se objetivam numa “política” da gestão e ordenamento do espaço, tornado possível através de práticas sociais compartilhadas, respeitando-se limites, silenciando quando necessário, num palco de desvelamentos e segredos (MALDONADO, 1993); sentimentos e contradições (HELLER, 2004) que sistematizam o estar no mesmo território, elaborando códigos e condutas (MAYOL, 1994). Em suma, o cotidiano no espaço da pesca é um lugar de reconhecimento social.

Com o desenvolvimento de práticas sociais referidas a uma sociedade em redes (CASTELLS, 2011), percebe-se que coexistem num mesmo espaço social engajamentos que se excluem porque processam-se dentro de paradigmas distintos. A

exploração turística e imobiliária nas duas comunidades enceta novas possibilidades e estimula interesses diversos à atividade pesqueira; a consolidação de uma sociedade interligada ao mundo televisivo e rede mundial de computadores modifica o cotidiano das comunidades aqui investigadas. Com a entrada massiva de capital para a reestruturação de um ambiente construído (GOTTDIENER, 2010), reflete condição necessária do processo capitalista do crescimento e reestruturação urbanos, numa padronização geograficamente articulada (GOTTDIENER, 2010; HARVEY, 2005), fenômeno ocorrido na comunidade costeira de Arembépe, estudada por Kottak (1983). Em que medida a inserção de novas tecnologias e a transformação radical do espaço modificam as práticas sociais cotidianas nessas duas comunidades costeiras? Com o estabelecimento dessa nova organização do espaço “urbano”, nota-se que os mais antigos em Baía Formosa e Barra do Cunhaú não estão satisfeitos com as mudanças sociais ocorridas e, incapazes de transformá-las isoladamente, queixam-se: “Hoje todos aqui são preguiçosos”.

#### **5.4 Modos de vida e os vieses da “tradição”: tempo presente e os “estilos de vida”**

Os estudos sobre sociedades costeiras, tendo como incursão inicial as pesquisas de Malinowski entre os polinésios do Pacífico Sul, delinearam desde seus primórdios os traços culturais desses povos haliêuticos, entendidos como um tipo específico de modo de vida com tempo e espaço socializados peculiares. Não se pode, vale pontuar, distinguir o modo de vida da (s) cultura (s) que cambiam e orientam as práticas sociais cotidianas. São termos interdependentes, cujo modo de vida é sistematizado através das práticas sociais e os valores imersos dessa sociedade (GEERTZ, 1973; FOSTER, 1962). A memória social e a tradição dizem respeito à organização do passado em relação ao presente. As festividades e seus ritos de realização, os períodos para conserto das embarcações e das redes, o aprendizado dos jovens a respeito da arte da pescaria, a construção de remos, canoas e objetos para pesca só são possíveis porque o saber é transmitido através da experiência adquirida com os

antepassados. A cultura costeira é uma cultura oral popular que se vale dos mais velhos como meio organizador da memória coletiva. E essa cultura costeira apenas conseguiu resistir no tempo porque os mais velhos “trabalharam” num processo contínuo de reinterpretação “do que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado” (GIDDENS, 1997, p. 82).

O modo de vida dos pescadores e familiares em Barra do Cunhaú e Baía Formosa têm seu sentido referido a partir do contato intenso que os locais estabelecem com a natureza. No entanto, esse modo de vida está sofrendo significativa transformação social nas duas últimas décadas, cuja responsabilidade por tais questões os costeiros depositam na crescente urbanização do espaço comunitário e a chegada dos turistas e pousadas e hotéis de luxo. Essas transformações puseram em cheque – segundo a fala dos interlocutores consultados – o modo de vida dessas comunidades costeiras e a cultura oral que orienta as práticas sociais do presente a partir de um repertório tradicional. O conhecimento prático de Seu Tinho a respeito de como se constrói uma embarcação, o número de trabalhadores envolvidos, tempo socialmente necessário para a produção e o tipo de madeira para a confecção dos mesmos é um bom exemplo dos repertórios tradicionais que orientam as práticas sociais no dia a dia da faina pesqueira. A análise dessa transformação requer considerar que a cultura transforma-se em consonância com as exigências das relações sociais e a intervenção contínua na natureza, alterando a consciência dos homens.

Primeiro ponto a ressaltar é o que diz respeito à transmissão da cultura costeira através da oralidade. Como o fez Isa, ao ensinar aos filhos a pescarem desde cedo para “a compra da comida”. Esse processo de reprodução de um *habitus* (BOURDIEU, 1999) articula-se na transmissão de elementos culturais, habilitando indivíduos a determinadas condutas e escolhas possíveis ajustados – ou precariamente – ao meio social. Para Bourdieu, o *habitus* é um dispositivo de reprodução da cultura de uma dada sociedade (em seus mais variados aspectos sociais), acompanhando as transformações, oferecendo significados para as demandas sociais de uma determinada época. Como foi salientado anteriormente, a prática da pesca era aprendida e apreendida através da socialização, traço comum observado em outros estudos sobre sociedades de pesca (PI-SUNYER, 1977; CHRISTENSEN, 1977; FORMAN, 1970; MUNCH, 1970; KOTTAK, 1983). Sem dúvida, os costeiros aprendem e reproduzem os elementos de sua cultura pesqueira a partir da vivência da cotidianidade (HELLER, 2004; PAIS, 2003), dando novas atribuições e sentidos para a “tradição”.

Hoje em dia tá tudo na riqueza... a época mudou, o sistema do pescador mudou, no barco tem colchão, seu lençol para se agasalhar, tem celular, se aqui tiver um cardume de peixe, o GPS marca... antigamente quem marcava era a gente... o mestre hoje em dia é sabido por causa do GPS, ele marca tudo... Aos trinta anos, me tornei mestre de bote eu pegava os covos, a gente perdia os covos, o vento vinha a noroeste, sueste, nordeste, barrado, para fundearem o bote quando passava o noroeste e os covos tava no mesmo canto... a batida do vento pode durar uma hora... duas horas, três horas... quem sabe é Jesus quando isso termina... Bambaú.

Eu faço a marcação das pedras me orientando pela terra, pelos morros... a pedra é também chamada de cabeça, é onde se esconde o peixe, é segredo de quem descobre... assim se você é cabra bom... mestre sabe manobrar o barco, só trabalho com gente que sabe... se não respeitar o mestre, ele tira o cara do grupo, o que o mestre disser está feito, o GPS é bom porque é isso, o meu quebrou, eu perdi os lugares que eu marquei com o aparelho... Mas eu sei me orientar pela terra, todo tipo de pescado a gente pega, garajuba, cioba, serra, cavala, de linha e rede... bota a isca para esperar o peixe, nylon de 140, 160... a rede... primeiro se escolhe o setor, arreja a rede, o setor que o peixe vai, por exemplo, se arreja a rede por volta das quatro da tarde e puxa ela por volta das dez da noite, aí se for bom arreja de novo... **QUEM?**

A reminiscência, segundo Benjamin (1994) é um elemento fundante da tradição, posto que transmite os acontecimentos e saberes construídos em decorrência deles. O narrador é, por excelência, o detentor do saber reminiscente; é ele que tece e dá sentido às histórias vividas pelo grupo e transmite autoridade nas palavras que profere e nos gestos que emana. Seu Tinho e Toinho Valentão, em Baía Formosa, e Sérgio Canoa, em Barra do Cunhaú, podem ser tipificados como narradores que conhecem a história de seu lugar, desde episódios da missa à tarde de domingo até os tempos fartos de pescaria de outrora. Como a ocasião de uma tarde em Baía Formosa me disse Seu Tinho: “Fazer oitenta anos não é fácil não, não saio para morar em lugar nenhum do mundo, não tem lugar melhor que esse aqui, tem peixe fresquinho, chegado na hora!”.

A perda da capacidade de transmitir experiências e o apagamento da memória social – cada vez mais expropriada do grupo enquanto elemento construtor de sentidos – é enxergado como processo de extinção da tradição, ou até mesmo de sua inelutável morte (BENJAMIN, 1994), como ilustra o pescador Bambaú “já sou viúvo,

tenho seis filhos, filho meu não tem nenhum pescador...”. Se o narrador tem suas raízes fincadas no povo, principalmente àqueles dedicados à artesanaria, há razões concretas para afirmar que a morte da narrativa se aproxima, objetivado nessa fala de Seu Bezerril, de Barra do Cunhaú: “nenhum dos meus filho trabalha com pesca, nem sequer sabe que tem dois tipo de aratu, um de mangue e outro de pedra”. Hobsbawn (1997) elabora uma profícua discussão acerca da tradição. Diferentemente da visão fatalista de Benjamin, este outro autor defende o pressuposto que a tradição é uma construção discursiva e institucionalizada, desenvolvida num período limitado do tempo cronológico. A tradição seria algo “inventado” por um grupo social hegemônico para afirmar-se no poder político, utilizando-se de estratégias como os rituais reais na Inglaterra do Século XIX (HOBBSAWN, 1997). No entanto, o autor pondera que existe diferenças cruciais entre tradição e costume; as práticas sociais baseadas nos laços de pertencimento (RAMALHO, 2006), honra e vizinhança no âmbito da pescaria, nesse sentido, estariam circunscritas mais nos costumes locais do que necessariamente seguindo uma tradição imposta politicamente, presente na fala de Bambaú:

A vida de pescador não é fácil, tem que comprar óleo diesel, tinta, tábua, estopa, prego, tem que comprar gelo, senão não tem como pescar... Antigamente era no sal, o gelo chegou e acabou a nossa agonia... era muito mais difícil... Saía na segunda, só voltava no sábado, domingo, nós chegava e hoje em dia e se você colocar no sal o peixe fica sentido... a gente saía de dez da noite da segunda, chegava no sábado, domingo, eu não tinha hora, sem tomar banho... era difícil mesmo... quando eu ia tirar a água no barril era um cuidado só eu pegava uma camisa que eu tinha e lavava o rosto e pegava e molhava de água doce para dormir em cima do bloco de cimento de cinquenta quilo... é usado para aprumar o barco... avoador, dourado, albacora, cação, cavala, eu vendi muito avoador de dois tostões, na safra de 50 eu tava com 11 anos de idade...

A modernização dos meios técnicos é um contexto social que se opõe àquilo que se entende por tradição, esta compreendida aqui como conjunto de saberes adquiridos ao longo da larga experiência aprendida com o contato com as águas e as técnicas construídas e aperfeiçoadas para a constante intervenção humana no espaço (BRITTO, 1999). Este é um dos principais pontos enumerados pelos pescadores e “nativos” consultados, ao dizerem que:

A pesca era pelas estrela, pelo céu, naquele tempo era só orientação pelos planeta, o GPS agora ajuda muito, tem menos sofrimento... o mestre do bote ficou meio no meio da luta, o GPS marca os ponto, o ponto de pescar, as pedra... O mestre tem que continuar trabalhando, vai passar fome não... mas mudou muito... naquela época a comida era rapadura, farinha e sal para salgar o peixe e só... quando a gente não encontrava peixe fazia o fogo, botava a panela com água, punha a rapadura e farinha para fazer o mingau, a papa... Hoje em dia tá tudo na riqueza... a época mudou, o sistema do pescador mudou, no barco tem colchão, seu lençol para se agasalhar, tem celular, se aqui tiver um cardume de peixe, o GPS marca... antigamente quem marcava era a gente... o mestre hoje em dia é sabido por causa do GPS, ele marca tudo... Bambaú.

Quem se dedica à pesca vive hoje de forma mais fácil, o GPS facilitou muito, a tecnologia, tá tudo muito mais moderno, entende?... Calafate.

A carpintaria por exemplo está se acabando por conta do baixo preço... a diária é de sessenta reais, muito pouco pra muito serviço... aprendi a pesca sozinho... Sou profissional porque posso ensinar a qualquer um... o GPS ajuda, você se não se perde no mar... o barco tem que ter bússola! No mar aberto tudo é infinito... o barco tem que ter bússola sim... no mar aberto é o mar de interior tem três milhas para terra trinta milhas você avista a terra... em diante, não se vê mais terra, a não ser ilhas... Eronildes.

Nas falas acima, constata-se que as mudanças no âmbito da pequena pesca comercial simples foram radicais ao reorganizarem as práticas sociais no cotidiano, com a intervenção de um sistema integrado de objetos técnicos (SANTOS, 2009) que impõem novas práticas para o domínio e usufruto do espaço-tempo da pescaria. Segundo Giddens (1991), nas sociedades pré-capitalistas, as dimensões de espaço e tempo coincidiam com a dinâmica da vida cotidiana; em contextos de modernidade, segundo Giddens (Idem), há uma desconexão dessas categorias ontológicas, uma vez que o espaço-tempo cada vez mais exigirá menos o elemento “presença” nas interações sociais. Os pescadores das duas localidades apontam que a introdução do GPS e da ecossonda no âmbito da produção pesqueira assinalaram grandes transformações, que extrapolaram o viés meramente técnico. O espaço foi radicalmente transformado. O GPS e a ecossonda vasculharam os segredos do mar, descobrindo com a destreza do faro canino cada “pedra” nas águas. A natureza, mais

uma vez, fora adestrada através dos meios técnicos com seus sistemas abstratos (Idem, 1991), que pouco dependem do saber do pescador para funcionarem e intervirem no espaço. É necessário enfatizar que a introdução dos meios técnicos solapou as antigas formas de interação face a face (GOFFMAN, 2011) nas duas comunidades. Os relatos dos interlocutores consultados em Baía Formosa e Barra do Cunhaú apontam para um nível de comprometimento maior entre os comunitários, seja na faina pesqueira, festas locais e, principalmente, do interesse dos mais jovens em participar e viver da pescaria. A pesca, segundo eles, possibilitava mais coesão e confiança, pois os envolvidos se conheciam bem e as práticas sociais eram baseadas num relacionamento de longo prazo, oferecendo “fichas” que tornam cada um fidedigno aos olhos do outro (GIDDENS, 1991). A lenta modificação – e constante – dos meios técnicos possibilitava e ensejava relações mais interessantes e longas, ao exigirem tão somente um conhecimento prático para o usufruto do espaço da pesca num determinado tempo, exigido e reivindicado pelo ritmo da natureza. Esse fenômeno social também foi percebido em pesquisas no sudeste e nordeste brasileiro (DIEGUES, 1983; FORMAN, 1970), comunidades pesqueiras na Escócia (BAKS E POSTEL-COSTER, 1977) e na Catalunha, Espanha (PI-SUNYER, 1977), apenas para ressaltar alguns casos.

As culturas costeiras, de modo geral, durante séculos estiveram isoladas – ou parcialmente – dos grandes centros urbanos (AZEVEDO, 2006). Com a crescente urbanização e a massificação do trabalho assalariado combinaram-se para realizar, nos períodos de tempo livre, uma cultura de lazer (PADILHA, 2000). Os cidadãos “descobriram” a praia como espaço de diversão e cobiça para construção de hotéis e pousadas. Processo semelhante foi vivenciado, salvo obviamente às peculiaridades locais, pelos pescadores da costa oeste escocesa (BAKS E POSTEL-COSTER, 1977) e os do litoral norte da Bahia, no Brasil (KOTTAK, 1983). O estreitamento do contato entre o “nativo” e o cidadão, por exemplo, causou, no litoral norte de São Paulo, no Brasil, a gradativa expropriação dos pescadores do espaço de produção pesqueira, culminando na expulsão dos mesmos de suas casas próximas ao mar para residirem em locais afastados da praia (DIEGUES, 1983). É conveniente afirmar que a cultura costeira em Barra do Cunhaú e Baía Formosa pode estar em vias de extinção por conta do processo gradual de fragmentação da esfera do trabalho, incidindo diretamente no modo como os pescadores enxergam a si mesmos enquanto sujeitos que produzem *riqueza*. Essa auto-percepção pode ser ilustrada com a fala de Bambaú, quando conclui que “o pescador deveria se aposentar com cinquenta anos porque já trabalhou demais”.

Os costumes, segundo Hobsbawn (1994) não são invariáveis como as tradições; eles seriam o motor e o volante para a sobrevivência do grupo social. As mudanças que ocorrem na sociedade são inevitáveis, pois fazem parte do devir social. Desse modo, a vida social está constantemente se modificando para adequar-se a novas necessidades sociais. No caso aqui em particular, o espaço da produção pesqueira em Baía Formosa e Barra do Cunhaú vem se transformando ao longo de décadas: mudanças tecnológicas, transformações espaço-temporais e os conseqüentes reflexos na constituição e construção das subjetividades. A modernidade, sem dúvida, foi um momento histórico no Ocidente que reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia em seu discurso civilizador (GIDDENS, 1997). Esse processo de mudança ocasionou uma difusão extensiva das instituições modernas, universalizadas pela globalização (SASSEN, 2010). A partir disso, para entendermos o processo de fragmentação do trabalho pesqueiro nas duas localidades investigadas, tem-se a necessidade de compreendê-la em sua abrangência global, uma vez que as mudanças ocorridas, em suas mais diversas escalas, devem-se ao fato de estar interligadas num mundo globalizado e mediado pela internet.

Mas ao abrir mão de costumes antigos por novas práticas sociais, os costeiros de Baía Formosa e Barra do Cunhaú têm de ser adaptarem às constantes mudanças dos meios técnicos, o fetiche mais celebrado em contextos de modernidade (NOVAES, 2010), com seus discursos especializados e herméticos (SANTOS, 2009; SANTOS, 2008). Segundo Santos (2008), a sociedade globalizada exige – com seus meios técnicos – um tipo específico de ação para interagir com os sistemas de objetos. O esquadrinhamento do espaço a partir do auxílio dos objetos técnicos requer uma renúncia às práticas costumeiras, baseadas no conhecimento transmitido pelos antepassados. Essas ações – uso sistemático de GPS e ecosondas, por exemplo – aparecem como ações racionais obedientes à razão do instrumento, indiferente a contextos e saberes locais.

Não há objeto que se use hoje sem discurso (...). O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora impelem os homens a construir a sua história através da práxis invertidas. Assim, todos nos tornamos ignorantes. Esse é o grande dado do nosso tempo... (SANTOS, 2008, p. 87).

Reflexão semelhante construiu Giddens (1991) quando refere-se ao funcionamento desse “sistema de objetos” como sistemas abstratos que exigem do indivíduo uma crença no funcionamento e eficácia dos mesmos. Essa confiança que a modernidade depositou nos seus sistemas de objetos específicos em sua ação e abstratos em seu funcionamento uma confiança que onde ela está reside também “a ignorância” (GIDDENS, 1991, p. 92). O GPS pode ser interpretado como um exemplo claro do que vem a ser objeto cujo sistema opera de forma abstrata e independe da ação do usuário. Pode ser eficaz, mas dificilmente o pescador que o utiliza entende – ou compreende – seu sistema de funcionamento. A capacidade de localizar os pesqueiros com exatidão, no início assustou a muitos pescadores, no entanto, com o tempo, foram aderindo a nova técnica de demarcação do espaço, cada vez mais técnica e impessoal. Em Baía Formosa, por exemplo, cerca de cento e cinquenta embarcações já estão operando com GPS. Os pescadores, de modo geral, explicam que com o GPS podem adentrar nas águas de fora com mais segurança além de localizarem em tempo reduzido as pedras mais piscosas.

O declínio da atividade da pesca ao longo das duas décadas coincidiu – não por acaso – com o crescimento urbano e a introdução das novas tecnologias no âmbito da produção pesqueira. Esse é um aspecto importante a se considerar. Com o declínio da pesca enquanto vetor de práticas sociais cotidianas se esboça nas duas comunidades a emergência de novos estilos de vida. Fenômeno semelhante ocorreu na comunidade costeira de Arembepe, na Bahia (KOTTAK, 1983) e no vilarejo de pescadores na Escócia (BAKS e POSTEL-COSTER, 1977). Crescimento de uma classe social média formada basicamente por pessoas estranhas (outsiders), trabalho assalariado, estilos de vida orientados por ditames da mídia e as mudanças encarnadas nos seus mais variados aspectos (motorização, crescimento populacional, aluguel de imóveis) inspiram uma nova perspectiva de análise para esse processo de mudança social, já vivenciado por Arembepe; a penetração das políticas do Estado na produção pesqueira e a exploração mercantil do espaço antes orientado e usufruto de pescadores locais na Escócia oferecem elementos importantes para o entendimento do que está a ocorrer em Barra do Cunhaú e Baía Formosa.

Essa mudança no modo de vida costeiro para uma paulatina estetização da vida cotidiana (MAFFESOLI, 1998), acontece em Barra do Cunhaú de forma flagrante e coincide ou até determina a fragmentação do trabalho pesqueiro na comunidade. Hoje, quase metade dos pescadores deixou de pescar diariamente no mangue para dedicar-se a atividades secundárias, principalmente para atender ao

assédio dos turistas. Seja guiando botes motorizados pelas águas do Rio Cunhaú ou trabalhando nas balsas que atravessam o rio em direção às dunas. Sem dúvida, o processo social de estetização da vida cotidiana pode ser facilmente notado nas falas dos moradores e pescadores locais:

A vida de pescadora é difícil, tem dia que não pesca nada, antigamente eu ficava no mangue a noite toda, agora é perigoso, tem notícia de crime, de drogas, é melhor evitar... agora mesmo está tendo esse campeonato de kitesurf, a gente não pode pescar porque eles impedem a nossa pesca de tarrafa, eles não estão nem aí, o prefeito assina tudo... eu prefiro viver aqui... Barra do Cunhaú é um povoado pacífico, tem muito barulho na época de veraneio, tem as trilhas, os passeios de barco, os nativos não vão assistir (o campeonato de kitesurf) porque ninguém entende... Dorinha, pescadora.

Com a chegada da TV mudou o modo de vestir. Hoje os jovens só querem saber de internet, e-mail, celular caro e não podem sequer comprar feijão para botar dentro de casa... essa é a realidade... Sérgio Canoa, pescador.

O modo de vida orientador das práticas sociais cotidianas tem como referencial os valores e preceitos ético-morais do grupo social (GEERTZ, 1973). Segundo etnografias de sociedades costeiras em várias partes do mundo, as mudanças tecnológicas interferem diretamente no modo de vida desses espaços sociais (BAKS e POSTEL-COSTER, 1977; PI-SUNYER, 1977; KOTTAK, 1983; STARR, 1977). Em seu lugar, geralmente a especulação imobiliária, a penetração de *trendings* hoteleiros e o enobrecimento do espaço próximo ao mar acarretam severas conseqüências às comunidades costeiras. Segundo os relatos dos dois moradores de Barra do Cunhaú, percebe-se que essas mudanças transformaram os hábitos de consumo entre os mais jovens, que privilegiam os estilos de vida urbanos – como o uso de celular e internet – e o engajamento em nome de uma moda globalizada, embora falsificada em muitos casos (RIBEIRO, 2010).

A tentativa dos mais jovens de participarem desses valores de consumo, cada vez mais uniformizadores e globalizados, perpassa no sentido de participarem de um grupo ligado a afetos e sentimentos comuns (MAFFESOLI, 1998), embora o resultado imediato remeta à falsa sensação de associarem-se a uma sociedade de consumo que caracteriza-se por excluir para constituir-se como valor (BAUDRILLARD, 2009). Uma importante contribuição nesse sentido vem de

Maffesoli (1998) onde afirma que as agências informacionais, as interações entre grupos distintos, encontros esportivos, elaboram um novo ethos; acrescenta-se, assim, que se há a formação de um novo ethos, não é mais baseado nos modos de vida passados, mas num estilo de vida “estetizado”.

Já casei com mais de seis mulheres, sempre gostei das farra... já sou viúvo, tenho seis filhos, filho meu não tem nenhum pescador... tenho uma filha que mora na Noruega, conheceu o marido em Natal, outra é comerciante, um filho é gari aqui em Baía Formosa... Bambaú, pescador.

Hoje só usam roupa que consideram de marca, xampu, perfume, antigamente você passava na frente de uma casa, só sentia o cheiro da fumaça do fogo porque não se tinha fogão... Sérgio Canoa, pescador.

Em Baía Formosa ocorre fenômeno semelhante. Por isso, pode-se afirmar que o processo de fragmentação da pesca – potencializado pela ruptura do interesse de seguir o ofício de pescador, entre os mais jovens – está intimamente ligado a reestruturação urbana e novos hábitos e estilos de vida (GOTTDIENER, 2010). O aumento considerável de pousadas e hotéis de luxo, a introdução de cerca de cinco estabelecimentos de serviço de informática – servidos de internet – além da oferta de passeios em *buggies* enfeitiça os adolescentes locais, sonhando com uma vida nababesca e sem grandes esforços, a exemplo da estafante faina pesqueira.

Eu sou pescador mas trabalho também como bugueiro, eu mostro a beleza das praias para os turistas... eles ficam encantados com a beleza daqui... Eu pretendo montar minha própria loja de turismo, oferecer passeios, essas coisas... eu já tenho muitos clientes. Eles entram em contato comigo pela internet, eu informo sobre hospedagem, onde ficar, loco os bugues, essas coisas... Eu tenho e-mail, celular, não posso mais viver sem isso. Como vou manter contato com os turistas? Mas eu trabalho, sou trabalhador, sou pescador sim. Os jovens aqui querem ter internet, celular, coisa boa, mas não querem trabalhar... não sei como vai ser o futuro desse pessoal... Eu participei de um filme de um diretor russo (Kiril Mikhanovsky) que se passa aqui em Baía Formosa. É um filme bonito, um romance, sabe? Fui à França para o lançamento do filme, foi muito bom e aprendi muita coisa. Sou uma pessoa atualizada, hoje tenho celular com câmera, internet, mas para pescar prefiro o bote a vela. Adelino, pescador e bugueiro.

Hoje é difícil os filhos se unirem ao pai para trabalhar na pesca... Eles querem mandar, não querem ser mandados... os mais jovens não têm tanto interesse pela pesca... o tempo mudou... Branco, pescador.

Comecei em Diogo Lopes, cidade longe daqui... vim morar em Baía Formosa, meu marido tinha um barco chamado Rosicleide, pescava peixe e lagosta, ele ficou cego por conta de uma pancada que sofreu na pescaria... Hoje está aposentado, melhorou nada, recebe 500 reais por mês de aposentadoria... todo mundo aqui em casa trabalha com pesca... faço rede, caçua, tresmalho, pego xaréu, sei fazer ratoeira para pegar guaiamum... o tresmalho de costa é puxado por dez homens, já cheguei a ajudar na batalha... a pesca em Baía Formosa era boa nos anos 80, aqui era cheio de avoador seco nessa rua em frente à igreja... hoje o povo é preguiçoso... Isa, pescadora.

Há um conflito entre as gerações dos mais velhos e os mais novos: o ponto nodal dessa conflitualidade é a prática da pesca local. Os pescadores mais idosos reclamam reiteradamente que há uma recusa dos mais jovens a engajarem na faina pesqueira. Iludidos com as promessas de um mundo farto e idílico divulgados pela TV e internet, após longas tentativas de se inserirem no mercado de trabalho formal, decepcionam-se. Numa sociedade de mercado, a competitividade no mercado de trabalho exclui os menos “preparados” para servirem ao capital (TAVARES, 2004; MELO, 2009) e, os filhos dos pescadores dificilmente conseguem obter sucesso nesse “paraíso”. Os filhos dos comunitários Tinho (trabalham em empresa de transportes, semiempregados) e Bambaú, entregues ao emprego no comércio e no serviço de limpeza pública enumeram bem essa realidade social, como enfatiza Moreira:

A verdadeira exclusão é aquela que se processa invisível, sem um inimigo à frente, mas que se consolida lentamente na medida em que nos encontramos incluídos nas formas de controle do capital, quer seja pelas novas relações sociais de produção, ou pelos valores consumistas que adentraram silenciosos as casas dos pobres, modificam costumes e desejos sob o encanto do que a sociedade pós-moderna pode nos oferecer (MOREIRA, 2009, p. 88).

Com isso, a introdução de novas práticas cotidianas, afastadas intencionalmente de tudo o que remeta à pequena pesca mercantil simples, os jovens

convivem com um paradoxo: ou passam a trabalhar em atividades aquém de suas expectativas, geralmente em atividades remuneradas de modo precarizado (MELO, 2009; TAVARES, 2004) ou são obrigados a trabalharem na pesca para garantir a sobrevivência de sua família, após longas tentativas em vão de inserir-se no mercado de trabalho formal, há muito em crise e pouco disposto a empregar (ALVES, 2000), a exemplo dos filhos da pescadora Isa, de Baía Formosa. Esse paradoxo não compreende uma “disfunção” da sociedade capitalista; pelo contrário, é condição necessária para seu desenvolvimento, uma vez que a natureza dialética das relações sociais de produção permite entender que os excluídos do mercado de trabalho são elemento intrínseco e condição irrefutável para a acumulação de riqueza (MOREIRA, 2009).

## 5.5 O espaço enobrecido

Neste tópico, pretende-se descrever analiticamente a reestruturação do espaço da residência dos pescadores nas duas comunidades aqui estudadas. Tem-se o cuidado metodológico de reconhecer que esses espaços de “usos e conveniências” (CERTEAU, 1997) possuem determinações históricas e sociais distintas. Os estudos de Gottdiener (2010) e Smith (2002) referem-se prioritariamente a fenômenos urbanos, no entanto, os “assentamentos” em Baía Formosa e Barra do Cunhaú representam ou mimetizam aspirações de *urbe*, tornando acessória a discussão acerca da polarização rural-urbano.

As novas configurações do espaço não podem ser enxergadas apenas sob o prisma de determinismo tecnológico, mas reflete uma relação dialética entre as práticas espaciais materiais no espaço propiciando a produção do mesmo e modificando as estratégias de reprodução social (LEFEBVRE, 2000). As configurações do espaço em Barra do Cunhaú depreenderam-se de forma radical, modificando a organização social e a prática da pescaria local. Sem dúvida, esse processo de desenvolvimento da comunidade costeira foi resultado da manifestação espacial do processo de acumulação.

O trecho norte de Barra do Cunhaú cresceu rapidamente em meados dos anos noventa. Hotéis, resorts e pousadas ocuparam o espaço que antes era ocupado pela vegetação nativa. Há uma avenida que dá acesso a esse trecho da praia, geralmente

usufruída por estrangeiros e brasileiros de classe média alta. Existe uma alta concentração de terrenos a ocupar, no entanto o alto valor de venda cobrado por imobiliárias locais ou de Natal inibe a venda imediata. O espaço assume o caráter de mercadoria, mero produto à venda, pois o espaço também é consumo – área de impacto de consumo coletivo (LEFEBVRE, 2000). O espaço enquanto mercadoria envolve ao mesmo tempo um objeto material e um processo complexo de relações sociais (GOTTDIENER, 2010). Vale pontuar que essa processualidade do espaço é parte de forças da produção e de suas relações e, é claro, da forma pela qual interagem as estruturas da sociedade.

Antigamente, a Barra (como é carinhosamente chamada pelos antigos moradores) tinha as casas muito simples... era maioria de palhoça, algumas eram de taipa e poucas eram de telha e alvenaria... até 1992, ainda havia casas de taipa aqui... Em 1986 a Escola Roberto Magalhães foi inaugurada, foi uma alegria só... foi a partir de 94 que a Barra começou a crescer, só tinha uma pousada aqui, a pousada de Humberto na Vila da Barra. Aí tudo começou a crescer e está como está hoje... As coisas aqui mudaram. Com a chegada dos hotéis, das pousadas de luxo e dos moradores estrangeiros, a Barra ficou dividida por duas comunidades que não se comunica. A gente conhece, se cumprimenta, mas não tem amizade. Sérgio Canoa, pescador, Barra do Cunhaú.

A história pessoal de Calafate é interessante para ser discutida aqui. Nasceu na Praia de Tambaú, em João Pessoa, na Paraíba, onde seus pais dedicavam-se à pescaria. Com o projeto de desenvolvimento da capital rumo à modernização, inaugurada pelo Governo de Argemiro de Figueiredo, os pescadores paraibanos foram relocados para bairros distantes da orla, que se elitizou. Com isso, Calafate e família desistem da vida na pescaria em João Pessoa e mudam-se para Baía Formosa.

Um tempo eu e minha mãe tivemos que sair de Tambaú porque lá tava difícil para morar e fomos viver num bairro distante da praia chamado São José... daí vim para cá... fui criado com uma avó e uma tia aqui em Baía Formosa, ela trabalhava como doméstica, ela faleceu há uns três anos... Calafate, pescador.

Processo semelhante ocorreu entre pescadores no município de Ipojuca, em Pernambuco, que tiveram de abandonar a orla de Suape e viver inquilinamente nos

terrenos cedidos pela rede de hotéis que compraram os terrenos (RAMALHO, 2006). Desse modo, os pescadores foram desalojados de seu espaço de produção, o que inviabilizou o processo de produção dos meios de existência.

É relevante discutir que o litoral de Barra do Cunhaú passa a ser cobiçado por esportistas de práticas náuticas. Todos os anos há campeonatos nacional e internacional de kitesurf, o que altera o cotidiano do lugar e gera insatisfações de pescadores, comerciantes locais e antigos moradores. Como relatam Dorinha e Seu Lelê:

A vida de pescadora é difícil, tem dia que não pesca nada, antigamente eu ficava no mangue a noite toda, agora é perigoso, tem notícia de crime, de drogas, é melhor evitar... agora mesmo está tendo esse campeonato de kitesurf, a gente não pode pescar porque eles impedem a nossa pesca de tarrafa, eles não estão nem aí, o prefeito assina tudo... eu prefiro viver aqui... Barra do Cunhaú é um povoado pacífico, tem muito barulho na época de veraneio, tem as trilhas, os passeios de barco, os nativos não vão assistir (o campeonato de kitesurf) porque ninguém entende... Dorinha, pescadora.

O banhista atrapalha nosso trabalho, porque agente pesca na beira do amor. Agora hoje a área que tá prejudicando nosso trabalho kitesurf, eles atrapalham, são ignorantes, não entendem nosso trabalho... Os brasileiros deveriam explicar mas não acontece nada kitesurf dominaram tudo... Seu Lelê, pescador de tarrafa.

A partir dos relatos acima, percebe-se claramente como o processo de transição de um modo de vida costeiro, cujas relações de espaço-tempo eram ordenadas pelo ritmo natural foi sendo modificada por sociabilidades vinculadas a valores modernos e citadinos como culto ao corpo através de práticas esportivas. Além do mais, a transposição de hábitos metropolitanos para demarcar o ritmo social de Barra do Cunhaú desembocou em conflitos e desentendimentos. As atividades esportivas descontextualizadas da rotina do lugar contribuem ainda mais à rejeição dos cunhauenses aos hábitos dos turistas. Estes não exploram o espaço de modo casual: estudam as vantagens de adquirir terrenos no lugar, constroem casas e pousadas e estruturam espaços simbólicos que coexistem com os pré-existentes, sem necessariamente se misturarem. Estabelece-se uma distinção entre turista e veranista, como observa Sérgio Canoa:

No meu tempo, no meu tempo, há trinta anos atrás, aqui era só visitado por veranistas, até hoje continua... não é como Pipa, é freqüentado, veranista tem sim, o turista vem e passa um dia, dois e o veranista passa temporada, o turista da Barra é diurno, ele não dorme aqui, ele entra e sai, tem turista que passa final de semana, tem turista que passa feriado, feriadão, passa o dia e vai embora, vem nos ônibus, fazem passeio no manguezal, almoça e vai embora... o turista aqui é esse... o veranista é quase um morador... conheço pessoas que vem aqui há mais de trinta e quarenta anos, o veranista é o seguinte: ele passa dois ou três meses praticamente morando então ele tem uma relação direta com o nativo, é tanto que as casa dos veranistas ficam aí aos cuidados dos moradores locais, deixam aqui uma pessoa cuidando é o caseiro e fica o inverno todinho... Sérgio Canoa, pescador.

As sociabilidades construídas entre veranistas e moradores locais transcendem à lógica do utilitarismo; elas são vetores de práticas de afetos e sentimentos comuns que sucumbem em laços de confiança no tocante ao cuidar da casa de veraneio enquanto o veranista retorna às atividades rotineiras na cidade. Acresce-se a isso o fato de a longa permanência dos veranistas possibilitar um estreitamento dos laços de vizinhança, muito embora a força motriz dessas relações seja o caráter de troca econômica ( zelo – espaço doméstico – remuneração ) que expurga qualquer otimismo idílico. Sem reservas e mesuras, a lógica do mercado e a máxima de não perder tempo nem dinheiro entrarão em ação para nunca mais saírem.

Com o enobrecimento do espaço – através de sua reestruturação de assentamentos, como diria Smith (2002) – foi fruto do processo que estimula a descoberta de Barra do Cunhaú como espaço rentável para o turismo. O turista, *par excellence*, é um indivíduo exigente, metucioso e carente de cuidados e bajulação. Antigas pousadas, munidas de redes, geladeira comum a todos os albergados, lençóis de algodão e, talvez, uma TV por quarto, não agrada mais as expectativas opulentas do mimado visitante. Em seu lugar, camas com colchão de qualidade superior, telas de acrílico de gosto duvidoso, TV a cabo, frigobar, ar condicionado e piscina – para o mimado turista ser fotografado e se afirmar como indivíduo distinto – passam a compor os novos espaços em Barra do Cunhaú. É na praia que as relações conflituosas entre turistas e pescadores se evidenciam: ocupam os espaços de pescaria para banhar-se, surfar e praticar algum esporte da moda, ignorando a presença dos pescadores. Assim, as representações de usufruto do espaço são contraditórias; compreendem signos e

significados, códigos que nem sempre são respeitados de parte a parte (LEFEBVRE, 2000). É o que aconteceu com Seu Lelê, que teve sua tarrafa destruída por uma prancha pilotada por um atleta de kitesurf.

Fenômeno social semelhante de enobrecimento do espaço vivencia Baía Formosa. Os restaurantes, pousadas e grandes hotéis ocupam o território que outrora era espaço destinado às casas de taipa de famílias de pescadores. Muitos deles afirmam que as políticas municipais estão bem mais preocupadas em estimular o turismo e a promoção do espaço praieiro como recurso natural disponível para usufruto dos turistas. Destituídos e desvalorizados enquanto sujeitos que produzem, os pescadores não percebem que são elemento central nas representações que os “de fora” elaboram a respeito do “paraíso praieiro”.

Como afirma Subirats (1989), a praia, o litoral, as embarcações, o sol escaldante e os pescadores desembarcando com o pescado fresquinho compõem uma heterogeneidade de imagens e significados como dados de uma experiência instantânea de mundo que expande-se para a experiência individual do turista como performatização da experiência de fruir da cultura no *hit et nunc*. Faz-se necessário sistematizar que esse aspecto social de enxergar os pescadores como sujeitos exóticos, perfeitos objetos de exposição sem a necessidade de estarem encarcerados em museus. A paisagem – e tudo o que a compõe – torna-se a mais nova mercadoria. É a espetacularização do modo de vida do outro. Como subproduto da circulação de mercadorias, o turismo enquanto prática coletiva suprime distâncias geográficas recolhendo, paradoxalmente, a distância do eu em relação ao exterior (DEBORD, 1997). Esse distanciamento estabelecido pelo turista é refratário das forças técnicas da economia e de condutas globais que articulam-se sob a lógica da separação tácita e próxima (SMITH, 2002; DEBORD, 1997; SASSEN, 2010), sensação enfatizada por Sérgio Canoa e Isa, ao reclamarem que os turistas pouco interagem com os moradores locais e o interesse pontual de fotografar (tudo, num instante momento!) e ser retratado como forma de afirmar a presença a si mesmo e aos outros. O urbanismo é a realização moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização de trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente reunido. A luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro descobre no urbanismo seu campo privilegiado (DEBORD, 1997, p. 170). O exotismo dos pescadores e seu atual estilo de vida seria o resultado do transbordamento das cidades pelos imperativos de consumo (DEBORD, 1997). Na

outra extremidade do processo, um número maior de jovens em Baía Formosa passam a trabalhar como bugueiros e, nos tempos livres, pescam:

Eu sou pescador mas trabalho também como bugueiro, eu mostro a beleza das praias para os turistas... eles ficam encantados com a beleza daqui... Eu pretendo montar minha própria loja de turismo, oferecer passeios, essas coisas... eu já tenho muitos clientes. Adelino, pescador.

A reestruturação do espaço remapeou territórios simbolicamente criados silenciosos em nome da convivência. Os mais antigos externam rejeição à presença dos estrangeiros devido à pouca interação social que estes estabelecem com os “nativos”. Estes estabelecem desde longa data em Barra do Cunhaú se diferenciam, ao que parece, pelo tipo de ocupação e classe social, o que objetiva no tratamento que os cunhauenses conferem aos novos moradores da área nobre como forasteiros, “outsiders” (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Ao contrário da análise de Elias e Scotson, os excluídos aqui são percebidos e se percebem pelo fato de serem os moradores antigos do lugar. Os moradores da área nobre, com alto poder aquisitivo, relacionam-se com o espaço dentro de uma lógica de consumo. Desse modo, a reestruturação do espaço em Barra do Cunhaú e Baía Formosa transformou radicalmente a dinâmica social e as alternativas concretas de reprodução social dos grupos costeiros. Com isso, a perda do território onde a produção da pesca se efetivava, em Barra do Cunhaú e o abandono dos mais jovens à cultura pesqueira em detrimento do trabalho precário (sem carteira assinada) de bugueiro resultam das transformações das práticas cotidianas frente ao enobrecimento e gentrificação do espaço (deslocamento de populações para espaços estranhos a ela) potencializou o quadro de vulnerabilidade social das comunidades costeiras em questão.

## 5.6 A consolidação das tecnologias no âmbito da pequena pesca mercantil simples

A forte pancada de ventos que atingiu o litoral de Baía Formosa e Barra do Cunhaú seria o prenúncio de que as mudanças que solapariam velhas certezas e que o conhecimento grupal, aprendido e apreendido remotamente, sofreriam um duro golpe que talvez jamais se recupere. Essa metáfora não se refere a questões de ordem meteorológica, mas se circunscrevem às transformações tecnológicas que viriam a ser implantadas – e estimuladas pelo Estado e à animada “sociedade civil” – no âmbito da produção pesqueira entre pescadores.

É relevante salientar que o desenvolvimento tecnológico no âmbito da produção da pesca no Nordeste brasileiro foi lento, alcançando o patamar de pesca industrial em poucos Estados: Bahia e Ceará, principalmente. No Rio Grande do Norte, a modalidade que prevalece é a de pequenos produtores de pesca distribuídos ao longo do extenso litoral e com baixa capacidade de acumulação de capital, devido à sanha presença de atravessadores e pombeiros. Sem dúvida, conforme será visto, devido às exigências do capital para se reproduzir infinitamente em busca do lucro, a consolidação de novas tecnologias como GPS, ecossonda e celulares munidos de internet já fazem parte do cotidiano da faina pesqueira em Baía Formosa e Barra do Cunhaú. Em decorrência disso, optou-se por renunciar à tipologia de pesca artesanal e seus derivativos conceituais, uma vez que o uso da jangada – dependendo unicamente da ação eólica para se movimentar – e do saber construído e constituído pela mestrança sinalizam, ou o seu fim ou a inevitabilidade que aquele fenômeno social ocorra em poucas décadas.

Vários autores concordam que a modernidade e seu processo de modernização solaparam ou até mesmo dissolveu antigas práticas sociais peculiares às sociedades relativamente isoladas dos grandes centros urbanos (GOTTDIENER, 2010; SASSEN, 2010; GIDDENS, 1997; IANNI, 1998; HARVEY, 2011; SANTOS, 2008). É discutível a aceitação sem critério referente à questão da dissolução dos antigos saberes, até porque o que pode ser observado em campo é uma fusão entre saberes tradicionais e o conhecimento abstrato e técnico (SANTOS, 2008; GIDDENS, 1997) sucumbindo no processo cultural de hibridação cujas estruturas se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas sociais cotidianas (CANCLINI, 2008). A organização social dessas novas estruturas, objetos e práticas sociais podem não ocorrer de modo

previamente planejado, característica própria do capital especulativo desse século que se inicia (SANTOS, 2008; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009; BRUSEKE, 2009; SANTOS, 2000). Condição inerente ao modo como foram introduzidas as novas tecnologias de informação (CASTELLS, 2011), pode-se sugerir que as tradições ainda não se foram totalmente e a modernidade não terminou de se acomodar nos neófitos territórios da pesca nordestina, parafraseando Martín Barbero (1997).

Conforme sistematiza Giddens (1997), nas sociedades pré-modernas as experiências cotidianas de espaço e tempo coincidem, justo porque as dimensões espaciais da vida social são dominadas pela *presença*, atividades fisicamente localizadas. Nesse contexto histórico específico, a vida social se comunicava com o meio natural praticamente sem mediação de meios ou objetos altamente tecnicizados, cuja natureza histórica seria justamente aquela que caracteriza-se por ser lugar de trabalho para todos os homens (SANTOS, 2008). Nessas sociedades, as experiências cotidianas dizem respeito às questões como o eu e à identidade, conquanto envolvem também uma série de mudanças e adaptações, recriando as práticas sociais de ocasião (GIDDENS, 1997).

Nas sociedades em contextos de modernidade, as experiências coletivas e as práticas sociais articulam-se no espaço-tempo reflexivamente (GIDDENS, 1997). A radicalização desse processo histórico sobrepõe a categoria espaço à temporalidade social, dando à espacialidade o estatuto de um fato da natureza – “naturalizado” – através de novos atributos cotidianos amparados pelas tecnologias de informação e entretenimento (CASTELLS, 2011; GIDDENS, 1997; GIDDENS, 1991). Essas transformações atendem aos interesses de uma elite intelectual, técnica e burocrática, cujo objetivo implícito é a aceitação das novas tecnologias como meios que possibilita “vida mais digna” e escondem, deliberadamente, que a naturalização do tempo e do espaço ocultam territórios de ambiguidade, contradição e luta (ou a necessidade dela). Ao percorrerem sobre suas vidas ligadas à pesca e a introdução de novas tecnologias, os pescadores se mostram animados com tais inovações e revelam que:

Quem se dedica à pesca vive hoje de forma mais fácil, o GPS facilitou muito, a tecnologia, tá tudo muito mais moderno, entende?... Mas as coisas não são tão fáceis assim não, a pesca tá difícil, só fica quem tem muita força de vontade... Quem afraça tá procurando outros meios, a pesca está complicada por conta do rendimento baixo, terminam indo para outras cidades... Calafate, pescador, Baía Formosa.

Sou profissional porque posso ensinar a qualquer um... o GPS ajuda, você se não se perde no mar... o barco tem que ter bússola! No mar aberto tudo é infinito... o barco tem que ter bússola sim... no mar aberto é o mar de interior tem três milhas para terra trinta milhas você avista a terra... em diante, não se vê mais terra, a não ser ilhas... o pescado é uma série de sobrevivência... se o mar não existisse, não teria vida... Eronildes, pescador, Baía Formosa.

A pesca melhorou bastante por conta do GPS... usar o aparelho é simples... todos se beneficiam, não há perda... o pescador é visto pela sociedade como um guerreiro, valente, corajoso, destemido, sei lá... enfrentar o mar não é todo mundo que tem coragem não... Branco, pescador, Baía Formosa.

Mediante as dificuldades concretas enfrentadas pelos pescadores de Baía Formosa e Barra do Cunhaú, é perfeitamente compreensível o fato de alguns deles enumerarem as vantagens objetivas alcançadas através do uso do GPS, celular e, mais tardiamente, a ecossonda. Com isso, cada modo particular de apreensão do espaço, incorporando um agregado singular de práticas cotidianas atreladas a objetos capazes de devassar as águas e identificar cardumes, reduzindo riscos reais de morte. O que surpreende nos discursos acima é a reinterpretação do espaço aquático como perigoso e traidor, o que torna imprescindível o uso e o manejo de tais aparelhos, quando, paradoxalmente, há menos de trinta anos atrás o uso do bote a pano causava menos medo entre os embarcados... No entanto, esse processo de mudança social via transformação das relações de produção dá-se de forma gradual, uma vez que necessita-se de investimentos de capital. Assim, há uma alternância ou coexistência de saberes técnicos e saberes apreendidos culturalmente, como enfatiza Badoque, pescador de Baía Formosa:

Mestre sabe manobrar o barco, só trabalho com gente que sabe... se não respeitar o mestre, ele tira o cara do grupo, o que o mestre disser está feito, o GPS é bom porque é isso, o meu quebrou, eu perdi os lugares que eu marquei com o aparelho... Mas eu sei me orientar pela terra, todo tipo de pescado a gente pega, garajuba, cioba, serra, cavala, de linha e rede... bota a isca para esperar o peixe, nylon de 140, 160... a rede... primeiro se escolhe o setor, arreia a rede, o setor que o peixe vai, por exemplo, se arreia a rede por volta das quatro da tarde e puxa ela por volta das dez da noite, aí se for bom arreia de novo...

A inserção do GPS, ecossonda e celular está imersa no contexto atual de modernidade, cuja derivação é a separação do tempo e do espaço e de suas recombinações permitem o zoneamento tempo-espacial com precisão no cotidiano das comunidades costeiras (GIDDENS, 1991). O GPS permitiu a identificação precisa da localização de zonas piscosas (pesqueiros), o que potencializou a capacidade de exploração do espaço e da predação de espécies nativas. O uso do celular entre embarcados reduziu as incertezas – mas não as eliminou – no âmbito da pesca e inaugurou – junto com o GPS e ecossonda – os mecanismos de desencaixe na faina pesqueira. Sendo assim, o desenvolvimento destes possibilitou a atividade social da pesca em contextos localizados, além de interligar as relações sociais através de longas distâncias espaço-temporais (GIDDENS, 1997; GIDDENS, 1991), modificando contornos e contextos, impondo novos mapas aos territórios (SANTOS, 2008). Desse modo:

Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por organismos distantes (GIDDENS, 1997, p. 74).

O risco e a incerteza compunham elementos indissociáveis à atividade da pesca (MALDONADO, 1993; KOTTAK, 1983; RAMALHO, 2006). Com o advento dos meios técnicos desenvolveu-se, no âmbito da pequena pesca comercial simples, um tipo de confiança cuja estratégia é reduzir riscos e otimizar vantagens. Essa confiabilidade relativa aos mecanismos de desencaixe é diferente, pois apóia-se em sistemas abstratos para se afirmarem (GIDDENS, 1991), em ambientes de risco, nos quais podem ser obtidos variáveis níveis de segurança.

A interligação das práticas sociais cotidianas com o mundo externo – via mecanismos de desencaixe – é o palco de um processo histórico social de vastas proporções, que abalou as configurações sociais e individuais em escala planetária (IANNI, 1998), consistindo num conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de conglomerados industriais, corporações financeiras para apropriar-se dos recursos naturais e culturais, do trabalho, do ócio e do dinheiro dos países pobres, subordinando-os à exploração do capital, denominado globalização (CANCLINI, 2008). A partir desse contexto histórico, deve-se pontuar que o domínio sistemático do espaço e do tempo

sociais é um elemento crucial na busca do lucro (HARVEY, 2011). Em contextos de globalização, as organizações modernas são capazes e habilitadas para conectarem o local e o global, afetando a vida de bilhões de pessoas (GIDDENS, 1991; SASSEN, 2010), efetivando-se por intermédio de envolvimento locais e interações fluidas à distância.

Uma das características dos espaços globais, segundo Santos (2008) é o recorte horizontal e vertical dos territórios socialmente apreendidos para produção social. As horizontalidades compreenderiam o espaço de produção da pesca, o porto de desembarque do pescado e beneficiamento dele; as verticalidades designariam os momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), cuja reação de mercado e a atuação de atravessadores reconfiguram essas leis de movimento. Nesse contexto de entrecruzamento de horizontalidades e verticalidades, o signo comum é o dinheiro e a mercadoria como linguagens comuns, que:

Fornecem uma base universal no capitalismo de mercado para ligar todos a um sistema idêntico de avaliação do mercado e, assim, promover a reprodução da vida social através de um sistema objetivo de ligação social (HARVEY, 2011, p. 100).

Faz-se fundamental discordar do entusiasmo de Canclini (2008) ao interpretar os processos globalizadores como protagonistas da interculturalidade e o caráter aleatório dos processos culturais, até porque os mercados mundiais de bens e serviços não têm como fulcro a preocupação ou o desenvolvimento de políticas locais inclusivas nas comunidades produtoras de bens e serviços. É necessário ainda frisar que o processo econômico globalizante segrega e reproduz novas formas de desigualdade e exclusão sociais.

Apropriando-se de uma inquietação de Harvey (2011), é possível discutir que se a capacidade de fragmentação na forma dinheiro é transformada numa característica da modernização capitalista, não é exagerado afirmar que as culturas costeiras – açambarcadas pela expansão irrestrita da monetarização da vida cotidiana – experimentaram essa característica inerente ao modo de acumulação capitalista que é o de estilhaçar-se, fragmentando tudo em seu interior? Acredito que sim.

Ser moderno para Canclini (2008) cabe várias características, dentre elas a emancipação e o expansionismo. A emancipação, segundo este autor, refere-se à

crescente racionalização da vida social, cujo baluarte é o individualismo; o expansionismo compreende o desenvolvimento tecnológico para atender às constantes transformações do processo sociocultural (Marx diria produtivo) das sociedades modernas. Com essas transformações atuando no campo ideológico, conjuntamente a ciência, a tecnologia (sua filha devassa) e a informação são a base e técnica da vida social atual (SANTOS, 2008), fenômeno social observável no cotidiano de Barra do Cunhaú e Baía Formosa:

Eu tinha uma catraia, comprei uma catraia por quinhentos cruzeiros, comprei a Luzivaldo através das minhas economias no trabalho da pesca. Era preocupação com o gelo, óleo e transporte do pescado... o nome da catraia era Paquita... por conta do programa infantil de TV. Calafate, pescador, Baía Formosa.

Com a chegada da TV mudou o modo de vestir. Hoje os jovens só querem saber de internet, e-mail, celular caro e não podem sequer comprar feijão para botar dentro de casa... Sérgio Canoa, pescador, Barra do Cunhaú.

Com a introdução de novas tecnologias comunicacionais – a primeira fase desse processo no campo da produção da pesca foi o uso da bússola – como TV e internet, segundo Canclini (2008) contribuem para a massificação das relações culturais e valores estéticos ditados por modas e apoiam a venda de produtos “modernos e eficientes”, nem que para isso o preço a pagar seja alto: renunciar à satisfação de necessidades básicas, como alimentar-se. O processo de unificação desses “novos valores” faz-se por intermédio de uma sociedade em rede (CASTELLS, 2011; SANTOS, 2008; HARVEY, 2011; IANNI, 1998). Como defende Santos:

A globalização é uma questão do “aqui”, que afeta até os aspectos mais íntimos de nossas vidas – ou, preferivelmente, está relacionada com elas de forma dialética. Na verdade, o que hoje em dia chamamos intimidade – e sua importância nas relações pessoais – foi criado em grande parte por influências globalizadoras (SANTOS, 2008, p. 118).

No entanto, essas influências globalizadoras são fruto de um estágio interno da organização do capitalismo, com isso, nem todos têm acesso aos bens de

consumo. Usufruir das benesses do desenvolvimento tecnológico requer muito mais do que vender a força de trabalho.

Naquele tempo pegava caminhão para levar peixe para Natal, muitas vezes o pessoal voltava com o peixe... muitas vezes vendia uma parte a outra não, colocava óleo com colorau, o peixe ficava novinho... mil voadores em cima do caminhão em cada fardo botava... A pesca era pelas estrela, pelo céu, naquele tempo era só orientação pelos planeta, o GPS agora ajuda muito, tem menos sofrimento... o mestre do bote ficou meio no meio da luta, o GPS marca os ponto, o ponto de pescar, as pedra... O mestre tem que continuar trabalhando, vai passar fome não... mas mudou muito... naquela época a comida era rapadura, farinha e sal para salgar o peixe e só... quando a gente não encontrava peixe fazia o fogo, botava a panela com água, punha a rapadura e farinha para fazer o mingau, a papa... Hoje em dia tá tudo na riqueza... a época mudou, o sistema do pescador mudou, no barco tem colchão, seu lençol para se agasalhar, tem celular, se aqui tiver um cardume de peixe, o GPS marca... antigamente quem marcava era a gente... o mestre hoje em dia é sabido por causa do GPS, ele marca tudo... Bambaú, pescador.

O principal conflito com a chegada do GPS e a ecossonda é que afetou profundamente o modo de organização social dos pescadores no âmbito da produção. O respeito, o segredo e a hierarquia pesqueira foram afetados na medida em que o mestre perdeu seu espaço de legitimidade entre os embarcados porque o saber foi expropriado dele. Quem sabe, legitima e dá ordens agora é o GPS, que sintetiza o que Weber (1993) tipifica como elemento constituinte da racionalidade moderna. Como fala este pescador:

Aqui em Formosa a maioria pesca embarcado, diferente de Cunhaú... O mestre é o que comanda a embarcação... O mestre fala onde arrear a rede, o lugar marcado (pedra, parede ou “taci”)... muita gente está sendo mestre, mas não é... o GPS é o mestre do barco agora... eu acho positivo isso... porque o pescador pode sair a hora que quiser... ele pesca no dia que quiser... ele não é mais submisso a ninguém... não se ganha dinheiro se não pescar, mas não é humilhado por ninguém... Branco, pescador.

Nesse sentido, percebe-se o quanto a organização social da pesca comercial foi prejudicada por conta do deslocamento de atribuições e papéis sociais relegados outrora à mestrança. O mestre, atualmente, resume-se a dar ordens e manter os embarcados coesos e unidos durante a pesca. Os anos tradicionalmente requeridos

para tornar-se mestre diminuíram francamente: “Ah... em apenas dois anos você se torna mestre agora... se tiver dinheiro para comprar um bote, então...”, disse-me um antigo pescador de Barra do Cunhaú. A liderança do mestre enquanto ser social era conferida e aceita, justo por conta do conhecimento prático que adquiriu durante longos anos de jornada no mar. Com isso, a penetração da lógica de mercado via inovações tecnológicas interligadas a práticas sociais cada vez mais individualizadas e racionalizadas esgarçam a cultura costeira, homogeneizando-as. Essa homogeneização fica evidente diante do quadro de fragmentação do trabalho e da vulnerabilidade social a que os pescadores locais estão submetidos.

Aos costeiros, resta apenas a condenação imposta pela lógica interna dos meios tecnológicos – aliando consumo e a eterna necessidade de estar *dentro* – que é a de manter-se atualizados:

Sou uma pessoa atualizada, hoje tenho celular com câmera, internet, mas para pescar prefiro o bote a vela.  
Adelino, pescador, Baía Formosa.

Difícil será determinar até quando o pescador Adelino conseguirá aliar ações e expectativas tão opostas num contexto atual de permanente inclusão abstrata dos meios e exclusão concreta daquilo que se produz: *o trabalho*.

## **5.8 Declínio da honra ligada à pesca e o processo de fragmentação do trabalho pesqueiro**

A categoria trabalho é a condição básica e fundamental de toda vida humana (ANTUNES, 2004), ao oferecer os meios necessários à reprodução social e garantir sentido à existência dela. A pesca é uma atividade produtiva que produz valor, na medida em que a relação que os pescadores estabelecem no meio é capaz não apenas possibilitar a reprodução social – mesmo que parcamente – como gera riqueza para pombeiros, atravessadores e comerciantes. Esse processo de acumulação de capital consolidou-se nas duas últimas décadas em Barra do Cunhaú e Baía Formosa,

principalmente com o advento de novas tecnologias, a reorganização da hierarquia na embarcação – redução da importância do mestre no bote – e a reestruturação urbana.

Desse modo, a honra pesqueira deve ser encarada como elemento possível para o entendimento do quesito da fragmentação do trabalho da pesca nas duas comunidades costeiras. De acordo com a pesquisa de campo empreendida, foi percebido que a honra ocupa espaço central nas relações entre trabalho, cultura costeira local e racionalidade econômica decorrente das relações estabelecidas no meio aquático. É no trabalho que a honra é processada e referendada em práticas sociais estabelecidas em contextos locais. Assim, a categoria honra pesqueira faz parte da cultura costeira entre os pescadores de Baía Formosa e Barra do Cunhaú. No entanto, com as precárias condições de trabalho e o reflexo na rejeição dos mais jovens em encarar a pesca enquanto meio produtivo elaborador de “identificação e papéis sociais” (PERRUSI, 2009), nos anos oitenta a noventa a honra pesqueira passa a ser encarada como dispositivo obsoleto e ultrapassado como base ideológica para constituir a faina pesqueira como vetor fundamental para a identificação subjetiva sobre si e sobre os membros do grupo tendo como resultado o sentimento e consciência de pertença ao grupo (PERRUSI, 2004). Sendo assim, a honra enquanto ideologia inerente às práticas sociais entre pescadores de Barra do Cunhaú e Baía Formosa atribui um conjunto de representações no qual revela um sistema de ideias e visões de mundo, amainada de conflitos e interesses díspares. A partir dos anos noventa, a honra entra em franco declínio, cuja consequência central é a perda da centralidade da pesca enquanto base econômica organizadora da dinâmica coletiva.

Os pescadores são unânimes ao dizer que os mais jovens não têm interesse em aprender a lide pesqueira. Esse fato afeta a identificação subjetiva sobre si mesmo, uma vez que vêem sua atividade relegada à segunda ordem de interesse e importância sociais. Xidieh (1993) assinala que nas sociedades orientadas por narrativas populares (sociedades rústicas) entram em contato com a sociedade urbanizada:

Aqueles sentimentos de igualdade e de equanimidade vão chocar-se com tudo quanto se dita através dos sistemas próprios da estrutura social urbana com seus grupos de status, papéis e funções diferenciados e hierarquizados (XIDIEH, 1993, p. 114).

A ruptura entre o sentimento de pertença e relações horizontalizadas são, sem dúvida, um sentimento partilhado coletivamente entre os costeiros. Os relatos de Bambaú, Isa, Navegantes, Sérgio Canoa e Badoque ilustram bem a decrescência do interesse dos mais jovens em aprender a lide pesqueira e os reflexos que isso acarreta no sentimento de pertença grupal. O trabalho árduo e honesto não é mais qualificativo capaz de gerar prestígio social e isso tem conseqüências pontuais. A queda do prestígio social da pesca coincide com as mudanças no espaço produtivo e da comunidade, conforme foi salientado anteriormente. Se há lugar para a honra, ela se circunscreve no âmbito individual e está depositada na memória dos mais velhos. Esse processo de mudança social fica evidente nas práticas sociais dos pescadores no cotidiano da pesca.

O mestre manda no pescador, ele pede para os camarada trabalhar, o mestre fica no leme fazendo as manobra, se o pescador for inteligente pode ir pescar só, mas fica à toa, com o mestre é outra coisa... Navegantes, pescadora.

A pedra é também chamada de cabeça, é onde se esconde o peixe, é segredo de quem descobre... assim se você é cabra bom... Se eu acho uma coisa, uma pedra cheia de peixe, tem uns que saem, disfarçam... Badoque, pescador.

A gente chega do mar, dá o peixe a quem está doente e não pode trabalhar... tem pesca que a gente dá todo o pescado... você não vê isso em outras profissões... Eronildes, pescador.

O pescador pode sair a hora que quiser... ele pesca no dia que quiser... ele não é mais submisso a ninguém... não se ganha dinheiro se não pescar, mas não é humilhado por ninguém... se não for trabalho, os colegas, amigos, parentes se ajudam... (...) Alguns pescadores são muito solidário, às vezes acontece de um barco quebrar, no mar eles ligam através de um celular e outros que estão na costa vão ajudar... Branco, pescador.

Evidente até os anos oitenta e hoje representando apenas “manifestações pontuais”, as tradicionais relações de troca eram desenvolvidas em nome da apropriação do produto do trabalho da pesca. Essas formas tradicionais de relações de mercado constituíam-se numa complexa rede de mecanismos de subordinação e reprodução social dos pescadores. E havia as estratégias de burla aos atravessadores. Dorinha, pescadora de Barra do Cunhaú, ao se negar a vender seu pescado ao pombeiro e levar

diretamente a casa dos clientes em Canguaretama é um exemplo de resistência ao modelo de submissão econômica e dependência da figura do atravessador.

O mercado é resultado da divisão social do trabalho. Sendo assim, as relações de troca refletem os valores, as crenças e as expectativas vigentes na organização social da pesca. Desse modo, as estruturas de mercado informam determinados mecanismos de reprodução social. A organização social da pesca em Baía Formosa está estruturada num modelo produtivo mais ou menos especializado em relação à Barra do Cunhaú. Esse fato decorre da maior demanda de pescado e o tipo de litoral e condições ecológicas disponíveis em termos locais. As relações econômicas estabelecidas ao mercado externo determinam a dinâmica das relações sociais. Adicionado a isso, transporte, armazenamento e oscilações de preço no mercado constituem elemento de subordinação dos pescadores no interior desse processo.

As relações de produção são decorrentes de sujeitos concretos – o ser social – em práticas cotidianas e personalizadas que, ao longo de seu desenvolvimento, não questiona nem contraria a racionalidade econômica capitalista. As relações de troca tradicionais – no caso de Barra do Cunhaú e Baía Formosa – objetivadas através de prestações e contraprestações coexistiam e coexistem inseridas nas práticas modernas de circulação, tal como as subsidiam. Britto (1999) também encontrou nas relações de troca tradicionais de ajuda e agrado entre pescadores do litoral de Arraial do Cabo, o mecanismo de solidariedade entre parentes, vizinhos e amigos, servindo de dívida simbólica entre os envolvidos. A essa peculiaridade da natureza das prestações e contraprestações, Mauss (2001) denominou como fenômeno agonístico, uma vez que, ao não exigir retorno, deixa implícita a obrigação moral de retribuir. Assim, há um dever moral de retribuir a ajuda e o agrado, favorecendo a coesão grupo dentro de uma totalidade social.

Nas relações de troca na pesca em termos de mercado, essa relação se estabelece dentro de regras explícitas de obrigações mutuamente referidas, onde nenhuma parte – ou pelo menos aparentemente – é livre para romper os laços de engajamento sem que comprometa as próprias relações pessoais. Sem dúvida, esse mecanismo permite manter relações de subordinação de produção para o mercado. Como é presumível numa relação desigual, os atravessadores e pombeiros são autônomos para determinar os valores de troca, além de concederem empréstimos e auxílio, transfigurando essas relações como extensões de relações familiares, compadrio, num *continuum* histórico de reprodução social. Sob a óptica dos pescadores

envolvidos nessa relação social de subordinação, a própria relação desigual de crédito consubstancia-se como favor ou presente.

É oportuno frisar que é conveniente para os pescadores estabelecerem ou até mesmo estimularem este tipo de relação de troca com atravessadores e pombeiros. Faz-se inevitável porque reduz incertezas da atividade pesqueira face à imprevisibilidade das condições concretas de reprodução social.

Entretanto, nesse sistema, a manipulação dos preços e a contração da dívida (...) constituem mecanismos contraditórios e inerentes ao processo de apropriação do produto (...). Aquele (comerciante) que mais doa e concede é também aquele que mais se apropria do produto, através do achatamento dos preços; por outro lado, a manipulação dos preços permite converter parte da transação em dádiva sem, contudo, comprometer o lucro (BRITTO, 1999, p. 132).

Nem sempre estas relações são desencadeadas de modo explícito. No mais das vezes, o caráter interessado – ou até mesmo instrumental – entre pescadores e negociantes é subjacente e amainado sob o manto das relações de agrado e cordialidade, por razões já elencadas aqui. Numa tarde, em Baía Formosa, um pescador com 50 anos de idade e mais de trinta anos de pesca, me contou que estava cansado da injusta exploração dos atravessadores e pombeiros e que isso era a razão central pela qual grande parte dos pescadores vive em condições precárias de reprodução social. Assim, a organização social dos pescadores e a circulação do produto é efetivado por uma rede de intermediários que controla o fluxo comercial da produção pesqueira, fenômeno documentado em outras pesquisas socioantropológicas (DIEGUES, 1983; FORMAN, 1970; RAMALHO, 2006; BRITTO, 1999).

As relações de troca-dádiva entre os pescadores de Barra do Cunhaú e Baía Formosa informam que estão intrinsecamente ligadas à honra: orgulho de saber que pode ajudar e ser ajudado por outrem e o sentimento de honradez que subjaz essas práticas sociais. No estudo das trocas-dádivas entre os polinésios, Mauss (2001) explicita que as trocas econômicas são orientadas por racionalidades diversas. No caso aqui em questão, percebe-se que o declínio da honra está estreitamente ligado à lógica de acumulação capitalista, que transforma cada pescador em um ser social responsável pelo próprio destino, independentemente do grupo. Como o caso contado pelo pescador Branco, de Baía Formosa, que adoeceu e não pode ir pescar. Diferentemente do que

costumeiramente acontecia, não recebeu ajuda de nenhum pescador embarcado na ocasião. Esse caso não foi isolado e demonstra que a camaradagem – mecanismo social de ajustamento e sentimento grupal – cada vez mais fica distante do horizonte. A realização de si na pesca não pode ser tomada meramente sob o aspecto individual, uma vez que a prática pesqueira costumeiramente remete à ideia de coletividade (ROBBEN, 1989; DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2006). A realização de si está estritamente ligada à atividade que produz (PERRUSI, 2009). Segundo este mesmo autor, a vocação enquanto mediação entre identidade e papel social realiza-se no trabalho. Esse trabalho, produtor de sentido, é erigido sob a ética do labor, o cuidar de si e dos outros. Os pescadores Branco e Badoque perceberam a ruptura dessa lógica solidária no âmbito da pequena pesca em Baía Formosa. Se a felicidade é uma realização de si, não pode ser encontrada na atividade laboral. Convém salientar que esse fim é uma impossibilidade na sociedade capitalista, cuja finalidade é o lucro (ANTUNES, 2009; PADILHA, 2000).

O capital para se reproduzir necessita de novos meios produtivos. O desenvolvimento dos meios produtivos (cada vez mais técnicos) exige o franco apagamento do passado e de tudo o que é visto como atrasado. Questões como saber local, modos de vida alternativos à lógica hegemônica de acumulação de capital e a sobrevivência da memória coletiva dos pescadores – o que foram, o que produziram, o que serão – são relegados a um patamar de inferioridade social. Sem prestígio social, os pescadores mais jovens são instados a apagar todo e qualquer mecanismo que tenha como pressuposto a relação de solidariedade grupal.

Isolados, presos cada vez mais a uma pesca apartada e alienada – os pescadores passam a produzir cada vez mais isolados e sem orientação – apesar de tantas tecnologias e orientação técnica, os pescadores permanecem sem referências sociais, ou como diz Perrusi (2009, p. 113), “julgando o mundo por si e de si mesmo”. A racionalidade técnica emerge como um novo paradigma na pesca: a radicalização da liberdade individual mediante seus recursos, competências e aptidões cognitivas (BRUSEKE, 2010; PERRUSI, 2009). A preponderância de uma racionalidade técnica no âmbito da produção pesqueira e orientadora das práticas sociais entre costeiros acentua seu vigor sobre o mundo da vida. Segundo Bruseke (2010), no processo histórico moderno predomina uma racionalidade de fins e uma de valores que dão sustentação às necessidades econômicas de busca do lucro.

Atitudes competitivas como ocultar a localização de pesqueiros, cortar intencionalmente as redes de arrasto de outros pescadores e a recusa de ajudar um companheiro enfermo eclodem ou torna visível a fragmentação da existência e dos valores no âmbito pesqueiro local. Essa fragmentação dá-se por conta da busca do indivíduo de obter sucesso independentemente de outros “camaradas” e, assim, “vencer na vida” (PERRUSI, 2009, p. 114). Com isso, esse pescador:

Tenta cotidianamente construir a si mesmo. Agora, a identidade é uma construção individual, isto é, responsabilidade do indivíduo. O destino é uma construção idiossincrática: não tem raiz no passado, nem aponta para o futuro, firma-se no presente, aqui e agora (PERRUSI, 2009, p. 114).

É possível afirmar que essas práticas sociais embotadas no nucleamento da responsabilidade no indivíduo, sua constituição e construção de si alheia às necessidades e expectativas grupais são fruto da inserção dele no mundo impessoal da sociedade de mercado. É uma tentativa vã de engajar-se para se tornar um “bem sucedido pescador”, misto de coletor e negociante. Não contribuir com outros passa a ser um imperativo para obter vantagem e resultar em lucro. Pode nem sequer resultar em lucro, mas causa satisfação de saber que pode suceder ou prescindir de ajudar e ser ajudado por outros. Essa nova conduta, em contextos atuais, difere-se da racionalidade econômica que era vigente historicamente nesses espaços produtivos – sistema de hierarquia pouco estratificada, cooperação entre embarcados, baixa acumulação de capital, produção familiar e sistema de parentela – nega o modo de vida e seus dispositivos para orientar as práticas sociais cotidianas (ROBBEN, 1989).

Essa atitude “individualizada” e “racionalizante”, sem dúvida, negam ou põem em cheque um legado tradicional constituído que é a posse e usufruto dos espaços naturais (DIEGUES, 2004). Os sistemas locais de manejo dos recursos e sua respectiva apropriação – objeto de trabalho e criador de sentidos – passam a ser esquadrihados pelos objetos que compõem a modernidade técnica (BRUSEKE, 2009). Nessa perspectiva, Britto (1999) propõe uma distinção entre pescaria e negócio, instâncias que se polarizam e a primeira está submetida à segunda por conta das injunções do sistema de mercado.

A embarcação e seus custos – cada vez mais elevados – estão submetidos ao capital oriundo dos atravessadores e comerciantes. Assim, quase toda a produção da pesca está compulsoriamente vendida ao atravessador que investe na manutenção e conservação do “bote”. Daí, o atravessador revende o pescado com valor considerável de lucro. Aos pescadores, fragilizados historicamente em termos políticos, resta respeitar o contrato entre mestre e intermediário e obedecer. Caso questione, será substituído por outro camarada que esteja disposto a se submeter a tais condições desfavoráveis de trabalho. Nesse sentido, a submissão ao capital uniformiza todos os que produzem, como afirma Marx, seja pescador ou trabalhador assalariado. A submissão e fragmentação do pescador enquanto categoria social que produz está ligado às relações de circulação do modo de produção capitalista, elemento analítico encontrado em outras pesquisas sobre pesca brasileira (DIEGUES, 1983; TEIXEIRA, 1990).

Ao estudar a pesca artesanal no litoral catarinense, Teixeira (1990) analisa o processo de proletarização da pesca como fenômeno amplo, explícito não apenas na subordinação comercial, mas também em outras esferas como o turismo e a especulação imobiliária. Entende-se, segundo esse autor, como proletarização da pesca o extermínio ou conversão dessa atividade produtiva numa esfera econômica secundária e, em seu lugar, o aparecimento ou consolidação da pesca em molde industrial (TEIXEIRA, 1990).

Todavia, explicar a dinâmica do processo de relações sociais de produção e acumulação de capital na pequena pesca comercial simples em Baía Formosa e Barra do Cunhaú, em termos de proletarização, seria um equívoco conceitual. A produção pesqueira nas duas comunidades costeiras não alcançaram uma produção de pescado em escala industrial ou mesmo gerou interesse de investimento de capital externo nessa área. Em seu lugar, a proposta é a de que esse processo social seja compreendido como resultante numa crescente fragmentação do trabalho pesqueiro local, objetivando no esgarçamento da organização social da pesca e que reflète necessariamente na perda de prestígio social da honra enquanto elemento de identificação subjetiva de “ser pescador” e suas relações cotidianas com o grupo a que pertence. A pescaria, assim, passa a ser uma atividade produtiva secundária, no entanto criadora de riqueza, que não estimula a honra pesqueira, base ideológica fundamental para a coesão dos grupos sociais envolvidos na lide pesqueira.

## **5.8 Pescadores e as Colônias de Pescadores: dificuldade de politização e ambiguidade social**

Os pescadores que usufruem e apropriam-se dos mais diferentes ecossistemas no Brasil são representados politicamente pela atuação das Colônias de Pescadores. A atuação das Colônias de Pescadores remonta a meados do século XIX, cujos pescadores – em sua maioria, pescadores lavradores – se submeteram a legislação, políticas e formas de controle municipais. Somente em 1840 as primeiras legislações de alcance nacional são elaboradas para o setor pesqueiro, propostos pelo Estado Nacional. Essas legislações sinalizavam mudança significativa, que implicará num amordaçamento dos pescadores no tocante a sua luta por direitos trabalhista, logo, sociais.

Os pescadores e marisqueiras de Barra do Cunhaú estão representados ploticamente pela Colônia de Pescadores Z 6 de Canguaretama. Ela foi fundada a 17 de novembro de 1916, período em que o Governo Brasileiro sistematizou e normalizou a atividade pesqueira através da Missão José Bonifácio. Essa missão, nos anos vinte, apresenta-se fortemente marcada pelo liberalismo econômico da oligarquia agrária (SILVA, 1992). A Colônia de Pescadores de Canguaretama assiste aos pescadores, marisqueiras e agricultores locais, o que reflete inevitavelmente na confusão teórico-prática em determinar se a pesca é uma atividade agrícola ou de coleta. Não obstante, essa ambigüidade adicionada à componentes político-ideológicos, muitos trabalhos socioantropológicos nos anos sessenta vão analisar as dinâmicas sociais entre culturas costeiras como sendo agrícola ou camponesa, como o caso de Forman (1970).

Em 2010, durante as várias semanas que visitei a Colônia de Pescadores de Canguaretama, tive a oportunidade de conversar com Piola, presidente da Colônia. É um homem de meia idade, fala eloquentemente e não impôs nenhuma condição para a realização da entrevista. As condições físicas da Colônia de Pescadores são precárias: a associação está baseada numa casa construída para finalidade doméstica, com pouquíssimos móveis, ausência de máquina de datilografia, quiçá computador. Tem apenas três cadeiras para acomodar os associados. Nos vários dias em que fui à Colônia, muitos pescadores tiveram de esperar em pé para serem atendidos. Segundo Piola, a finalidade da Colônia de Pescadores é:

Promover benefícios para seus associados, discutir em razão da classe, procurar direitos para os membros e associados, ajudar na aposentadoria para o pescador, salário maternidade para mulheres e filhos, essas coisas, é por aí... Piola, presidente da Colônia de Pescadores de Canguaretama.

Piola preside a Colônia desde o dia 14 de março de 2003. Segundo ele, noventa por cento da população de Canguaretama depende direta ou indiretamente da pesca. Em 2010, cerca de 685 pescadores estavam associados, sendo que 70% desse contingente corresponde a pessoas do gênero masculino. A mensalidade é de oito reais.

Piola é natural de Maxaranguape, município potiguar. Há anos mora em Canguaretama e dedica-se à pesca desde a adolescência. Segundo ele, a principal problemática social entre os pescadores é o analfabetismo que impede a eficácia de projetos sociais que a Colônia possibilita e fomenta. Ainda, o número de pessoas envolvidas cotidianamente com a lide pesqueira é superior a 1.500 pescadores, no entanto, parte deles não se inscreve na Colônia por conta do pagamento da mensalidade ou por falta de interesse. Desde 2004, a fiscalização do Governo e os recadastramentos anuais fizeram com que o número de pescadores beneficiados pelo Seguro Defeso – época de reprodução das espécies – diminuísse drasticamente. Em 2003, 249 pescadores foram beneficiados pelo Seguro Defeso; em 2007, por exemplo, esse número decaiu para 149. Com a fiscalização, foi descoberto que parte dos inscritos não eram pescadores. Seu Bezerril, pescador de linha de Barra do Cunhaú, assim fala:

Eu não pertencço à Colônia, disseram que era cara para se “escrever” lá, me assustaram, desisti. Muitos deles não colocam a rede na água e recebem dinheiro do governo... eu sou pescador e não tenho como pagar um centavo para Colônia...

Situação que gerou muita imprecisão no que concerne a quem pesca ou não. Muitos acusam a Colônia de Pescadores de negligência e arbitrariedade nos relatórios enviados ao Governo Federal, que sucumbiu no prejuízo a Seu Lelê, pescador de tarrafa de Barra do Cunhaú:

Eu tenho a carteira de colônia, mas há quatro anos não recebo o seguro defeso. Gerou muita confusão depois que descobriram venda de carteira em Barra do Cunhaú

e Formosa. Muitos pescadores tem a documentação completa, mas não dá para viver da pesca...

O sentimento de insatisfação não está limitado aos pescadores de Barra do Cunhaú. Os costeiros de Baía Formosa reclamam da pouca representatividade política da Colônia de Pescadores local e a interferência – pouco eficaz e com interesses meramente eleitoreiros – de secretarias municipais no planejamento de políticas que não levam em consideração as necessidades e interesses daqueles que produzem: os pescadores. Como afirma, indignado, Bambaú:

Hoje em dia toda vila tem secretaria de pesca, ela dava uma mixaria para os pescadores, muitos lucraram com isso sabe? Existia secretaria de pesca que era só para comerem, entende, né?

A Colônia de Pescadores Z 11 João Tomé da Silva representa os pescadores de Baía Formosa. Foi fundada a 27 de abril de 1949. Devido a uma enchente ocorrida anos atrás em Baía Formosa, praticamente todos os documentos foram destruídos pela ação da água. Segundo dados de 2010, cerca de 764 pescadores inscritos do gênero masculino e 664 mulheres, que dedicam-se à captura de caranguejo e marisco nos manguezais, coleta de algas ou na filetagem de camarão (retira da carne). Em Baía Formosa, o Seguro Defeso vai de dezembro a maio e refere-se à captura de lagosta. Entre 2010 e 2011, 70 pescadores foram assistidos pelo Seguro; 2009 e 2010, 115; 2008, 200. Ocorreu em Baía Formosa o mesmo que em Canguaretama: o rigor do Estado fez com que diminuísse o número de pescadores assistidos pelo seguro. A mensalidade da Colônia em 2010 custava 9,30 (nove reais e trinta centavos).

Historicamente, as Colônias de Pescadores tiveram sua atuação política limitada a conceder carteiras de pescadores, seguridade social e exercer função de intermediária entre sociedade e Governo Federal. Sua atuação no sentido de conquistar direitos e reivindicar exigências reclamadas por pescadores é diluída pelo fato de os pescadores não poderem se organizar sindicalmente. Essa relação indolente entre as Colônias de Pescadores tem determinações históricas e somente se explica a partir do entendimento da criação delas. As Colônias de Pescadores sempre sofreram intervenções do Estado – lembrando que elas foram uma criação dele – que se regulamentou em 1919 com a Missão do Cruzador José Bonifácio (SILVA, 1992). A

Convenção de Haia, em 1882, defende a ideia de que os países marítimos defendam seu litoral, afetando diretamente a prática pesqueira. A partir da criação da Missão, estabelece-se uma relação ambígua e contraditória. Impedidos de se sindicalizarem, os pescadores recebem a missão de proteger as águas marítimas brasileiras, munidos de bote – quiçá jangada – e remos. De 1919 a 1923, cerca de 800 Colônias de Pescadores foram criadas no país.

Em parte, essa missão é bem sucedida devido às políticas assistencialistas das Colônias de Pescadores, orquestradas habilmente pelo Estado. Em 1950 o órgão regulatório das práticas de pesca passa a ser a Confederação Nacional dos Pescadores, reproduzindo o mesmo tom assistencialista em suas políticas sociais.

Nesse contexto histórico, o que fica flagrante é a indefinição da cidadania dos pescadores, que sucumbira num franco processo de fragmentação social de sua atividade e a emergência de um quadro preocupante de vulnerabilidade social. A cidadania é um direito dos indivíduos, implicando direitos civis, políticos e sociais; ela é ambígua, no caso aqui abordado, na vida social dos pescadores porque o Estado nega direitos e concede medidas paliativas como Seguro Defeso, cuja preocupação primeva é a proteção das espécies aquáticas, tendência atual da ideologia ecológica. Com isso, a cidadania como princípio de igualdade é uma falácia, uma vez que não atende às necessidades sociais dos diversos segmentos da sociedade. É importante afirmar que numa sociedade de mercado, o que lhe caracteriza como lógica interna é a desigualdade social de direitos.

A implantação e regulamentação da atividade pesqueira fora um projeto de modernização do setor que fracassou, uma vez que nunca levou em conta a singularidade cultural e relações de troca dentro de um sistema de prestações e contraprestações, favores e agrados específicas entre comunidades costeiras (MALDONADO, 1993; BRETON, 1981). Por absorver as contradições das práticas intervencionistas do Estado serem administradas por burocratas que raramente dedicaram-se à pesca, as Colônias de Pescadores sempre se caracterizaram pela atitude “assistencialista-paternalista e burocrática, auxiliando os pescadores apenas na regularização dos seus registros e licenças” (SILVA, 2004, p. 63), contradição apontada com precisão por Bambaú.

Nos anos 60 é criada a SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) que passa a ser gerenciador das ações governamentais relativas ao setor defendidos pelo Estado, que divide a produção pesqueira em dois níveis: artesanal e

industrial, alargando as dificuldades de acesso à cidadania subsumindo a pesca a padrões de entendimento meramente técnico-capitalistas.

O FUNRURAL e o PES CART – o último rapidamente extinto -, uma década depois, assegura aos pescadores alguns direitos sociais, entre eles a não exigência da regulamentação formal do trabalho, o que dá a este programa o caráter mais amplo de universalização dos direitos sociais (MORORO SILVA, 1993). Entre as desvantagens do FUNRURAL, Silva (2004) aponta que:

Ele impedia que os pescadores se matriculassem como autônomos junto ao INPS – o que lhes era facultado anteriormente – inviabilizando o modo de vida de muitos deles e particularmente daqueles que se vincularam às sociedades de comercialização do pescado (SILVA, 2004, p. 68).

Em meados dos anos 70, eclode movimentos de reivindicação para conquistas sociais amparados pela Pastoral da Pesca em setores progressistas da Igreja. Nos anos 80, segundo Silva (2004), ela já atendia a 25 colônias nas Alagoas. A principal conquista da Pastoral foi a ampliação espacial das lutas cujas conquistas foram o direito dos pescadores de representarem a classe nas Colônias de Pescadores e nas Confederações e a criação da Constituinte da Pesca, em 1985.

Salvaguardando as conquistas, o problema social enfrentado pelos pescadores perpassa pela natureza das relações de produção e isso incidiu no modo como são organizados politicamente, uma vez que “as divergências (...) em torno das colônias e dos sindicatos é a própria diversidade da produção nacional e de seu meio natural” (SILVA, 2004, p. 72).

Em contextos atuais, pode-se sugerir que a mobilização política das Colônias de Pescadores de Canguaretama e Baía Formosa é pífia, por que não dizer nulas. Reféns do Seguro Defeso e na missão de emitir carteiras de pescadores, elas ficam amordaçadas e indolentes mediante o quadro social fragmentado vivenciado pelos pescadores, gerando comodismo, como vê-se na fala de Seu Tinho:

O trabalho da pesca é valorizado, até o banco financia dinheiro, uns paga, outros não paga, se pagar a Colônia em dia, a aposentadoria é a coisa mais fácil do mundo...

O Seguro Defeso é um benefício destinado ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de parentela, durante o período de proibição de pesca para a preservação de espécies. O seguro é garantido ao pescador, cujo pagamento pode ser efetuado até 120 dias após a proibição, o que é um contrasenso. O Ministério de Pesca e Aquicultura requer, para o beneficiamento do Seguro Defeso, algumas exigências, quais sejam, o pescador Possuir registro como pescador profissional devidamente atualizado no Registro Geral da Pesca (RGP) como pescador profissional, classificado na categoria artesanal, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso; Possuir inscrição no INSS como segurado especial; Possuir comprovação de venda do pescado a adquirente pessoa jurídica ou cooperativa, no período correspondente aos últimos 12 meses que antecederam ao início do defeso; Não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, ou da Assistência Social exceto Auxílio Acidente ou Pensão por Morte; Comprovar o exercício profissional da atividade de pesca artesanal objeto do defeso e que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; Não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho ou outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. O valor do Seguro Defeso é de um salário mínimo (MPA, 2012).

Em troca de parques “benefícios” oferecidos pelo Estado, os pescadores locais não reconhecem que a conquista dos direitos sociais não é um favor do Estado, mas dever dele. Para ilustrar o grau de fragmentação política e de sua respectiva representatividade de “figurino”, nas duas comunidades costeiras há as Associação de Pescadores. A Associação de Pescadores de Baía Formosa foi criada no início dos anos 2000. Ela conseguiu pelo Banco do Nordeste o financiamento de redes, conserto de botes e refrigeradores. Atualmente está desativada e segundo pescadores locais nada de efetivo foi feito em prol deles. Em Barra do Cunhaú também foi criada uma Associação de Pescadores por conta das freqüentes reclamações – assim dizem os pescadores – a respeito da negligência da Colônia de Pescadores de Canguaretama. A causa, segundo cunhauenses, é política. O candidato apoiado pela associação perdeu as eleições municipais e pouco votado na comunidade. Os pescadores acusam de esquecimento por parte das políticas municipais em benefício da comunidade. Em suma, as dinâmicas que animam essas associações transcendem às lutas inerentes ao interesse da classe dos pescadores: elas parecem ter motivação de troca de favores políticos, o que somente

solapa qualquer possibilidade de luta em prol das conquistas e satisfações de necessidades sociais e políticas.

### **5.9 A experiência dos mais velhos e o tempo presente: elementos para a compreensão da vulnerabilidade social dos pescadores de Barra do Cunhaú e Baía Formosa**

O que vocês são, nós fomos. O que somos, vocês serão.

Norbert Elias.

Em minhas leituras de adolescente, li num provocante livro inglês, um excerto de Charles Dickens que dizia basicamente assim: “Há cordas no coração que melhor seria não fazê-las vibrar...”. Até hoje carrego comigo esse sábio ensinamento e, ao longo do período em que estive em campo, muitos interlocutores, ao falarem de seu passado, do passado do seu grupo, olhavam calmamente para o mar, respiravam fundo, sorriam meio atabalhoadamente. A partir da timidez e reserva iniciais, desatavam a narrar as mais distantes lembranças, fatos que algumas vezes somente ele havia como testemunha. Essas lembranças provocaram um tipo específico de dor social que ocorre quando se entra em si mesmo, está-se dialogando com outros indivíduos, não mais presentes materialmente (BOSI, 1994). Essas histórias compõem um mosaico completo – e incompleto – que é resultante dos laços que foram nutridos e tecidos entre familiares, vizinhos, camaradas, escolares e de indivíduos que vimos apenas uma vez e que algo de experiente deixou. E de nós, certamente, algo levou. A memória social fortalece os grupos, são as vigas construídas no passado, compõem o presente e prenunciam o vir-a-ser. Ela se articula, acresce, unifica, estabelece diferenças, corrige-se equívocos e apascenta certezas.

Interpretando a obra de Marcel Proust, Benjamin se detivera num instante a respeito do acontecimento vivido, sua finitude; todavia, o acontecimento, por mais tempo tenha passado, é ilimitado, pois é a chave para a compreensão de tudo o que vem antes e depois.

As lembranças e o conjunto delas oferecem a constatação de que o tempo pode dividi-las, nunca anulá-las. Para Bosi (1994) a infância tem sua amplitude, riqueza de detalhes e a incapacidade de entender o nexos que une e junte as coisas; na fase madura, o tempo é sentido e apreendido em amplitude maior, embora a sucessão das horas e a narrativa ceifada pelos acontecimentos veiculados pelos *media* parcela em muitas prestações a possibilidade de diálogo. Ainda segundo Benjamin (1994), na sociedade moderna a narrativa perde o vigor e, em seu lugar, a informação sem vivência veiculadas pelos meios de comunicação passam a dar a tônica do que deve ou não ser experimentado, contado... vivido.

A memória social do cotidiano dos moradores de Baía Formosa e Barra do Cunhaú ofereceu-me uma riqueza analítica sem igual: a sucessão da vida social é compartimentada por pontos de afetos, acontecimentos marcantes e possibilidades frustradas que disponibilizam o possível entendimento das relações sociais imersas no mundo da vida. A memória social não apresenta os fatos de modo linear: obedecem à lógica e o sentimento daqueles que viveram e experimentaram. Seja o olhar de Tinho, ainda criança, observando o pai cortando cada tábuas laboriosamente para construir o bote; a proibição da extração da madeira da mata e as possíveis queixas de seu pai; o sofrimento de Bambaú para se deslocar até Canguaretama pelas estradas enlameadas de barro e as desventuras amorosas até encontrar um porto seguro com sua atual esposa; as condições extremas de trabalho porfiadas por Bambaú “quando eu ia tirar a água no barril era um cuidado só eu pegava uma camisa que eu tinha e lavava o rosto e pegava e molhava de água doce para dormir em cima do bloco de cimento de cinquenta quilos”; a alegria de Calafate ao comprar a primeira catraia e a dor pela morte de dois amigos pescadores numa jornada de pesca; a fortaleza de Isa ao cuidar de um lar com todos os filhos desempregados; a cumplicidade de Navegantes com o (agora falecido) marido, trabalhando na roça e no mar para manter a casa e o orgulho por saber preparar o “melhor peixe da região”; a habilidade de Badoque em marcar pesqueiros e a gratidão de ter tudo conquistado graças ao trabalho no mar; a confiança de Seu Geraldo na capacidade de lembrar, pois “quando a gente alembra fica mais forte”; o sonho de Dorinha em ser poetisa e sua estratégia criada para fugir da ganância de atravessadores; a necessidade de trabalhar desde cedo resultou a Seu Bezerril a condenação de não poder ler sequer um rabisco da vizinha Dorinha; a sinceridade digna de Eronildes; a lucidez de Branco e sua entrada prematura na pesca para ajudar ao pai; o medo da destruição do mundo e a acomodação de Antonio Madeiro; a dor de Seu Lelê ao ter

perdido a mãe e a honra de poder enterrá-la com dignidade; a impavidez e ingenuidade de Adelino e as expectativas de um futuro promissor; por fim, Sérgio Canoa, líder nato de Barra do Cunhaú e o orgulho de possuir o barco mais bonito do rio: o Jóia do Cunhaú.

Com efeito, cada microcosmo composto por essas biografias individuais e sociais compõem os movimentos internos da sociedade em que estão assentadas, cuja confluência dos fatos informam o modo como os homens produzem e em quais condições concretas da existência deles. Os pescadores, as marisqueiras e os comunitários aspiram a certos fins que, determinados pelas circunstâncias históricas dadas, produzem resultados que divergem dos fins inicialmente propostos (HELLER, 2004). O tempo é o artesão que burila essas biografias reciprocamente referidas, tornando os acontecimentos irreversíveis, quais sejam naturais ou sociais, e serve de veículo para novas possibilidades, abertas ao devir (ELIAS, 1998). É preciso advertir que o que se altera não é o tempo, mas o ritmo da alteração da estrutura social (HELLER, 2004).

Para esta autora, a diferença de ritmos é o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, cujo vetor nas duas comunidades foi a acumulação de capital na classe que não produz, impedindo a satisfação das necessidades coletivas (LUKÁCS, 1979). Essa desigualdade de ritmos põe em risco a própria existência da cultura e da racionalidade econômica do grupo social, uma vez que nenhum filho de Bambaú quer seguir a carreira dele, a morte do marido de Navegantes afastou-a do mar, a recusa de Dorinha em ser explorada pelos pombeiros e o ceticismo de Branco em relação à mudanças em favor de todos os envolvidos na pesca, somente confirma a contradição estudada por Marx na sociedade balizada pelo capital.

A arte da narrativa havia encontrado no mar – entre os hábeis e bravios pescadores – uma forma artesanal de comunicação. Entre os riscos, as incertezas e a morte espreiteira, os pescadores – ao voltarem para o lar – contavam suas aventuras, os cardumes capturados em tempestades titânicas, a competição entre botes. Os mais novos, encantados pela força épica das palavras, imaginavam o esfalfar das ondas, o trepidar do bote, a força física dos pescadores: da pueril curiosidade nascerá a coragem de também produzir! E é esse senso prático que encanta os mais novos e orgulha os mais adultos, característica típica dos narradores (BENJAMIN, 1994).

Conforme foi discutido ao longo deste trabalho, o conhecimento dos mais velhos foi rebaixado a um patamar de obsolescência sem precedentes em Barra do

Cunhaú e Baía Formosa, e nem mesmo o sibilar solitário do jovem Adelino pode indicar mudanças no rumo da História. Se os jovens não valorizam o conhecimento dos mais velhos é porque a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1994), feneceu defronte às estrelas da TV, o sussurrar semissolitário nos celulares, o enclausuramento nas casas e apartamentos, cada vez mais munidas para evitar o contato com o outro. É importante ressaltar que para Benjamin (1994) a arte de narrar – irrigada pelos veios da reminiscência – floresceu entre os artesãos, dentre os quais, os pescadores.

O tempo presente anuncia a completa reformulação das sociabilidades engendradas pela maritimidade (MALDONADO, 1993; BRETON, 1981; DIEGUES, 2004). Enquanto que nas gerações mais velhas a relação estreita com o mar e o conhecimento cognitivo construído observando-se a direção das ondas, a migração dos cardumes, o movimento dos ventos, a tonalidade das águas (apenas para citar alguns), fez com que os mais jovens possuíssem ainda um saber residual sobre essas experiências porque a sociedade moderna avançada oferece instrumentos técnicos capazes de descobrir os segredos da Esfinge num simples toque no teclado de acrílico. Em outro famoso texto, *Experiência e Pobreza*, Walter Benjamin (1994) diz que com a derrocada da narrativa como meio capaz de comunicar experiências, uma nova forma de miséria surgiu com o desenvolvimento da técnica – e da tecnologia – sobrepondo-se ao homem. A sociedade moderna reflexiva (GIDDENS, 1997) ao criar novos objetos abstratos (ao longo do dia e sem adormecer na inspiradora noite), segundo Benjamin, construiria uma nova forma de barbárie, a pobreza do homem sem experiência mergulhado na modernidade. O autoritarismo dessa nova modalidade de barbárie é que “impela a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para direita nem esquerda” (BENJAMIN, 1994, p. 116).

Impelir faz parte da ideologia do momento presente. Com a introdução das novas tecnologias no âmbito da pequena pesca comercial simples nas duas comunidades costeiras: a tradicional economia costumeira de trocar o peixe pelo coco, feijão, farinha ou um litro de leite, a ajuda de camaradas para o conserto do bote ou até mesmo no remendar de numerosas redes de tarrafa eram comuns; essa racionalidade era patrimônio *deles*. Em seu lugar tomou posse a racionalidade do lucro, dos fins não importando os meios a atingi-los, respaldados pela sociedade de mercado. Agora vigora a racionalidade de uma modernidade técnica (BRUSEKE, 2009), que se apropria da força de trabalho dos pescadores para reproduzir-se em novos métodos técnicos de exploração. A cabo disso, o turismo cria novos espaços de exclusão social. Os antigos

moradores não mais donos do seu tempo para produzir, perdem a ligação com os antepassados ao venderem suas casas na praia para especuladores e turistas “bem intencionados”. O aumento da interferência burocrático-legal do Estado, principalmente na época do defeso, sugere mais atrapalhar do que assistir. A um grupo social historicamente fragmentado por condicionamentos sociais e políticos, entre eles, a proibição de fundarem sindicatos.

A vulnerabilidade social se instala quando o Estado – através de suas práticas de políticas econômicas – desconsidera a singularidade cultural das sociedades costeiras e seu modo de produção; ademais, a tendência globalizante das dinâmicas sociais em níveis local-global potencializa o presente fenômeno social. Não se sabe ao certo se as comunidades costeiras resistirão – ou melhor – criarão estratégias para preservarem as culturas que são inerentes a elas. No momento da produção desse trabalho, ainda impotentes diante do velho e novo modo de produção capitalista, os pescadores ao porfiarem suas vidas em sua totalidade individual e social, sugerem avisar a todos: “se nosso trabalho se fragmentou, parte de nós foi-se no vento da História, mas nada nos impede da honra de contar, testemunhar e... lembrar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena pesca comercial simples em Barra do Cunhaú e Baía Formosa vivencia condições concretas distintas em relação ao processo de fragmentação do trabalho pesqueiro. A prática da pesca em Barra do Cunhaú ocorreu de forma tão acentuada que parte das famílias – antes envolvidas na faina pesqueira – dedica-se a outras atividades produtivas, em sua maior parte envolvidas no trabalho informal precarizado (TAVARES, 2004; MELO, 2009). Pode-se afirmar que a pesca em Barra do Cunhaú atende as necessidades sociais – ainda – de muitas famílias, cujas possibilidades de ingressarem no mercado formal de trabalho são exíguas. É necessário informar essa questão uma vez que a pesca enquanto atividade produtiva há muito deixou de ser socialmente viável numa comunidade costeira que tornou-se “atração turística”. A organização social do espaço e seu processo de gentrificação (SMITH, 2002) e o enobrecimento do mesmo acentua ainda mais o risco social que sofre a cultura costeira como expressão de um modo de vida; em seu lugar, toma espaço a cultura massificada e globalizada.

Parte da prática pesqueira habitualmente efetuada ao longo do rio contribuiu – em sua dimensão ecológica – para que os costeiros de Barra do Cunhaú tivessem pouca capacidade de exploração do meio; a pesca na parte do praia sempre foi mais “individualizada”, cujos pescadores utilizam tarrafas ou pesca de linha. A pesca de mar alto pouco se desenvolveu em Barra do Cunhaú e quem quisesse dedicar-se a ela, tinha de ir trabalhar em Baía Formosa.

Em Baía Formosa, a prática pesqueira ainda afirma-se como parte do cotidiano dos que ali vivem. Em relação à Barra do Cunhaú, a prática pesqueira em Baía Formosa ao longo de décadas se organiza dentro de uma cultura produtiva baseada na mestrança, dispositivo prático utilizado para atribuir tarefas e dominar o espaço sob a tutela do mestre (MALDONADO, 1993). É importante salientar que em Barra do Cunhaú havia a prática da mestrança, porém menos acentuada. Pelo fato de grande parte da frota de botes de Barra do Cunhaú ser composta por canoas e pequenos botes, o número limitado de embarcados pode sugerir que esse seja um ponto interessante para explicar a cultura da mestrança ser menos pronunciada em parâmetros locais.

A inovação tecnológica reorganizou a construção espaço-temporal e, a cabo disso, transformou o âmbito da produção pesqueira sem resultar em melhores

condições de vida para os pescadores envolvidos (e familiares) na produção. A promessa moderna de a tecnologia libertar o homem do trabalho árduo através de maquinarias e objetos cada vez mais técnicos, paradoxalmente, somente acentuou o processo de acumulação do capital e alienação (TAVARES, 2004). A crescente queixa dos mais antigos a respeito do desinteresse dos mais jovens a trabalharem na pesca redimensiona a perda de prestígio da atividade como construto social – não apenas de produção dos meios de existência, mas elaboradora de práticas sociais cotidianas referendadas na maritimidade (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2004). Com isso, através da análise dos relatos dos costeiros porfiados pelo exercício do ato de rememorar, vê-se que a inovação tecnológica e a reestruturação espaço-temporal resultaram na fragmentação dos pescadores e o consequente quadro de vulnerabilidade social das culturas costeiras nas comunidades investigadas.

### **Eu quero contar essa história<sup>38</sup>**

Conta-se que, em meados dos anos 90, Toinho Valentão era o mestre de bote mais respeitado em Baía Formosa. Sabia como ninguém a localização dos pesqueiros, além da capacidade nata de liderar os camaradas. Com a introdução do GPS no âmbito da produção pesqueira, Toinho Valentão<sup>39</sup> aos poucos foi perdendo a aura de líder, de homem habilidoso naquilo que fazia: dominar o espaço marítimo. Aos poucos, fazer-se mestre foi diminuindo em tempo de experiência e Toinho Valentão foi perdendo espaço entre os novos mestres – munidos de meios técnicos e ainda estéreis em experiência vivida. Hoje, Toinho Valentão, conforme me disseram, enlouqueceu, não trabalha mais, entregou-se ao alcoolismo e vaga, solitário, pelas ruas de Baía Formosa...

\*\*\*

---

<sup>38</sup> Homenagem a minha orientadora Simone Carneiro Maldonado por ter escrito um livro fundamental (Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima) pela contribuição à feitura desse trabalho e o privilégio de ter sido acompanhado por ela em todas as dimensões que cabem numa relação social franca, generosa e fraternal.

<sup>39</sup> O nome foi intencionalmente modificado em nome e em respeito ao pescador retratado.

A experiência vivenciada por Toinho Valentão pode ser encarada como uma experiência individual resultante das dinâmicas internas de uma sociedade que se transforma sob os ditames da lógica técnica cúmplice e subserviente ao lucro e aos interesses de mercado. As culturas costeiras são o motor para a organização e sobrevivência do grupo social. Os relatos, fartos em testemunhos de poucos ganhos e muitas perdas, reforçam a tese de que a racionalidade econômica não-hegemônica – outrora importante como relações de troca e fonte de coesão grupal – fruto de práticas cotidianas mutuamente referidas em contato com a razão instrumental capitalista expõe os grupos envolvidos num processo de fragmentação do trabalho que sucumbe no declínio da honra pesqueira, perceptível nos relatos sobre a fortuna de Toinho Valentão: não se reconhecendo naquilo que produzia e a perda do prestígio socialmente adquirido na pesca através dos antepassados, a ele restou desistir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AGUIAR, Severino. Mudanças em um grupo de jangadeiros em Pernambuco. Recife: Imprensa Universitária, 1965.**

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2006.

AMADO, Jorge. **Mar Morto.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

\_\_\_\_\_, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense.** Natal: EdUFRN, 1981.

ANSART, Pierre. **Ideologia, conflito e poder.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978. Tradução de Áurea Weissemberg.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARCE, Ricardo Sanmartín. **Modo de vida y estrategias tradicionales de los pescadores de la Albufera de Valencia.** In: TOMÁS, Maria Cátedra e ARCE, Ricardo Sanmartín: **Vaqueros e pescadores: dos modos de vida.** Madrid: Akar Editor, 1979. p. 99 – 169. Tradução minha.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico.** Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AZEVEDO, Thales de. **O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos de vida.** Recife: Editora Massangana, 2006.

BACON, Francis. **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdunB, 1999.
- BAKS, Chris e POSTEL-COSTER, Els. **Fishing communities on the Scottish east coast: traditions in a modern setting**. In: SMITH, M. Estellie (org.). **Those who live from the sea**. New York: West Publishing Co, 1977. p. 23 - 40.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.
- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BENDASSOLI, Pedro Fernando. **Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo**. Volume 12, número 2, p. 203-236, São Paulo, novembro de 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre a literatura e a história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação com o corpo e o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. **Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Lílían Morritz Lifchitz (org.): **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Campinas: Papirus, 1998. p. 197 – 212.
- BLAKE, Bradley A. **Cultural adaptation and technological and economic change among Madras fishing populations**. In: SMITH, M. Estellie (org.). **Those who live from the sea**. New York: West Publishing Co, 1977. p. 97 – 124.

- BOLTANSKI, Luc et CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BOSI, Elcéa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus Editora, 1997.
- BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. **Pluralidade metodológica**: um diálogo entre o qualitativo e o quantitativo nas ciências sociais. In: DINIZ, Ariosvaldo da Silva (org.). Cartografia das novas investigações em sociologia. João Pessoa, Edufpb / Manufatura, 2005.
- BRETON, Yvan. **L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs**: réflexions sur la naissance d'un sous-camp disciplinaire. Québec, Department d'anthropologie, Université Laval, 1981. Disponível no site: [http://classiques.uqac.ca/contemporains/breton\\_yvan/anthro\\_soc\\_pecheurs/anthro\\_soc\\_pecheurs.html](http://classiques.uqac.ca/contemporains/breton_yvan/anthro_soc_pecheurs/anthro_soc_pecheurs.html). Acesso em setembro de 2009.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e tradição**: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói / RJ: EdUFF, 1999.
- BRÜSEKE, Franz Josef. **A modernidade técnica**: contingência, irracionalidade e possibilidade. Florianópolis: Insular, 2010.
- CAETANO, Hugo Silva. **A escola entre o formal e o informal: notas sobre educação de comunidades pesqueiras marítimas da Baía de Todos os Santos, Bahia**. V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão: mimeo, 2011. ISSN 1982 – 3657.
- CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2010. Tradução de Sérgio Molina.
- \_\_\_\_\_, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão.

- CANDIDO, Antonio. **O mundo provérbio**. In: CANDIDO, Antonio (org.). O discurso e a cidade. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas cidades/Ouro sobre azul, 2004.
- \_\_\_\_\_, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CARDOSO, Irene. **Os silêncios da narrativa**. Tempo Social – Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 10 (1), 9-17, maio de 1998.
- CARNEIRO, Simone Dantas. **Terra liberta**: hábitos alimentares em Ponta de Mato. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1979.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 1. Tradução de Roneide Venâncio Majer.
- CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Seleta**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- CAVALCANTI, Diego Medeiros Rocha. **Mulheres nas águas**: um estudo sobre relações de gênero na pesca. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução Maria de Lourdes Menezes.
- CHAVES, Maria do Socorro Rodrigues. **Representações da natureza, os avisos da mata e os significados do rio**. In: LIMA, Jacob C. et al. (org.). Trabalho, sociedade e meio ambiente. João Pessoa: Ed. UFPB, 1997.
- CIACCHI, Andrea. **Gioconda Mussolini**: uma travessia bibliográfica. Disponível no site

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003477012007000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003477012007000100005&script=sci_arttext). Acesso em setembro de 2010.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Organizado por GONÇALVES, José Reginaldo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COMTE, Auguste. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORDELL, John. **Remapeando as águas**: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo. 2000.

CUNHA, Lúcia Helena de O. **Significados múltiplos das águas**. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução de Maria de Lourdes Menezes.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos e MOREIRA, André de Castro. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/HUCITEC, 2001.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A iconografia do medo**. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.): **Imagem e memória: ensaios em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 113 – 149.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_, Émile. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_, Émile. **Sociologia e filosofia**. Trad. Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone Editora, 1994.

\_\_\_\_\_, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza / Rio de Janeiro: EdUFC / Tempo Brasileiro, 1983. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. Tradução de Vera Ribeiro.

\_\_\_\_\_, Norbert e SCOTSON, John L. **Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Tradução de Vera Ribeiro.

FIRTH, Raymond. **Capital, savings and credit in peasant society**. Chicago: Ald. Publ., 1964.

FORMAN, S. **The raft fishermen: tradition and change in the brazilian peasant economy**. Indiana United Press, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

- \_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Edunesp, 1995.
- GALVÃO NETO, Francisco Alves. **Elementos de História, Geografia e Cultura do município de Canguaretama**. Natal: Projeto das Sementes, 2008.
- \_\_\_\_\_, Francisco Alves. **História Integrada de Canguaretama**. Canguaretama: mimeo, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODELIER, Maurice. **Antropologia**. Organizador: CARVALHO, Edgard de Assis. São Paulo: Ática, 1981.
- \_\_\_\_\_, Maurice. **Horizontes da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1973.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- GONÇALVES, Marco Antonio. **Traduzir o outro: etnografia e semelhança**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010. Tradução de Geraldo Gerson de Souza.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. In: \_\_\_\_\_, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRINT, Keith. **Sociologia do trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. Tradução de Monica Pinto.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2011. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

\_\_\_\_\_, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Tradução de Carlos Szlak.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **ESTATÍSTICA DA PESCA GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO**. Disponível no site <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/infoestatistica/docs/estatistica-2004.pdf>. Acesso em Novembro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **RELATÓRIO TÉCNICO DO PROJETO DE CADASTRAMENTO DAS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NO LITORAL DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL**. Disponível \_\_\_\_\_ no \_\_\_\_\_ site <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/infoestatistica/docs/Cadastramento-da-Frota-Pesqueira-do-Litoral-Norte-Nordeste.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

- KOTTAK, Conrad. **Assault on paradise**: social change in a brazilian village. Chicago: University Michigan Press, 1983.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Da indiferença**: fotografia e morte pública. Revista Política e Trabalho (MCS / UFPB). Volume 11. João Pessoa: Edufpb, 1995. p. 125 – 143.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Econômica, 2000. Tradução minha.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976.
- LIMA, Eurenice. **Toyota**: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo (org.): **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 115 – 145.
- LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. Tradução de Maria de Lourdes Menezes.
- MAYOL, Pierre. **Primeira parte**. In: \_\_\_\_\_, Pierre, GIARD, Luce e CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2009. Tradução de Ephraim Alves e Lucia Endlich Orth.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

- \_\_\_\_\_, Simone Carneiro. **A caminho das pedras:** percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'anna (org.). **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental:** Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARIANO, Erich de Freitas. **Pesca artesanal na costa da Paraíba:** procedimentos e capturas da pesca embarcada e aspectos socioeconômicos da população. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, julho de 2007.
- BARBERO, Jesus Martín. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: Edufrj, 1997.
- MARX, Karl. **Karl Marx:** sociologia. São Paulo: Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_, Karl. **O Capital:** crítica à Economia Política. Livro 1: o processo de produção do capital. Volume 1. São Paulo: Difel, 1982.
- \_\_\_\_\_, Karl. **O Capital:** crítica à Economia Política. Livro 1: o processo de produção do capital. Volume 2. São Paulo: Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_, Karl e ENGELS, Friedrich. **História.** FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** Lisboa: Edições 70, 2001.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1979. Tradução de Décio Pignatari.
- MELO, Mariana Tavares de. **Informalidade no Direito do Trabalho.** São Paulo: MP, 2009.

- MELLO E SILVA, Leonardo. **Trabalho:** o desafio democrático. In: Tempo social. Revista de Sociologia da USP. Volume 14, número 2, p. 37-70, São Paulo, outubro de 2002.
- MERLO, Márcia. Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar. São Paulo: Educ / FAPESP, 2000.
- MILLS, WRIGHT C. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
- MONTE-MOR, Patrícia. **No garimpo do nitrato:** a experiência da Mostra Internacional do Filme Etnográfico. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, LÍlian Morritz Lifchitz (org.): **Desafios da imagem:** fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. Campinas: Papirus, 1998. p. 143 – 158.
- MOREIRA, Eliana Monteiro e CARVALHO, Rejane Gomes. **Inclusão precarizada e identidades seqüestradas na nova ordem social do trabalho.** Revista Política e Trabalho. João Pessoa, Paraíba. Números 27-30. 2009. p.80-99.
- MORIN, Edgar. **Método:** o conhecimento do conhecimento. São Paulo: Europa América, 1998.
- MUSSOLINI, Gioconda. **Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro.** In: CARONE, Edgar (org.): Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- NIEMEYER, Ana Maria. **Um outro retrato:** imagens de migrantes favelados. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, LÍlian Morritz Lifchitz (org.): **Desafios da imagem:** fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. Campinas: Papirus, 1998. p. 225 – 265.
- NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia:** a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

- PADILHA, Valquíria. Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito. Campinas / SP: Editora Alínea, 2000.
- PAIS, José Machado. Vida cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIVA, Melquíades Pinto. **Nordeste do Brasil:** terra, mar e gente. São Paulo: Õte, 2010.
- PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da etnografia.** Série Antropologia. Brasília: 1992. Disponível no site: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie130empdf.pdf>. Acesso em outubro de 2010.
- PERRUSI, Artur. **Vocação, identidade e individualismo.** Revista Política e Trabalho. João Pessoa, Paraíba. Números 27-30. 2009. p.101-121.
- PIERUCCI, Antonio F. **Secularização em Max Weber:** da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, junho de 1998. Volume 13, número 37. p. 43-73.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Reflexão sobre iconografia etnográfica:** por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Lílian Morritz Lifchitz (org.): **Desafios da imagem:** fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. Campinas: Papirus, 1998. p. 75 – 112.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA. **Baía Formosa:** de vila a município. Baía Formosa: mimeo, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: Ceres (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **De Guangdong a Caruaru:** a globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. In: MARTINS, Dilamar Cândida e MATTOS, Isabel Missagi de (org.) et al. Região e Poder: representações em fluxo. Goiânia: Editora da PUCGO, 2010. 59-66.

- PITT-RIVERS, Julian. **A doença da honra**. In: Czechowsky, Nicole (org.). *A honra*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- RIZER, Cibele Saliba. **Interrogações a um campo em crise**. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: 6 (1 – 2): 147 – 179, 1995.
- SAMAIN, Etienne. **Questões heurísticas do uso das imagens nas Ciências Sociais**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Lílian Morritz Lifchitz (org.): **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Campinas: Papirus, 1998. p. 51 – 62.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. Lisboa: Editora Afrontamento, 2002.
- \_\_\_\_\_, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência** (Vol. 1). São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução de Ronaldo C. Costa.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **Politeísmo dos valores: uma reflexão referida a Max Weber**. In: SOUZA, Jessé (org.): *A atualidade de Max Weber*. Brasília: EdunB, 2000.
- SILVA, Carlos Alberto Mororó. **Colônia de Pescadores: a reprodução da dependência**. 1992. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil** (1920 – 1980). Disponível no site: <http://www.usp.br/nupaub/luisgeraldo.pdf>. Acesso em janeiro de 2011.

SILVA, Márcia Regina da et al. População de pescadores artesanais do Canto do Mangue, Canguaretama, RN – alterações sócio ambientais. Disponível em: [http://www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004\\_388.PDF](http://www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004_388.PDF) Acesso em novembro de 2009.

SILVA, Rubens Elias da. **Sob o olhar do Pai do Mangue: estudo sobre a relação homem – natureza e a mediação das narrativas míticas**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, março de 2003.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otavio Guilherme (org.): O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais / Zahar Editores, 1976. Páginas 11 – 25.

\_\_\_\_\_, Georg. **O conceito e a tragédia da cultura**. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (org.): **Simmel e a modernidade**. Brasília: EdUnb, 1998. p. 79 – 108.

SMITH, Neil. **New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy**. (2002). Disponível no site: [http://www.4shared.com/office/RUmRJOFc/SMITH\\_Neil\\_New\\_globalism\\_new\\_u.html](http://www.4shared.com/office/RUmRJOFc/SMITH_Neil_New_globalism_new_u.html) Acesso em fevereiro de 2011.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989. Tradução de Eduardo Brandão.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TEIXEIRA, Olívio A. **Camponês – pescador – proletário:** estudo do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital em Santa Catarina. 1990. Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, julho de 1990.

THOMPSON, Edward P. **Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial.** In: THOMPSON, Edward P.: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALADE, Bernard. **Mudança social.** In: BOUDON, Raymond (org.). *Tratado de sociologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995. p. 337 – 374.

VERNANT, Jean Pierre. **A bela morte e o cadáver ultrajado.** Discurso. Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (9): 31-62, 1978.

XIDIEH, Oswaldo Elias. **Narrativas populares:** histórias de Nosso Senhor Jesus Cristo e mais São Pedro andando pelo mundo. São Paulo: Itatiaia, 1993).

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1999. Volume 1.

\_\_\_\_\_, Max. **Sociologia.** COHN, Gabriel (org.). São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_, Max. **Metodologia das Ciências Sociais.** Parte 1. Trad. Augustin Werner. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

\_\_\_\_\_, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Da complementaridade à dependência:** a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Brasília: 1991.

Disponível no site <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie111empdf.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

ZARIFIAN, Phillippe. **O tempo do trabalho:** o tempo-devir frente ao tempo espacializado. In: Tempo social – Revista de Sociologia da USP. Volume 14, número 2, p. 1-18, São Paulo, outubro de 2002.

## ANEXOS

## ROTEIRO DAS ENTREVISTAS 1

### INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O INTERLOCUTOR

- a. Nome
- b. Idade
- c. Estado Civil
- d. Ocupação (principal e outras)
- e. Local de nascimento / local de moradia no momento (tempo de moradia)
- f. Relações com pescadores e / ou moradores locais
  - f.1 Como foram estabelecidas as redes de amizade?
  - f.2 Como estas amizades são alimentadas ao longo da vida?
  - f.3 Como são organizadas as relações de parentesco?
  - f.3 Algum amigo (a) é considerada com mais intensidade que um próprio parente? Como?
- g. Como o trabalho na pesca foi iniciado? Através de parentes?

## ROTEIRO DAS ENTREVISTAS 2

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESCA

- a. Quanto tempo está trabalhando com a pesca artesanal?
- b. Seus pais e avós trabalhavam também na pesca artesanal?
- c. Foi com eles que você aprendeu a pescar?
- d. Qual o tipo (ou tipos) de pesca praticadas por você?
- e. Por que você escolheu estes tipos de modalidades de pesca para capturar o pescado?
- f. Qual a época do ano em que você pesca?
- g. Quais são os períodos de defeso?
- h. Quais as espécies que pesca? (Relação entre as modalidades de pesca e as espécies capturadas)
- i. Há diferença entre pescar no mar alto e no mar de dentro? Quais?
- j. A posse dos apetrechos de pesca é sua? Como?
- k. Caso não, a quem pertence? Em que medida isso interfere nas relações de produção?
- l. Como se realiza a pescaria? (sozinho, acompanhado)? Discriminar com quem pesca e a relação de parentesco.
- m. Como acontece a partilha da pescaria?
- n. Considera justo o mecanismo de partilha organizado pelo grupo de embarcados?
- o. Faz parte da Colônia ou Associação de Pescadores?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

### INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PESCA

- a. O espaço da pesca é uniforme?
- b. Caso não, como ele é dividido para facilitar a captura do pescado?
- c. O que envolve a escolha dos pontos de pesca (zonas)?
- d. O GPS facilitou o trabalho na pesca?
- e. Quais as mudanças que este instrumento trouxe ao trabalho da pesca?
- f. Existe alguma estratégia de controle ao acesso aos recursos pesqueiros?
- g. Os recursos pesqueiros sofreram mudanças ao longo do seu trabalho? Aumentou? Diminuiu?
- h. Quais os impactos dessas mudanças (aumento ou diminuição) na vida da comunidade?
- i. Como são partilhados os recursos entre os pescadores?
- j. Quais os principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais com relação à demanda de pescado?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA 4

### ASPECTOS GERAIS SOBRE A PESCA, A ARTE DE SER PESCADOR E O MAR

- a. O que significa ser pescador?
- b. Quais as dificuldades enfrentadas quando se decide em trabalhar na pesca?
- c. Vale a pena? Você aconselharia seu filho trabalhar na pescaria?
- d. O que significa o pescado para você?
- e. E o mar? O que ele representa para você? E para a comunidade?
- f. Quais os perigos ao trabalhar no mar?
- g. O que define o preço do pescado?
- h. O preço que você vende o pescado é justo?
- i. O que os atravessadores representam para você?
- j. A venda do pescado antigamente era mais justa?
- k. Como você percebe a relação entre preço do peixe e a dificuldade de capturá-lo?
- l. Os mais jovens querem aprender a pescar?
- m. Por que ainda pescam (se houver resposta acima afirmativa)?
- n. O que é pescado caro? Quanto custa?
- o. O que significa uma pesca boa?
- p. Se sente explorado? Por quem?
- q. Alguém consegue “se dar bem” na pesca? Quem?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO)

Eu, \_\_\_\_\_, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada GUIADOS POR MARES E PEIXES: modo de vida tradicional em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte e o processo de precarização do trabalho da pesca artesanal, realizado nas localidades de Barra do Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa, Rio Grande do Norte.

Declaro que fui informado(a) pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa, .....

.....

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM (MODELO)

Eu, \_\_\_\_\_, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada GUIADOS POR MARES E PEIXES: modo de vida tradicional em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte e o processo de precarização do trabalho da pesca artesanal, realizado nas localidades de Barra do Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa, Rio Grande do Norte.

Declaro que fui informado(a) pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo. Sei que o uso de eventual imagem minha respeita a privacidade e a divulgação dela tem como principal interesse o diálogo entre o trabalho escrito e a imagem, sem jamais querer divulgar a minha imagem de modo a prejudicar meus direitos constitucionais.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa .....

.....

Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
PESQUISA DE SOCIOLOGIA DA PESCA – RIO GRANDE DO NORTE

### FICHA DE DOCUMENTAÇÃO DA PESQUISA

NOME:

IDADE:

ESTADO CIVIL:

FILHOS:

ENDEREÇO:

OCUPAÇÃO:

TEMPO DE TRABALHO:

CARACTERIZAÇÃO DO PESCADOR:

OBSERVAÇÕES:

## TERMO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Francisco do Nascimento Silva, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento de uso de imagem, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Barra do Cunhaú

Eu, Gerardo Gabriel da Silva, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

*Haverá mudança no nome do entrevistado para preservar identidade.*

João Pessoa, 07 janeiro 2010.

*Rubens Elias da Silva*

*Gerardo Gabriel da Silva*

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Baía Formosa

Eu, Geizé Santos da Silva, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa, 12/01/2011.

Geizé do M- do S- M- os

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Barra do Cunhaú

Eu, Sergio Silva de Oliveira, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa, 07/01/2011.

Sergio Silva de Oliveira

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM

Baía Formosa

Eu, Arnaldo da Silva Sena, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento de uso de imagem, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



---

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Baía Formosa.

Eu, Gemilson Santos da Silva, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa, 12/01/2011

Gemilson Santos da Silva

Assinatura do entrevistado

## TERMO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM

Eu, José Galdino Alves, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada *GUIADOS POR MARES E PEIXES: estudo sociológico da precarização do trabalho da pesca artesanal de duas comunidades de pesca artesanal no Rio Grande do Norte e os desdobramentos na esfera econômica local*, realizado nas localidades de Barra de Cunhaú, Canguaretama e Baía Formosa/RN.

Declaro que fui informado/a pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno do Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Rubens Elias da Silva. Estou ciente de que, após a assinatura do termo de consentimento de uso de imagem, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar o meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Entendo que me é garantido o sigilo que assegure a minha privacidade e anonimato e que terei direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Assim, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos, inclusive periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

João Pessoa, 11 / 11 / 2011

José Galdino Alves  
Assinatura do entrevistado

Rubens Elias da Silva